

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO MOVIMENTO HUMANO**

LUCIANO JUCHEM

**CONTRIBUIÇÕES DAS COMPETIÇÕES ESPORTIVAS PARA A FORMAÇÃO E
EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS: O CASO DOS JOGOS ESCOLARES DE
PETROLINA**

**PORTO ALEGRE
2015**

LUCIANO JUCHEM

**CONTRIBUIÇÕES DAS COMPETIÇÕES ESPORTIVAS PARA A FORMAÇÃO E
EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS: O CASO DOS JOGOS ESCOLARES DE
PETROLINA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências do Movimento Humano.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Adelar Abaide Balbinotti

PORTO ALEGRE

2015

CIP - Catalogação na Publicação

Juchem, Luciano

Contribuições das Competições Esportivas para a Formação e Educação de Crianças e Jovens: O caso dos Jogos Escolares de Petrolina / Luciano Juchem. -- 2015.

252 f.

Orientador: Carlos Adelar Abaide Balbinotti.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Competições Esportivas Escolares. 2. Educação. 3. Formação. 4. Infante-Juvenil. 5. Petrolina. I. Abaide Balbinotti, Carlos Adelar, orient. II. Título.

LUCIANO JUCHEM

**CONTRIBUIÇÕES DAS COMPETIÇÕES ESPORTIVAS PARA A FORMAÇÃO E
EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS: O CASO DOS JOGOS ESCOLARES DE
PETROLINA**

Conceito Final:

Aprovado em dede

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alberto de Oliveira Monteiro - UFRGS

Prof. Dr. Flávio Antônio de Souza Castro - UFRGS

Prof. Dra. Janice Zarpellon Mazo - UFRGS

Prof. Dra. Vanessa Bellani Lyra - UCS

Orientador – Prof. Dr. Carlos Adelar Abaide Balbinotti - UFRGS

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os educadores físicos que trabalham com o esporte e a competição na perspectiva de educar e formar as futuras gerações.

AGRADECIMENTOS

Neste momento de encerramento de mais uma etapa da formação acadêmica e profissional, gostaria de agradecer a uma série de pessoas e instituições que colaboraram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

Inicialmente gostaria de agradecer ao meu orientador Professor Dr. Carlos Adelar Abaide Balbinotti pela amizade, oportunidades, ensinamentos e convívio ao longo de minha formação pessoal e profissional. Tive a sorte de ter sido seu aluno de tênis, ter trabalhado como professor sob a sua coordenação, ter sido seu orientando durante o mestrado e agora no doutorado. Espero ter merecido toda a sua dedicação.

Agradeço também aos professores que participaram de minha graduação na ESEF e aos professores do PPPGCMH que me acompanharam durante o Mestrado e Doutorado.

Agradeço aos professores doutores Alberto de Oliveira Monteiro, Flávio Antônio de Souza Castro e Janice Zarpellon Mazo pelas contribuições e orientações na qualificação do projeto do trabalho que agora é finalizado.

Agradeço aos colegas do Núcleo de Pesquisa em Psicologia e Pedagogia do Esporte (NP₃ Esporte) pelos ensinamentos, pela colaboração, parceria e incentivos.

Meus sinceros agradecimentos aos colegas professores do Colegiado de Educação Física da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), em especial aos senhores Coordenadores Prof. Ms. Rodrigo Gustavo da Silva Carvalho, Prof. Dr. Orlando Laitano Lionello Netto e Prof. Dr. Ferdinando Oliveira Carvalho pelo apoio, incentivo e colaboração para a realização do Doutorado.

Agradeço também aos alunos do curso de Educação Física da Univasf que auxiliaram na transcrição de parte das entrevistas.

Meu agradecimento especial à Secretaria Municipal de Esportes de Petrolina, na pessoa do Secretário Prof. Francisco Alencar Brito Junior e ao Prof. Rogério Inácio Granja, que prontamente forneceram as informações relativas aos Jogos Escolares de Petrolina (JEP) na atualidade e estabeleceram os contatos iniciais com os professores criadores dos JEP.

Agradecimento especial, também, ao Centro Regional de Esportes de Petrolina, na pessoa da Prof.^a Socorro Siqueira, por ter disponibilizado o acesso ao

arquivo do órgão e permitido a utilização das fontes imagéticas dos JEP relativas aos anos iniciais de disputa.

Agradeço às direções do Colégio Dom Bosco, do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora e da Escola Marechal Antônio Alves Filho (EMAAF) por terem permitido o acesso às suas salas de troféus para a realização do registro fotográfico das premiações conquistadas nos anos iniciais dos JEP.

Meu profundo agradecimento aos criadores dos JEP, professores Bernardino Pires Teixeira, José Lima Granja e Otacílio Nunes de Souza por terem aceitado participar do estudo, disponibilizando seus tempos livres e confiando ao autor preciosas informações e relatos sobre o surgimento dos jogos, bem como sobre a organização e desenvolvimento do mesmo nos anos iniciais.

Agradeço imensamente aos demais professores participantes do estudo, que disponibilizaram o seu tempo e responderam prontamente a todos os questionamentos realizados.

Agradeço aos familiares e amigos pelo apoio, incentivo e compreensão durante a realização do estudo. Tenham a certeza que a minha ausência durante os últimos anos foi por um bom motivo.

Por fim, agradeço a minha esposa Andréia Rodrigues Pereira pelo amor, parceria, apoio, auxílio, incentivo, dedicação e interminável paciência.

Resumo

O tema da presente pesquisa é a competição esportiva escolar. Investigou-se as contribuições das competições esportivas para a formação e educação dos participantes, de forma específica sobre o caso dos Jogos Escolares de Petrolina (JEP), competição esportiva escolar desenvolvida a mais de 40 anos, e o seu impacto como instrumento de formação e educação das crianças e adolescentes da região. Para cumprir com os objetivos da investigação foram conduzidos três estudos. O primeiro estudo trata da Teoria e Metodologia das Competições Esportivas e do Modelo Teórico apresentado por Marques (2004), modelo este que defende a competição esportiva como elemento estruturante da educação e formação de crianças e jovens. O segundo estudo, de natureza histórica, abordou a criação dos JEP. Para tal, foram entrevistados os professores responsáveis pela criação dos JEP, utilizando um questionário construído em formato semiestruturado. O terceiro estudo, realizado com professores atuantes nos JEP, focalizou a realidade atual dos JEP. Através da aplicação de um questionário em formato semiestruturado foram investigadas as características, potencialidades e limitações dos JEP como elemento de formação e educação dos participantes. As competições esportivas são elementos insubstituíveis para a educação e formação dos participantes, porém, para que cumpram a sua função formativa e educacional, as competições devem ser organizadas por princípios, regras e conteúdos adequados à cada faixa etária. Os JEP foram criados a partir de determinação da secretaria de educação de Pernambuco, no início da década de 70. Nas edições iniciais os professores organizadores não receberam nenhum apoio dos órgãos governamentais, necessitando improvisar as condições dos locais de disputa, atuando como organizadores, árbitros e treinadores. Neste período foi fundamental o auxílio dos alunos, da direção das escolas e da comunidade de Petrolina. Através dos resultados obtidos nos três estudos que compõe a tese, foi possível responder a questão central da investigação: Quais as contribuições dos JEP para a formação e educação dos jovens atletas? Os JEP contribuem não apenas para a formação esportiva dos participantes, mas também com a construção e educação de valores, inerentes às competições esportivas, porém desejáveis em outros domínios da vida em sociedade. Entre eles destacam-se o “respeito às regras”, o “companheirismo”, o “prazer”, a “desportividade”, a “imagem pública”, a “tolerância”, o “ser justo”, a “autoestima”, o “ser vencedor” e a “realização pessoal”. O crescimento da “autoestima” dos atletas e a sensação de “realização pessoal” são aspectos muito presentes durante os JEP com reflexos que vão muito além do ambiente esportivo. Estes valores têm contribuído para a mudança de atitude de muitos atletas, expressos pela redução no abandono escolar, na maior tolerância entre os estudantes e na melhora no relacionamento familiar, percebidos pelos professores de outras disciplinas, pela direção das escolas e pelos familiares.

Palavras-Chave: Competições Esportivas Escolares; Educação; Formação; Infanto-Juvenil; Petrolina.

Abstract

The topic of this research is the school sports competition. The contributions of sports competitions for training and education of participants were investigated specifically about the School Games of Petrolina (SGP), which is a school sports competition developed over 40 years ago and its impact as a training and education tool of children and adolescents in the region. Three studies were conducted to reach the research objectives. The first study deals with the Theory and Methodology of Sports Competitions and the Theoretical Model presented by Marques (2004). This model supports sports competition as a structural element of the education and training of children and youth. The second study, of historical nature, addressed the creation of the SGP. For this purpose, teachers responsible for creating the SGP were interviewed using a survey built in a semi-structured format. The third study, performed with teachers working in the SGP, focused on the current reality of the SGP. The characteristics, capabilities and limitations of the SGP as a training and education element of the participants, were investigated by applying a semi-structured format survey. The sports competitions are irreplaceable elements for education and training of participants, however, to fulfill its training and educational function, competitions should be organized by principles, rules and appropriated contents for each age group. The SGP was created by the Education Secretariat of Pernambuco in the early 70s. In the early editions, teachers, who were also organizing, received no support from government agencies, requiring them to improvise when it came to the conditions of the contest sites as well as acting out the roles of organizers, referees and coaches. During this period, the support coming from students, schools' management and Petrolina community was crucial. The results of the three studies that are part of this thesis enabled to answer the central question of this investigation: What are the contributions of the SGP for the training and education of young athletes? The SGP helps not only the participant's growth in sport, but also the build of values that are part of sports competitions and also desirable in other aspects of life. Some examples are "respect to rules", "partnership", "pleasure", "sportiness", "public image", "tolerance", "be fair", "self-esteem", "be a winner" and "personal fulfillment". The "self-esteem" growth on athletes and the feeling of "personal fulfillment" are aspects very present in the SGP, with implications that go far beyond the sport environment. These values have contributed to an attitude change of many athletes, expressed in terms of lower number of students leaving school, higher tolerance and better family relationship, aspects that were noticed by other teachers, school board and families.

Key-Words: School Sports Competitions; Education; Training; Children and Youth; Petrolina.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1: Certificado de Honra ao Mérito entregue por ocasião dos 40 ^{os} JEP.....	80
Ilustração 2: Prof. Bernardino Pires Teixeira (esquerda) e Prof. José Lima Granja (direita).....	80
Ilustração 3: Prof. Otacílio Nunes de Souza recebendo a medalha Senador Nilo Coelho do Prefeito Julio Lossio.....	81
Ilustração 4: Certificado de conclusão do Curso Básico de Atualização em Educação Física.....	86
Ilustração 5: Troféus conquistados nos primeiros JEP.....	91
Ilustração 6: Voleibol Feminino	91
Ilustração 7: Futebol de Campo Masculino	91
Ilustração 8: Tênis de Mesa Feminino.....	92
Ilustração 9: Atletismo	92
Ilustração 10: Tênis de Mesa Masculino	92
Ilustração 11: Voleibol Masculino	93
Ilustração 12: Corrida Rústica	93
Ilustração 13: Futebol de Salão Infantil	93
Ilustração 14: Professor José Gomes e Prefeito Geraldo Coelho na solenidade de premiação dos JEP realizada no Centro de Educação Física.....	95
Ilustração 15: Prefeito Geraldo Coelho entregando premiação dos JEP	96
Ilustração 16: Solenidade de Premiação dos JEP – Atletas Campeões	96
Ilustração 17: Torcida durante os JEP no Centro de Educação Física.....	99
Ilustração 18: Desfile de abertura dos JEP, Centro de Educação Física, Colégio Polivalente.....	101
Ilustração 19: Desfile de abertura dos JEP, Centro de Educação Física, Colégio Dom Bosco	101
Ilustração 20: Abertura dos JEP, Estádio Municipal, Prof. José Gomes (Diretor do Centro de Educação Física); Vereador José Batista da Gama e Diretora do Colégio Dom Bosco.....	102
Ilustração 21: Desfile da Rainha dos JEP (chegada ao Estádio Municipal)	102
Ilustração 22: Rainha dos JEP; Diretora do Colégio Dom Bosco; Prefeito Geraldo Coelho e Primeira Dama	103
Ilustração 23: Desfile de Abertura dos JEP; Banda Marcial	103

Ilustração 24: Solenidade de abertura dos JEP	104
Ilustração 25: Juramento dos atletas/ Abertura dos JEP.....	104
Ilustração 26: Atleta Edgar Granja, conduzindo e acendendo o fogo simbólico dos JEP	105
Ilustração 27: Quadro com o Percentual de docentes com curso superior na Educação Básica nos Estados da Bahia, Pernambuco e Piauí. Dados do IBGE/2006.....	113
Ilustração 28: Quadro com as Categorias dos Jogos Escolares de Petrolina	114
Ilustração 29: Quadro com o número de inscritos nos Esportes Coletivos	114
Ilustração 30: Quadro com o número de inscritos nos Esportes Individuais	114
Ilustração 31: Quadro das Escolas da Rede Estadual de Ensino participantes dos JEP	115
Ilustração 32: Quadro das Escolas da Rede Municipal de Ensino participantes dos JEP	116
Ilustração 33: Escolas da Rede Particular de Ensino participantes dos JEP	116

SUMÁRIO

1. PREFÁCIO	11
2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	15
3. PRIMEIRO ESTUDO – TEORIA E METODOLOGIA DAS COMPETIÇÕES ESPORTIVAS INFANTO-JUVENIS.....	23
3.1 TEORIA E METODOLOGIA DAS COMPETIÇÕES ESPORTIVAS	23
3.1.1 A competição no sistema de preparação do atleta.....	28
3.2 O TREINAMENTO INFANTO-JUVENIL	32
3.3 A PRÁTICA ESPORTIVA E AS COMPETIÇÕES NA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS.....	39
3.3.1 As competições esportivas infanto-juvenis	49
3.3.2 A competição esportiva escolar	60
3.4 ESTUDOS EMPÍRICOS SOBRE A TEMÁTICA DA COMPETIÇÃO ESPORTIVA INFANTO-JUVENIL	66
3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS A RESPEITO DA TEORIA E METODOLOGIA DAS COMPETIÇÕES ESPORTIVAS INFANTO-JUVENIS	74
4. SEGUNDO ESTUDO: JOGOS ESCOLARES DE PETROLINA: A HISTÓRIA DAS PRIMEIRAS EDIÇÕES.....	77
4.1 INTRODUÇÃO.....	77
4.2 CAMINHOS METODOLÓGICOS	78
4.3 COMO OCORRERAM AS PRIMEIRAS EDIÇÕES DOS JOGOS ESCOLARES DE PETROLINA.....	84
4.4 MODALIDADES ESPORTIVAS EM DISPUTA NOS ANOS INICIAIS DOS JEP	88
4.5 ESCOLAS PARTICIPANTES E CATEGORIAS DISPUTADAS	94
4.6 CRITÉRIOS PARA A PARTICIPAÇÃO NOS JEP	97
4.7 PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE	98
4.8 CERIMÔNIA DE ABERTURA DOS JOGOS ESCOLARES DE PETROLINA	100
4.9 REGULAMENTOS, ARBITRAGEM E PREMIAÇÃO	105
4.10 CONSIDERAÇÕES FINAIS A RESPEITO DA CRIAÇÃO DOS JOGOS ESCOLARES DE PETROLINA	107
5. TERCEIRO ESTUDO: MODELO DE COMPETIÇÃO ESPORTIVA REVELADO NOS JOGOS ESCOLARES DE PETROLINA E A SUA COLABORAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS PARTICIPANTES	111
5.1 INTRODUÇÃO.....	111
5.2 A CIDADE DE PETROLINA E OS JOGOS ESCOLARES.....	112

5.3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	116
5.4	CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO	116
5.5	SUJEITOS DA PESQUISA	117
5.6	PROCEDIMENTOS DE COLETA DE INFORMAÇÕES	118
5.6.1	Fontes Documentais	118
5.6.2	Fontes Orais	119
5.6.3	Validação de conteúdo do roteiro de entrevista	120
5.6.4	Procedimentos de Entrevista	121
5.7	PROCEDIMENTOS ÉTICOS	121
5.8	ANÁLISE DOS DADOS QUALITATIVOS	123
5.9	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	124
5.9.1	Competição como modelo de educação e formação	124
5.9.2	Contribuições efetivas dos JEP para a educação e formação das crianças	127
5.9.3	Adequações do modelo de competição dos JEP conforme as crianças	131
5.9.4	O papel das vitórias e das derrotas no processo de educação e formação	142
5.9.5	Os pais no processo de formação esportiva e nas competições dos JEP	148
5.9.6	O treinamento, o volume e a frequência da participação em competições.	153
5.10	CONSIDERAÇÕES FINAIS A RESPEITO DO MODELO DE COMPETIÇÃO REVELADO NOS JEP E SUA COLABORAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS PARTICIPANTES.....	158
6.	CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
	REFERÊNCIAS.....	165
	APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO DA INSTITUIÇÃO (ESTUDO HISTÓRICO)	174
	APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (ESTUDO HISTÓRICO).....	176
	APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO DA INSTITUIÇÃO	178
	APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	180
	APÊNDICE E - DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DA TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA.....	182
	APÊNDICE F – GUIA DE ENTREVISTA COM PROFESSORES CRIADORES DOS JOGOS ESCOLARES DE PETROLINA (JEP).....	183
	APÊNDICE G – GUIA DE ENTREVISTA COM PROFESSORES ATUANTES NOS JOGOS ESCOLARES DE PETROLINA (JEP) ENTRE AS DÉCADAS DE 80 E 90 E NA ATUALIDADE.....	185
	ANEXO A – REGULAMENTO GERAL DOS JEP	187

PREFÁCIO

A competição esportiva escolar foi a temática que escolhemos para ser tratada nesta tese. Considerando que existem inúmeros temas e problemas de pesquisa no âmbito das Ciências do Movimento Humano que justificariam a realização de um estudo, comecei a questionar-me sobre os motivos que me levaram a escolher esta temática. A resposta poderia ser construída a partir da grande aceitação que o esporte, nas suas diferentes dimensões (formativa, rendimento e lazer), recebe da sociedade; a realização de dois dos maiores eventos esportivos em nosso país (Copa do Mundo de Futebol e Jogos Olímpicos) também poderiam explicar a opção pela realização de um estudo sobre a competição esportiva escolar, mas sinto que a resposta estaria incompleta.

Por mais que os motivos anteriormente elencados sejam relevantes e verdadeiros, creio que a escolha do tema se originou principalmente da conjunção da minha história de vida (educação, escolha e atuação profissional) com as características da cultura esportiva de Petrolina, cidade localizada no sertão de Pernambuco, onde resido e trabalho como professor do curso de Educação Física da Universidade Federal do Vale do São Francisco. O esporte sempre esteve presente na minha formação, quando criança tive a oportunidade de jogar futebol em campinhos feitos em terrenos baldios (algo que não se imagina nos dias de hoje), participei de escolinhas de basquetebol, de vela, de judô, joguei tênis e na adolescência lutei karatê, tendo inclusive participado de competições destas duas modalidades (tênis e karatê). Todas estas vivências esportivas colaboraram e deixaram marcas que influenciaram na formação da pessoa, do profissional que sou e, por consequência, na escolha do tema desta tese de doutorado.

Não me tornei um craque no futebol, não fui um Jordan no basquetebol, um Robert Scheidt na vela, um Aurélio Miguel no judô e muito menos um Roger Federer no tênis, porém, tive professores que “ensinaram bem esportes a todos os alunos”, “ensinaram mais do que esportes” e “ensinaram a gostar de esportes”, princípios pedagógicos que o professor João Batista Freire preconiza a partir dos anos 90. A prática pedagógica destes professores desenvolveu-me a capacidade de avaliar as qualidades, potencialidades e limitações do meu desempenho esportivo, de meus

colegas e adversários. Ensinou que uma vitória não tem sentido se não for alcançada com respeito às regras, à ética e a moral. A escolha da Educação Física como profissão foi consequência do papel que o esporte teve na minha educação.

O tênis foi a modalidade esportiva que decidi trabalhar, fato que me fez escolher estudar na ESEF/UFRGS. Após a conclusão do curso, começo a viver a variedade de situações e realidades que o mercado de trabalho oferece. A jornada profissional com o tênis inicia na Academia Cearense de Tênis na cidade de Fortaleza/CE, continua no Clube 12 de Agosto de Florianópolis, retorna para a realidade das academias de tênis em Porto Alegre e culmina com o trabalho na Associação Leopoldina Juvenil em Porto Alegre. Na Associação Leopoldina Juvenil fui professor e coordenador da escola de formação técnica, tendo trabalhado com iniciação, lazer e competições. Este período, com 19 anos de duração, foi muito rico em vivências, experiências e em amadurecimento profissional. A necessidade de continuar a formação acadêmica foi logo percebida. Entendíamos que esta qualificação no curto prazo seria um diferencial no mercado e melhoraria a prática profissional, no longo prazo a formação acadêmica traria a possibilidade de buscar trabalhar com a docência em nível universitário. Desta forma, em 1997 concluímos o curso de Pós-graduação em nível de especialização em Treinamento Desportivo de Alto Rendimento aplicado ao Tênis e em 2006 obtivemos o título de Mestre em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O Prof. Carlos Adelar Abaide Balbinotti foi fundamental neste processo de amadurecimento profissional e de formação acadêmica. Ele foi um dos professores que nos ensinou a jogar tênis, posteriormente coordenou e orientou o nosso trabalho na Associação Leopoldina Juvenil, estimulou a busca pela formação acadêmica, orientou o meu mestrado e o meu processo de doutoramento. Em 2010, alertado pelo professor Balbinotti sobre o crescimento do número de Universidades Federais e da abertura de concursos, começo a pesquisar as possibilidades e oportunidades de colocação e verifico que foi aberto um concurso para professor efetivo do curso de Educação Física na Universidade Federal do Vale do São Francisco, situada na cidade de Petrolina/PE. Inscrevo-me no concurso e alcanço a aprovação. Neste momento começa a ser encerrado um ciclo de 19 anos de trabalho na Associação

Leopoldina Juvenil, ministrando aulas e treinamentos de tênis para crianças e adolescentes.

A experiência obtida com a competição esportiva infanto-juvenil, especialmente por ter sido um dos professores encarregados de estimular e promover o início da participação dos alunos nas competições de tênis, permitiu perceber que a participação em competições esportivas, quando bem organizada, bem orientada e respeitando os interesses das crianças participantes, se constitui em uma excepcional oportunidade de formação e educação destas crianças. A gênese do interesse em estudar a competição infanto-juvenil surge deste período, destas vivências e dos exemplos recebidos de meus professores.

Residindo na cidade de Petrolina (PE) e atuando como professor do Curso de Educação Física da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) desde outubro de 2010, foi possível perceber, por meio dos relatos dos alunos do Curso de Licenciatura do curso de Educação Física, dos professores de Educação Física da rede escolar e de matérias veiculadas em jornais locais, blogs e emissoras de televisão, a importância e tradição que os jogos esportivos escolares desfrutam na região. Diferentemente da região sul, de onde sou oriundo, onde a formação esportiva e a preparação para as competições são fortemente estimuladas pelos clubes, na cidade de Petrolina os clubes não se envolvem com o esporte de forma significativa, como também não costumam oferecer programas esportivos para as crianças. A iniciação e o treinamento das crianças, nas diferentes modalidades esportivas, são predominantemente desenvolvidos no âmbito escolar, por consequência, as principais oportunidades de competições esportivas infanto-juvenis na região não são em nível federado, mas em nível escolar.

Os Jogos Escolares de Petrolina se configuram na principal competição esportiva infanto-juvenil da região. Esta competição é anual, tendo sido criada no início da década de 70, sendo disputada (de forma ininterrupta) até a atualidade. Entendemos que a docência no curso de Educação Física da Univasf, ministrando as disciplinas de Pedagogia do Esporte e Esportes de Raquete, assim como a atuação no Programa Institucional de Iniciação à Docência – PIBID da universidade, faz com que tenhamos a responsabilidade de nos aprofundarmos no entendimento da

realidade da Educação Física na região, formar e capacitar os futuros profissionais de Educação Física, seja no bacharelado ou na licenciatura. Os Jogos Escolares de Petrolina se constituem em um importante cenário de atuação do profissional de Educação Física, o seu trabalho, seja na preparação dos alunos (iniciação e treinamento), seja durante as disputas, terá significativa influência no processo de formação e educação das crianças da região.

Desta forma, nos parece que os estudos sobre o processo histórico de criação desta competição; sobre a contribuição das competições, em especial dos Jogos Escolares de Petrolina (JEP) para a educação e formação das crianças; sobre a percepção dos professores de Educação Física da região em relação aos JEP, se justificam devido às contribuições que darão para a formação dos futuros profissionais de Educação Física e, também, devido à contribuição para o desenvolvimento deste evento, assim como para eventos competitivos escolares organizados em outras regiões.

Recentemente, enquanto assistia um jogo de futsal de uma competição entre escolas, fui abordado por dois meninos, com 8 e 10 anos de idade. Chegaram correndo no ginásio e me perguntaram quanto estava o jogo. Após um breve diálogo, onde perguntei se eles jogavam futsal, o menino mais velho, com indisfarçável orgulho, me faz o seguinte questionamento: O senhor sabia que eu vou disputar os Jogos Escolares este ano? Se já havia sido possível perceber a importância dos JEP, através da mídia, dos comentários dos alunos do curso de Educação Física da Univasf e dos professores das escolas, o orgulho do menino de 10 anos de idade por participar dos JEP foi a demonstração cabal da importância destes jogos para a formação e educação das crianças no contexto esportivo de Petrolina. Por estes motivos, pessoais, profissionais e regionais, a temática escolhida para esta tese é sobre a competição esportiva escolar.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O tema central da pesquisa situa-se no âmbito da competição esportiva escolar. Desenvolveu-se um estudo sobre as contribuições das competições esportivas para a formação e educação dos participantes, especificamente sobre o caso dos Jogos Escolares de Petrolina (JEP) e o impacto deste evento como instrumento de formação e educação das crianças e adolescentes da região. Trata-se de uma competição esportiva escolar desenvolvida a mais de 40 anos na cidade de Petrolina (PE), cidade localizada no estado de Pernambuco, na Microrregião do Sertão do Médio São Francisco¹, em que o esporte praticado nas escolas se constitui na principal oportunidade de prática esportiva organizada para as crianças e adolescentes. Este fato contribui para que os JEP se constitua na principal competição esportiva infanto-juvenil da região e em um importante espaço para a educação e formação destas crianças.

Sendo um dos mais destacados fenômenos da atualidade, o esporte tem em seu interior uma série de conhecimentos, valores e saberes que são construídos de acordo com a cultura dos indivíduos, das realidades e dos cenários em que ele acontece. Neste sentido, a Pedagogia do Esporte tem a responsabilidade de investigar e intervir neste fenômeno, para que ele possa ser vivenciado pelos indivíduos de uma forma que traga contribuições para a sua educação (REVERDITO; SCAGLIA; PAES, 2013). Para Reverdito, Scaglia e Paes (2013) ao avaliar-se a base teórica das práticas e intervenções no âmbito do esporte, percebe-se que alguns pontos importantes ainda precisam ser tratados com maior profundidade, entre eles a competição esportiva.

O esporte é um importante instrumento de educação de crianças e jovens. Ao mesmo tempo em que o esporte se difunde, cresce na sociedade o reconhecimento do caráter pedagógico do jogo e da prática esportiva como meio de educação dos jovens, fatores estes que contribuiriam para a disseminação do esporte nas escolas e demais instituições educacionais (KORSAKAS, 2009). Lucas, Pereira e Monteiro (2012) referem que tem sido um consenso a ideia de que o esporte é um importante

¹ Conforme informação contida no Regulamento Geral dos Jogos Escolares do estado de Pernambuco, edição 2010.

instrumento para o desenvolvimento psicossocial das crianças e jovens; consideram, ainda, que a Educação Física e o esporte escolar são meios privilegiados de educar a vontade, fator muito importante na tomada de decisões, na formação das atitudes e dos comportamentos proativos. A escola se constitui em um espaço de extrema importância para que as crianças possam ter contato com o esporte e a atividade física, procurando assim, melhorar o seu nível de competências físico-motoras e de socialização, o que possui implicações na dimensão psicológica da construção da personalidade (LUCAS; PEREIRA; MONTEIRO, 2012).

O esporte desenvolvido nas atividades extracurriculares, por sua vez, aumenta a motivação dos alunos para as atividades escolares, auxilia na aquisição dos hábitos de vida saudáveis e no desenvolvimento da personalidade (LUCAS; PEREIRA; MONTEIRO, 2012). O fato de o esporte escolar possuir duas vertentes (lazer e rendimento) faz dele um ótimo instrumento educacional.

Na verdade, recreação e competição não são opostas, mas complementam-se, uma vez que se pretende atingir simultaneamente objetivos hedonísticos (escolha livre do tipo de atividade pelo prazer que decorre da sua prática) com uma componente de autossuperação e procura da excelência (LUCAS; PEREIRA; MONTEIRO, 2012, p.155).

Thiess; Lühnenschloss e Wille (2004) afirmam que no sentido amplo, o treinamento no esporte é sempre uma preparação para a competição. A competição vem a ser uma das formas de controle sobre o processo ou estágio deste treinamento. Por este motivo, o treinamento e a competição deveriam ser estudados, teoricamente e empiricamente, da mesma forma, porém, não é isso que ocorre. As investigações científicas e a interpretação sobre as competições apresentam um nível de desenvolvimento menor, quando comparada com os estudos sobre o treinamento no esporte (THIESS; LÜHNENSCHLOSS; WHITE, 2004). No mesmo sentido, Marques (1997) afirma que as questões sobre a teoria e a metodologia que orientam os treinos infanto-juvenis recebem uma crescente atenção, atenção esta que não tem sido dada, na mesma medida, para a competição infanto-juvenil. Candeias (1999), citando a realidade portuguesa, relata que a competição de crianças, apesar de ser um dos assuntos mais polêmicos, de modo incongruente, tem sido um dos menos discutidos e estudados naquele país.

A competição, em especial a competição escolar, sempre gerou muitos debates que se polarizavam entre os favoráveis e os contrários às competições. Reverdito et al. (2008) entendem que esta polarização, e muitas vezes a impossibilidade de diálogo, ocorrem devido a dois fatores: a) a negação da Educação Física para o tema, verificado pelo reduzido número de obras que discutem a competição esportiva escolar; b) no âmbito da Pedagogia do Esporte, por maior que tenha sido o avanço no estudo sobre as principais abordagens de ensino do esporte na escola, são poucos os autores que se dedicam ao tema da competição escolar.

Reverdito et al. (2009) investigaram as principais abordagens da Pedagogia do Esporte no Brasil relacionando-as com o modelo tecnicista. Os autores (2009) identificam que os estudos se concentram em metodologias de ensino, planos de aulas e jogos e não apresentam discussões referentes a modelos ou princípios que deveriam nortear as competições. Ao efetuarmos a busca de trabalhos sobre o tema da competição esportiva escolar nos bancos de dissertações e teses da UFRGS, da CAPES e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, foi possível perceber que a carência de trabalhos apontada por Reverdito et al. (2008) permanece até a atualidade².

É a competição o motivo que faz com que muitos pedagogos se oponham à adoção do esporte como um modelo de educação e formação de jovens, oposição originada no entendimento de que a competição promove na formação destes jovens a valorização estremada da concorrência e do individualismo, prejudicando a formação dos valores de igualdade e de solidariedade (MARQUES, 2004a; GAYA; GAYA, 2013). Para Marques (2004a), esta visão que anula a iniciativa pedagógica alicerçada na valorização do esforço e do mérito, não é adequada. Considera que não se promovem as condições de equidade, de igualdade de oportunidades e de solidariedade através do nivelamento dos desempenhos por baixo, visto que as pessoas não possuem as mesmas capacidades e valores.

Bento (2004), também se posiciona de maneira contrária a esta visão que se opõe ao esporte e à competição como instrumentos de educação de crianças e jovens.

² Até a data de 10/03/2015 foram encontrados 6 trabalhos que abordavam aspectos relacionados à Competição Esportiva Escolar

Segundo Bento (2004, p.46), é justamente a competição que se configura a base e o pressuposto para a cooperação, pois “quem não sabe competir, não sabe cooperar”. O jogo proporciona a oportunidade de desenvolver valores como a humildade, resultante do enfrentamento das dificuldades e inabilidades; fomenta a aceitação de si e o respeito ao próximo. Para Bento (2004), o jogo (presente no esporte e nas atividades esportivas competitivas) proporciona a oportunidade de alteração de papéis: quem perde hoje poderá ser vencedor amanhã; quem vence tem a certeza de que as vitórias não se perpetuarão para sempre. Gaya e Torres (2004) e Gaya e Gaya (2013) também consideram que o esporte de rendimento, no qual se insere a competição, constitui-se em um espaço de formação e educação, pois proporciona oportunidades para o desenvolvimento moral e social dos seus praticantes.

O que pretendemos efetivamente ressaltar é que a competição e o desafio estão presentes em todas as manifestações do esporte. Seja no esporte de alto rendimento ou de excelência, seja no esporte de lazer e no esporte educacional, em todos eles há competição ou um desafio a ser enfrentado. É evidente que, se construídos sobre princípios éticos e morais, as competições esportivas e os desafios se constituem alicerces seguros sobre os quais se pode edificar uma pedagogia vocacionada para a formação integral de crianças e jovens (GAYA; GAYA, 2013, p. 51).

Não temos como objetivo “sacralizar” a competição infanto-juvenil, muito menos a competição escolar, é certo que ocorrem excessos em algumas competições, a ponto de existirem propostas e discussões no sentido de se criar formas de disputa e normas visando proteger as crianças de excessos que podem ser cometidos nos processos de treino e de competições (DIXON, 2007; KERR; STIRLING, 2008; MAROTI; GOINA, 2009; WEBER, 2009).

Porém, existem estratégias para tornar o processo competitivo em algo saudável e adequado no desenvolvimento das crianças: através da sensibilização dos adultos sobre as reais necessidades e interesses das crianças em relação à participação em competições; através do entendimento de que a criança não é um adulto em miniatura; da adequação das atividades ao estágio de desenvolvimento; proporcionando experiências positivas de competições; promovendo desafios e não ameaças no ambiente competitivo; valorizando o esforço e não apenas o produto

(resultado competitivo); oferecendo críticas construtivas para a melhora no desempenho e não somente apontando os erros (DE ROSE JR., 2009).

A competição é elemento fundamental do esporte, é ela que dá sentido à sua existência. Desta forma, qualquer atividade de ensino e de aprendizagem de esportes (escolas, clubes ou centros de treinamento) não pode ser desvinculada da necessidade de se aprender a competir (SCAGLIA; MONTAGNER; SOUZA, 2001; MARQUES, 2004a; SCAGLIA; GOMES, 2005). Marques (2004a) aponta outras questões fundamentais para que se entenda e coloque a competição no centro de um modelo de educação de jovens: a) a criança ao significar o sentido do esporte não separa o jogo e a competição. b) a competição é o que faz a criança praticar o esporte; nas idades iniciais o treino não é visto pelas crianças como uma preparação para competir.

Ainda na visão de Marques (2004a), o que se deve fazer é criar competições organizadas de acordo com os interesses, expectativas e necessidades das crianças. A competição, desta forma, passa a ser efetivamente um instrumento para a educação das crianças e jovens. Tani (2001) também entende que a competição é inerente à atividade esportiva, se constituindo em parte integrante do processo de formação da criança e adolescente, devendo ser utilizada para o desenvolvimento esportivo, psicológico e social das crianças.

As crianças participam do esporte em períodos cruciais para a sua formação e educação, no entanto, esta participação não é automaticamente benéfica ou maléfica, é a qualidade desta prática que fará com que o esporte tenha consequências positivas ou negativas (MARQUES, 2006); posicionamento corroborado por Ferraz (2009, p.58) ao afirmar que “a competição em si não é boa ou má, ela é o que fazemos dela”. Esta competição esportiva, em especial a escolar, deve possuir compromissos com a educação das crianças (REVERDITO; SCAGLIA, SILVA et al., 2008).

No ano de 2014, foi realizada a 44^a edição dos Jogos Escolares de Petrolina (JEP), jogos organizados pela Secretaria de Esportes de Petrolina em sua fase municipal, contando com a participação de aproximadamente 3000 crianças, que participam de competições esportivas em esportes individuais (judô, atletismo,

natação, xadrez e tênis de mesa) e coletivos (futebol, futsal, voleibol, basquetebol e handebol). A fase regional dos Jogos Escolares, competição seletiva para os Jogos Escolares de Pernambuco, é organizada pelo Centro Regional de Esportes e Lazer de Petrolina, por meio da Secretaria Especial de Esportes de Pernambuco, em parceria com a Secretaria de Educação de Pernambuco e com a Secretaria de Esportes de Petrolina. Na sua fase regional, os Jogos realizados em 2010 contaram com a participação de 42 escolas, com 1.394 atletas de cinco municípios nas categorias mirim e infantil³.

Como se pode constatar, o esporte desenvolvido nas escolas (municipais, estaduais e particulares), desempenha um papel determinante na formação de crianças e jovens da cidade. Em função da importância atribuída aos JEP pela comunidade, a Secretaria Municipal de Esportes – segundo notícia veiculada por ocasião do encerramento da etapa Mirim dos Jogos Escolares de Petrolina – está planejando a elaboração de um projeto de lei municipal⁴ junto a Câmara de Vereadores para tornar obrigatória a realização anual dos Jogos Escolares de Petrolina.

Com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre o papel que os JEP cumprem na formação e educação das crianças e jovens, emerge a questão central desse estudo: Quais as contribuições que os Jogos Escolares de Petrolina trouxeram para a formação e educação dos jovens atletas? Para respondê-la, propõem-se as seguintes questões norteadoras:

(a) Quais os modelos teóricos que tratam das competições esportivas, das atividades competitivas (jogos simulados, competições amistosas com outras escolas, etc.) e dos treinos visando à participação de crianças e adolescentes no esporte competitivo?

(b) Como se sucederam as primeiras edições dos Jogos Escolares de Petrolina (planejamento e a organização, objetivos dos jogos, escolas participantes, locais de realização, condições materiais e logísticas)?

³ Relatório Geral do 40º Jogos Escolares Regionais de Petrolina- Ano 2010

⁴ <http://www.petroilina.pe.gov.br/2010/noticia.php?id=1365>

(c) Quais os modelos de competição esportiva revelados nos Jogos Escolares de Petrolina e de que forma estes modelos colaboram com a educação e formação das crianças e jovens?

A presente tese faz parte de um projeto maior, “projeto guarda-chuva” intitulado: Modelos de competições esportivas para crianças e jovens: um estudo descritivo–exploratório, projeto este aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul sob o número de protocolo 271526. A realização desta tese observou as questões éticas inerentes à pesquisa com seres humanos presentes na Resolução do Ministério da Saúde nº 466/2012. Às instituições e professores que participaram do estudo de caráter histórico foram apresentados os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido do estudo histórico (Apêndice A, B) bem como a solicitação da autorização para que a identidade dos participantes fosse revelada e que os documentos e fontes imagéticas disponibilizados fossem utilizadas para a realização do estudo. Às instituições e professores (atuantes na atualidade) que aceitaram participar do estudo sobre os JEP da atualidade, foram apresentados os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice C, D) explicando o tema e a questão central do estudo, bem como os direitos que os participantes possuem e os deveres que o pesquisador deve assumir junto aos participantes da pesquisa. Uma vez lido, foi solicitada a assinatura dos professores no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A coleta das fontes orais e documentais ocorreu após a qualificação do estudo junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano e a aprovação do mesmo junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Além da apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aos participantes da pesquisa, o pesquisador nesse momento assumiu a responsabilidade de seguir os seguintes compromissos éticos: a) disponibilização aos participantes de todas as informações relativas aos propósitos do estudo; b) não ocorrência de omissão ou fraudes durante a coleta dos dados, garantindo assim a precisão e a correta interpretação das informações; d) cuidado especial para minimizar a interferência do pesquisador nas atividades profissionais e/ou de lazer dos participantes durante a realização das entrevistas (FLICK, 2009a; FLICK, 2009c; GIBBS, 2009; STAKE, 2011).

A tese foi desenvolvida utilizando fontes documentais (regulamentos, regras, etc.); fontes orais, fontes imagéticas (fotos). Devido ao fato dos Jogos Escolares de Petrolina serem realizados ao longo de mais de 40 anos, estruturou-se a tese em três estudos que abrangem dois períodos de tempo. O primeiro estudo constitui-se no referencial teórico para a realização da tese, desta forma ele trata da Teoria e Metodologia das Competições Esportivas Infanto-Juvenis e do Modelo Teórico apresentado pelo Prof. António Marques (2004a), modelo este que defende a competição esportiva como elemento estrutural no processo de educação e formação de crianças e jovens.

O segundo estudo trata do surgimento dos Jogos Escolares de Petrolina (JEP), fez-se um estudo histórico sobre a sua criação. Abordou-se as condições (logísticas, materiais) disponíveis no período de seu surgimento, os valores e atitudes que serviram de modelo aos participantes dos jogos; o modelo de competição adotado, os conteúdos que fizeram parte da competição; os objetivos da participação nos jogos e o planejamento e organização dos JEP nas suas edições iniciais.

O terceiro estudo focaliza a realidade atual dos JEP, especialmente a partir do momento que a sua organização passa a ser responsabilidade da Secretaria de Esportes do Município. Através dos depoimentos de professores de Educação Física que atuam nos JEP, são apresentadas e descritas as características dos Jogos Escolares de Petrolina (organização, regras, modelo de competição adotado), as particularidades que os fazem colaborar com a formação e educação dos participantes, bem como as limitações e dificuldades ainda existentes para que o seu potencial educacional se concretize por completo.

2. Primeiro Estudo – TEORIA E METODOLOGIA DAS COMPETIÇÕES ESPORTIVAS INFANTO-JUVENIS

Os pressupostos teóricos utilizados para a elaboração deste projeto de pesquisa estão apresentados em quatro tópicos. Inicialmente são tratadas as questões referentes à Teoria e Metodologia das Competições Esportivas. Neste tópico são abordados os conceitos de competição; fatores que as diferenciam; classificações das competições; organização das competições e funções das competições.

O segundo tópico aborda as questões relativas ao treinamento infanto-juvenil, tais como os aspectos sobre a preparação e o desenvolvimento do treinamento infanto-juvenil; as etapas desta preparação; os objetivos e a função das competições neste processo de desenvolvimento.

O terceiro tópico trata das questões relativas à prática esportiva e às competições na educação e formação infanto-juvenil. Neste tópico são trabalhados os aspectos relativos às contribuições da prática esportiva e da competição para a formação e educação infanto-juvenil; os aspectos relativos à organização destas competições; as questões que devem embasar o início da participação das crianças e jovens nas competições; a preparação para as competições e as questões referentes à competição esportiva escolar. O quarto tópico apresenta estudos empíricos sobre a temática da competição esportiva infanto-juvenil.

2.1 TEORIA E METODOLOGIA DAS COMPETIÇÕES ESPORTIVAS

Desde o seu início, a competição esportiva é definida como uma comparação de rendimento de esportistas, comparação que pode ser realizada através de disputas individuais ou em equipes, organizada a partir de regras e normas de conduta inerentes a cada modalidade esportiva (THIESS; LÜHNENSCHOLOSS; WILLE, 2004). Esta definição inicial das competições esportivas sofre alterações e ampliações ao longo do tempo, decorrentes da evolução dos esportes. Desta forma, novos aspectos são incorporados, assim como outros aspectos são retirados das competições esportivas. As ampliações ocorridas nas competições esportivas podem ser percebidas pelo crescimento da aceitação das competições esportivas na

sociedade, na criação e no desenvolvimento de competições esportivas no esporte de lazer, no esporte da terceira idade e no esporte para portadores de necessidades especiais (THIESS; LÜHNENSCHOLOSS; WILLE, 2004). Por estes motivos, os autores (2004) entendem que a competição esportiva tem sido no seu desenvolvimento, uma componente fixa de quase todas as formas de práticas esportivas.

Thiess; Lühnenscholoss; Wille (2004) consideram que, mesmo que nem sempre se fale em competições esportivas na escola fundamental, a comparação de rendimentos é cada vez mais utilizada como uma forma de auxílio no ensino do esporte.

Incluso em los jardines de infancia, las comparaciones de rendimiento deportivo constituyen (en el sentido más amplio de la denominación de las competiciones deportivas), desde hace mucho tiempo, un método insustituible para la promoción del afán de rendimiento corporal y deportivo de los niños pequeños. (THIESS; LÜHNENSCHOLOSS; WILLE, 2004, p.11).

As várias competições (oficiais e não oficiais) que um atleta participa ao longo da sua preparação esportiva formam o sistema de competições. Este sistema de competições está relacionado com os objetivos que orientam esta participação competitiva. Entre as partes essenciais que formam e organizam o sistema de competições estão os tipos de competições; os modos de competições; as formas de disputa; os gêneros de competições e as modalidades de competições (PLATONOV, 2004; THIESS; LÜHNENSCHOLOSS; WILLE, 2004; GOMES, 2009).

Dentre os principais objetivos que orientam a participação em competições estão a revelação das capacidades necessárias para alcançar o alto desempenho esportivo e a satisfação dos objetivos pessoais e sociais relacionados ao esporte (GOMES, 2009). Estas características estão presentes em todas as competições esportivas, porém, devido à variedade de esportes e das condições em que são organizadas as competições, algumas características acabam por se destacar em relação às outras (Ex. competições para espetáculo ou profissionais). Segundo Gomes (2009), estas particularidades acabam influenciando as formas da organização e as características das competições.

Além destes fatores anteriormente elencados, Gomes (2009) ressalta que as competições esportivas se diferenciam devido às suas circunstâncias e características, tais como o prestígio e local da prova (interna, local, regional, nacional ou internacional); as características dos participantes (idade, sexo, nível técnico); as condições de acesso à competição (ranking, existência de competições classificatórias; níveis de desempenho); a forma pela qual se define o resultado (vencedores e demais participantes); regulamento; forma de participação (número de etapas, tipo de eliminação, etc.) e condições onde se desenvolve a competição (clima, local, arbitragem, condições materiais, espectadores e ambiente social e emocional gerado em torno da competição). Estas circunstâncias e características que envolvem a competição esportiva fazem com que ocorra uma diferenciação radical entre elas, mesmo dentro de uma mesma modalidade esportiva (GOMES, 2009).

Devido a esta grande variabilidade de condições e características que podem ser encontradas nas competições, Gomes (2009) afirma que é necessário o estabelecimento de critérios que classifiquem as competições da forma mais precisa possível. Porém, apesar de inúmeras tentativas, até o momento, não surgiu na literatura uma forma de classificação das competições esportivas que fosse única, abrangente e satisfatória (GOMES, 2009). Na sequência serão apresentados alguns exemplos de classificação das competições que a literatura disponibiliza.

Platonov (1988) divide as competições em quatro categorias, conforme estabelecido por Ozolin (1970)⁵: competições de preparação; competições de controle; competições eliminatórias; competições principais. As competições de preparação possuem a finalidade de auxiliar na elaboração do esquema técnico e tático das atividades competitivas, além de preparar o atleta para o desafio inerente à competição. As competições de controle são utilizadas para avaliar o estágio de preparação e o nível técnico do atleta. As competições de controle podem ser oficiais ou não oficiais, porém, os resultados são utilizados para que o treinador e o atleta façam a análise do estágio de preparação dos atletas ou equipes. As competições eliminatórias são provas e disputas utilizadas para a formação de equipes e/ou para a classificação de atletas para uma determinada competição. As competições

⁵ OZOLIN, N.G. **El Sistema moderno de entrenamiento deportivo**. Moscou, Cultura Física Y Deporte, 1970, 224 p.

principais são aquelas que os atletas e os treinadores escolhem com o objetivo de alcançar os melhores resultados. Para o alto rendimento, Platonov (2004) acrescenta a categoria da competição de modelação. Esta categoria é formada pelas competições organizadas e utilizadas de maneira a simular, total ou parcialmente, as condições em que serão desenvolvidas as competições principais do macrociclo do atleta.

Platonov (1988) considera que as competições são elementos insubstituíveis na educação dos atletas. Durante a preparação e no transcorrer da competição ocorrem exigências que contribuem fortemente para a mobilização funcional do organismo, para a educação da resistência mental do atleta e para a estimulação das demais capacidades de adaptação do participante. Para que estas tarefas educacionais e formativas sejam atingidas, Platonov (1988) estabelece que as competições devem ser realizadas seguindo os seguintes princípios: a) devem ser escolhidas de maneira que os seus conteúdos e o seu nível de exigência estejam de acordo com a etapa de preparação em que se situa o atleta; b) o atleta só deverá participar de uma competição se estiver física, técnica e taticamente apto para enfrentar as dificuldades presentes na competição; c) a relação treinamento/competição deverá ser organizada de forma que a competição se configure no ponto alto do processo de preparação; d) as competições devem oferecer, através dos seus conteúdos e do nível técnico dos participantes, um ambiente de enfrentamento e de desafios, que são indispensáveis para a mobilização total das reservas funcionais.

Gomes (2009) considera que a forma de classificação das competições defendida por Platonov (2004) é adequada, porém, entende que outro importante critério de classificação deve ser levado em conta em relação às modalidades esportivas. Este critério classificatório é estabelecido segundo os objetivos das competições e dos principais requisitos relacionados às capacidades físicas (motoras) do esportista exigidas na modalidade. A partir destes aspectos, Zakharov (1992) classifica os esportes em 8 grupos de modalidades esportivas:

- Grupo I – Modalidades complexas de coordenação: exigem a expressividade estética e artística na execução dos exercícios competitivos (Ginástica Artística, Salto Ornamental).

- Grupo II – Modalidades de força e velocidade: exigem as características acíclicas e mistas dos movimentos competitivos em medidas exatas de deslocamento (Saltos do Atletismo, Arremessos, Halterofilismo).
- Grupo III – Modalidades de alvo: a atividade motora é pequena, o desafio está na avaliação do momento em que o atleta deve atirar em um alvo com precisão (Tiro com Arco, Tiro com Pistola).
- Grupo IV – Modalidades de condução: a atividade motora está preferencialmente ligada à direção (condução) dos meios de locomoção (bicicleta, automóvel, cavalo).
- Grupo V – Modalidades cíclicas: remo, atletismo, triatlo, ciclismo, natação, etc.
- Grupo VI – Jogos Desportivos
- Grupo VII – Atividades de Combate.
- Grupo VIII – Provas combinadas: Pentatlo Moderno, Decatlo, Biatlo no esqui. As modalidades proporcionam pontos que são computados para que sejam estabelecidos os vencedores.

Zakharov (1992) aponta, também, que a atividade competitiva em cada grupo de modalidades pode ser classificada em esporte individual ou coletivo; pelas exigências fisiológicas e biomecânicas.

Todas as competições, independentemente das características, dos objetivos e da classificação que elas recebem, são regidas por regras e regulamentos e são organizadas em um calendário previamente estabelecido (PLATONOV, 2004; THIESS; LÜHNENSCHOLOSS; WILLE, 2004; GOMES, 2009). As bases legais que estabelecem as categorias, as modalidades, os tribunais e as exigências para a elaboração de competições, são tarefas das federações esportivas e dos órgãos que organizam o esporte. Esta estrutura organizativa das competições garantirá que todas as demais competições da modalidade sejam realizadas de acordo com os mesmos critérios, algo fundamental para que a comparação de desempenhos seja feita a partir de uma igualdade de condições entre os atletas (THIESS; LÜHNENSCHOLOSS; WILLE, 2004).

A partir desta base legal, o comitê organizador da competição inicia a preparação do evento, trabalho que começa até um ano antes da competição iniciar de forma efetiva. Este comitê organiza todas as questões referentes aos pressupostos e condições necessárias (humanas, materiais e de logística) para que a competição ocorra. O comitê organizador possui autonomia para estabelecer as regras que deverão ser seguidas na competição que está sob sua direção. Estas regras dizem respeito ao que é possível e ao que não é permitido ser realizado pelos atletas durante o evento competitivo (THIESS; LÜHNENSCHOLOSS; WILLE, 2004).

No entendimento de Platonov (2004), as regras e os regulamentos determinam a organização das competições no desporto de acordo com a modalidade, com os métodos de realização, com as características do local da competição, com as condições dos materiais e dos aparelhos, com o corpo de juízes e suas funções, com as regras de valorização dos resultados, com as normas de conduta dos participantes, etc. Ou seja, Platonov (2004, p. 32) considera que “as regras de competição refletem a tentativa de diferenciar e objetivar diversos pontos e de diminuir ao máximo a probabilidade de influência de fatores externos sobre o resultado da competição”.

2.1.1 A competição no sistema de preparação do atleta

Bompa (2002) afirma que um dos principais objetivos do treinamento dos atletas é a participação em competições, participação esta que pode buscar a superação de adversários, a melhoria do próprio desempenho ou alcançar o alto nível esportivo. Porém, os objetivos se estendem para além destes anteriormente mencionados. As competições, na visão de Bompa (2002), são um importante meio de se avaliar o progresso e o estágio de desenvolvimento dos atletas.

Para Platonov (2004), as competições não cumprem apenas o papel de controlar o nível de preparação dos atletas e encontrar um vencedor, elas são, também, um meio importante para aumentar o estado da preparação e da técnica esportiva. A preparação direta para as competições é um importante instrumento para mobilizar o potencial funcional do organismo do atleta, para estimular as suas capacidades de adaptação e educar a sua estabilidade psicológica. Por estes motivos, Platonov (2004) considera que são muito naturais as tentativas dos especialistas em

utilizar as competições como uma das formas mais importantes de treinamento, especialmente no esporte de alto nível.

Estas questões relativas ao estágio de preparação dos esportistas são muito específicas e individualizadas, desta maneira, fazem com que o sistema de competições de cada atleta ao longo do seu desenvolvimento esportivo sofra alterações. As alterações ocorrem em função das modificações da prática esportiva competitiva dos atletas, que se alteram em função da evolução de seu nível competitivo (GOMES, 2009). Devido ao fato de que nem todos os atletas chegam ao alto nível, as atividades esportivas e por consequência as competitivas, devem ser organizadas de acordo com os objetivos e com as atividades principais do atleta, de forma individualizada (GOMES, 2009).

Para Platonov (2004), as competições possuem objetivos e cumprem tarefas que se diferenciam ao longo da preparação e do desenvolvimento dos atletas. Nas etapas iniciais da preparação, são priorizadas as competições de preparação e controle. Nesta fase, a competição tem por objetivo controlar a eficiência atingida na etapa de treinamento (física, tática e técnica); contribuir para a aquisição da experiência da situação competitiva e proporcionar o crescimento dos aspectos emocionais da preparação (PLATONOV, 2004). Platonov (2004) refere, ainda, que na medida em que cresce a qualificação dos desportistas, a quantidade de competições em seu calendário deve aumentar, assim como devem ser introduzidas as competições de modelação, de seleção e as principais.

Na prática esportiva moderna, é possível identificar a predominância de 3 metodologias para organizar o sistema de competições dos atletas. São elas: a) competir com a maior frequência possível, tentando obter os mais altos resultados em cada uma destas competições; b) competir com pouca intensidade, pois o objetivo primordial dos atletas é a preparação para as competições principais do seu calendário individual; c) a atividade competitiva do atleta é ampla e diferenciada (PLATONOV, 2004). Competições de controle são utilizadas apenas para o treinamento, o foco principal é direcionado para as competições de classificação e para as competições principais do calendário do atleta.

Cada uma das 3 metodologias, na visão de Platonov (2004), possuem vantagens e desvantagens para o desenvolvimento dos atletas. A estratégia de participar do maior número de competições, buscando atingir altos resultados em todas, tem por vantagem a utilização das competições como meio de preparação e treinamento, as desvantagens são provenientes do fato de que as constantes tentativas de se alcançar os máximos resultados têm sido relacionadas com o declínio técnico, excessos de cargas físicas, psíquicas e com a redução dos níveis de resultados nas competições principais.

A estratégia de participar de competições com pouca intensidade tem por desvantagem o fato da atividade competitiva ser limitada, privando o atleta de desenvolver as reações de adaptação do organismo. A falta de experiência competitiva, devido à pouca intensidade desprendida pelo atleta nas competições, também prejudica o desenvolvimento pleno das questões físicas, técnicas, psicológicas e táticas. Para Platonov (2004), a terceira estratégia relatada é a mais efetiva. Através dela o atleta utiliza as competições como forma de treinamento e preparação, sem os prejuízos decorrentes da busca pelos altos resultados em todas as competições. Além disto, esta metodologia contribui para o desenvolvimento das reações de adaptação do organismo e para o aprimoramento das questões físicas, técnicas, táticas e psicológicas do atleta.

Como se pode perceber, as competições cumprem durante o processo de desenvolvimento de um atleta uma série de funções, que vão desde a revelação das condições para que ele atinja o alto rendimento até questões mais específicas, associadas à satisfação dos objetivos pessoais e sociais relacionados ao esporte. Além destas funções, mais relacionadas ao atleta e ao seu desenvolvimento, as competições cumprem uma série de outras funções, gerais e específicas, que são muito diversas (THIESS; LÜHNENSCHLOSS; WILLE, 2004).

Como funções gerais, Thiess; Lühnenschloss; Wille (2004) apontam a função cultural, a comercial, a função de comunicação, a político-esportiva e a social. Estas funções se integram através das relações de organização e de consumo relacionadas à competição. As funções específicas, por sua vez, se originam das tarefas de ensino, de formação esportiva e das metas associadas às competições. Estas funções se

relacionam com a modalidade esportiva em disputa, com a preparação para esta competição e com a avaliação do resultado competitivo (THIESS; LÜHNENSCHLOSS; WILLE, 2004).

Devido ao fato do tema do trabalho ser a competição esportiva escolar, nos detivemos nas funções específicas das competições. Thiess; Lühnenschloss; Wille (2004) consideram como fundamentais as seguintes funções: a) função de formação esportiva; b) função educacional; c) função de classificação, escolha e descoberta de talentos. Na função de formação esportiva estão integrados os aspectos relacionados à formação na modalidade com o desenvolvimento de um processo pedagógico de exercícios e treinamentos com a competição em si. Thiess; Lühnenschloss; Wille (2004, p.33) afirmam que: “Enquanto o treinamento esportivo em relação à atividade competitiva serve quase exclusivamente para a preparação, a competição pode ser o objetivo e o conteúdo do treinamento”. Percebe-se, desta forma, que o treinamento forma as capacidades competitivas dos atletas, enquanto a competição é o momento específico - em condições especiais - que estas capacidades competitivas são utilizadas. O aprendizado das regras, a formação psíquica do atleta, o respeito aos árbitros e adversários, também fazem parte da função de formação esportiva que é proporcionada pela prática esportiva e competitiva (THIESS; LÜHNENSCHLOSS; WILLE, 2004).

O potencial educacional das competições para o desenvolvimento da personalidade do esportista reflete a função educacional da competição. Thiess; Lühnenschloss; Wille (2004) consideram que a competição esportiva é um fator essencial para a educação dos participantes. Isto porque é através dela que são amadurecidas as regras de comportamentos morais durante as disputas, além de proporcionarem a oportunidade de correção dos desvios de comportamentos relacionados às normas das competições, respeito ao colega, adversário ou arbitragem. A função de classificação, escolha e descoberta de talentos se revelam nas situações em que os atletas são avaliados e colocados à prova em relação aos seus comportamentos, capacidades, esforços e rendimentos. Dizem mais respeito às tarefas de prospecção de atletas para o esporte de alto rendimento (THIESS; LÜHNENSCHLOSS; WILLE, 2004). É importante destacar que não apenas o atleta,

mas também o trabalho do professor é avaliado através dos resultados e atitudes apresentados durante a competição.

A seguir serão abordadas questões acerca do treinamento infanto-juvenil que orientam o desenvolvimento e a formação das crianças e jovens que participam de treinamentos nas diferentes modalidades, assim como as questões referentes à organização e a função que as competições possuem para esta faixa etária.

2.2 O TREINAMENTO INFANTO-JUVENIL

Neste tópico, são tratadas as questões referentes ao treinamento infanto-juvenil. Para dar conta do treino infanto-juvenil, Weineck (1999), Verkoshanski (2001) e Bompa (2002) consideram fundamental a utilização de conhecimentos vindos de várias disciplinas (nutrição, biomecânica, fisiologia, medicina, psicologia entre outras). Para vários autores (VILTE; CARBALLO, 1989; TSCHIENE, 1990; FACAL, 1990; MARQUES; OLIVEIRA, 2001), o treinamento infanto-juvenil ainda necessita de um maior desenvolvimento das questões teóricas que o orientam. Vilte e Carballo (1989) referem que a criança tem sido pouco estudada pela ciência do esporte, onde os aspectos médicos, biomecânicos, anatômicos, neurofisiológicos, psicológicos, didáticos, sociais e organizacionais são levados em conta como um todo.

Para Tschiene (1990), a teoria do treinamento infanto-juvenil se baseia principalmente em experiências práticas dos treinadores e esportistas, em noções parciais, em sugestões metodológicas obtidas das ciências biológicas e pedagógicas e nas ideias e princípios da moderna ciência do treinamento desportivo. Marques e Oliveira (2001, p.130) consideram que os modelos explicativos existentes, “[...] apoiam-se muito na experiência e no conhecimento empírico, em orientações pedagógicas e normativas, e menos do que seria desejável na explicação científica”.

Alguns princípios, no entanto, são consenso entre os pedagogos do esporte. Dentre eles podemos referir o desenvolvimento do treinamento em longo prazo (TSCHIENE, 1990; DAMÁSIO; SERPA, 2000; BOMPA, 2002; BALYI, 2003; PLATONOV, 2004) e o desenvolvimento das capacidades coordenativas nas idades apropriadas (WEINECK, 1999). Böhme e Ré (2009) consideram que o

desenvolvimento do treinamento em longo prazo constitui-se na estratégia mais efetiva para a formação de atletas do que a detecção e seleção realizada precocemente. O treinamento em longo prazo, bem planejado, contribui de maneira significativa para que os jovens atletas possam apresentar resultados adequados e compatíveis com o seu estágio de desenvolvimento, resultados que dependem também das condições pessoais, sociais e da modalidade esportiva escolhida (BÖHME e RÉ, 2009).

Este processo de treinamento em longo prazo pode ter a duração de 6 a 12 anos (FILIN, 1996; BÖHME e RÉ, 2009; GOMES, 2009). Segundo Damásio e Serpa (2000), o treino de crianças e jovens além de ser um processo desenvolvido ao longo de vários anos, deve ser conduzido através de procedimentos relacionados aos fundamentos físicos, técnicos, táticos e psicológicos adequados às crianças e jovens. Mesmo sendo a preparação em longo prazo um consenso, a quantidade de etapas que compõe esta preparação é apresentada com variações na literatura da área. Gomes (2009) divide o processo de treinamento em longo prazo em 5 etapas (Preparação Preliminar; Especialização Inicial; Especialização Profunda; Resultados Superiores e Manutenção dos Resultados). Weineck (1999) entende que o processo deve se desenvolver em 3 grandes etapas: Formação Básica Geral; Treinamento Juvenil dividido em 3 etapas, cada uma com tarefas e objetivos específicos (Treinamento Básico; Treinamento de Formação; Treinamento de Conexão) e Treinamento de Alto desempenho.

Matveev (1996) divide a preparação em longo prazo em 3 estágios: o primeiro estágio é chamado de Estágio de Preparação Básica e é dividido em duas etapas (etapa de Preparação Básica Primária e etapa de Preparação Básica Fundamental); o segundo estágio é chamado de Estágio de Realização Máxima, também dividido em duas etapas (Etapa Pré-Culminante e Etapa Culminante); o terceiro estágio é denominado Estágio Final, sendo também dividido em 2 etapas (Etapa Estabilizadora e Etapa Transitória, de condição geral). Filin (1996) divide o processo de treinamento em longo prazo em 4 etapas: a Preparação Preliminar; a Especialização Desportiva Inicial; Aprofundamento do Treinamento e Aperfeiçoamento Desportivo. A duração destas etapas é condicionada pelas características específicas da modalidade e pelo nível de preparação dos atletas (MATVEEV, 1996).

Filin (1996) postula que a efetividade da preparação em longo prazo depende de que sejam observadas as seguintes questões: as idades ótimas para atingir o alto rendimento; os objetivos de cada etapa de preparação; o nível de preparação (física, técnica, tática) que os atletas devem atingir; o conjunto de meios e métodos de preparação; as cargas de treino e de competição e os controles sobre este processo. Filin (1996) ressalta, ainda, que a preparação em longo prazo não deve ser orientada para a busca de altos resultados nas etapas iniciais deste processo. Esta busca por alcançar elevados resultados precocemente leva a uma sobrecarga do organismo e não contribui para o seu desenvolvimento posterior do atleta em formação.

Apesar desta variação de divisões e denominações das etapas que formam o processo de preparação em longo prazo, podemos considerar que de forma macro, ela se divide em 3 grandes níveis (Preparação Inicial; Treinamento Específico; Treinamento de Alto nível). Segundo diferentes autores (TSCHIENE, 1990; FILIN, 1996; MATVEIEV, 1996; WEINECK, 1999; DAMÁSIO; SERPA, 2000; BOMPA, 2002; BALYI, 2003; PLATONOV, 2004; GOMES, 2009; BÖHME; RÉ, 2009), a primeira fase tem por função o desenvolvimento das capacidades coordenativas, através de atividades e jogos que proporcionem uma ampla variedade de conteúdos que formarão a base motora necessária para o desenvolvimento das tarefas relativas às próximas fases do desenvolvimento em longo prazo.

O segundo nível, a fase do Treinamento Específico, corresponde ao período em que a criança é direcionada para uma modalidade esportiva específica (TSCHIENE, 1990; FILIN, 1996; MATVEIEV, 1996; WEINECK, 1999; DAMÁSIO; SERPA, 2000; BOMPA, 2002; BALYI, 2003; PLATONOV, 2004; GOMES, 2009; BÖHME; RÉ, 2009). Neste momento são iniciados o ensino e o treino das habilidades específicas das modalidades, porém, esta iniciação deve ser realizada através da integração das questões específicas das modalidades com um trabalho multilateral. Neste período é fundamental que não ocorra uma especialização unilateral.

Para Böhme e Ré (2009), esta fase de treinamento (Treinamento Específico) deve ser subdividida em treinamento básico, que corresponde ao trabalho mencionado no parágrafo anterior; em treinamento de síntese e em treinamento de transição. O treinamento de síntese corresponde ao período em que se busca a

melhoria do desempenho específico da modalidade; o domínio das técnicas mais importantes do esporte; o conhecimento dos métodos de treino e o início da participação em competições visando à vitória. Porém, este resultado ainda não deve ser o principal meio de avaliação do processo de treinamento. O treinamento de transição é o período em que se busca aproximar o treino ao estágio dos altos rendimentos. Os objetivos neste período são o domínio dos repertórios técnicos da modalidade; o desenvolvimento das capacidades condicionais; o desenvolvimento da capacidade de tolerância às cargas de treino exigidas nos ciclos de preparação e a obtenção de bons resultados em competições nacionais e internacionais (BÖHME; RÉ, 2009).

Outra questão fundamental para o treinamento infanto-juvenil, segundo Martin et al. (2004), é o reconhecimento por parte de professores e treinadores de que as crianças não são adultos jovens, que os jovens não são crianças e tampouco são adultos. As crianças e jovens se diferenciam dos adultos na sua capacidade de rendimento esportivo, no desenvolvimento do rendimento, na capacidade de treinamento e na tolerância ao esforço. Desta forma, os conteúdos, os métodos e a sistemática do treinamento infanto-juvenil não podem ser uma redução do treino de adultos (MARTIN; NICOLAUS; OSTROWSKI; ROST, 2004).

Para Martin et al. (2004), a segunda diferença entre o treino de adultos e o treino infanto-juvenil se dá na responsabilidade relativa aos processos educacionais. Martin et al. (2004) entendem que os adultos têm uma grande responsabilidade frente aos processos da educação e do treinamento, respeitando, também, a autodeterminação dos jovens. Isto é, devem organizar e sistematizar treinamentos que contribuam não apenas com a formação esportiva dos participantes, mas, também, com a educação integral desta criança e jovem. Para tal, é necessário que os treinos sejam programados através de princípios e normas que os diferenciem dos treinamentos de adultos.

Estes princípios orientadores tem a função de transmitir aos treinadores que atuam no treinamento infanto-juvenil, as orientações que os auxiliarão na construção das tarefas pedagógicas, psicológicas, sociais, assistências e metodológicas do treinamento. Não se referem às ações concretas, mas são indicações normativas que

se originam da responsabilidade educacional frente às crianças e jovens (MARTIN; NICOLAUS; OSTROWSKI; ROST, 2004). Devido à sua grande abrangência, Martin et al. (2004) julgam necessária a divisão dos princípios orientadores em 3 classes: a) Princípios Pedagógicos do Treinamento; b) Princípios de Elaboração e Organização do Treinamento; c) Princípios da Planificação dos Conteúdos e Métodos de Treinamento.

Segundo Martin et al. (2004), são várias as questões que estão inseridas nos Princípios Pedagógicos do Treinamento, entre elas a noção de que o treinamento infanto-juvenil deve seguir princípios éticos, respeitando e tolerando a personalidade do atleta; protegendo a saúde e a individualidade das crianças e jovens durante os treinos e competições. Os treinadores devem ter a responsabilidade de serem modelos de comportamento para as crianças; as decisões relativas aos treinamentos e ao desenvolvimento do rendimento devem estar em harmonia com o desenvolvimento da personalidade das crianças; os treinamentos devem ser prescritos de forma individualizada, respeitando as condições e estágios de desenvolvimento da criança. Os treinadores devem ter em mente a jornada dupla das crianças (escola e treino), organizando atividades que levem em consideração a limitação de tempo e que desenvolvam nas crianças atitudes positivas e de responsabilidade frente aos treinos.

Entre as questões mais importantes referentes aos Princípios da Elaboração e Organização do Treinamento estão a adequação da atividade de treino ao objetivo proposto; o crescimento da especialização ocorrendo de forma crescente e oportuna; a formação ocorrendo em uma perspectiva de longo prazo e a existência de uma harmonia entre as exigências da competição e do treino (TSCHIENE, 1990; FILIN, 1996; MATVEIEV, 1996; WEINECK, 1999; DAMÁSIO; SERPA, 2000; BOMPA, 2002; BALYI, 2003; PLATONOV, 2004; GOMES, 2009;). Ou seja, as exigências e conteúdos das competições devem estar relacionados aos objetivos propostos para o estágio do treinamento.

Em relação aos Princípios da Planificação dos Conteúdos e Métodos de Treinamento, Martin et al. (2004) afirmam que os treinadores devem observar aspectos como o aumento progressivo das dificuldades de aprendizagem e da carga

de trabalho; os objetivos do treinamento, em todas as etapas da formação, devem apresentar uma relação harmônica entre os conteúdos gerais e específicos da modalidade, para com isso sustentar adequadamente o posterior desenvolvimento das condições de rendimentos variadas (gerais e específicas); deve ser buscada a máxima qualidade na execução dos exercícios de treino. Por fim, a eficácia e o rendimento necessitam de um tempo adequado para serem atingidos, por este motivo, a quantidade e a qualidade das ações de treino são decisivas para que se alcancem os objetivos propostos.

As questões relativas à periodização do treinamento infanto-juvenil ainda carecem de uma melhor elucidação. Beneli, Rodrigues e Montagner (2006) relatam que a maioria dos estudos que abordam a temática, utilizam modelos de periodização como uma forma de potencializar determinadas capacidades físicas, além de terem sido realizados com amostras de idade mais avançada, pouco auxiliando na organização do treinamento infanto-juvenil.

Para Gomes (2009), o principal objetivo da periodização do treinamento é organizar o treinamento de tal forma que os melhores resultados sejam alcançados em um período determinado. Se este objetivo parece lógico na realidade do esporte de alto rendimento, o mesmo não ocorre na realidade do esporte infanto-juvenil. Conforme diferentes autores anteriormente mencionados (FILIN, 1996; MARTIN; NICOLAUS; OSTROWSKI; ROST, 2004), os resultados esportivos, especialmente nas etapas iniciais da preparação em longo prazo, não devem se constituir no maior objetivo nem na principal estratégia de avaliação do desenvolvimento deste jovem atleta. Desta forma, podemos perceber que a periodização no esporte infanto-juvenil deve ser realizada a partir de critérios e orientações diferentes do esporte de alto rendimento.

Neste sentido, Martin et al. (2004) consideram que a periodização do treinamento é a questão que mais carece de desenvolvimento no esporte infanto-juvenil, pois os modelos de periodização até então preconizados são concebidos no âmbito do esporte de alto rendimento. Os autores (2004) entendem que no período da formação geral de base e no período do treinamento de base, não há nenhuma modalidade esportiva que exija a periodização na busca da formação esportiva. Toda

a organização do treinamento anual não deve ter por objetivo atingir alto desempenho, mas, sim, a sistematização do desenvolvimento das questões que são treinadas nas diferentes fases do desenvolvimento em longo prazo. Somente a partir da fase do treinamento de aprofundamento a periodização passa a fazer sentido. Para Martin et al. (2004), o modelo de periodização que deve ser utilizado no esporte infanto-juvenil é o modelo clássico, desenvolvido por Matveev, porém, levando em conta o calendário escolar.

Weineck (1999) considera que o objetivo do treinamento é obter o rendimento ideal das crianças, rendimento que está relacionado ao seu estágio de desenvolvimento (faixa etária, características físicas e psíquicas), desta forma entende que a periodização para esta faixa etária deve levar em conta aspectos como: o calendário escolar; as competições devem ser utilizadas como um meio de avaliar o trabalho e não como o objetivo primordial do trabalho (algo presente no esporte de adultos) e as fases de treino devem ser divididas em períodos curtos para garantir a recuperação e a regeneração, que são especialmente necessárias ao organismo infanto-juvenil.

Marques (1993) entende que no esporte infanto-juvenil as competições são importantes, porém, isso não significa que a preparação deva ser realizada e orientada pela necessidade de se obter os melhores resultados possíveis nas competições desta fase. A busca pelos mais altos resultados é uma característica do esporte de alto rendimento. Por este motivo, Marques (1993) considera que a periodização no treinamento infanto-juvenil deve ser muito diferente da periodização do esporte de alto rendimento, devendo ser realizada respeitando os princípios que orientam o treinamento infanto-juvenil, tais como: a) a formação e não os resultados competitivos são as prioridades; b) o modelo de periodização deve ser diferente do modelo utilizado no esporte de adultos; c) a especialização deve ocorrer de forma crescente ao longo do processo; d) deve ocorrer uma organização por etapas (preparação preliminar; especialização inicial; especialização aprofundada), cada uma com o seu próprio modelo de periodização.

Marques (1993) postula que o treino e a competição se confundem durante a etapa de preparação preliminar, desta forma, não se justificaria a realização de uma

periodização do treinamento para este período. Nesta perspectiva, somente na etapa da especialização inicial a organização e a periodização fazem sentido, devendo ser realizada de forma que respeite e se relacione com o calendário escolar. Ainda segundo Marques (1993), não deve ser realizado um período competitivo “clássico” (competições preparatórias, competições principais). Apenas na etapa da especialização aprofundada as competições começam a receber uma maior importância para a construção da periodização e da organização do treino, porém, Marques (1993) ressalta que a periodização deve ser organizada atentando para a importância de disponibilizar os períodos adequados de recuperação para as crianças.

Beneli, Rodrigues e Montagner (2006) afirmam que a periodização do treino infanto-juvenil não deve ser realizada através de uma redução quantitativa e temporal da periodização dos adultos, consideram fundamental que as características das crianças, decorrentes da sua faixa etária, capacidade de rendimento e estágio de desenvolvimento sejam levadas em conta para a periodização do treinamento. Para os autores (1996), o modelo de periodização clássico de Matveiev pode ser utilizado, especialmente para a categoria infantil.

2.3 A PRÁTICA ESPORTIVA E AS COMPETIÇÕES NA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS

A prática esportiva e as competições, na perspectiva de Lima (1981), fazem parte da cultura física dos países. Huizinga (2000) postula que o jogo é algo mais antigo do que a cultura, no seu entendimento a cultura necessita da existência da sociedade humana para existir e o jogo não, pois os próprios animais também brincam e jogam. Huizinga (2000) define o jogo como uma atividade livre, exterior à vida diária de quem joga, porém, capaz de envolver de forma intensa a pessoa durante a sua disputa; é uma atividade desligada de qualquer interesse material; praticada dentro de limites de espaço e de tempo; seguindo uma ordem ou regramento.

As principais funções do jogo, no entendimento de Huizinga (2000), podem ser definidas através da luta por algo ou pela representação de alguma coisa. Ainda para Huizinga (2000), a cultura surge a partir e com o formato de jogo; todas as atividades, mesmo as que têm por objetivo a satisfação das necessidades de sobrevivência

(caça) assumem nas sociedades primitivas uma forma lúdica. “A vida social reveste-se de formas suprabiológicas, que lhe conferem uma dignidade superior sob a forma de jogo, e é através deste último que a sociedade exprime sua interpretação da vida e do mundo (HUIZINGA, 2000, p.37) ”. Para Huizinga (2000), as competições possuem todas as características formais e grande parte das características funcionais dos jogos, por este motivo podem ser classificadas na categoria do jogo. As competições na visão de Huizinga (2000) tem um fim em si mesma (desprovida de um objetivo maior), os resultados dos jogos e das competições somente importam para os que deles participam (jogadores ou torcedores), quem joga ou compete tem por objetivo conquistar algo (prêmio, troféu, para vencer a disputa) ou um significado, status (ser campeão, ter reconhecimento). Huizinga (2000) considera que todo o jogo gera tensão e incerteza quanto ao resultado, para que este seja conquistado, quem está jogando deve possuir inteligência, capacidade, força e habilidade. Os jogos de azar, na perspectiva de Huizinga (2000), não necessitam que o jogador possua os requisitos anteriormente elencados para que o resultado (vitória) ocorra, desta forma não são considerados pelo autor como algo fundamental para o desenvolvimento do indivíduo e da cultura. “Os jogos de azar constituem um curiosíssimo objeto de pesquisa cultural, mas devemos considerá-los inúteis para o estudo da evolução da cultura. São estéreis, nada acrescentam à vida do espírito (HUIZINGA, 2000, p. 38) ”.

Caillois (1990) considera o trabalho de Huizinga fundamental para o desenvolvimento da análise das características dos jogos e no reconhecimento do papel dos mesmos no desenvolvimento das civilizações, porém, aponta que o trabalho de Huizinga possui limitações. Para Caillois (1990), Huizinga não realizou um estudo dos jogos, mas, uma pesquisa sobre a “fecundidade” do espírito dos jogos na cultura. De forma mais específica, sobre o espírito do jogo presente nas competições com regras. Callois também não concorda com a concepção de que a cultura surge posteriormente e a partir do jogo. Outra crítica ocorre devido ao não reconhecimento de Huizinga aos jogos de azar. Caillois (1990) define o jogo como uma atividade livre; delimitada (espaço e tempo previamente estabelecidos); incerta (o desenrolar e o resultado não podem ser previamente determinados; o jogador tem a liberdade de atuar, de inventar ações durante o desenrolar do jogo); improdutiva (não gera bens, riqueza nem elementos novos); regulamentada (sujeita a convenções que substituem as normas da sociedade e que somente servem durante o jogo); fictícia

(acompanhada de uma consciência diferente ou irreal quando relacionada à vida na sociedade).

Devido à grande variedade de modelos e tipos de jogos que são encontrados nas sociedades, Caillois (1990) propõe a classificação dos jogos a partir de quatro elementos (Agôn, Alea, Mimicry e Ilinx) que são encontrados de forma combinada nos jogos. O Agôn se refere aos jogos que ocorrem sob a forma de competição, com igualdade de oportunidades e condições para que ocorra a disputa. Neste jogo ocorre a busca pelo reconhecimento da superioridade ou excelência em um determinado domínio. “É a razão pela qual a prática do Agôn supõe uma atenção persistente, um treino apropriado, esforços assíduos e vontade de vencer. Implica disciplina e perseverança (CAILLOIS, 1990, p.35)”. A Alea está relacionada aos jogos de azar, uma vez que o jogador não tem a menor possibilidade de intervir na ação (pela sua competência ou maestria), ele é dependente da sorte. Sobre o elemento Mimicry, Caillois (1990) aponta que qualquer jogo supõe a aceitação de uma ilusão; onde o jogador acaba desempenhando um papel, um personagem. Papel este que pode não ter relação com o seu mundo real. Podemos exemplificar melhor esta categoria com o exemplo do status do campeão, do que ele representa para a torcida, o personagem que ele se torna. O Ilinx é o elemento representado pelos jogos onde os participantes buscam uma vertigem, um transe que o afasta da realidade.

O que se percebe, ao relacionar as categorias propostas por Caillois (1990) com os esportes e principalmente com as competições esportivas, é que estas categorias estão presentes em várias situações e momentos vivenciados nas diferentes modalidades esportivas e competições. Caillois (1990) aponta que o jogo é uma das “molas principais do desenvolvimento das mais altas manifestações culturais em cada sociedade e da educação moral e do progresso intelectual dos indivíduos (p.9 e 10)”. Isto porque o jogo envolve não apenas o ato de jogar, mas, também, uma série de imagens, símbolos e instrumentos para que ele (o jogo) ocorra (regras, etc.). A outra questão importante é que o jogo possui em si uma liberdade de ação (atuar ou não), uma noção de risco (existem questões que o jogador não pode dominar) e uma noção de necessidade de se respeitar as regras. Regras estas que devem ser respeitadas de forma autônoma, diferentemente da vida, onde o desrespeito pode ensejar uma punição, no jogo não existe esta punição, o respeito é voluntário.

Para Caillois (1990) os jogos de competição deram origem ao esporte, os jogos de imitação e de ilusão prefiguram os espetáculos; da mesma forma ambos contribuem com a formação do indivíduo.

Os psicólogos reconhecem-lhes um papel vital na história da autoafirmação da criança e na formação de sua personalidade. Jogos de força, de destreza, de cálculo são exercício e diversão. Tornam o corpo mais vigoroso, mais dócil e mais resistente, a vista mais aguda, o tacto mais subtil, o espírito mais metódico e mais engenhoso. Cada jogo reforça e estimula qualquer capacidade física ou intelectual. Através do prazer e da obstinação, torna fácil o que inicialmente era difícil ou extenuante (CAILLOIS, 1990, p.15-16).

Na perspectiva de Caillois (1990) o jogo não é uma aprendizagem para o trabalho, porém “introduz o indivíduo na vida, no seu todo, aumentando-lhe as capacidades para ultrapassar os obstáculos ou para fazer face às dificuldades (p.16)”. Entre outros importantes fatores que o jogo desenvolve, na concepção de Caillois (1990), estão o esforço e empenho na busca da vitória, a exclusão das jogadas proibidas e a aceitação das eventuais derrotas (sem raiva ou desespero). “O jogo assenta indubitavelmente no prazer de vencer o obstáculo, mas um obstáculo arbitrário, quase fictício, feito à medida do jogador e por ele aceite (CAILLOIS, 1990, p. 18)”. Percebe-se, desta forma, que os atributos e características presentes nos jogos são importantes elementos para a construção da cultura e da própria formação e educação dos indivíduos.

Mesmo não havendo registros do seu início, existem indícios de que atividades competitivas – festivais e jogos para homenagear os deuses – já eram organizados na Grécia Antiga (DE ROSE JR., 2009). Na cultura grega, as atividades físicas faziam parte do processo educacional das crianças (DE ROSE JR., 2009), os gregos consideravam que o esporte formava o caráter dos praticantes (VARGAS, 1999b). Ao longo dos tempos as modalidades esportivas, as oportunidades de prática e a inserção do esporte na sociedade sofrem transformações. Inicialmente na Europa, o esporte era praticado apenas pelos nobres e pelas classes mais altas da sociedade (SÁNCHEZ, 1999). No século XIX o esporte passa a ser utilizado para a educação da classe média (VARGAS, 1999b), sendo que o pedagogo Thomas Arnold foi o responsável pela entrada do esporte nas escolas e universidades inglesas (De ROSE JR., 2009).

Segundo Vargas (1999b) a ideia dos gregos de que o esporte forma o caráter dos praticantes e que deveria ser praticado com espírito esportivo estava implícita no esporte desenvolvido nas escolas e universidades. A partir do momento que o esporte com caráter educativo é introduzido nos currículos das instituições de ensino, começam a surgir outros eventos esportivos. Percebe-se, assim, que o esporte e a competição são considerados, ao longo dos tempos e em diferentes sociedades, como um importante instrumento de formação e educação das pessoas. Paradoxalmente, a competição infanto-juvenil ainda suscita uma série de discussões, com muitos pedagogos se opondo à sua adoção como um modelo de educação e formação dos jovens (MARQUES, 2004a; 2004b; REVERDITO et al., 2009).

A competição é facilmente associada ao esporte, porém é algo presente em diferentes setores da vida das pessoas (familiar, pessoal, profissional). Nestes vários setores em que a competição se faz presente, ela é um fator motivador de comportamentos que podem levar às conquistas pessoais e sociais, sendo considerada um “motor do desenvolvimento humano e social” (DE ROSE Jr., 2009, p.105). É a competição que dá sentido ao esporte, ela é um elemento fundamental do esporte (SCAGLIA; MONTAGNER; SOUZA, 2001; MARQUES, 2004a; SCAGLIA; GOMES, 2005), para Marques e Oliveira (2002), não existe esporte sem competição, sendo que o treinamento e a competição formam o núcleo do modelo educativo do esporte (MARQUES, 2004b).

Bento (2006a) considera que as críticas ao esporte e ao princípio de rendimento nele contido são unilaterais, utilizando de argumentos pouco racionais e carentes de consistência. Bento (2006b) concorda que existem problemas e abusos no esporte, questões estas que não podem ser ignoradas. Porém, entende que o esporte é uma atividade pedagógica por excelência e afirma não ser possível ignorar o fato de que o rendimento, muito criticado por aqueles que se opõem ao esporte como uma forma de educação e formação, é um pressuposto para realizar os objetivos em todos os modelos de esporte.

O crescimento da inserção do esporte nos meios de comunicação pode fazer com que se confundam todas as formas de esporte com o esporte espetáculo ou esporte de alta competição (SÁNCHEZ, 1999). Segundo Sánchez (1999), os

detratores do esporte afirmam que os excessos de competitividade ocorrem devido à sua origem, ou seja, o seu objetivo sempre foi a obtenção das vitórias. Desta forma, a competição esportiva é acusada de ser responsável pelas deteriorações, pelos desvios morais e sociais que podem ocorrer no esporte. Na concepção de Sánchez (1999) o esporte espetáculo colabora para o surgimento desta percepção, mas não concorda com os que só percebem aspectos negativos na competição. Também não comunga com a ideia de que a objetivo único dos esportes é a vitória, mesmo que seja a qualquer preço. O autor (1999) aponta que os motivos para que esta participação ocorra podem estar vinculados com a diversão e com manter-se em forma.

Es evidente que si la única clave del deporte fuese ganar, entonces el único criterio para decidir participar sería buscar adversários débiles con objeto de asegurarse la victoria. Está claro que si esto fuera así, la práctica del deporte sería absurda. Aunque los juegos deportivos suponen la perspectiva de producir ganadores y perdedores, eso no significa que ganar sea lo único que interesa al participar. Adviértase que, desde el punto de vista del desarrollo personal, a veces se aprende más perdiendo que ganando (SÁNCHEZ, 1999, p. 31).

Em Portugal o esporte de alto rendimento vem ocupando um lugar de destaque frente a outros tipos de práticas esportivas. Isto faz com que os conteúdos, valores e objetivos do esporte de alto rendimento sejam utilizados como modelo para as demais formas de esporte (ADELINO; VIEIRA; COELHO, 1998). Os autores (1998) apontam, que entre as consequências do crescimento do espaço ocupado pelo esporte de alto rendimento, especialmente em relação ao esporte de crianças e jovens, estão: a) a vitória passa a ser a única referência para pais, dirigentes, público e até mesmo treinadores; b) os modelos de competição e preparação seguem o modelo adulto; c) os interesses e motivações dos adultos estão à frente dos interesses das crianças; d) o ensino e a execução da técnica correta são relegados ao segundo plano, o sucesso na ação e o resultado passam a ser a prioridade; e) geralmente não ocorrem diferenças entre o comportamento e as atitudes dos espectadores das competições de adultos e dos que assistem as competições infanto-juvenis. Como pode ser percebido, as características acima elencadas, não colaboram em nada com a ideia de formação e educação de crianças através do esporte.

Siedentop (2002), ao se referir sobre o esporte atual e especialmente ao esporte infanto-juvenil, entende que a ideia de “no pain, no gain”, acarretou uma visão de que para se atingir o alto nível de desempenho é necessário despender uma grande quantidade de esforço e de sacrifício. Esta ideia presente no esporte de alto rendimento, faz com que seja cada vez mais difícil se agregar alegria à prática esportiva de adultos que se dedicam seriamente ao esporte, e esta dificuldade ocorre não apenas nas competições, mas também durante as seções de treino. Para Siedentop (2002), se a visão de “no pain, no gain” não é ideal para o esporte de adultos, em relação ao esporte infanto-juvenil ela é inadmissível. Considera, também, que o esporte possui um papel central para a cultura das nações mais desenvolvidas. Afirma que como em todas as áreas, a cultura esportiva também evolui, o que não significa que a evolução seja apenas no sentido positivo, pois o esporte também possui coisas negativas (SIEDENTOP, 2002). Para Siedentop (2002), a preocupação com a futura cultura esportiva de um país exige que se dê especial atenção para o esporte infanto-juvenil. O esporte infanto-juvenil deve ser seriamente debatido, sem torná-lo mítico ou possuidor de questões sacralizadas, acredita que as opiniões dos críticos e dos defensores do esporte infanto-juvenil são mais respostas condicionadas do que propriamente embasadas.

I do believe that sport, properly conceived and conducted, can teach important qualities of character, but these qualities do not come automatically, and there are many negative qualities that poorly conducted sport also teach (SIEDENTOP, 2002, p. 393).

Na perspectiva de Siedentop (2002) a questão inicial e principal, quando se pensa no esporte infanto-juvenil, é a definição dos objetivos que se pretende atingir através de seu desenvolvimento. São quatro os principais objetivos que devem ser buscados através do esporte infanto-juvenil: a) a educação; b) as questões relativas à saúde pública; c) formação de atletas para o alto-nível; d) a defesa, preservação e promoção da prática esportiva (SIEDENTOP, 2002).

Segundo Siedentop (2002), a busca da educação através da prática de esportes é um consenso. Todos admitem que a prática de esportes proporciona uma grande oportunidade de desenvolvimento de valores de coleguismo, esforço, perseverança, quando o processo é bem conduzido. Os objetivos relativos à saúde

pública têm a ver com a ideia de que o sedentarismo acarreta grandes problemas para a saúde. O objetivo de promover o desenvolvimento de atletas para o alto rendimento está relacionado com os programas que buscam auxiliar o trajeto dos atletas infanto-juvenis mais aptos para o alto rendimento. Siedentop (2002) afirma que, mesmo sabendo-se que para chegar ao alto rendimento são necessários de 10 a 15 anos de prática sistemática, este objetivo é muito valorizado pela cultura contemporânea. O grande desafio, na percepção de Siedentop (2002), é que as políticas públicas para o esporte infanto-juvenil organizem e desenvolvam estes objetivos de forma equilibrada.

Siedentop (2002), citando a realidade americana, aponta que os programas que tem por objetivo o desenvolvimento de atletas de alto nível, muitas vezes acarretam diferentes efeitos negativos durante o seu percurso: a) as crianças e jovens que são excluídas do processo dificilmente são contemplados com programas que buscam desenvolver os demais objetivos; b) é investido mais dinheiro no programa de desenvolvimento de atletas talentosos (mesmo que contemple um número menor de crianças) do que para os demais programas (saúde e educação); c) atletas que participam do esporte universitário parecem ser menos felizes que os colegas que não participam. Por vezes estes atletas acabam, em função da necessidade de resultados, aumentando os índices de lesões e até mesmo utilizando de substâncias ilícitas para alcançarem as conquistas.

Em relação ao desenvolvimento dos objetivos relacionados à educação e à saúde pública, Siedentop (2002) entende que os programas devem possuir características para que as experiências sejam positivas: a) devem promover a participação de todos (a criança prefere jogar em um time que não vence do que ficar assistindo, do banco, os seus colegas vencendo o outro time); b) devem propiciar a melhora no desempenho (perceber-se competente em uma atividade é fundamental para o desenvolvimento integral do adolescente); c) devem promover oportunidades de sociabilização (se a sociabilidade é uma motivação central para a prática de esportes de adultos no seu lazer. Porque seria diferente com o esporte infanto-juvenil?); d) devem promover experiências que proporcionem prazer e alegria aos participantes (o abandono da prática é em grande parte causado pela não obtenção de prazer nesta prática).

Para Siedentop (2002), os adultos fazem uma ideia equivocada sobre o esporte infanto-juvenil, especialmente em dois aspectos. Eles entendem que a necessidade de diversão e de sentir prazer durante a prática esportiva está relacionada com frivolidade; que a criança compete apenas para vencer e que outras motivações não seriam importantes para a prática esportiva. Na visão de Siedentop (2002) estas concepções não são verdadeiras, quando ocorrem é porque a criança não possui autonomia. Entre as características que o autor (2002) relata necessárias para que os programas de esporte infanto-juvenis tenham sucesso, estão: a valorização dos interesses dos praticantes; o programa deve ser “inclusivo”; as atividades devem ser desenvolvidas em locais seguros e de fácil acesso, utilizando metodologias agradáveis e que proporcionem desafios aos participantes. Através da prática organizada e alicerçada nestas questões, Siedentop (2002) entende que não somente a cultura esportiva do país se desenvolve, mas especialmente as questões relativas aos objetivos educacionais (a noção de responsabilidade com o próximo, honestidade, resiliência, etc.).

Candeias (1999) postula que em qualquer área, escolar, esportiva e social, sempre se esperou que os jovens obtivessem êxito na sua capacidade de aprender, integrar e aplicar de forma eficaz as diferentes informações que lhe foram passadas ao longo de seu desenvolvimento. Desta forma a autora (1999) não vê motivos para que no esporte esta realidade seja diferente; considera que aqueles que durante a prática esportiva não forem oportuna e profundamente estimulados, dificilmente poderão (quando adultos) apresentarem um bom desenvolvimento psicomotor e exercerem o direito de alcançarem um elevado rendimento esportivo. Candeias (1999) considera um contrassenso oferecer uma educação esportiva descompromissada do ponto de vista da qualidade e do rendimento, que não conduza ao melhor desempenho, quer ele seja técnico, cognitivo ou físico, em cada fase do desenvolvimento da criança.

Neste sentido, o descompromisso com a busca do rendimento seria tão pouco natural quanto a procura obsessiva e precoce das elevadas prestações (CANDEIAS, 1999). No seu entender, devem ser proporcionadas condições para que todos os jovens praticantes de esportes, se assim o desejarem, percorram todas as etapas de uma carreira esportiva de sucesso. Assim como nas séries iniciais da escola, o

trabalho das primeiras etapas de formação desportiva não tem de apresentar especializações, mas o rendimento deve ter a perspectiva da evolução, tal como em qualquer outra disciplina (CANDEIAS, 1999).

Desta maneira, a organização do treino desportivo de todos os jovens, tem de ser encarada como um processo global, realizado de forma ininterrupta, para que possa efetivamente ser considerado um importante elemento de formação e educação. Candeias (1999) considera que as crianças têm direito à prática esportiva, prática esta que não pode consistir apenas numa vivência lúdica e de lazer, mas em uma prática que dê condições para que ela se desenvolva e melhore o seu desempenho. Na perspectiva da autora (1999), este trabalho deve ser desenvolvido com uma metodologia que respeite os direitos fundamentais universalmente reconhecidos (saúde, educação e tempo livre); que garanta uma experiência motora variada, que prepare a criança e o jovem praticante para a escolha consciente da modalidade e que assegure o equilíbrio constante entre a formação, a evolução e o rendimento.

Na visão de Lima (1981) o esporte deve contribuir para o desenvolvimento da cultura física de um país através da democratização da prática esportiva, como uma alavanca do desenvolvimento de condições técnico-sociais que contém os fatores de transformação qualitativa do próprio esporte. Neste sentido, o esporte de rendimento é defendido por Lima (1981) na perspectiva de integrá-lo com o processo de formação esportiva das crianças e jovens e com o próprio desenvolvimento do esporte de um país.

Em relação ao alcance formativo e educativo da competição, Lima (1981, 1987) afirma que o esporte está associado a um processo competitivo que se constitui em uma avaliação permanente, em que as competições permitem que os praticantes possam avaliar os seus progressos individuais ou coletivos. No entendimento de Lima (1981, 1987), a prestação competitiva, mesmo durante a aprendizagem ou o treino, independentemente do nível técnico, proporcionam feedback do desenvolvimento do atleta e situações excepcionalmente favoráveis para as intervenções pedagógicas do treinador (LIMA, 1981).

Ao se estabelecer e promover, através da interação entre aluno e professor, uma participação crítica na forma de avaliar os desempenhos, formam-se uma série de oportunidades e situações para que se defina os conteúdos educativos das competições. De modo mais claro, as situações de correção e avaliação de desempenhos; de aprendizagem; o comportamento dos espectadores (pais, dirigentes), se constituem em uma ótima maneira de se criar e gerar repercussões pedagógicas, tarefas estas sob a responsabilidade do professor ou treinador (LIMA, 1987).

O processo pedagógico que situa a competição nesta perspectiva – como meio de avaliação e responsabilização nas ações realizadas – tomando por princípio a participação do próprio aprendiz ou atleta na correção da execução das técnicas como ponto de partida para se ampliar à execução das ações e combinações táticas, e mais tarde às ações do próprio processo de formação desportiva valoriza, quanto a nós, a competição impregnando-a de um significado formativo e de conscientização que contribui para a personalização das crianças e jovens. (LIMA, 1981, p.8).

Nesta perspectiva, as crianças que estão em idade escolar devem receber uma atenção especial, pois o seu desempenho (em várias áreas, inclusive a esportiva) forma a opinião social a seu respeito, opinião esta que tem influência decisiva e estruturante, nas atitudes, nos comportamentos e nas condutas das crianças (LIMA, 1987). O professor tem papel decisivo neste processo, através das suas orientações a criança vai aprender a valorizar o saber estar, o saber jogar, assim como as suas atitudes passam a se relacionar com os interesses e valores do grupo ou equipe. Por este motivo, Lima (1987) considera que a competição é um instrumento fundamental para que ocorra a vinculação da criança com a equipe e com a sua formação esportiva.

2.3.1 As competições esportivas infanto-juvenis

Apesar da relação e até mesmo da dependência entre o treinamento e a competição esportiva, o que se percebe é que as questões relacionadas ao treinamento já estão bem desenvolvidas e continuam recebendo uma crescente atenção, porém, o estudo sobre as competições não apresenta o mesmo desenvolvimento nem vem despertando o mesmo interesse (MARQUES, 1997;

THIESS et al., 2004). Marques (1997) entende que o desenvolvimento de estudos sobre as competições é ainda mais necessário quando dizem respeito ao esporte infanto-juvenil, isto porque nesta faixa etária a lógica e a estrutura das competições de adultos não deveriam ser utilizadas na organização das competições infanto-juvenis.

Para a elaboração de uma teoria das competições, Marques (1997) aponta que são necessárias respostas, por parte da comunidade científica, que devem abranger questões (adaptados e atualizados de Thiess, 1995⁶) como: a) os valores e funções que devem servir de referência para a competição infanto-juvenil; b) o tipo de articulação que deve ocorrer entre o treino, a estrutura e os conteúdos das competições, nos diferentes estágios de preparação do esportista; c) conteúdos e métodos de preparação para as competições; d) o momento em que a criança deve começar a participar de competições de maneira regular; e) a natureza destas competições; f) o número e a frequência da participação competitiva.

Segundo Marques (1998), a partir dos anos 90 o debate sobre o tema das competições infanto-juvenis começa a se intensificar. Sabe-se que o sistema de competições é o elemento central da diferenciação entre o esporte de alto rendimento (adulto) e o esporte infanto-juvenil (TSCIENE, 1995, *apud* MARTIN et al, 2004, p. 427; MARQUES, 1998), enquanto no alto rendimento o treinamento é organizado em função da busca dos resultados nas competições, no esporte infanto-juvenil as competições devem ser organizadas a partir das tarefas que estão sendo desenvolvidas no treinamento.

Dito de outra forma, no esporte de alto rendimento as competições servem de referência para a organização dos treinos; no esporte infanto-juvenil a competição deve se constituir em uma extensão e um complemento do treino. Mesmo que já tenha sido estabelecida esta necessidade de diferenciação entre o sistema de competições do esporte de alto rendimento e do esporte infanto-juvenil, as competições infanto-juvenis tradicionalmente se orientam de forma muito especializada e a partir de

⁶ Thiess, G. (1995) Die Ausarbeitung einer "Wettkampflehre hat begonnen. Leistungssport 1(25):5.

modelos de competição de alto rendimento, não se percebendo, também, a unidade necessária entre o treinamento e as competições (MARQUES;1998).

Como consequência desta realidade, Marques (1998) refere que os processos de treinamento e especialização das crianças são acelerados, fato este que prejudica a formação das capacidades de rendimento fundamentais para os resultados futuros; conduz a formação de uma base de rendimento insatisfatória, ocasionando uma redução da efetividade nos treinos específicos, podendo, também, trazer repercussões negativas na saúde e na motivação das crianças (MARQUES, 1988; MARTIN et al., 2004). Ainda segundo Marques (1988) e Martin et al. (2004), a aceleração nos processos de treinamento e de especialização das crianças pode acarretar o surgimento de barreiras de rendimento e redução na duração das carreiras esportivas no alto rendimento.

Outro aspecto muito discutido em relação às competições de crianças e jovens diz respeito a idade em que as crianças estão aptas a começarem a competir. Segundo Ré, De Rose Jr. e Böhme (2004), em função das diferenças individuais, a definição de uma idade ideal para iniciar a participação em competições é muito difícil. Ré et al. (2004) afirmam que a excelência em um determinado domínio somente é alcançada com a prática e a experiência, sendo assim, consideram que é conveniente que a preparação esportiva se inicie cedo. As falhas neste processo de desenvolvimento esportivo (excessos e aceleração da preparação), na visão de Ré et al. (2004), não são corrigidas começando a preparação mais tarde, mas sim através de um processo melhor organizado. Ainda segundo os autores (2004), é provável que a participação de crianças em competições, sem o devido preparo psicológico, mesmo que apresente um bom desempenho, possa ocasionar prejuízos no seu desenvolvimento psicológico.

Martin, Nicolaus, Ostrowski e Rost (2004) consideram que a definição da idade ideal para que a criança inicie a sua participação em competições depende da modalidade esportiva, do nível de desenvolvimento dos participantes e da idade biológica e cronológica da criança, afirmam que antes de participar em uma competição oficial a criança já deve ter cumprido um período de treinamento adequado. Tschiene (1995, *apud* MARTIN et al., 2004) considera que o papel da

competição no sistema esportivo é o principal critério de diferenciação entre o treinamento infanto-juvenil e o treinamento de alto rendimento; devido ao fato de que o treinamento infanto-juvenil deve ser desenvolvido em longo prazo, o conteúdo e os objetivos das competições também devem ser modificados durante todo o processo de desenvolvimento do atleta infanto-juvenil.

Na atualidade, as próprias competições são utilizadas como meio de treinamento devido ao estímulo específico que elas fornecem aos atletas. No esporte de alto rendimento elas assumem cada vez mais o papel de regulação do processo de treinamento (MARTIN; NICOLAUS; OSTROWSKI; ROST, 2004). Em relação ao esporte infanto-juvenil, Martin et al. (2004) afirmam que para que as competições cumpram a sua função específica, as seguintes questões devem ser respeitadas: a) os objetivos de cada fase do processo de formação devem determinar os conteúdos específicos da competição, em cada modalidade; b) ao contrário do esporte de adultos, a competição no esporte infanto-juvenil, por ser uma competição que busca a formação, tem o significado de uma “estação intermediária”, característica que deve existir até que se chegue ao alto rendimento; c) as diferenças entre o treino de alto rendimento e o treino infanto-juvenil devem se refletir nos objetivos e exigências das competições. Em síntese, a planificação das competições deve estar relacionada com os objetivos de formação e devem ser adequadas às etapas de desenvolvimento, especialmente nas fases do treino de base e em partes da etapa do treino de aprofundamento.

Para Martin et al. (2004), da mesma maneira que o treinamento infanto-juvenil deve se caracterizar por apresentar uma crescente e sistemática especialização, as competições também devem apresentar tais características. Por este motivo, as competições da fase do treinamento de base e na primeira fase do treinamento de aprofundamento, devem possuir funções e objetivos diferentes daqueles relativos às fases do treino de conexão e do treino de alto rendimento. Martin et al. (2004) consideram que o foco das competições nos primeiros anos da formação de longo prazo, não deve se situar apenas no rendimento em apenas uma modalidade esportiva (específica), é importante que sejam incluídas exigências competitivas não tradicionais, tais como atividades parciais ou exercícios diferentes dos habituais. A utilização das capacidades de rendimento como conteúdo das competições, assim

como a diferenciação das competições nas categorias de menor idade, de acordo com os objetivos de cada etapa da formação, possibilita a realização de um treinamento adequado na infância; contraria a especialização precoce e favorece a formação em longo prazo (MARTIN; NICOLAUS; OSTROWSKI; ROST, 2004).

Ao abordarem o sistema de competições de crianças, Milistedt et al. (2008) corroboram a ideia de que a estrutura ainda é alicerçada nos modelos de competições de adultos. Wiersna⁷ (2005, *apud* MILISTEDT et al., 2008) identifica problemas na relação de crianças com competições no formato adulto nos EUA. Por este motivo, propõe mudanças no quadro competitivo. Wiersna (2005) entende que a participação das crianças em competições deve ser realizada de maneira progressiva, de acordo com a idade, a maturação e o desempenho esportivo. Os materiais utilizados e as regras empregadas também devem ser adaptados às primeiras fases da aprendizagem, até que se alcance o modelo de competição adulto.

Milistedt et al. (2008) em trabalho desenvolvido com treinadores de voleibol, apontam que os treinadores entendem que a competição possui um papel determinante na formação desportiva dos jovens. De forma mais específica, afirmam que a importância das competições se situa principalmente no desenvolvimento das competências psicológicas e motoras específicas do voleibol. Para estes treinadores, a competição não serve apenas de incentivo para a aprendizagem, serve também como um importante feedback para o treino. Consideram, também, que a competição deve ser adaptada às crianças, de maneira que proporcione uma vivência qualificada do jogo.

Outra importante questão revelada no estudo de Milistedt et al. (2008) é o relato dos treinadores no sentido de ressaltar a necessidade de que todos os atletas passem por todas as funções no jogo, com objetivo de aumentar o seu leque de habilidades, especialmente nas etapas iniciais de formação. Os treinadores entendem que a participação obrigatória de todos os atletas da equipe (titulares e reservas) deve ser uma prioridade na etapa inicial da formação. Na segunda etapa da formação, quando

⁷ WIERSMA, L. Reformation or reclassification? A proposal of a rating system for youth Sport programs. **Quest**, Champaign, v. 57, p. 376-391, 2005.

os objetivos de rendimento se acentuam, os treinadores participantes do estudo não consideram mais necessário que todos os atletas do time (titulares e reservas) participem durante o jogo. Outro resultado a ser destacado do estudo de Milistedt et al. (2008), é o fato da competição ser considerada o elemento fundamental na formação esportiva das crianças e jovens, desde que ela seja orientada pelos valores pedagógicos e de inclusão. É ressaltada, ainda, a necessidade de que a formação técnica das crianças seja realizada através de uma didática adequada, que potencialize a formação de uma base multifuncional, o que evitaria a especialização funcional nas faixas etárias baixas.

Rost (1997) relata que a partir da década de 80, cresce na Alemanha o entendimento da necessidade de se organizar competições adaptadas às características e particularidades dos jovens participantes. Este entendimento decorre da constatação de que nas competições tradicionais o sucesso normalmente é alcançado pelas crianças com um desenvolvimento mais acelerado; de que as exigências das competições realizadas no modelo tradicional (adulto) impedem o desenvolvimento da formação de base multilateral; de que as crianças especializadas precocemente geralmente não chegam à fase do alto rendimento e dos problemas de saúde gerados por esta preparação especializada precocemente. Rost (1997) aponta que um sistema de competição especializado exige uma preparação especializada, por este motivo, se faz necessária a alteração desta lógica através da construção de um sistema de competições adequado que origine uma preparação também adequada.

Para Rost (1997) o sistema de competições infanto-juvenis deverá dar sustentação a um treinamento que seja compatível com as condições destas crianças; devendo ser construído de forma a impedir a especialização precoce, potencializando e promovendo a preparação desta criança em uma perspectiva de longo prazo. Na perspectiva de Rost (1997), estas competições devem ter características como: a) devem garantir a multilateralidade; b) devem integrar provas variadas e múltiplas; c) os critérios para a participação em competições regionais e nacionais devem ser diferenciados; d) as crianças devem participar em competições de outras modalidades (não apenas a escolhida); e) as competições devem contribuir com a perspectiva de obtenção de resultados futuros; f) a organização, a frequência e a preparação das

competições devem estar relacionadas com os objetivos de cada uma das etapas de formação das crianças.

Para que o esporte e a competição de crianças e jovens sejam instrumentos de formação e educação, o professor deve ser um agente que intervém de maneira educativa no processo. É o professor quem deve planejar de maneira pedagogicamente correta o processo de aprendizagem e de integração das crianças e jovens nas competições, que, por sua vez, devem ser organizadas de acordo com as necessidades e interesses das mesmas (LIMA, 1987). Lima (1987) considera importante que o professor transforme a competição, com rivalidades agressivas e modelos de competição de adultos, em uma competição que seja participativa e educativa, com dimensões pedagógicas (formativa e educativa) coerentes com os objetivos propostos para o esporte infanto-juvenil.

Neste sentido, Lima (1987) aponta que as questões fundamentais do processo de formação das crianças devem ser percebidas e trabalhadas pelos professores e treinadores: a competição, a informação pedagógica e o treino. Para Lima (1987) a competição é o “instrumento pedagógico” mais importante para a formação esportiva da criança, a participação em uma competição adequada faz com que a criança demonstre as referências sociais que servirão de base para o processo de ensino, para as orientações da aprendizagem, assim como os elementos que servirão de avaliação do progresso da criança e do próprio trabalho do professor. Desta forma, a competição servirá como um “campo de provas” onde se percebe o desenvolvimento da criança e a formação de sua personalidade, além de fornecer aos professores os elementos que serão incluídos nas suas intervenções pedagógicas (LIMA, 1987).

A informação pedagógica, para Lima (1987), é a fase mais delicada do processo de formação esportiva, pois é “através da informação que se realiza a transmissão dos valores que devem orientar a formação das crianças, as suas condutas como jogadores e o ensino de habilidades e conhecimentos para que possam jogar bem (p.14)”. O treino corresponde ao momento onde ocorre a fase ativa da aprendizagem e do desenvolvimento das capacidades, da formação dos hábitos e da formação da personalidade das crianças e jovens, constituindo-se, também, no meio de preparação para a competição ou jogo seguinte (LIMA, 1987).

[...] o jogo não é formativo por possuir regras ou uma dinâmica de funcionamento, mas sim porque é uma atividade que permite a quem joga fazer uma demonstração concreta de uma nova possibilidade, de uma aptidão correspondente ao estágio de desenvolvimento atingido e provar na presença de testemunhas a aquisição (conquista) de um novo nível de capacidades! (LIMA, 1987, p. 23-24).

Marques (2004a) aponta que a origem para que muitos pedagogos se oponham à utilização do esporte como um modelo de educação e formação das crianças está na competição. Na perspectiva destes pedagogos, a competição estimula o individualismo, privilegia a concorrência e não valoriza os valores de cooperação, de igualdade e de solidariedade. Marques (2004a) considera que esta visão nivela por baixo as capacidades dos indivíduos, uma vez que não estimula e valoriza o esforço e a conquista. O esporte tem o papel de valorização da cooperação, do diálogo e de aproximação dos indivíduos. Além destas importantes colaborações, Marques (2004a) entende que na visão das crianças esporte e competição não se diferenciam, sobre a competição para as crianças ele afirma que:

É a possibilidade que esta lhe oferece de avaliar as suas próprias capacidades, comparando-as com as dos outros e consigo própria. De mostrar aos outros aquilo de que é capaz, de obter sucesso, de se superar. De criar junto dos amigos, dos pares, de terceiros uma boa imagem social. De adquirir e desenvolver valores para a sua futura vida em sociedade (MARQUES, 2004a, p.76).

As críticas à utilização do esporte e da competição se intensificam no Brasil a partir da década de 80. Corrêa et al. (2014) relatam que juntamente com reestruturações na sociedade brasileira (democracia, constituinte), ocorre no âmbito da Educação Física o surgimento de uma pedagogia crítica que coloca o “esporte no banco dos réus”. As “provas” para a condenação do esporte, especialmente no espaço escolar, apontavam para os possíveis prejuízos que o esporte causaria na formação das crianças e jovens. Analisando os discursos utilizados pelos críticos ao esporte, Corrêa et al. (2014) entendem que os argumentos utilizados para esta condenação se originaram da busca pela demarcação de espaço acadêmico de um discurso em Ciências Humanas que surgia na área da Educação Física. A partir desta condenação, o esporte somente seria absolvido através de uma nova prática, baseada na pedagogia crítica.

O esporte não é imanente bom ou mal, os problemas, dificuldades e contradições encontrados no esporte são os mesmos encontrados em outras atividades humanas: no trabalho, na escola, nas artes, na ciência, na educação (MARQUES, 2004b). Desta forma, para Marques (2004b) a questão essencial não é determinar se o esporte e a competição podem fazer parte de um projeto educativo, mas, em que condições e através de quais contribuições eles passam a servir para tal finalidade. Para que o esporte e a competição tenham uma função educacional e formativa, devem servir de instrumento para o desenvolvimento da aptidão física, da saúde e da sociabilização. Devem proporcionar o bem-estar, devem contribuir para o desenvolvimento emocional; para a prevenção da delinquência; para a aceitação e o respeito às normas (MARQUES, 2004b).

Outras importantes colaborações do esporte e das competições se situam no âmbito do desenvolvimento de traços de caráter tais como: a disciplina; a assiduidade; a predisposição para o trabalho em equipe; o desenvolvimento do trabalho persistente para superar as dificuldades e chegar a objetivos elevados; a promoção de uma cultura de exigência e da avaliação (MARQUES, 2004b). A competição é para Marques (2002; 2004a; 2004b, 2006) a essência do esporte, formando com o treino as suas duas categorias principais. Na perspectiva de Marques (2004b), é durante a competição que as questões relacionadas ao caráter se colocam à prova, em uma competição bem organizada não se perde a solidariedade e muitas amizades são construídas, até mesmo entre adversários.

A amizade, a cooperação, a solidariedade também se aprendem na escola. Mas não se aprendem em abstrato, na retórica das palavras, sem as experiências vividas em situações que as exigem, perante as dificuldades. Como pode ser solidário quem não teve dificuldades, quem não superou desafios, quem não aprendeu a competir? (MARQUES, 2004b, p. 12)

Para que a competição esportiva se torne um modelo de educação de formação das crianças, Marques (2004a) considera que três categorias teórico-metodológicas devem ser contempladas na organização das competições: a) o modelo de intervenção pedagógica deve pensar em uma competição de acordo com as capacidades, objetivos e interesses das crianças; b) a competição deve ser o

elemento estruturante de toda a formação esportiva da criança; c) o número e a frequência de participações competitivas.

Pensar e organizar um sistema de competições de acordo com os interesses, capacidades e objetivos das crianças, pressupõe a não utilização de modelos competitivos do esporte de alto rendimento. Sabe-se que ao longo do seu desenvolvimento, a motivação das crianças para a participação em esportes competitivos sofre alterações. Estudo desenvolvido com tenistas infanto-juvenis demonstram estas alterações (JUCHEM, 2006), desconsiderar estas motivações para a construção de treinamentos e competições poderá acarretar a desmotivação e até mesmo o abandono dos participantes. A adoção de modelos de competição do alto rendimento também poderá ocasionar a redução da componente recreativa do processo (PLATONOV, 2004) e a redução do componente educacional presente no esporte, levando até mesmo ao abandono precoce da prática esportiva (PAES, 2006).

Marques (2004a) considera que deve ser percebido que a criança não aprende da mesma forma que o adulto e que não está aparelhada em termos motores, biológicos, cognitivos, sociais e psíquicos da mesma forma que os adultos, condições estas que não permitem a utilização de um modelo de competição idêntico ao utilizado no alto rendimento, sob pena de criar situações frustrantes para as crianças que nelas participam. Ainda segundo Marques (2004a), a relação entre treinamento e competição no esporte infanto-juvenil se dá de forma contrária ao esporte de adultos. No esporte infanto-juvenil as competições devem ser organizadas com atividades e conteúdos a partir do que está sendo desenvolvido nos treinamentos. No esporte de alto rendimento os treinos devem ser organizados e construídos em função dos conteúdos das competições. Diferentes autores (HAHN, 1988; ROST, 1997; WEINECK, 1999; MARQUES, OLIVEIRA, 2002; MARQUES, 2004a; 2004b; GOMES, 2009) ressaltam que as competições infanto-juvenis devem valorizar menos os resultados competitivos e mais os aspectos como a saúde, o desenvolvimento cognitivo, motor e a sociabilização.

Outra questão fundamental para que a competição seja o elemento estruturante de todo o processo educativo das crianças, é o tratamento que se dá para a questão das vitórias e derrotas. Marques (2004a) entende que a derrota é tão ou mais

importante que a vitória na formação das crianças, pois as vitórias imediatas podem comprometer mais o futuro do que as derrotas. Marques (2004b) não considera que o esporte promova a competição na sociedade, pois o esporte faz parte de uma cultura em que a competição é um instrumento. Considera (2004b) que no esporte, como na vida, o que se tem por certo são os momentos de insucesso, de desânimo, momentos que precisam ser superados. Desta forma, para Marques (2004b) a derrota tem um sentido pedagógico e moral no esporte, ela se constitui no desafio que estimulará o atleta a prosseguir, que o empurrará para frente. Neste sentido, Marques (2004b, p.15) afirma: “Muitos grandes esportistas foram malsucedidos nas suas carreiras porque só foram preparados para vencer, porque não foram ajudados a superar os constrangimentos do insucesso”.

Em relação ao número e a frequência das competições, ao contrário do que se possa supor, na perspectiva de Marques (2004b) a criança deve participar do maior número de atividades competitivas, especialmente nas fases iniciais da preparação, porém, não se tratam de competições formais, mas de competições menos estruturadas, pequenos jogos, competições com regras e materiais adaptados ao estágio de desenvolvimento da criança, em que os sentimentos de prazer e de alegria estejam presentes durante a atividade. O respeito a estes critérios na organização das atividades competitivas, faz com que elas se transformem em um importante instrumento de educação e formação.

É a jogar que a criança aprende, e aprende competindo consigo e com os outros. A pretender ser o primeiro. Na rua, na escola, nos clubes. Ou não será assim? Observemos os jogos das crianças, nas suas manifestações mais espontâneas (MARQUES, 2004a, p. 86).

Para Marques (2004a), a principal tarefa de quem organiza o esporte infanto-juvenil deve ser a criação de competições e atividades que sejam atraentes para as crianças, que sejam construídas de acordo com as suas possibilidades. Para isso, devem ser mudados a estrutura, os regulamentos e os conteúdos das competições, fazendo com que as práticas competitivas estejam a serviço dos objetivos dos programas de formação, através de condições que promovam uma maior participação de crianças e adolescentes. Marques (2004a) considera que mesmo que ainda não se domine totalmente o conhecimento sobre as condições mais adequadas para

qualificar as competições infanto-juvenis, sabe-se que nada justifica a utilização de modelos de competições de alto rendimento.

2.3.2 A competição esportiva escolar

Na perspectiva de Sánchez (1999), o esporte escolar é todo aquele praticado pelas crianças em idade escolar, independentemente de ser praticado nos limites da escola, em clubes ou como atividades complementares às aulas de Educação Física. Sánchez (1999) relata que a grande preocupação das instituições que organizam o esporte escolar recai sobre a idade dos praticantes, através da estruturação das categorias, porém, considera que esta questão não é a mais importante, pois equilibrar as diferenças de desenvolvimento causadas pelas questões biológicas é uma tarefa muito difícil. Sánchez (1999) entende que o fundamental, para propiciar as máximas condições de acesso e de participação esportiva para todas as crianças, seria que houvesse uma maior preocupação com a criação de competições equilibradas.

Sánchez (1999) defende que a competição deve proporcionar para todos uma razoável possibilidade de êxito. O desnivelamento entre os participantes de competições acarretaria uma diminuição da participação, originada na sensação de “estar no lugar errado”, podendo gerar em alguns participantes até mesmo uma sensação traumática. Por outro lado, a criação de competições equilibradas, através da organização de níveis e categorias diversas, mesmo que acarretando um grande trabalho para os organizadores, faz com que todos os participantes tenham a sensação de que a sua participação poderá ser exitosa. A organização de competições adequadas às crianças pertence às escolas, escolas esportivas (muitas vezes financiadas e organizadas municípios, clubes esportivos e federações), que vem a ser as instituições que usualmente iniciam a prática esportiva de crianças (SÁNCHEZ, 1999).

O esporte possui várias formas, talvez pela inserção nos meios de comunicação, muitas vezes ele é confundido com o esporte espetáculo, o esporte de alta competição. Dentre as várias formas de esporte, o esporte de lazer surge muito em função de uma reação ao esporte de competição, originando o surgimento de radicalismos na defesa destas duas formas de esportes (SÁNCHEZ, 1999). O esporte

na Europa, inicialmente era praticado apenas pelos nobres e classes sociais mais abastadas, devido à esta característica, Sánchez (1999) o classifica como esporte aristocrático. Na atualidade o esporte se popularizou, o que não significa que se democratizou, Sánchez (1999) considera que as regras, a valorização extremada dos resultados, a maior quantidade de participantes do sexo masculino, faz com que o esporte tenha se tornado em um esporte meritocrático. Esporte este que é rigidamente organizado, em que o treinador centraliza a organização do processo de treino e a obtenção dos resultados competitivos constitui-se no principal objetivo.

O esporte democrático surge como uma alternativa ao esporte meritocrático, tendo por pretensão ser recreativo, com regras mais abertas, onde os interesses dos participantes são mais valorizados e as competições, quando ocorrem, buscam outras formas de avaliação e de julgamento dos vencedores. O problema que se origina nesta tentativa, na perspectiva de Sánchez (1999), é o surgimento de um esporte que altera a categoria central do esporte que é a competição.

Entre os extremos do esporte de alto rendimento e o esporte de lazer, Sánchez (1999) considera que está situado o esporte educacional. Esporte este que se constitui em uma atividade verdadeiramente cultural, que permite uma formação básica e continuada através do movimento. No esporte educacional não deve ser preocupação do professor fazer a criança seguir um modelo pré-estabelecido do alto rendimento, mas dar-lhe condições de desenvolvimento de uma grande bagagem e autonomia motora, que lhe permitirá adaptar-se às mais diferentes situações (SÁNCHEZ, 1999). Ao citar Parlebás (1967), Sánchez (1999) concorda que depende do professor e de sua metodologia de ensino o desenvolvimento dos valores educacionais do esporte. Valores estes que Sánchez (1999) considera não serem desenvolvidos de forma automática, sendo necessário que os educadores os incorporem aos objetivos de ensino.

Ao comentar sobre a competição e o esporte escolar, Sánchez (1999) aponta que muitas vezes as pessoas somente relacionam a felicidade com as vitórias, vivendo mal as derrotas. Entende que a derrota é positiva para a formação, através dela se aprende: a) que os avanços somente ocorrem quando se perde algo; b) através da derrota se entende as razões das vitórias; c) percebe-se que a partir da

derrota surge o prazer de reconstruir, a possibilidade de pensar na vitória e a tolerância para dividir.

Vargas (1999a) considera que o valor educativo nas práticas esportivas não se situa na aprendizagem das técnicas e táticas das modalidades, nem tampouco nos benefícios físicos e psicológicos advindos desta prática. Na sua interpretação, o valor educativo se situa nas condições onde se realizam as práticas esportivas que permitem ao esportista comprometer e mobilizar suas capacidades, de tal maneira que essa experiência organize e configure o seu próprio eu, propiciando assim a sua estruturação como pessoa. Pelo fato da escola ser, muitas vezes, a única entidade que oferece iniciação e prática esportiva de forma organizada para as crianças (SÁNCHEZ, 1999; REVERDITO et al., 2008), ela se constitui no local onde devem ser trabalhados e desenvolvidos os aspectos educacionais da competição esportiva.

Marques (2006) se posiciona de modo favorável à participação de crianças no esporte de rendimento, ainda segundo Marques (2006), pedagogos como Ommo Grupe, Eckhard Meinberg, Jorge Bento e Dietrich Kurz vem se dedicando a discutir a participação de crianças no esporte de rendimento, inclusive se posicionando favoravelmente à participação de jovens em competições esportivas. De acordo com Marques (2006), estes autores defendem o rendimento e as competições esportivas como modelos antropológicos fundadores da atividade humana. Nesta perspectiva, consideram a participação no esporte e a conquista de boas performances como elementos estruturantes da personalidade das crianças e jovens.

O esporte moderno, na visão de Gonçalves (2004), sempre trouxe na sua gênese as características que são desenvolvidas na escola: o respeito às regras, o respeito pelas convenções, a igualdade de oportunidades, a sociabilidade e a formação de caráter. A evolução da sociedade acabou por influenciar o esporte de formação e a busca por novos atletas para o esporte de rendimento (esporte espetáculo) afetou o processo de formação esportiva. O alvo das federações e instituições esportivas passa a ser, prioritariamente a descoberta de talentos, acarretando consequências negativas para a formação das crianças (GONÇALVES, 2004).

Gonçalves (2004) considera que esta realidade deve ser alterada, a prioridade do esporte infanto-juvenil não deveria ser a descoberta de talentos, a prioridade deveria estar no desenvolvimento de uma formação esportiva globalmente enriquecedora para os jovens. Nesta formação esportiva, a educação moral deverá desempenhar uma função de melhoria na qualidade do treino e das competições; a busca pelo “jogo limpo” seria a forma de desenvolver a educação moral, contemplando o interesse de todos (não apenas dos mais aptos), reduzindo o abandono precoce e criando o hábito da prática esportiva na idade adulta (GONÇALVES, 2004). Segundo Cruz (*apud* GONÇALVES, 2004, p.70) para o desenvolvimento do “jogo limpo” é fundamental que sejam trabalhados aspectos como: a) respeito pelas regras; b) boa relação com adversários; c) igualdade de condições; d) dignidade nas derrotas e vitórias; e) “dar o melhor”, ou seja, esforçar-se na busca pela vitória.

Bento (2006a, p. 14), em relação à competição tem o seguinte posicionamento: “Goste-se ou não, a competição e a concorrência são a alma e o grande motor do desporto e da vida”. Na mesma linha, Reverdito et al. (2008), consideram que não se pode negar ou dar um valor menor para as competições, mas, para que mereça ser valorizada, a competição deve ter na sua gênese algumas características. Em relação à competição escolar, Reverdito et al. (2008) entendem que ela deve ter o compromisso com a educabilidade do sujeito, além de levar em conta na sua organização, as características e funções que contribuem para esta educação. Para tal, toda a competição escolar deve ter entre seus princípios e condutas pedagógicas as respostas para as seguintes questões: a) Para quem são realizadas? b) Como são realizadas? c) Como a competição será apresentada (REVERDITO et al., 2008)?

Por também considerarem que é na competição que o esporte acontece na sua plenitude, Reverdito et al. (2008) afirmam que toda a atividade que busque o ensino e a aprendizagem do esporte não pode estar desvinculada da necessidade de se aprender a competir. Para Reverdito et al. (2008), as críticas recebidas pela competição escolar se devem ao fato delas, muitas vezes, terem um fim em si mesmas, não tendo compromisso com as pessoas e com as condições em que são desenvolvidas. Para alterar esta realidade, consideram (2008) que as competições escolares devem fazer parte do Projeto Político-Pedagógico da escola, com

procedimentos pedagógicos claros, que permitam a visualização dos objetivos educacionais que se deseja promover com a sua realização.

Esta competição deve ter objetivos maiores do que apenas definir os vencedores, deve ter como princípio básico o oferecimento de condições para que o maior número possível de crianças tenha experiências desafiadoras que venham a contribuir com a afirmação de suas competências. Para isso, Reverdito et al. (2008) entendem que o aluno deve o elemento central da competição, através dela o aluno vai se autoavaliar e aprender que é mais importante competir com alguém do que competir contra alguém. Ou seja, na competição escolar as crianças participantes devem aprender a reconhecer e valorizar o esforço do adversário. Outra questão importante para romper com o modelo de competição de adultos é a participação de todos na organização da competição escolar (crianças, professores de todas as disciplinas, comunidade); organização que considere a realidade da escola e da comunidade em que ela se desenvolve, possibilitando a construção de uma competição que efetivamente seja educativa para os participantes (REVERDITO et al., 2008).

Os valores agonísticos da competição, na perspectiva de Vargas (1999a), provocam nos participantes a utilização de mecanismos cognitivos que lhes permitem desenvolver importantes funções: a) estruturar de forma hierárquica as relações e situações para formar juízos de valor; b) construir mecanismos de ações para enfrentar as situações competitivas; c) desenvolver a tomada de decisões; d) avaliar as situações que poderão influenciar o resultado, de forma a poder modificá-las; e) descobrir as relações concorrentes nas situações vividas, assim como as categorias destas relações; f) controlar o nível de autoafirmação e autoestima após as avaliações dos resultados e das ações realizadas nas competições. Vargas (1999a) postula que o treinador e o atleta devem criar situações competitivas em que possam ser utilizados de maneira seletiva cada um destes mecanismos cognitivos, alcançando, assim, a melhora no seu funcionamento. O esporte escolar, da forma como tradicionalmente é desenvolvido (cópia reduzida dos modelos tradicionais do alto-rendimento) desenvolve de forma parcial as funções acima elencadas, o que limita o seu potencial educativo (VARGAS, 1999a).

Para que a competição escolar cumpra a sua função educacional, Vargas (1999a) propõe que os seguintes critérios devem ser utilizados na sua organização: a) a competição deve ser incluída no horário escolar, sendo disponibilizado o tempo ideal para a sua realização; b) as instalações não precisam ser oficiais, podem ocorrer dentro da própria escola ou em locais próximos; c) cada criança deve participar do maior número possível de competições institucionalizadas (oficiais) e não institucionalizadas; d) as regras devem ser modificadas segundo critérios pedagógicos, mas sem desvirtuar a essência do esporte e principalmente da competição; e) familiares e trabalhadores da escola devem ser incluídos na organização e execução da competição; f) devem ser relacionadas com outras atividades ou disciplinas desenvolvidas na escola; g) devem ser eliminados da competição todos os elementos que à relação com o esporte de alto rendimento (uniformes, árbitros federados, classificações tradicionais, categorias construídas apenas em função da idade). A competição escolar construída a partir destes critérios atingirá os objetivos pedagógicos relacionados ao sujeito, auxiliando na construção da personalidade agônica e satisfazendo às suas necessidades individuais (VARGAS, 1999a).

Em relação ao esporte escolar, Lima (1987) critica a competição incorreta, desligada do processo educacional, e, da mesma forma, critica a visão dos que entendem que a escola não é local de competição esportiva. Lima (1987) entende que não existe sentido em separar a escola dos fatos sociais e impedir que as crianças tomem contato com elementos e situações presentes no dia a dia. “[...] quando, efetivamente, nada da realidade social “entra na escola” é uma forma de impedir o progresso social e a valorização humana! (p.21)”. Na visão de Lima (1987) o esporte da escola deve ser educativo e formativo, contribuindo com o desenvolvimento da criança e dos jovens. Apesar da relevância do tema, Marques (2004a) entende que hoje em dia a construção das competições esportivas infanto-juvenis se caracteriza por um grande experimentalismo na busca de modelos de competições adequadas às crianças e ao seu estágio de desenvolvimento, pois se conhece mais o que não deve ser feito nas competições infanto-juvenis do que o que deve ser feito para qualificá-las.

2.4 ESTUDOS EMPÍRICOS SOBRE A TEMÁTICA DA COMPETIÇÃO ESPORTIVA INFANTO-JUVENIL

Entendendo que a competição esportiva infanto-juvenil e escolar podem se constituir em importantes meios de educação e formação das crianças e adolescentes que dela participam e partilhando da ideia de Ferraz (2009), que considera que a competição não é nem boa nem má, mas sim o que se fizer dela, nesta seção serão apresentados estudos empíricos que tratam de temas inerentes às competições esportivas infanto-juvenis, especialmente aqueles ligados ao processo de formação das crianças e adolescentes.

Através de adequados modelos de competição e sistemas de disputa, professores e federações esportivas podem transformar a competição em um espaço pedagógico e formativo dos participantes, ou, ao contrário, podem ocasionar a eliminação e o abandono precoce dos participantes. Arena e Böhme (2004) investigaram junto às federações esportivas do estado de São Paulo (atletismo, natação, judô, tênis, ginástica, basquetebol, futsal, handebol e voleibol) as formas de disputa utilizadas nas competições das categorias menores destas modalidades. O estudo revelou que nas modalidades de futsal, ginástica, judô, natação e tênis, existe um sistema de competições realizado para faixas etárias abaixo do que a literatura indica. As federações das modalidades de basquetebol, handebol, voleibol e atletismo, por sua vez, organizam suas competições respeitando às faixas etárias preconizadas pela literatura. Em todas as modalidades estudadas foram percebidas questões como: a) a existência de adaptações nas competições para as idades iniciais; b) a ocorrência de calendários esportivos longos nos esportes coletivos; c) calendário competitivo idêntico (em termos de organização e duração) entre a primeira idade e a última idade das categorias menores.

As federações paulistas de natação, judô e tênis recebem recomendações de suas respectivas federações internacionais para o que o início da participação regular em competições estaduais/nacionais ocorra a partir de 12 ou 13 anos de idade. No entanto, as três federações promovem competições para faixas etárias abaixo dos 10 anos. Segundo seus dirigentes, esta recomendação não é acatada devido aos interesses de técnicos e clubes que oferecem treinamentos específicos para crianças

destas faixas etárias. A partir dos resultados observados, Arena e Böhme (2004) sugerem que a divulgação e a massificação das modalidades não deveriam ocorrer através da promoção de competições em idades muito baixas, mas sim através da realização de “festivais esportivos” que facilitassem o acesso de entidades e grupos provenientes de comunidades com menos recursos financeiros.

Na cidade de Santos (SP), Luguetti; Bastos e Böhme (2011) investigaram junto aos gestores escolares, as condições das práticas esportivas escolares oferecidas no ensino fundamental. Os gestores foram questionados quanto ao percentual de atendimento da oferta de prática esportiva no âmbito público; sobre a descrição dos recursos materiais e financeiros e as características dos programas desenvolvidos. O estudo revelou que na cidade de Santos, os programas de práticas esportivas escolares não estão contribuindo de forma efetiva para a formação da cidadania e a democratização da prática de esportes, algo que se supõe uma das suas principais funções. Este fato ocorre porque os programas têm atendido a poucas crianças e não estão atrelados aos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das escolas. Segundo Luguetti; Bastos e Böhme (2011) o esporte desenvolvido da escola é considerado “esporte na escola”, uma vez que apenas utiliza o espaço físico da escola, sem apresentar ou desenvolver uma função pedagógica atrelada ao PPP.

Em estudo realizado com jovens participantes de um projeto socioeducativo com a modalidade de voleibol, que ocorre na comunidade de Heliópolis da cidade de São Paulo, Hirama e Montagner (2013) investigaram os efeitos da competição como meio de estimulação dos aspectos cognitivos, afetivos, sociais e motores dos participantes. Para tal, foi realizado um estudo de caso do tipo etnográfico, realizado em dois momentos. No primeiro momento foi conduzida uma entrevista após a participação do grupo na sua primeira temporada em um campeonato metropolitano. O segundo momento foi conduzido com o mesmo grupo, quatro anos após esta primeira participação, cabe ressaltar que muitos dos participantes da primeira fase do estudo não mais participavam do projeto. É importante destacar que a participação na competição foi desejo do próprio grupo, sendo que foi obtida apenas uma vitória em 14 jogos.

Analisando as respostas dos participantes à duas perguntas abertas sobre a impressão que tiveram desta participação e as expectativas para o ano seguinte, percebe-se que, apesar das derrotas, as competições provocaram reações positivas nos comportamentos dos participantes (relato de aprendizados em diferentes aspectos e desejo de continuar participando das competições). Os relatos relativos à frustração pelas derrotas, medo e nervosismo, foram acompanhados por depoimentos de aprendizados e superação. No segundo momento do estudo, realizado a partir das memórias dos participantes deste projeto, os jovens mencionam que a competição oportunizou ao grupo a conquista de diversos aprendizados. Aprendizados que os fizeram perceber que poderiam superar as expectativas em relação às suas possibilidades de crescimento cultural; em termos de acesso às universidades públicas; em termos de sonhos de um futuro profissional diferente do que normalmente ocorre em comunidades carentes (trabalhos com baixa exigência de formação).

A análise das redações e dos depoimentos indica que a experiência competitiva trouxe superação, aprendizado e desejo de continuidade. Acredita-se, mesmo diante do número expressivo de derrotas, que a competição tenha sido ferramenta importante para se atingir os objetivos traçados ao se resolver vivenciá-la. Nesse último item pode ser contida a razão por se levantarem tantos dados positivos: os objetivos a serem alcançados devem fazer parte da proposta pedagógica do projeto. É necessário entender que o processo vivenciado pode ser mais importante que a vitória. As relações que estimulam impulsionar os jovens a desejarem melhorar, engajar-se no propósito de superação e busca por evolução podem ser fenômenos presentes na dinâmica de uma competição: preparar-se para um jogo, jogar de fato, comparando as suas competências com outros jovens, avaliando após a partida suas atuações, traçando estratégias para melhorar as principais deficiências e pondo-se novamente a treinar, preparando-se para novo jogo (HIRAMA; MONTAGNER, 2013, p. 341).

Outra questão importante em relação ao processo de treinos e de competições é a forma de agrupamento dos participantes. Frequentemente, o agrupamento de crianças e adolescentes para a montagem das turmas de treinos e para a formação das categorias (nas competições esportivas) é feito em função do ano de nascimento dos participantes. Desta forma, os participantes nascidos nos primeiros meses do ano apresentam uma maior idade cronológica do que os demais, fato este que pode gerar

uma vantagem no desempenho em treinos e competições, fenômeno denominado efeito da idade relativa (CARLI et al., 2009).

Em estudo realizado com futebolistas europeus e sul-americanos das categorias sub-17 e sub-20, participantes dos campeonatos mundiais no ano de 2007, Carli et al. (2009) investigaram o efeito da idade relativa. Os resultados do estudo demonstraram que as duas categorias apresentaram a tendência de selecionar os indivíduos nascidos nos primeiros meses do ano para formarem as equipes. Percebeu-se que este fenômeno acontece com maior frequência na categoria sub-17 e nas equipes europeias. Na visão de Carli et al. (2009) o fenômeno da idade relativa pode estar sendo responsável pela exclusão de potenciais talentos, apenas pelo fato de não terem nascido nos meses iniciais do ano. Na visão dos autores (2009) esta vantagem transitória não tem justificativa, entendem, também, que os treinadores devem aumentar a quantidade de vagas nos programas de treinamento para minimizarem os efeitos da idade relativa.

Penna et al. (2012) estudaram o efeito da idade relativa no futsal de base do estado de Minas Gerais, no estudo foram analisadas todas as categorias competitivas (sub-11; sub-13; sub-15; sub-17 e sub-20/adulto). Os resultados demonstram a existência do efeito da idade relativa em todas as categorias de base e na categoria adulta do futsal de Minas Gerais. Penna et al. (2012) consideram que o fato das categorias competitivas terem a duração de dois anos podem estar potencializando o efeito da idade relativa. Este agrupamento das categorias gera, na visão dos autores (2009), uma grande diferença física entre os dois grupos (nascidos no início do primeiro ano competitivo; nascidos no final do segundo ano competitivo), desta forma as crianças e adolescentes pertencentes ao segundo grupo podem ser equivocadamente identificados como não aptos, eliminando possíveis talentos e ocasionando o aumento no abandono da modalidade.

Em dissertação de mestrado desenvolvida em Portugal, Ferreira (2011) investigou os efeitos da idade relativa no esporte escolar. Os resultados corroboram os estudos anteriormente citados. Nos anos em que o estudo foi realizado (2008-2011) percebeu-se uma clara tendência de que os alunos selecionados (participantes das competições) são aqueles nascidos na primeira metade do ano, da mesma forma

como ocorre no esporte de alto rendimento. Carli et al. (2009); Ferreira (2011) e Penna et al. (2012) consideram que os professores que conduzem o treinamento das crianças devem ter a consciência de que a escolha dos atletas não deve ser pautada apenas nos aspectos físicos, pois este critério faz com que os nascidos no início do ano sejam privilegiados nas seleções. Procedimento que poderá excluir uma série de crianças do esporte, o que vai de encontro à ideia de que o esporte deve ser um instrumento de formação das crianças e jovens que dele participam.

Torna-se por isso necessário recorrer a uma mudança das mentalidades de quem está responsável pelas equipas jovens, devendo ter em conta as capacidades técnico-táticas no processo de selecção dos jovens, em vez de confiar apenas nas características físicas, passando assim a preocuparem-se fundamentalmente com o processo de formação a longo prazo dos jovens atletas (FERREIRA, 2011, p. 38).

Entendendo que a adolescência é um período de transição e amadurecimento, que pode levar a uma grande exigência em termos psíquicos e emocionais para os indivíduos, Trapé et al. (2011) investigaram junto a um grupo de atletas de voleibol, pertencentes ao ensino médio da rede particular e pública de ensino, as manifestações de estresse que as atletas enfrentam nas situações específicas do voleibol e nas situações relativas às suas vidas pessoais (não somente as relacionadas ao contexto esportivo). As manifestações de estresse na vida das atletas participantes agruparam-se em oito categorias de discurso: a) estudos e vestibular; b) profissionalismo no voleibol; c) excesso de tarefas; d) família; e) namoro; f) amigos; g) necessidade de trabalhar e situação econômica insatisfatória; h) estresse competitivo. Mesmo que os dois grupos (rede privada de ensino e rede pública de ensino) demonstrem certa semelhança em relação às situações que as estressam, a categoria estudos e vestibular, relacionados à busca de vaga em universidades públicas, aparece mais nos relatos das atletas pertencentes ao ensino privado; a necessidade de trabalhar e a pressão da família para a busca do emprego aparece mais nos relatos das alunas do ensino público. Ambos os grupos relatam momentos de estresse relacionados com a possibilidade de alcançarem a carreira profissional no voleibol. Trapé et al. (2011) entendem que estas manifestações de estresse das atletas devem ser levadas em conta pelos profissionais durante o processo de formação esportiva, especialmente porque os treinadores que trabalham nas categorias de base são,

antes de tudo, educadores e, como tal, devem ter em mente que não são todas as suas atletas que se tornarão profissionais de voleibol.

A seleção e a detecção de talentos para o esporte infanto-juvenil vêm a ser outro tema de grande relevância para a Ciência do Esporte. Silva Filho et al. (2011) apontam que a seleção de talentos está relacionada com os meios para escolha dos atletas aptos a iniciarem ou avançarem no processo de formação em longo prazo. A detecção de talentos está relacionada com programas esportivos e com a Educação Física Escolar, que tem por objetivo aumentar a quantidade de jovens que praticam esportes de forma regular. Devido à quantidade de variáveis que se relacionam para explicar o desempenho nas modalidades esportivas, torna difícil a interpretação das interações entre as variáveis que explicam este desempenho. Silva Filho et al. (2011) investigaram os critérios utilizados por treinadores para selecionar e detectar jovens atletas de basquetebol na cidade de São Paulo. Foram entrevistados doze treinadores das categorias pré-mini, mini, mirim e infantil do sexo masculino, com equipes participantes do campeonato da Federação Paulista de Basquetebol. O estudo apontou que a detecção e seleção dos atletas de basquetebol em São Paulo ocorrem principalmente através de convites ou indicações de atletas de outros clubes, nas escolas e através de “peneiras”. Silva Filho et al. (2011) entendem que desta forma, a seleção vem sendo feita de modo pontual, ocasionando muitas vezes um diagnóstico inadequado e passível de erros. Silva Filho et al. (2011) concluem que, mesmo considerando a escola como o local ideal para que se encontre um grande número de crianças e adolescentes para participarem de programas de iniciação esportiva, na modalidade de basquetebol o ambiente escolar não vem sendo explorado de forma adequada.

Soares e Montagner (2013) investigaram junto aos personagens (professores, dirigentes, organizadores e estagiários) que participam da Olimpíada Colegial do Estado de São Paulo (OCESP), pertencentes a região leste de Campinas (SP), a forma como esta competição vem sendo organizada e a importância da mesma para a Educação Física da Rede Estadual de Ensino de Campinas. Os depoimentos dos participantes do estudo revelam que as atividades competitivas nas escolas podem ser oferecidas de forma adequada e sadia, bastando para isso que sejam adaptadas ao contexto em que estão sendo disputadas. Além disso, os resultados (pesquisas de

campo e análise de documentos) não corroboram a ideia de que a competição escolar é prejudicial aos alunos ou excludente com os menos habilidosos. Os participantes relatam que utilizam as atividades competitivas nas aulas de Educação Física como forma de motivar os alunos e como auxiliar na formação do caráter dos participantes, apontam, também, a necessidade de um maior investimento do Estado e uma alteração das formas de promoção e motivação dos alunos e professores visando o aumento da participação na OCESP.

Outra questão correlata às competições esportivas infanto-juvenis é a utilização de modelos de competições organizados à semelhança das competições de adultos, podendo originar um processo de especialização precoce durante a formação destes participantes. Marques et al. (2014) investigaram como ocorreu o processo de formação esportiva de 53 atletas profissionais de voleibol masculino, participantes do Campeonato Paulista e da Superliga Nacional. Para o desenvolvimento do estudo foi aplicado um questionário com 10 questões abertas sobre a temática, respondidas de forma escrita pelos atletas após os treinamentos, sem a presença dos pesquisadores. Os resultados apontam que 61,6% dos atletas revelaram que além do voleibol, participaram de competições de outras modalidades esportivas durante a sua formação. A média de idade em que iniciaram os treinamentos de voleibol foi de 12,8 anos; 67,4 % dos atletas iniciaram os treinamentos específicos para as competições de voleibol após os 14 anos de idade. Para Marques et al. (2014), os resultados sugerem que a maioria dos atletas pesquisados não apresentaram indícios de terem sido especializados precocemente na sua formação. Marques et al. (2014, p. 301) afirmam que este fato “enfraquece crenças ligadas à especialização prematura como caminho eficaz e positivo para a formação de alto rendimento”. Entendem os autores (2014) que o estudo fortalece a ideia da iniciação e da especialização que dê prioridade para o aprendizado da modalidade esportiva através da prática de diversos esportes durante a iniciação esportiva e que não busque os altos resultados esportivos antes da puberdade.

A participação dos pais nas carreiras esportivas dos filhos é uma das questões fundamentais para o esporte infanto-juvenil. Frequentemente os pais são os responsáveis por apresentarem uma modalidade esportiva para a criança e proporcionarem as condições para que estas crianças se mantenham na prática deste

esporte (FRASER-THOMAS; CÔTÉ; DEAKIN, 2008). Nunomura e Oliveira (2014) investigaram como os técnicos de Ginástica Artística percebem a participação, principalmente os aspectos positivos e negativos, o desenvolvimento das ginastas nas categorias formativas.

O estudo de Nunomura e Oliveira (2014) foi realizado através de uma entrevista semiestruturada com 34 técnicos de 29 instituições (prefeituras, clubes e academias de GA). Nas entrevistas os técnicos relacionaram as ações positivas dos pais, tais como a formação de associações para auxiliar na construção de condições para a realização do trabalho; o acompanhamento das atividades desenvolvidas nos treinos e competições; o auxílio financeiro e o apoio para que o filho participasse do esporte. Por outro lado, foram relacionadas ações negativas dos pais, tais como a intervenção demasiada durante treinos e competições; o interesse financeiro (resultado do apoio que o ginasta de alto rendimento pode receber), fazendo com que muitos pais abandonem o trabalho e coloquem as questões monetárias em primeiro plano; os conflitos entre os pais em competições e dentro das associações; a falta de apoio (logístico, financeiro e psicológico) ao atleta e ao treinador e o pouco contato com os treinadores.

Nunomura e Oliveira (2014) relatam que foi possível perceber durante o estudo a existência de poucas investigações sobre o tema da participação dos pais na formação esportiva dos filhos, o que resulta na falta de compreensão dos técnicos sobre este assunto. Foi observado que, apesar de saber-se da importância da participação dos pais na carreira esportiva dos filhos, ainda existem dúvidas sobre a forma que esta participação deve ocorrer e de como ela pode gerar um ambiente saudável e favorável ao desenvolvimento das crianças e atletas.

Nunomura e Oliveira (2014) apontam que foi possível identificar uma tendência dos técnicos em relacionar a participação dos pais somente às questões negativas ou às positivas. Entendem os autores (2014) que o que deve ocorrer é a busca de um ponto de equilíbrio nesta participação (sem envolvimento excessivo ou sem negligência), equilíbrio que poderia ser alcançado através da orientação ou da construção de um manual que orientasse os pais no sentido de desenvolver um relacionamento harmonioso com os técnicos, relacionamento este que contribuiria

para o sucesso do trabalho de todos. Nunomura e Oliveira (2014) apontam que pais conscientes de seu papel na vida esportiva dos seus filhos, possivelmente sabem lidar com as adversidades inerentes ao esporte, avaliando a participação não apenas pelos resultados, mas sim pelo esforço e desempenho, fazendo com que as experiências, as amizades e o prazer sejam as principais conquistas das participações de seus filhos no esporte.

2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS A RESPEITO DA TEORIA E METODOLOGIA DAS COMPETIÇÕES ESPORTIVAS INFANTO-JUVENIS

Este primeiro estudo teve por objetivo investigar os modelos teóricos que tratam das competições esportivas e da preparação dos atletas que delas participam. Devido à temática de tese situar-se nas contribuições das competições esportivas para a formação e educação de crianças e jovens, buscou-se concentrar a atenção nos estudos e modelos teóricos que tratam das competições esportivas infanto-juvenis, das competições esportivas escolares e sobre a preparação e formação de crianças e jovens participantes de competições esportivas.

Uma das questões reveladas pelo estudo, que entendemos central para o desenvolvimento desta tese, é o fato da competição ser considerada como um elemento insubstituível na educação dos atletas. É durante a competição que são mobilizadas as capacidades funcionais dos participantes; é educada a resistência mental e são estimuladas as demais capacidades de adaptação destes atletas. Porém, para que cumpra com as funções formativas e educacionais dos participantes, assim como para a descoberta de talentos e classificação dos participantes, as competições devem ser organizadas por princípios e regidas por regras e regulamentos adequados às tarefas formativas específicas de cada faixa etária. Uma importante questão sobre os regulamentos, é que devem ser organizados pelas federações esportivas e órgãos que desenvolvem e promovem os esportes.

Em relação à competição e ao treinamento infanto-juvenil, é consensual a ideia de que a preparação dos atletas deve ser realizada a partir de uma perspectiva de longo prazo. Os organizadores destes treinamentos (professores e treinadores) devem respeitar princípios como: a) a autodeterminação dos jovens; b) o respeito à

personalidade dos participantes; c) o cuidado com a saúde; d) as decisões tomadas precisam priorizar a formação da personalidade e a educação do atleta; e) a preparação do atleta infanto-juvenil e escolar deve ser diferente da preparação dos atletas adultos.

Enquanto no esporte de alto rendimento se treina para competir, ou seja, os conteúdos dos treinamentos são organizados a partir do que a competição exige, no esporte infanto-juvenil as competições devem complementar e auxiliar no desenvolvimento dos conteúdos que estão sendo trabalhados nas aulas e treinamentos. No esporte de adultos se “treina para competir” enquanto no esporte infanto-juvenil se “compete para treinar”. Por este motivo, os conteúdos das competições devem ser estabelecidos a partir dos objetivos de cada fase do treinamento das crianças, respeitando, sempre, as capacidades e motivações dos participantes. O professor/treinador que trabalha com o esporte escolar e infanto-juvenil deve ter claro que o seu papel é fundamental para que as competições sejam efetivamente um instrumento de motivação e de feedback (tanto para o aluno como para o professor) do estágio de desenvolvimento do participante. Ele deve ser o gestor e organizador deste momento, levando sempre em conta que a competição pode ser um excelente instrumento pedagógico. Através das competições podem ser desenvolvidos os valores; são construídos os mecanismos de enfrentamento das situações competitivas; pode ser exercitado o processo de tomada de decisões e se desenvolve o controle dos níveis de autoafirmação e de autoestima.

O esporte escolar, quando adequadamente trabalhado, se constitui em uma atividade verdadeiramente cultural, permitindo a formação básica e o desenvolvimento continuado através do movimento. Devido ao fato da competição e o esporte serem elementos inseparáveis, das crianças não perceberem sentido em uma prática esportiva desligada da competição, não há justificativa para se desenvolver a iniciação esportiva sem trabalhar a competição esportiva no ambiente escolar. Porém, não é qualquer competição que se adequa à realidade escolar. É necessário que a competição escolar seja conectada com a realidade em que ocorre, com a participação de todos da comunidade escolar (professores, direção e pais) na sua organização. Os objetivos desta competição devem ser maiores do que apenas apontar o vencedor, devem oferecer a oportunidade para que um grande número de

crianças tenha acesso às experiências desafiadoras propiciadas pelo esporte, que os participantes aprendam a reconhecer e valorizar o esforço do adversário, entendendo que é mais importante competir “com” alguém, do que “contra” alguém.

Marques (2004a) considera que apesar de não se dominar totalmente o conhecimento sobre as condições necessárias para qualificar o organizar as competições infanto-juvenis, já se sabe que não existe defesa para a utilização de modelos competitivos do esporte de alto rendimento. Marques (2004b) apresenta, ainda, o modelo teórico para a organização de competições infanto-juvenis, modelo este que orienta esta tese. O modelo teórico de Marques (2004b) estabelece as categorias teórico-metodológicas que devem ser respeitadas na organização das competições para que elas se constituam em um efetivo instrumento para a educação e formação das crianças e jovens. São elas: a) o modelo de intervenção pedagógica deve pensar em uma competição de acordo com as capacidades, interesses e objetivos das crianças; b) a competição deve ser o elemento estruturante de toda a formação esportiva da criança, onde as derrotas são tão ou mais importantes do que as vitórias no processo de formação; c) devem ser oportunizadas, principalmente para as crianças de menor faixa etária, uma grande quantidade de atividades competitivas, pois desta forma é possível desenvolver a noção de que ninguém é vencedor ou perdedor para sempre e que somente através da dedicação e do esforço é possível manter ou melhorar o desempenho.

3. Segundo Estudo: JOGOS ESCOLARES DE PETROLINA: A HISTÓRIA DAS PRIMEIRAS EDIÇÕES

3.1 INTRODUÇÃO

No ano de 2014, foi realizada a 44^a edição dos Jogos Escolares de Petrolina (JEP). Os jogos são organizados pela Secretaria de Esportes de Petrolina em sua fase municipal. A fase regional é organizada pelo Centro Regional de Esportes e Lazer de Petrolina, através da Secretaria Especial de Esportes de Pernambuco, em parceria com a Secretaria de Educação de Pernambuco e com a Secretaria de Esportes de Petrolina⁸.

Nesta 44^a edição foram disputadas 10 modalidades esportivas, sendo 5 modalidades esportivas coletivas (Basquetebol, Voleibol, Futebol, Futsal e Handebol) e cinco modalidades esportivas individuais (Natação, Tênis de Mesa, Xadrez, Atletismo e Judô). A competição contou com a participação de 2252 atletas representando cerca de 42 escolas do município de Petrolina. Tendo atuado na competição esportiva infanto-juvenil, como treinador de tênis e atualmente desempenhando a função de professor do Curso de Educação Física da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), situada em Petrolina, temos por objetivo, neste estudo, fazer um registro histórico da criação dos Jogos Escolares de Petrolina nas suas edições iniciais.

Para tal, foram propostas as seguintes questões norteadoras:

- a) Como se sucederam as primeiras edições dos Jogos Escolares de Petrolina?
- b) Como surgiu a proposta de criação dos Jogos Escolares de Petrolina?
- c) Como foram realizados o planejamento e a organização dos primeiros Jogos Escolares de Petrolina?
- d) Quais foram as escolas participantes, quais as modalidades esportivas em disputa e os locais em que foram realizadas as primeiras edições dos Jogos Escolares de Petrolina?

⁸ Relatório Geral do 40º Jogos Escolares Regionais de Petrolina- Ano 2010

3.2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Para Melo (1997), o estudo da história no âmbito da Educação Física, auxilia no conhecimento do passado, da trajetória percorrida e das condições que levaram ao estágio atual da Educação Física no país. Em relação à história social do esporte, Bracht (2002) identifica duas linhas de abordagem, uma das abordagens entende que o esporte possui uma autonomia em relação aos fenômenos sociais, a outra abordagem entende que o esporte é um fenômeno datado, que possui influência direta dos fenômenos sociais e culturais durante o seu processo de desenvolvimento. Para Bracht (2002) estas duas abordagens são complementares, pois não seria razoável a construção do esporte de forma isolada da sociedade, da mesma forma, não seria possível imaginar que os esportes foram constituídos predominantemente a partir das influências das questões sociais.

Devido à longevidade do evento e ao importante papel que os JEP desempenharam no desenvolvimento do esporte, na educação e formação de inúmeras crianças e jovens de Petrolina ao longo destas quatro décadas, pretendeu-se através deste estudo histórico, não apenas colaborar com a preservação da memória do evento, mas, entender o processo histórico de criação destes jogos, do seu desenvolvimento e da sua importância para a educação de Petrolina ao longo destes anos. Sabendo-se que a construção da amostra de um trabalho científico envolve a seleção das pessoas, das situações e dos locais onde se desenvolve o objeto ou fenômeno social que será investigado, uma adequada escolha dos sujeitos e dos locais onde ocorre o objeto da pesquisa reduz problemas como a dificuldade de acesso às pessoas; a adequação do método de pesquisa ao campo e as perspectivas que as pessoas têm para com a sua participação no estudo (FLICK, 2009a). Partindo do que estabelece Flick (2009a), entendeu-se que a seleção dos sujeitos de nosso estudo deveria obedecer a critérios formais (FLICK, 2009b).

Conscientes de que a escolha dos entrevistados bem como o número de entrevistados que participam da pesquisa devem ser guiadas prioritariamente pelos objetivos do estudo (ALBERTI, 2005), definiu-se estas questões a partir do contato realizado com a Secretaria Municipal de Esportes de Petrolina, na pessoa do professor Rogério Inácio Granja, integrante da Comissão Técnica da Secretaria e organizador

dos Jogos Escolares de Petrolina (JEP) e com a diretora do Centro Regional de Esportes e Lazer de Petrolina, professora Socorro Siqueira, que prontamente forneceram as informações sobre as pessoas que participaram da criação dos JEP, bem como dos locais onde poderíamos buscar fontes documentais e imagéticas relacionadas às primeiras edições dos JEP.

A partir das informações obtidas, entramos em contato com os professores Bernardino Pires Teixeira, José Lima Granja e Otacílio de Souza Lima, homenageados pela prefeitura de Petrolina por ocasião dos 40 anos de realização dos JEP (Ilustração 1), com o objetivo de explicar a nosso trabalho e convidá-los para participarem do estudo através de seus depoimentos, documentos e fontes imagéticas relativos ao JEP. Para a nossa satisfação, os 3 professores prontamente aceitaram colaborar com o trabalho.

Os professores Bernardino Pires Teixeira e José Lima Granja, eram policiais militares, atuando nas horas vagas, sem prejuízo das instruções militares, como professores de Educação Física em colégios de Petrolina/PE e Juazeiro/BA. Ao longo de sua trajetória profissional no magistério, o professor Bernardino Pires Teixeira também exerceu o cargo de diretor da Escola Estadual Gercino Coelho, escola que o homenageou batizando a quadra poliesportiva, recentemente construída, com o seu nome (Ilustração 2). O professor Otacílio de Souza Lima à época da criação dos JEP era estudante da Escola Marechal Antônio Alves Filho (EMAAF), escola em que o professor José Lima Granja ministrava aulas de Educação Física. Mesmo sendo estudante, portanto participante dos JEP, auxiliou na organização dos primeiros JEP. O professor Otacílio torna-se destacado professor de Educação Física em Petrolina, tendo sido condecorado pela prefeitura de Petrolina (PE) com a medalha Senador Nilo Coelho (Ilustração 3) devido a sua atuação e dedicação para com o esporte amador da cidade. Atuou como professor de futebol, futsal e handebol, foi gerente de esportes da prefeitura e diretor do Centro de Esportes e Lazer de Petrolina, tendo criado o Projeto Recriação que atendeu mais de 4000 crianças em bairros e na área rural da cidade e implantado em Petrolina o esporte paraolímpico para crianças em idade

escolar. Atuou como professor de diferentes esportes, porém no handebol conquistou 22 títulos consecutivos em uma só categoria⁹.



Ilustração 1: Certificado de Honra ao Mérito entregue por ocasião dos 40^{os} JEP¹⁰.



Ilustração 2: Prof. Bernardino Pires Teixeira (esquerda) e Prof. José Lima Granja (direita).¹¹

⁹<<http://m.globoesporte.globo.com/pe/petrolina-regiao/noticia/2014/04/otacilio-lima-o-homem-que-trabalhou-com-mais-de-mil-atletas-em-petrolina-pe.html>> Acesso em 24/6/2014

¹⁰ Fonte: Acervo particular do Prof. Bernardino Pires Teixeira

¹¹ Fonte: Acervo particular do Pesquisador



Ilustração 3: Prof. Otacílio Nunes de Souza recebendo a medalha Senador Nilo Coelho do Prefeito Julio Lossio.¹²

As fontes imagéticas e orais utilizadas para a realização do estudo são aquelas referentes à organização, criação e realização dos JEP. Efetuou-se buscas por fontes documentais e imagéticas relativas aos JEP junto às escolas, pessoas e entidades que deles participaram e participam como competidores ou organizadores dos JEP. Não foram encontradas fontes documentais sobre o período inicial dos JEP (organização do evento, inscrições, etc.), porém, um dos professores disponibilizou documento referente à sua formação para exercer a profissão de professor de Educação Física. O Centro de Esportes e Lazer de Petrolina disponibilizou as fontes imagéticas (fotografias) das edições iniciais dos JEP. As escolas participantes das primeiras edições permitiram o acesso do pesquisador às suas salas de troféus para que os mesmos fossem fotografados. Selecionaram-se as fontes imagéticas utilizadas através dos critérios sugeridos por Scott (*apud* FLICK, 2009b, p.233), a saber: a) Autenticidade (o documento é proveniente de origem inquestionável?); b) Credibilidade (o documento não contém erros ou distorce a realidade?); c) Representatividade (o documento é típico do seu tipo, e, se não for, é conhecida a extensão desta não tipicidade?); d) Significação (o documento é claro e compreensível?).

¹² Fonte: <<http://www.petrolina.pe.gov.br/2010/imprensa/notasBanners.php?id=1380>> Acesso em 10 mar. de 2014

As fontes orais foram obtidas através de entrevistas com os participantes do estudo, segundo Bell (2008) a vantagem da entrevista em relação aos questionários é a possibilidade de acompanhamento das ideias e a oportunidade de aprofundar as respostas dos entrevistados. Bell (2008) afirma que durante a coleta e análise dos dados, as respostas aos questionários devem ser tomadas ao pé da letra, enquanto nas entrevistas as respostas podem ser melhor desenvolvidas e esclarecidas. Por estes motivos, as fontes orais do estudo foram obtidas através de entrevistas. As perguntas das entrevistas foram formuladas a partir das questões norteadoras e do referencial teórico do estudo, sendo construídas e aplicadas em um formato semiestruturado. A escolha deste formato de entrevista se deu pelo fato dele possibilitar uma maior liberdade na resposta do entrevistado e permitir a intervenção do entrevistador para que o entrevistado não fuja do tema durante as suas respostas ou para o aprofundamento de alguma questão (FLICK, 2009a; STAKE, 2011; ERTHAL, 2003).

O roteiro da entrevista foi organizado de forma que possibilitasse recolher junto ao entrevistado as suas experiências e impressões (FLICK, 2009a) sobre as questões relevantes para o estudo, ou seja, sobre história das primeiras edições dos JEP. O roteiro da entrevista passou pelo processo de validação de conteúdo com base na avaliação de juízes. A validade de conteúdo é calculada através do Coeficiente de Validade de Conteúdo (CVC). Esta estatística mede a validade de conteúdo e a concordância entre os juízes.

O roteiro foi avaliado por três professores com reconhecido saber na área (teórico e prático). Para tanto, os juízes foram questionados sobre a Clareza e Pertinência dos conteúdos do roteiro de entrevista (BALBINOTTI, BENETTI, TERRA, 2006), a saber: a) em relação à Clareza: Você acredita que o item está claro o suficiente para o entendimento da população em questão? b) em relação à Pertinência: Você acredita que este item é pertinente ao estudo e à população em questão? A avaliação dos itens do questionário foi respondida através de uma escala tipo *Likert* graduada em 5 pontos, onde 1 ponto representa “pouquíssima pertinência/clareza”, 2 pontos representam “pouca pertinência/clareza”, 3 pontos representam “média pertinência/clareza”, 4 pontos representam “muita pertinência/clareza” e 5 pontos representam “muitíssima pertinência/clareza”. Após a

realização destes procedimentos foram analisadas as correlações entre as respostas dos juízes. As correlações entre as respostas dos juízes devem apresentar valores do coeficiente de validade de conteúdo (CVC) acima de 0,8 (CASSEPP-BORGES; TEODORO, 2007).

A primeira versão do roteiro de entrevista recebeu correções e observações por parte dos juízes. O CVC de alguns itens, em termos de Clareza e Pertinência, apresentou valores inferiores a 0,8. Juntamente com a pontuação de cada item, os juízes apresentaram sugestões de alteração para as questões que julgaram como não claras ou não pertinentes para o estudo. As correções nos itens foram efetuadas, um segundo roteiro de entrevista foi montado e enviado aos juízes para que os mesmos avaliassem a nova versão. Após esta segunda avaliação, as correlações entre as respostas dos juízes apresentaram valores acima de 0,8, demonstrando que a segunda versão do roteiro (Apêndice F) é válida em termos de Clareza e Pertinência, possibilitando a sua utilização para entrevistar os sujeitos do estudo.

As entrevistas foram registradas utilizando um aparelho gravador digital marca Panasonic, modelo RR – US300. Os depoimentos foram colhidos e gravados seguindo a metodologia indicada por Flick (2009b). A transcrição dos depoimentos foi feita pelo autor do trabalho com o auxílio do software Express Scribe v. 5.04. Posteriormente, as transcrições das gravações foram remetidas aos professores para a sua leitura e correções. Flick (2009b) afirma que os sistemas de transcrição variam em função da exatidão do processo e que ainda não há um padrão estabelecido para as transcrições. Gibbs (2009) entende que não é necessária a transcrição total dos depoimentos, mas apenas as partes que serão utilizadas nas análises dos estudos. Neste estudo optou-se por transcrever totalmente as entrevistas para posteriormente retornar as transcrições aos entrevistados, este procedimento permite aos entrevistados a realização de correções e até mesmo o fornecimento de novas informações ao depoimento. Cabe ressaltar que todos os professores concordaram com o conteúdo das transcrições e autorizaram a utilização dos seus depoimentos através da assinatura de uma declaração de recebimento da transcrição (Apêndice E). Os depoimentos gravados e as transcrições dos mesmos permanecerão arquivadas na sala do pesquisador no Colegiado Acadêmico de Educação Física da Univasf, pelo prazo de cinco anos.

A primeira tarefa desenvolvida no processo de análise dos dados qualitativos foi a sua organização de acordo com a teoria e com os objetivos que fundamentaram o trabalho. No caso das fontes orais (entrevistas), após a transcrição dos depoimentos, as mesmas passaram por um processo de codificação e categorização. Os códigos e categorias criados se originaram das questões norteadoras do estudo, dos tópicos da entrevista e das respostas dos participantes (BARDIN, 2000; GIBBS, 2009; FLICK, 2009b). Cabe ressaltar que as fontes imagéticas também passaram pelo processo de codificação e categorização.

Após a codificação e categorização dos dados (orais, documentais e imagéticos) a análise foi feita através da triangulação entre estes 3 tipos de dados utilizando a análise de conteúdo temática (BARDIN, 2000; FLICK, 2009c; GIBBS, 2009; SOUZA JÚNIOR, MELO, SANTIAGO, 2010). Com o intuito de melhor organizar e gerenciar o conjunto de dados obtidos (GIBBS, 2009; FLICK, 2009b), utilizou-se o software de análise de dados qualitativos Atlas. ti 7.0.

3.3 COMO OCORRERAM AS PRIMEIRAS EDIÇÕES DOS JOGOS ESCOLARES DE PETROLINA

Petrolina está situada no estado de Pernambuco, na Microrregião do Sertão do Médio São Francisco. A cidade possui, segundo dados do Censo 2010¹³, 293,962 habitantes e 330 estabelecimentos de ensino (privados e públicos), apresentando clima semiárido e tendo na fruticultura para exportação o carro chefe de sua economia¹⁴. Distanciando-se 722 km de Recife e 550 km de Salvador, Petrolina fica às margens do São Francisco, rio que a separa da cidade de Juazeiro/BA.

A data dos primeiros jogos escolares de Petrolina gera algumas controvérsias, segundo o professor Otacílio de Souza Lima, não há nenhum registro dos primeiros jogos oficiais, o que o entrevistado relata é que em 1969 o professor Frota organizou uma disputa de Atletismo no estádio municipal, mais especificamente, uma corrida de velocidade entre as escolas do município. Esta corrida, de aproximadamente 100

¹³ <<http://cod.ibge.gov.br/234Z3>> Acesso em 12 de março de 2014

¹⁴ <<http://www.petrolina.pe.gov.br/2010/cidade/Petrolina.html>> Acesso em 12 de março de 2014

metros, era disputada de uma lateral à outra do estádio, sendo vencida por Gilberto Machado Lima. Esta teria sido a primeira competição entre escolas realizadas em Petrolina.

A Secretaria de Esportes do município considera que os primeiros Jogos Escolares de Petrolina foram realizados em 1970, tendo homenageado os gestores do Centro Regional de Esportes e Lazer, técnicos e atletas que se destacaram ao longo da existência dos jogos, por ocasião da abertura dos 40^{os} JEP, no ano de 2010 (Ilustração 1). A partir do registro fotográfico dos troféus do Colégio Dom Bosco, do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora e da Escola Marechal Antônio Alves Filho (EMAAF), foi possível verificar que no ano de 1971, realizaram-se os 1^{os} Jogos Estudantis em Petrolina e, segundo relata o professor Otacílio, os JEP em sua fase inicial foram denominados Jogos da Juventude. Percebe-se, desta forma, que oficialmente a prefeitura considera que os JEP iniciam em 1970, porém, as fotos dos troféus registram que os 1^{os} Jogos Estudantis de Petrolina acontecem em 1971 e o professor Otacílio refere que nas edições iniciais a competição era denominada Jogos da Juventude. Verificasse que não existe um consenso sobre a data de início dos JEP e até mesmo sobre a sua denominação.

Ainda hoje, nos estados de Pernambuco e da Bahia, professores com formação em outras disciplinas ministram Educação Física nas escolas públicas. Em 1970 a situação não era diferente, os professores pioneiros na criação dos JEP trabalhavam com Educação Física nas escolas sem ter a formação superior na área, todos os três eram militares. Na época, de acordo com a Constituição Federal, o militar tinha a possibilidade de exercer a função de professor nas horas em que não estava em serviço nas corporações. Sendo assim, trabalhavam com Educação Física nas escolas devido às suas experiências com o esporte e com a atividade física adquiridos na carreira militar. Conforme refere o professor Bernardino Pires Teixeira, em 1970 ele, juntamente com o professor José Lima Granja e o professor José Pereira Bispo, foram chamados à Recife para frequentarem o Curso Básico de Formação em Educação Física (duração de 1 mês, nos três turnos) que lhes autorizava a trabalhar como professores de Educação Física (Ilustração 4). Concluído o curso, receberam a

incumbência da DERE (atualmente GERE¹⁵), de realizarem os primeiros Jogos Escolares na cidade de Petrolina. A intenção da DERE à época era interiorizar os Jogos Escolares de Pernambuco, competição surgida no final da década de 50¹⁶, no ano de 2014 será realizada a 55ª edição desta competição.

“Todo mundo aqui é militar né, também acho que já lhe disse isso né? Na época se pegava o pessoal que já tinha uma certa experiência, já, nesta parte de educação física. Então os colégios daqui; eu já era professor do colégio Auxiliadora, do Dom Bosco, era professor de outro colégio de Juazeiro, Paulo VI. [...] vale salientar que na época, nenhum dos 3 tinham curso superior. Então nós fomos encaminhados para Recife para tomar um curso assim, podemos dizer, um curso assim intensivo, porque foi um curso de um mês.”¹⁷
(ENTREVISTADO PROF. BERNARDINO PIRES TEIXEIRA)



Ilustração 4: Certificado de conclusão do Curso Básico de Atualização em Educação Física¹⁸

¹⁵ Gerencia Regional de Educação

¹⁶ <<http://www2.esportes.pe.gov.br/web/secretaria-de-esportes/jogos-escolares>> Acesso em 13/7/2014.

¹⁷ Entrevista concedida ao pesquisador pelo professor Bernardino Pires Teixeira, na cidade de Petrolina, em novembro de 2013.

¹⁸ Fonte: Prof. Bernardino Pires Teixeira

Segundo o professor Otacílio, foi realizada no colégio Nossa Senhora Auxiliadora, a reunião com os professores de Educação Física das escolas da cidade, para organizarem os primeiros Jogos Escolares de Petrolina. Estiveram presentes na reunião os professores do colégio Nossa Senhora Auxiliadora, do colégio Dom Bosco, da EMAAF, do colégio de Petrolina, do colégio Eduardo Coelho e o representante da prefeitura, professor Samuel Freitas. O professor Otacílio afirma que o professor Bernardino, o professor Granja e o professor Bispo foram os idealizadores e organizadores dos primeiros Jogos Escolares de Petrolina. Posteriormente, na medida em que as escolas foram sendo inauguradas, os professores que ministravam a disciplina de Educação Física, não necessariamente formados, porém com experiência como atletas das modalidades, eram convidados para participar das reuniões de organização dos JEP, passando, também a organizar nas suas escolas as modalidades em que tinham experiência prática.

A primeira edição dos jogos escolares foi realizada com a colaboração e esforço dos professores de Educação Física, dos diretores das escolas e dos alunos, o que compensou a deficiência de infraestrutura e de apoio governamental para a realização do evento. De acordo com o professor José Lima Granja, em muitos locais, foi necessário que professores e organizadores improvisassem as condições para que as disputas ocorressem. Ressalta, ainda, a colaboração de diversos alunos e professores, destacando os alunos - posteriormente professores - Otacílio de Souza Nunes e José Pereira. Cada professor, como referem o professor Bernardino e o professor Granja, organizava a modalidade esportiva que seria realizada na sua escola. Ainda sobre os locais de disputa, o professor Otacílio relata que a primeira edição dos JEP foi realizada no colégio Dom Bosco (de acordo com o professor Granja, na época esta era a escola com a melhor estrutura para a disputa), no colégio Nossa Senhora Auxiliadora e na EMAAF (Escola Marechal Antônio Alves Filho). As disputas de atletismo foram realizadas na EMAAF, o voleibol no colégio Nossa Senhora Auxiliadora e o futsal no colégio Dom Bosco. Apesar da falta de estrutura, de condições materiais e do pouco tempo para a sua organização, todos os entrevistados comentaram sobre o sucesso que a primeira edição dos JEP obteve junto à comunidade de Petrolina. Sobre a falta de estrutura ideal, o professor Granja comenta que a organização foi feita “à queima roupa”, receberam a incumbência e prontamente tiveram que organizar os jogos.

“Não tinha período, hoje tem, não é? Era em agosto ou setembro, aí ficava a critérios dos colégios, os colégios se reuniam e viam a condição que cada um tinha, a disponibilidade, se reunia para poder dar as férias para os alunos. Mas os 1^{os} Jogos, esses não, quando veio a ideia dos jogos feitos em Petrolina, foi um negócio a queima roupa, a gente teve que se organizar em um período pequeno, não teve esse negócio de pensar muito e de planejamento. Primeiro porque as instalações, não haviam condições, a não ser de improvisar. Então foi num período pequeno que nós organizamos e saiu tudo direitinho, né. Teve uma parte importante, que o senhor talvez, como professor de EF, hoje sinta isso. Era o interesse dos alunos, os alunos cooperavam mesmo! E hoje o negócio está diferente, né?! Naquele tempo não, se quer participar, ia com unhas e dentes, o aluno ia mesmo.”¹⁹ (ENTREVISTADO PROFESSOR JOSÉ LIMA GRANJA).

Com a inauguração, no dia 01/09/1971, do Centro de Educação Física, atual Centro Regional de Esportes e Lazer, os jogos passam a ser disputados neste local. Conforme relata o professor Otacílio, o Centro de Educação Física não dispunha de arquibancadas nem de muros quando foi inaugurado. Assim que o muro foi construído, passou-se a realizar a cobrança de ingressos para o público assistir aos jogos. O valor do ingresso (aproximadamente 50 centavos) era utilizado para custear as despesas para a organização do evento, uma vez que os jogos permaneciam sendo organizados sem o auxílio efetivo (financeiro) do estado ou do município. A arbitragem, vinda de Recife foi uma das despesas custeadas com esta cobrança de ingresso. O professor Otacílio relata que chegou a organizar festas e bingos nas escolas em que trabalhava, como forma de obter recursos para a realização dos jogos.

3.4 MODALIDADES ESPORTIVAS EM DISPUTA NOS ANOS INICIAIS DOS JEP

As modalidades esportivas em disputa nas primeiras edições dos jogos foram o futebol de campo, o futsal, o voleibol, o handebol e o tênis de mesa. Alguns fatos e questões sobre as modalidades foram destacadas pelos entrevistados. O handebol, implantado em Petrolina pelos professores Bernardino, Granja e Bispo, inicialmente não foi aceito pela direção do colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Na época esta escola recebia apenas alunos do sexo feminino e as diretoras consideravam o handebol uma modalidade muito violenta para ser disputada pelas meninas. Mesmo

¹⁹ Entrevista concedida ao pesquisador pelo professor José Lima Granja, na cidade de Petrolina, em novembro de 2013.

sendo professor desta escola e um dos responsáveis pela implantação da modalidade na região, o professor Bernardino não obteve a permissão para ensinar a modalidade para as alunas deste colégio. Especificamente em relação ao handebol feminino, o professor Otacílio menciona um fato pitoresco ocorrido na primeira vez em que a modalidade foi disputada.

“Que teve uma curiosidade aqui, né, que a primeira competição de handebol feminino foi entre Colégio Dom Bosco e Eduardo Coelho. Jogaram 3 partidas, 3 jogos, e todos os 3 terminaram 0x0. Aí, fui obrigado a declarar as duas equipes campeãs no handebol infantil feminino. Então teve esta curiosidade, que é interessante!”²⁰
(ENTREVISTADO PROFESSOR OTACÍLIO DE SOUZA LIMA)

As disputas de atletismo eram realizadas na EMAAF, sob a coordenação do professor Granja. Dentre as provas em disputa estavam as corridas de 100m, 200m, 400m, revezamento, salto em altura e salto em distância, todas realizadas com poucas condições materiais, mas com muita disposição e esforço dos alunos e do professor responsável. Com a inauguração do Centro de Educação Física, é construída a primeira piscina pública da cidade, a partir deste momento, sob a condução do professor Bernardino, os alunos das escolas passam a ter aulas e treinamentos de natação neste local, e os JEP passam a contar com mais uma modalidade em seu programa (a natação permanece no programa até a atualidade).

Outra modalidade que foi disputada, não na primeira edição, mas ao longo das edições dos JEP foi o ciclismo. O professor Otacílio menciona que as disputas eram realizadas na orla da cidade. Naquela época a bicicleta era um meio de transporte muito utilizado em Petrolina, desta forma, nada mais natural que o ciclismo fizesse parte dos JEP. Na atualidade, como ele mesmo refere, a motocicleta tomou o lugar da bicicleta como meio de transporte, o que pode ter contribuído para que o ciclismo deixasse de fazer parte dos JEP. A Ginástica Artística, na época chamada de Ginástica Olímpica, também foi disputada nos jogos escolares. Segundo o professor Otacílio, a modalidade foi trazida para a cidade pelas professoras Jocelina e Margarida Lacocho, passando a fazer parte dos JEP no ano seguinte à sua implantação. Apesar de não se dispor de todos os aparelhos necessários na cidade, atletas oriundos das

²⁰ Entrevista concedida ao pesquisador pelo professor Otacílio de Souza Lima, na cidade de Petrolina, em novembro de 2013.

escolas e dos JEP, fizeram parte da seleção pernambucana e representaram o estado em campeonato brasileiro da modalidade. Quando as professoras transferiram-se de Petrolina, a modalidade foi perdendo espaço, até deixar de fazer parte dos jogos.

O critério utilizado para que uma modalidade fizesse parte dos jogos era o número de escolas em que ela era praticada e o número de participantes da competição. Na medida em que a modalidade tinha a sua popularidade diminuída ela deixava de fazer parte dos jogos. Neste sentido, os professores Bernardino, Granja e Otacílio ressaltam a importância que tiveram os cursos para formação de professores, cursos que abordavam diferentes modalidades, realizados em Recife (PE), em Juazeiro (BA) e em Petrolina (PE) ao longo dos anos. Foram estes cursos os responsáveis pela implantação e desenvolvimento de uma série de esportes na região e, por consequência, dos JEP.

“Eu apitava muitos jogos aqui também, eu fui árbitro, também. Pois é, os professores todos apitavam aqui, logo no início, quando a gente não tinha nem intercâmbio com o professor de fora. Depois de 72 que prof. Assunção que deu handebol, prof. Varlin deu atletismo, veio dar um curso de atletismo aqui; é.....Mulatinho veio dar natação. Então foi a partir daí que esta relação com Recife, foi que teve esse intercâmbio. A partir daí, também, teve uma, um crescimento muito grande, com relação aos Jogos Escolares”.²¹ (ENTREVISTADO PROFESSOR OTACÍLIO DE SOUZA LIMA)

Não foram encontradas fontes documentais que fornecessem informações, ou registrassem as modalidades esportivas disputadas nas primeiras edições dos JEP. Porém, a partir dos depoimentos dos professores e das fontes imagéticas (Ilustrações 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13) coletadas pelo pesquisador nas salas de troféus das escolas, foi possível construir um quadro (Ilustração 5) com as modalidades e as escolas vencedoras da primeira edição dos JEP.

²¹ Entrevista concedida ao pesquisador pelo professor Otacílio de Souza Lima, na cidade de Petrolina, em novembro de 2013.

Modalidade	Escola
Futebol de Campo	Colégio Dom Bosco
Voleibol Feminino Adulto	Colégio Nossa Senhora Auxiliadora
Tênis de Mesa Feminino Adulto	Colégio Nossa Senhora Auxiliadora
Atletismo	EMAAF
Tênis de Mesa Masculino Juvenil	EMAAF
Voleibol Masculino Juvenil	EMAAF
Corrida Rústica	EMAAF
Futebol de Salão Infantil	EMAAF

Ilustração 5: Troféus conquistados nos primeiros JEP



Ilustração 6: Voleibol Feminino
Colégio Nossa Senhora Auxiliadora²²



Ilustração 7: Futebol de Campo Masculino
Colégio Dom Bosco²³

²² Fonte: Acervo particular do Pesquisador

²³ Fonte: Acervo particular do Pesquisador



Ilustração 8: Tênis de Mesa Feminino
Colégio Nossa Senhora Auxiliadora²⁴



Ilustração 9: Atletismo
EMAAF²⁵



Ilustração 10: Tênis de Mesa Masculino
EMAAF²⁶

²⁴ Fonte: Acervo particular do Pesquisador

²⁵ Fonte: Acervo particular do Pesquisador

²⁶ Fonte: Acervo particular do Pesquisador



Ilustração 11: Voleibol Masculino²⁷
EMAAF



Ilustração 12: Corrida Rústica²⁸
EMAAF



Ilustração 13: Futebol de Salão Infantil²⁹
EMAAF

²⁷ Fonte: Acervo particular do Pesquisador

²⁸ Fonte: Acervo particular do Pesquisador

²⁹ Fonte: Acervo particular do Pesquisador

3.5 ESCOLAS PARTICIPANTES E CATEGORIAS DISPUTADAS

A primeira edição dos JEP teve a participação de 5 escolas. Conforme relatam o professor Bernardino e o professor Granja, as escolas participantes foram o colégio Dom Bosco, o colégio Nossa Senhora Auxiliadora, a escola EMAAF, o colégio Estadual e o colégio Polivalente. Na medida em que novos estabelecimentos de ensino (escolas) foram abertos na cidade, seus professores de Educação Física eram convidados para participarem das reuniões preparatórias dos jogos escolares, desta forma suas escolas passavam a participar das disputas. O professor Otacílio acrescenta a informação de que as próprias categorias dos jogos também foram sendo criadas e incorporadas às disputas em função do surgimento de escolas que tivessem alunos destas faixas etárias.

Não foram encontradas fontes documentais que demonstrassem as categorias em disputa nos JEP iniciais, por este motivo as informações sobre esta questão são provenientes das fontes orais. Assim como em relação à data de início dos JEP, as categorias que foram disputadas nas primeiras edições dos JEP também não são um consenso entre os entrevistados. Nas primeiras edições dos JEP, conforme apontam o professor Bernardino e o professor Granja, a participação dos atletas se dava a partir dos 12 anos, se estendendo até os 17 anos. Os organizadores tinham o cuidado de respeitarem as idades para evitar que uma criança de 12 anos competisse contra uma de 17 anos, informam, ainda, que outro fator que definia a categoria em disputa era a modalidade. Somente as modalidades e categorias que possuíam atletas suficientes para serem disputadas faziam parte do programa de jogos.

“A categoria era sempre com a faixa etária. Não misturava não, em nenhuma modalidade a gente misturava não. Tem que ser esta coisa assim. Formava os times, dentro deste esquema de faixa etária, porque se não alguém levava vantagem. Só um tombo que um cabra de 18 desse em um de 13, matava..... risos”.³⁰ (ENTREVISTADO PROFESSOR BERNARDINO PIRES TEIXEIRA)

Segundo o professor Otacílio, os JEP eram disputados em 3 categorias nas suas edições iniciais, a categoria infantil, juvenil e adulto. A categoria infantil era

³⁰ Entrevista concedida ao pesquisador pelo professor Bernardino Pires Teixeira, na cidade de Petrolina, em novembro de 2013.

disputada por crianças com idade até 15 anos; a juvenil compreendia as idades entre 16 e 18 anos e a categoria adulto era disputada por estudantes com idades a partir dos 19 anos. O professor Otacílio acrescenta que durante a gestão do professor José Gomes (Ilustração 14) como diretor do Centro de Educação Física, os JEP se desenvolvem em termos organizacionais, o diretor implanta regulamentos e regras já utilizados em Recife e cria as categorias Pré-Mirim e Mirim nos JEP.



Ilustração 14: Professor José Gomes e Prefeito Geraldo Coelho na solenidade de premiação dos JEP realizada no Centro de Educação Física³¹

³¹ Fonte: Centro de Esportes e Lazer de Petrolina



Ilustração 15: Prefeito Geraldo Coelho entregando premiação dos JEP³²



Ilustração 16: Solenidade de Premiação dos JEP – Atletas Campeões³³

³² Fonte: Centro de Esportes e Lazer de Petrolina

³³ Fonte: Centro de Esportes e Lazer de Petrolina

3.6 CRITÉRIOS PARA A PARTICIPAÇÃO NOS JEP

Como pode ser percebido através das informações anteriormente elencadas, as primeiras edições dos JEP se caracterizaram pela necessidade de criação não somente da estrutura física e material para a realização das competições, mas também, da criação dos regulamentos e regras que seriam utilizadas. Desta forma, uma das normas criadas pelas direções das escolas foi que somente os alunos com bom aproveitamento escolar poderiam participar e representar as escolas nos JEP.

Este critério era, segundo os professores Bernardino e Granja, totalmente aceito pelos alunos e pais. O aluno sem um bom aproveitamento escolar não participava dos jogos, mas acompanhava como torcedor, até porque durante a realização dos JEP não havia aulas nas escolas. O período de realização dos jogos era marcado em reunião com as escolas, que os definiam em função dos calendários das aulas e das férias dos alunos, sendo sempre realizados durante o período letivo. Os professores relatam que uma dificuldade que ocorreu na primeira edição dos JEP foi com os alunos que se esqueciam de trazer os documentos que comprovassem a sua idade. As escolas tinham até 72 horas antes dos jogos para realizarem as inscrições das equipes, sendo que a documentação era apresentada pelos alunos no horário dos jogos. Nos casos em que o aluno esquecia, a solução encontrada foi realizar o próximo jogo, permitindo que o aluno “esquecido” buscasse a documentação. Como relata professor Granja, “os jogos não podiam parar”. Com o passar dos anos, o professor Otacílio comenta que passou a ser exigida a demonstração das presenças dos alunos. A escola que utilizasse um jogador com menos de 50% de presenças durante o ano letivo, perdia os pontos disputados. Além desta regra, cada aluno poderia ser inscrito em no máximo duas modalidades, sendo uma coletiva e uma individual.

“Nós trouxemos os regulamentos dos jogos, nós que elaboramos, de acordo, nós trouxemos tudo isso de lá, para cá. Do curso de formação que nós fizemos, eu digo que este curso de formação foi muito importante porque foi com ele que nós levamos a efeito os primeiros jogos de Petrolina, então o regulamento era uma necessidade premente na época! Havia contestação, aquele negócio todo, risos... Porque chegava lá, e, aí o aluno não levava a documentação toda, e os coordenadores, “às vezes queriam facilitar”, o que não era verdade. Porque tinha um prazo, você tem tantas horas

para trazer, fica suspenso o seu jogo aqui, mas vamos continuar os jogos, por causa deste aluno ou aluna que a documentação estava incompleta, os jogos não podem parar. Nós tínhamos uma regulamentação que a escola teria 72 horas para fazer aquilo ali, com os alunos que realmente iriam participar. Às vezes tinha cara que morava em Juazeiro e dificultava, não trazia.... Só o trabalho de ir lá buscar, já perdia o horário, a gente já botava outro no lugar, não é... risos”.³⁴ (ENTREVISTADO PROFESSOR BERNARDINO PIRES TEIXEIRA)

3.7 PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

É uma unanimidade entre os entrevistados a grande aceitação que os JEP tiveram, desde o seu início, junto à comunidade de Petrolina e até mesmo de Juazeiro (BA). Muitas crianças moravam em Juazeiro e estudavam em Petrolina, desta forma as famílias vinham assistir e prestigiar os JEP. O mesmo ocorria entre as direções, coordenações e professores das escolas. Todos apoiavam muito os JEP e auxiliavam de forma efetiva os professores de Educação Física na organização e participação das equipes que representavam as escolas nesta competição. Algo que na opinião do professor Otacílio, não ocorre da mesma forma na atualidade. A falta de participação da comunidade escolar durante a organização e realização dos jogos esportivos escolares, a não inclusão destas competições no projeto político-pedagógico da escola, pode estar contribuindo para que elas se tornem em cópias de competições adultas e, desta forma, limitando a sua colaboração para a educação e formação dos estudantes (REVERDITO; SCAGLIA, 2013).

“Muito bem, pois é, muito bem, os pais iam para lá assistir, tinham o maior prazer em assistir. E quando tinha um pai que tinha um filho no Dom Bosco e tinha um filho no Auxiliadora (rindo), aí o negócio....a gente não sabia qual a posição que ele ficava, né, porque um filho com natação no Dom Bosco, um filho com natação no Auxiliadora, aí eles ficavam quietinhos....risos. Mas também, ótimo, os pais não desconfiavam nada da gente, sabiam que a gente fazia tudo... E todo mundo tinha o prazer com os primeiros jogos! Coisa linda, não é? Era para o estado todo tomar conhecimento, a Bahia, que é pertinho, também saber, não é? Então vinha banda de música, banda do batalhão da polícia de Juazeiro aparecia no dia, banda de música daqui. E eu também sou músico né, risos. Trompete, aqui tem um retrato eu tocando trompete. Nas horas vagas eu também toco um violãozinho...rsrsrs. Viu, mas era, era a aceitação, essa a gente podia

³⁴ Entrevista concedida ao pesquisador pelo professor Bernardino Pires Teixeira, na cidade de Petrolina, em novembro de 2013.

dizer que era 100%, foi tão bem aceito, não sabe, bem acatada pelas comunidades eu digo, mais de Juazeiro e Petrolina porque eram as cidades mais próximas, que até hoje ainda existe, não é? Uma semente que foi plantada, germinou e frutificou”.³⁵ (ENTREVISTADO PROFESSOR BERNARDINO PIRES TEIXEIRA)

Ainda sobre a aceitação e participação da comunidade nos JEP, o professor Otacílio menciona que as diretoras das escolas auxiliavam os professores de Educação Física na organização das equipes e acompanhavam os jogos nas arquibancadas, a ponto de muitas vezes se exaltarem com a marcação da arbitragem por desconhecerem as regras das modalidades. Ainda segundo o professor Otacílio, músicas eram ensaiadas nas salas de aula para serem cantadas durante os jogos, “então, mesmo aquelas pessoas que não eram atletas, elas hoje lembram dos JEP, como a coisa mais linda, porque elas não jogavam, mas vinham rir, cantar, dançar [...]”.³⁶ (Ilustração 17).



Ilustração 17: Torcida durante os JEP no Cento de Educação Física³⁷

³⁵ Entrevista concedida ao pesquisador pelo professor Bernardino Pires Teixeira, na cidade de Petrolina, em novembro de 2013.

³⁶ Entrevista concedida ao pesquisador pelo professor Otacílio de Souza Lima, na cidade de Petrolina, em novembro de 2013.

³⁷ Fonte: Centro de Esportes e Lazer de Petrolina

Outro fato que demonstra a grande aceitação da comunidade de Petrolina para com os JEP, conforme relatado anteriormente, foi a cobrança de ingresso realizada em determinada edição, para auxiliar no custeio das despesas oriundas da realização dos jogos. Conforme relata o professor Otacílio, a primeira edição dos JEP contou apenas com o auxílio das escolas para a sua realização, apesar da intenção do governo estadual de interiorizar os jogos escolares. Após a construção dos muros no Centro de Educação Física, foi cobrado uma quantia de aproximadamente 50 centavos para as pessoas assistirem aos jogos. Segundo o professor Otacílio, esta quantia irrisória, devido a quantidade de pessoas que assistiam os jogos, era suficiente para cobrir os custos do evento, principalmente com a arbitragem, que tinha que ser trazida de Recife, pois em Petrolina não existiam pessoas com formação para arbitrar as disputas e os professores da cidade estavam orientando as suas equipes, o que os impedia de trabalharem na arbitragem. Ainda segundo o professor Otacílio, somente após as primeiras edições dos JEP o governo do estado de Pernambuco passa a custear as despesas com arbitragem e pessoas são capacitadas para arbitrar as disputas através dos cursos realizados em Petrolina.

3.8 CERIMÔNIA DE ABERTURA DOS JOGOS ESCOLARES DE PETROLINA

Segundo os entrevistados, a cerimônia de abertura dos JEP era um dos pontos altos do evento. Através das fontes imagéticas e dos relatos dos professores entrevistados, sabe-se que a cerimônia ocorreu em dois locais, no Centro de Educação Física e no Estádio Municipal (Ilustração 18, 19 e 20), porém, não foi possível estabelecer com exatidão os anos em que ela foi realizada no Centro de Educação Física e os anos em que ela foi realizada no Estádio Municipal.

Segundo os 3 entrevistados, a presença da comunidade nos eventos era maciça. Na cerimônia de abertura, segundo o professor Otacílio, acontecia um desfile no centro da cidade, com a participação do prefeito e da rainha dos jogos (Ilustração 21 e 22), que desfilavam em carro aberto, em direção ao estádio municipal de Petrolina. As diretoras das escolas, segundo relato do professor Bernardino, se esmeravam para que a sua escola fosse a mais organizada na cerimônia de abertura dos jogos. As escolas participavam do desfile com as suas equipes esportivas e com as suas Bandas Marciais (Ilustração 23), que juntamente com a Banda da Polícia

Militar de Pernambuco ficavam responsáveis pela parte musical da cerimônia de abertura dos JEP.



Ilustração 18: Desfile de abertura dos JEP, Centro de Educação Física, Colégio Polivalente³⁸



Ilustração 19: Desfile de abertura dos JEP, Centro de Educação Física, Colégio Dom Bosco³⁹

³⁸ Fonte: Centro de Esportes e Lazer de Petrolina

³⁹ Fonte: Centro de Esportes e Lazer de Petrolina



Ilustração 20: Abertura dos JEP, Estádio Municipal, Prof. José Gomes (Diretor do Centro de Educação Física); Vereador José Batista da Gama e Diretora do Colégio Dom Bosco⁴⁰



Ilustração 21: Desfile da Rainha dos JEP (chegada ao Estádio Municipal)⁴¹

⁴⁰ Fonte: Centro de Esportes e Lazer de Petrolina

⁴¹ Fonte: Centro de Esportes e Lazer de Petrolina



Ilustração 22: Rainha dos JEP; Diretora do Colégio Dom Bosco; Prefeito Geraldo Coelho e Primeira Dama⁴²



Ilustração 23: Desfile de Abertura dos JEP; Banda Marcial⁴³

O desfile de abertura dos JEP iniciava com o colégio mais antigo da cidade e terminava com o mais novo. Apesar de uma parcela importante da população assistir ao desfile de abertura dos JEP, as rádios compareciam ao estádio, narravam a ordem do desfile e comentavam os acontecimentos e as atividades que estavam ocorrendo.

⁴² Fonte: Centro de Esportes e Lazer de Petrolina

⁴³ Fonte: Centro de Esportes e Lazer de Petrolina

O extinto jornal “O Farol” realizava a cobertura dos jogos e noticiava a programação das disputas que seriam realizadas. Outra importante característica da cerimônia de abertura dos JEP, levantadas através das fontes imagéticas (Ilustração 24) e do relato do professor Otacílio, é que os estudantes que conduziam as bandeiras durante o desfile vestiam traje de gala.



Ilustração 24: Solenidade de abertura dos JEP⁴⁴

Percebe-se através dos depoimentos e das fontes imagéticas, que a solenidade de abertura nos anos iniciais dos JEP seguia a sistemática dos Jogos Olímpicos, com desfile das equipes, juramento do atleta, condução da tocha com o fogo simbólico do evento e acendimento da pira olímpica e (Ilustrações 25 e 26).



Ilustração 25: Juramento dos atletas/ Abertura dos JEP⁴⁵

⁴⁴ Fonte: Centro de Esportes e Lazer de Petrolina

⁴⁵



Ilustração 26: Atleta Edgar Granja, conduzindo e acendendo o fogo simbólico dos JEP⁴⁶

3.9 REGULAMENTOS, ARBITRAGEM E PREMIAÇÃO

Os primeiros JEP foram organizados com o regulamento trazido do curso de formação que os professores Bernardino e Granja realizaram em Recife. Devido à falta de estrutura e a ausência de árbitros na cidade, os próprios professores das escolas assumiam a função de árbitros, muitas vezes auxiliados pelos próprios alunos. O fato dos professores atuarem também como árbitros e treinadores não gerou nenhum conflito entre a comunidade escolar, segundo o professor Bernardino, as direções das escolas de Petrolina confiavam plenamente na lisura dos professores e organizadores. As eventuais discussões ocorriam, na maioria das vezes por desconhecimento das regras.

“Sabe, aqui pra nós, sabe quem dava mais trabalho? As diretoras, as diretoras das escolas! Sabe por quê? Porque elas não entendiam de regras, não é? Elas não entendiam de regra, então, quando elas iam assistir aos jogos, então o juiz marcava e elas começavam a dizer: o juiz errou! Bom aí meu amigo, elas achavam que o juiz estava prejudicando a escola delas. Mas, elas davam muito apoio! Muito apoio mesmo. Eu acho que o problema hoje das escolas que participam dos jogos escolares é essa falta de participação da gestão da escola. Deixam o professor de educação física, ficar

⁴⁶ Fonte: Centro de Esportes e Lazer de Petrolina

responsável por tudo, pelos atletas, pela torcida, entendeu? Naquela época não, todos os diretores vinham para as escolas, ficavam na arquibancada, vinham os coordenadores, então era diferente!”⁴⁷
(ENTREVISTA CONCEDIDA PELO PROFESSOR OTACÍLIO DE SOUZA LIMA)

A competição de futebol de campo era arbitrada pelas pessoas que moravam na região e trabalhavam como árbitros das competições de futebol amador da região. Em uma segunda fase, o crescimento dos jogos fez com que não fosse mais possível que os professores atuassem como árbitros e técnicos. O professor Otacílio comenta que foi necessário trazer árbitros de Recife, o que encarecia muito os jogos, pois era preciso pagar as despesas de hospedagem, alimentação e taxa de arbitragem durante uma semana. Somente após 10 a 15 anos de realização dos jogos foram realizados cursos de formação de árbitros na região. Os regulamentos continuaram sendo trazidos de Recife, até porque deveriam ser semelhantes aos regulamentos das competições escolares de âmbito estadual e nacional. Os JEP selecionavam os colégios que representavam a cidade nos Jogos Escolares de Pernambuco, os campeões da disputa estadual, por sua vez, representavam Pernambuco nos Jogos Escolares de âmbito nacional.

Conforme relatado anteriormente, as edições iniciais dos JEP utilizaram regulamentos trazidos do curso de formação pelos professores Bernardino e Granja. O professor José Gomes quando assume o Centro de Educação Física implanta os regulamentos utilizados em Recife e cria a categoria mirim. Estes regulamentos estabeleciam que o tempo de disputa dos jogos para a categoria mirim deveria ser reduzido (comparativamente às competições de adultos). Nas categorias infantil e juvenil não ocorria esta redução na duração dos jogos. Outra modificação, mencionada pelo professor Otacílio, nos regulamentos dos JEP foi que nas disputas de voleibol, handebol e futsal todos os atletas inscritos pelas escolas deveriam ser utilizados durante os jogos.

O professor Otacílio considera que esta mudança gerou um avanço na formação dos atletas. Até o surgimento desta regra os professores se preocupavam

⁴⁷ Entrevista concedida ao pesquisador pelo professor Otacílio de Souza Lima, na cidade de Petrolina, em novembro de 2013.

em montar o time titular e alguns atletas que formavam o banco de reservas, eram utilizados apenas em uma eventualidade. Com a alteração da regra, os professores passaram a ter que formar um número maior de jogadores, pois todos obrigatoriamente jogavam. Na visão do professor Otacílio esta nova realidade tornou o processo de escolha e treinamento das equipes menos excludente. Na disputa do futebol de campo estas adaptações não foram seguidas, segundo o professor Otacílio, isto ocorreu porque, já na época, a modalidade tinha uma resistência em modificar as formas de disputa.

Nas edições iniciais dos JEP foram premiados os primeiros colocados em cada modalidade disputada, com troféu para o colégio e medalha para os atletas. As fontes imagéticas dos troféus conquistados pelas escolas nas edições iniciais dos JEP revelam que não existia uma padronização entre os troféus (Ilustrações 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13). Além desta heterogeneidade entre os troféus, foi possível perceber que empresas doavam o troféu de algumas modalidades para os organizadores dos JEP. Este fato demonstra, mais uma vez, a colaboração da comunidade de Petrolina para a realização dos JEP. Com o passar do tempo, segundo o professor Otacílio, começou a ser premiado o colégio campeão geral dos JEP. Este fato, segundo o entrevistado, passou a gerar uma desmotivação entre os colégios públicos que, por terem menos condições materiais que os colégios particulares, venciam um número cada vez menor de modalidades. A solução para esta questão foi dada pela coordenação estadual dos jogos escolares, estabelecendo a divisão da disputa entre colégios públicos e os colégios particulares. Para definir o representante da cidade na modalidade, era realizado um jogo entre o colégio público campeão e o colégio particular campeão. Disputa esta que não ocorre na atualidade, o representante de Petrolina na disputa estadual é o campeão dos JEP.

3.10 CONSIDERAÇÕES FINAIS A RESPEITO DA CRIAÇÃO DOS JOGOS ESCOLARES DE PETROLINA

A criação dos JEP foi uma incumbência dada pelo DERE, órgão da secretaria de educação de Pernambuco, aos professores José Lima Granja, Bernardino Pires Teixeira e José Pereira Bispo após os mesmos concluírem o curso de atualização em Educação Física, necessário para que trabalhassem com a disciplina, uma vez que

eram militares por formação. Apesar de não existir consenso a respeito da data em que os jogos começaram a ser realizados, os depoimentos coletados e os documentos que o autor do estudo teve acesso (fontes imagéticas dos troféus e homenagem prestada pela prefeitura de Petrolina aos principais personagens que participaram da organização dos jogos) indicam que os JEP começaram a ser realizados no início da década de 70.

A década de 70 corresponde ao período em que o país viveu sob uma ditadura militar (1964 - 1985) fato este com consequências em toda a sociedade brasileira. A educação e o esporte, como não poderia deixar de ocorrer, também são afetados por este período. É inegável que uma importante parcela do desenvolvimento do esporte ocorre devido à tradição de sua prática na caserna. As ideias das conquistas de títulos, da obtenção de recordes e da superação das dificuldades durante as disputas foi muito bem aproveitada pelo regime (TABORDA DE OLIVEIRA, 2012), no plano externo, na segunda metade do século 20 o esporte se consolida como um fenômeno de massa no mundo todo (TABORDA DE OLIVEIRA, 2012).

Uma das consequências deste período para a Educação Física brasileira, como aponta Castellani Filho (1991), foi a utilização do esporte como uma forma de desviar a atenção da população ao ambiente em que o país vivia na época. Na visão do estado, o esporte formava valores de respeito às regras e conformismo (BRACHT, 1986), desencorajando as pessoas a realizarem protestos ou lutarem por democracia. É certo que as propostas e objetivos educacionais da Educação Física foram se modificando ao logo dos anos em consequência das realidades políticas e sociais destes períodos.

Muito em função dos fatos anteriormente mencionados, começa a ser implantado no Brasil o modelo esportivista na Educação Física nacional. Com este modelo e através dos resultados alcançados no esporte de alto rendimento, o estado busca transformar o esporte e a Educação Física em sustentáculos da sua ideologia, (DARIDO; NETO, 2005). Para Guiraldelli Junior (2004), esta tendência se apropria da ideia do esporte espetáculo e utiliza o crescimento da aceitação do esporte de rendimento para sustentar a ideologia pós-golpe militar. Tinham por objetivo controlar a população através da prática de esportes, valorizava os heróis esportivos, buscava

desenvolver o esporte de rendimento, chegando até mesmo a atrelar as bolsas de estudo com os resultados esportivos. A ideia era de que a pessoa que se dedica ao esporte não possui tempo para se envolver em política. Além disso, o regime buscava, através do esporte de rendimento, difundir o ideal da construção de uma grande nação.

Desta forma, uma das estratégias utilizadas foi inserir e estimular a prática de esportes nas aulas de Educação Física e promover a realização de competições esportivas escolares; o curso de capacitação oferecido aos professores que ministravam Educação Física em Petrolina e a incumbência da criação dos JEP demonstra que o esporte escolar passou a fazer parte de uma política oficial de estado. Cabe ressaltar que até 1967 existiam no país apenas 9 cursos superiores de Educação Física, nem todos ligados a universidades. Estes cursos formavam os profissionais para atuarem em escolas ou como treinadores esportivos, neste período o esporte se consolida em nível mundial como uma privilegiada forma de atividade física (TABORDA DE OLIVEIRA, 2004).

A cerimônia de abertura dos JEP, com a presença de autoridades, desfile das escolas participantes, com a eleição e presença da rainha dos jogos, tocha olímpica e juramento dos atletas, é mais um elemento que remete à ideia de valorização dos “heróis esportivos” e da descoberta e promoção dos talentos esportivos. Na visão de Dantas Junior (2007), esta característica da segunda metade do século XX, de espetacularização das relações sociais, tinha o esporte como um dos seus elementos principais, sendo que estas características presentes nas cerimônias de abertura dos JEP são tradições criadas para os Jogos Olímpicos de Berlim, realizados em 1936.

O fato dos JEP serem organizados de forma ininterrupta desde a sua criação, apesar das alterações político-sociais, das concepções educacionais e das novas tendências surgidas na Educação Física brasileira faz desta competição um evento especial e gera um questionamento: Quais as características e particularidades dos JEP podem ter contribuído para a sua perenidade? A partir dos depoimentos dos professores que participaram da criação dos JEP, entendemos que questões como a interação e colaboração de professores, alunos e direções das escolas podem ter contribuído para a longevidade do evento. Apesar de ser um evento originado de uma

iniciativa oficial, a participação e a colaboração de todos os personagens da escola na superação das dificuldades, originadas pela falta de locais de disputa, da carência de recursos humanos e materiais para a sua realização, pode o ter transformado em um evento da cultura escolar da região. Por terem se transformado em um evento da cultura escolar da região, os JEP passam a ser um evento que os diferentes governos municipais de Petrolina têm promovido, independentemente das demais políticas públicas ligadas ao esporte que são implementadas.

4. Terceiro estudo: MODELO DE COMPETIÇÃO ESPORTIVA REVELADO NOS JOGOS ESCOLARES DE PETROLINA E A SUA COLABORAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS PARTICIPANTES

4.1 INTRODUÇÃO

O esporte é um dos fenômenos sociais mais importantes da atualidade, a sua crescente aceitação pode ser percebida através de inúmeras modalidades que vem sendo criadas ao longo dos tempos e do aumento de espectadores nos grandes eventos e competições esportivas. Este fenômeno social traz em seu interior uma série de valores, conhecimentos, realidades e cenários, situações e oportunidades que o tornam um importante instrumento para a educação dos indivíduos (LUCAS; PEREIRA; MONTEIRO, 2012; REVERDITO; SCAGLIA; PAES, 2013) e que justificam a necessidade de que seja estudado.

A competição esportiva, elemento que dá sentido ao esporte, é considerada por muitos como o fator impeditivo para que o esporte seja um instrumento educacional. Se ela é um elemento fundamental do esporte, como poderia ser eliminada? Que significado e sentido teria o esporte sem a competição? Para diferentes autores (SCAGLIA; MONTAGNER; SOUZA, 2001; MARQUES, 2004a; SCAGLIA; GOMES, 2005), entre os diversos conteúdos trabalhados nas aulas de iniciação esportiva (em clubes e nas escolas) o “ensinar a competir” não pode ser esquecido. Para Marques (2004a) a competição esportiva deve ser a base de um modelo de educação de crianças e jovens, isto porque a criança ao significar o esporte não separa o treino da competição, além de ser a competição o que faz a criança praticar esportes. Porém, não se trata de qualquer competição, Marques (2004a) aponta que a competição, para ser efetivamente um modelo de educação e formação, deve ser organizada de acordo com os interesses, necessidades e expectativas das crianças.

Na cidade de Petrolina são realizados os Jogos Escolares de Petrolina (JEP), competição esportiva escolar que envolve disputas em 10 modalidades (Futsal, Futebol de Campo, Tênis de Mesa, Handebol, Xadrez, Atletismo, Judô, Voleibol, Basquetebol e Natação). Em Petrolina a principal oportunidade para a prática de

esportes de forma organizada e estruturada é proporcionada pelas escolas, desta forma os JEP se configuram na principal competição esportiva infanto-juvenil da região. No ano de 2014 foi realizada a 44ª edição dos JEP (de forma ininterrupta), competição esta que classifica os representantes da cidade para os Jogos Escolares em nível estadual, que por sua vez classificam os representantes de Pernambuco para a disputa dos Jogos Escolares da Juventude (competição esportiva escolar em nível nacional). Devido à estas particularidades e características de como se dá o desenvolvimento esportivo infanto-juvenil em Petrolina, temos por objetivo neste estudo descrever e explorar os modelos de competição esportiva revelados nos JEP, verificando as potencialidades e limitações destes modelos na educação e formação das crianças e jovens que participam desta competição.

4.2 A CIDADE DE PETROLINA E OS JOGOS ESCOLARES

Petrolina se situa no estado de Pernambuco, na Microrregião do Sertão do Médio São Francisco. A cidade possui, segundo dados do Censo 2010⁴⁸, 293,962 habitantes e 330 estabelecimentos de ensino (privados e públicos), apresentando clima semiárido e tendo na fruticultura para exportação o carro chefe de sua economia⁴⁹. A cidade fica às margens do rio São Francisco, rio que a separa da cidade baiana de Juazeiro, distanciando-se 722 km de Recife e 550 km de Salvador.

Mesmo com o desenvolvimento econômico gerado pela economia baseada na fruticultura, Petrolina (PE) apresenta carências quando comparada com cidades da região Sul, Sudeste e Centro-Oeste: a) O Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, referente ao ano 2000, evidencia uma menor porcentagem de pessoas que frequentam curso superior (população de 18 a 22 anos) no Nordeste do que nas regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste; b) O Índice de Desenvolvimento Humano nos estados da região Nordeste (2005) é o mais baixo do Brasil; c) A exclusão social e seus indicadores (pobreza, analfabetismo e desigualdade social apresenta maior incidência no Nordeste do que nas regiões Sul e Sudeste (POCHMANN; AMORIM, 2003).

⁴⁸ <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

⁴⁹ <http://www.petrolina.pe.gov.br/2010/cidade/Petrolina.html>

De forma geral, pode ser observada na região uma carência de professores da Educação Básica com formação superior. Isso é evidenciado por meio dos dados do IBGE referentes à qualidade da oferta de ensino no país⁵⁰, o problema ocorre principalmente em relação ao Ensino Fundamental (Ilustração 27). Outro aspecto que pode ser destacado, em relação ao Ensino Básico, é a presença de graduados em outros cursos que atuam como professores de Educação Física. Os cursos de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física da Univasf (Universidade Federal do Vale do São Francisco) são os únicos realizados em uma instituição pública em um raio de 400 km da cidade de Petrolina.

	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	Rede Pública	Rede Privada	Rede Pública	Rede Privada
Bahia	26,2	51,3	71,5	85,7
Pernambuco	63,4	65,5	97,6	98,2
Piauí	53,3	74,1	94,9	86,7

Ilustração 27: Quadro com o Percentual de docentes com curso superior na Educação Básica nos Estados da Bahia, Pernambuco e Piauí. Dados do IBGE/2006

Participam dos Jogos Escolares de Petrolina as escolas de rede municipal, da rede estadual e da rede particular de ensino situadas na cidade. No ano de 2012, os Jogos Escolares de Petrolina (JEP) contaram com a participação de 46 escolas na categoria Mirim, sendo 10 escolas da rede municipal de ensino, 25 escolas da rede estadual de ensino e 11 escolas da rede particular de ensino. Atleta vice-campeão da modalidade de futebol de campo relatou que a principal importância do evento é o envolvimento no esporte e a representação da sua escola. Para a gestora de uma escola da rede municipal de ensino, os JEP proporcionam a integração entre as escolas. O secretário municipal de esportes de Petrolina, Francisco Alencar Britto Junior, relata que a prefeitura tem por objetivo nos JEP, incentivar a prática de esportes e integrar alunos e escolas da região. Relata, ainda, que os 3 melhores colocados de cada categoria são premiados com troféus ou medalhas e competirão

⁵⁰ http://serieestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&de=49&no=4 Acesso em 12 de março de 2013.

nos campeonatos regional, estadual e nacional, caso obtenham classificação nas respectivas competições.⁵¹

A edição dos Jogos Escolares de Petrolina do ano de 2013 abrangeu 4 categorias (Pré-Mirim A, Pré-Mirim B, Mirim e Infantil) disputadas ao longo do ano letivo (Ilustração 28), com competições nas modalidades de Futsal, Futebol de Campo, Voleibol, Handebol, Basquetebol, Tênis de Mesa, Xadrez, Atletismo, Judô e Natação (Ilustrações 29 e 30), totalizando um número de aproximadamente 3135 participantes (2773 dos Esportes Coletivos e 362 dos Esportes Individuais) que representaram 58 escolas das redes municipal, estadual e particular de ensino (Ilustrações 31, 32 e 33).⁵²

Categoria	Ano de Nascimento
Pré-Mirim A	2006; 2005; 2004 e 2003
Pré-Mirim B	2002 e 2001
Mirim	2000 e 1999
Infantil	1998; 1997 e 1996

Ilustração 28: Quadro com as Categorias dos Jogos Escolares de Petrolina

	Futsal	Futebol	Handebol	Voleibol	Basquetebol
Pré-Mirim	603	236	93	55	26
Mirim	542	226	167	87	77
Infantil	274	218	67	52	50
Total/Modalidade	1419	680	327	194	153
Total inscritos	2773 atletas				

Ilustração 29: Quadro com o número de inscritos nos Esportes Coletivos⁵³

⁵¹ http://www.petrolina.pe.gov.br/2010/noticia_21.php?id=2341

⁵² Dados obtidos a partir das fichas de inscrição das JEP de 2013, disponibilizadas pela Secretaria de Esportes de Petrolina

⁵³ Ano de 2013

	Judô	Natação	Atletismo	Xadrez	Tênis de Mesa
Total/Modalidade	182	50	50	60	20
Total	362 atletas				

Ilustração 30: Quadro com o número de inscritos nos Esportes Individuais⁵⁴

Escolas da Rede Estadual de Ensino		
Colégio da Polícia Militar	Escola Est. Padre Manoel de Paiva Netto	Escola Moyses Barbosa
EREM Clementino Coelho	Escola Estadual Dom Malan	Escola Nossa Senhora Aparecida
EREM Jornalista João Ferreira Gomes	Escola Estadual Gercino Coelho	Escola Nossa Senhora Aparecida NM - 04
EREM Otacílio Nunes de Souza	Escola Estadual Mãe Vitória	Escola Padre Luiz Cassiano
Escola Adelina Almeida	Escola Estadual Manoel Marinho	Escola Poeta José Raulino Sampaio
Escola Antonio Cassimiro	Sesi Petrolina	Escola Prof. Humberto Soares
Escola Antonio Nunes dos Santos	Escola Estadual NM - 6	Escola Prof. Manoel Xavier Paes Barreto
Escola Antonio Padilha	Escola Estadual NM - 7	Escola Prof. Simão Amorim Durando
Escola de Aplicação Prof. Vande de Souza Ferreira	Escola Estadual NM - 9	Escola Prof. Wilma W. Cunha
Escola Dom Antonio Campelo	Escola Estadual São José	IF Sertão
Escola Edison Nolasco	Escola Jesuino Antonio D'Ávila	
Escola Eduardo Coelho	Escola Joaquim André Cavalcanti	

Ilustração 31: Quadro das Escolas da Rede Estadual de Ensino participantes dos JEP⁵⁵⁵⁴ Ano de 2013⁵⁵ Ano de 2013

Escolas da Rede Municipal de Ensino		
Escola Anete Rolin	Escola Julia Elisa Coelho	Escola Nossa Senhora dos Anjos (CAIC)
Escola Mun. Eliete Araújo de Souza	Escola Mun. Prof. Luiza de Castro F. e Silva	Escola Paul Harris
Escola Mun. Irmã Luiza Gomes	Escola Mun. Santa Terezinha	Escola Rajada

Ilustração 32: Quadro das Escolas da Rede Municipal de Ensino participantes dos JEP⁵⁶

Escolas da Rede Particular de Ensino	
Escola Ana Nery	Colégio Manancial
Centro Educacional Alternativo	Colégio Nossa Senhora Auxiliadora
Colégio Castro Alves	Colégio Integrado Objetivo
Colégio Desafio Sistema de Ensino	Escola Saber
Colégio Diocesano Dom Bosco	Sorriso Colégio e Curso
Geo Petrolina	Centro Educacional Vivência

Ilustração 33: Escolas da Rede Particular de Ensino participantes dos JEP⁵⁷

4.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.4 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, mais especificamente um estudo de caso (Jogos Escolares de Petrolina) do tipo descritivo (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2012). Flick (2009a) aponta que na metodologia qualitativa os objetos de estudo são reproduzidos dentro do contexto em que ocorrem, ou seja, os campos de estudo são situações práticas, decorrentes da interação dos sujeitos com a vida cotidiana. Na mesma perspectiva, Stake (2011) afirma que as características da metodologia qualitativa se aplicam perfeitamente para “estudar como as coisas funcionam” no mundo dos profissionais, as formas como eles atuam nas situações, bem como sobre as suas práticas profissionais. Este estudo se propôs a descrever e compreender as características, potencialidades e limitações dos JEP como

⁵⁶ Ano de 2013

⁵⁷ Ano de 2013

instrumento de educação e formação das crianças e adolescentes que dela participam, utilizando para tal, fontes documentais e orais.

4.5 SUJEITOS DA PESQUISA

A construção da amostra de um trabalho científico envolve a seleção das pessoas, das situações e dos locais onde se desenvolve o objeto ou fenômeno social que será investigado. Para que se reduzam os problemas de acesso às pessoas que potencialmente poderiam participar do estudo, bem como para que o método de pesquisa se adeque ao trabalho, é de fundamental importância que seja dada uma atenção especial à escolha dos sujeitos e dos locais em que será conduzida a pesquisa. (FLICK, 2009a). Partindo do que estabelece Flick (2009a), a seleção da amostra deste estudo utilizou critérios de amostragem formais (FLICK, 2009b), ou seja, critérios previamente definidos.

Para estabelecer os critérios utilizados para a escolha dos sujeitos que participaram do estudo, inicialmente, entrou-se em contato com a Secretaria Municipal de Esportes de Petrolina para que fossem colhidas informações relativas às escolas que tradicionalmente mais participam dos Jogos Escolares de Petrolina; dos professores de Educação Física envolvidos de forma mais direta com esta competição e das escolas vencedoras em cada modalidade disputada nas últimas três edições dos JEP. Para tal, foi de fundamental importância a colaboração do Prof. Francisco Alencar Brito Junior, Secretário Municipal de Esportes, que colocou a secretaria à disposição do pesquisador para fornecer as informações necessárias para a realização do estudo, bem como do Prof. Rogério Granja, integrante da Comissão Técnica da Secretaria de Esportes de Petrolina e organizador dos Jogos Escolares de Petrolina, que prontamente forneceu as informações que necessitamos.

A partir das informações colhidas, foram estabelecidos os seguintes critérios para a escolha dos sujeitos que fizeram parte do estudo: a) atuar como professor/treinador durante os JEP; b) ser indicado pelos pares devido à importância da sua atuação para o desenvolvimento das modalidades esportivas na região; c) ser treinador de equipes campeãs ou vice-campeãs em pelo menos duas das últimas três edições dos JEP. Desta forma, a amostra do trabalho foi constituída por 13

professores das modalidades de Basquetebol, Handebol, Futebol, Futsal, Voleibol, Judô, Tênis de Mesa, Natação, Atletismo e Xadrez provenientes de 5 escolas que fazem parte da Rede Particular de Ensino, da Rede Pública Estadual de Ensino e da Rede Pública Municipal de Ensino.

4.6 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE INFORMAÇÕES

4.6.1 Fontes Documentais

A busca por fontes documentais referentes à organização, realização e treinamentos para os JEP (regulamentos, registros de inscrição, diários de treinamento, etc.), foi feita junto às escolas, pessoas e entidades que participam da organização e/ou das disputas dos JEP, bem como na internet. Segundo Flick (2009b), os documentos não devem ser considerados como uma fonte de realidade factual quando comparados com as entrevistas (fontes orais). Desta forma, as fontes documentais foram utilizadas no estudo não como uma forma de validação das afirmações contidas nas entrevistas, mas como uma forma de contextualizar estas informações.

As fontes documentais foram obtidas da internet ou disponibilizadas pela Secretaria de Esportes de Petrolina. Não se teve acesso aos registros de treinamentos das equipes comandadas pelos professores que participaram do estudo. As fontes documentais utilizadas foram os regulamentos dos JEP bem como os regulamentos dos Jogos Escolares de Pernambuco e dos Jogos Escolares da Juventude. Os JEP classificam as escolas que disputarão a fase estadual dos Jogos Escolares, fase esta que classificam os representantes de Pernambuco que participarão dos Jogos Escolares da Juventude (competição escolar em nível nacional). Para avaliar e selecionar a qualidade e a adequação, ou não, da utilização de um documento – ou de um conjunto de documentos, utilizou-se os critérios sugeridos por Scott (*apud* FLICK, 2009b, p.233), a saber: a) Autenticidade (o documento é proveniente de origem inquestionável?); b) Credibilidade (o documento contém erros ou distorce a realidade?); c) Representatividade (o documento é típico do seu tipo, e, se não for, é conhecida a extensão de sua não tipicidade?); d) Significação (o documento é claro e compreensível?).

4.6.2 Fontes Orais

As fontes orais foram obtidas através de entrevistas realizadas com os professores selecionados a partir dos critérios anteriormente relatados e que aceitaram participar do estudo. Cabe destacar que todos os professores contatados aceitaram dispor de seu tempo para a realização das entrevistas. Os depoimentos foram colhidos através de entrevistas, o que dá ao pesquisador a possibilidade de esclarecer e aprofundar as respostas dos entrevistados, contribuindo para que a temática do estudo seja melhor desenvolvida e explorada (BELL, 2008).

As perguntas que fazem parte do roteiro de entrevistas foram formuladas a partir das categorias teórico-metodológicas propostas por Marques (2004a): (1) Novas práticas competitivas num esporte mais conforme a criança – trata-se de um modelo de intervenção pedagógica que pense a competição da criança à imagem da sua prontidão e não esqueça os seus interesses e necessidades; (2) A competição como elemento estruturante de toda a formação desportiva – a derrota é tão ou mais importante que a vitória na formação dos jovens; (3) O número e a frequência das participações competitivas – recomenda-se aumentar o número e a frequência das situações competitivas nas primeiras fases da preparação. Estas situações competitivas devem ser desenvolvidas através de pequenos jogos simplificados, adaptados e diversificados, que se constituem em formas de aprendizagem por excelência. Além dos questionamentos das categorias metodológicas anteriormente elencadas, outros questionamentos foram feitos com o objetivo de abordar outras categorias, como: a) Quais os objetivos da participação nos Jogos Escolares de Petrolina? b) Quais as condições de prática e de disputa nos JEP? c) Qual o modelo de competição adotado nos JEP? O roteiro da entrevista utilizado no estudo foi construído e aplicado em um formato semiestruturado. A escolha deste formato se deu pelo fato dele possibilitar uma maior liberdade na resposta do entrevistado e permitir a intervenção do entrevistador durante a entrevista (FLICK, 2009a; STAKE, 2011; ERTHAL, 2003).

4.6.3 Validação de conteúdo do roteiro de entrevista

O roteiro da entrevista passou pelo processo de validação de conteúdo com especialistas da área (CASSEP-BORGES; BALBINOTTI; TEODORO, 2010). O roteiro foi avaliado por três juízes, professores com reconhecido saber na área (teórico e prático). Para tanto os juízes foram questionados sobre a Clareza e Pertinência dos conteúdos do roteiro de entrevista (BALBINOTTI, BENETTI, TERRA, 2006; CASSEP-BORGES; BALBINOTTI; TEODORO, 2010): a) em relação à Clareza: Você acredita que o item está claro o suficiente para o entendimento da população em questão? b) em relação à Pertinência: Você acredita que este item é pertinente ao estudo e a população em questão? A avaliação dos itens do questionário foi respondida através de uma escala tipo *Likert* graduada em 5 pontos, onde 1 ponto representa “pouquíssima clareza/pertinência”; 2 pontos representam “pouca clareza/pertinência”, 3 pontos representam “média clareza/pertinência”, 4 pontos representam “muita clareza/pertinência” e 5 pontos representam “muitíssima clareza/pertinência”.

Após a realização destes procedimentos foi analisado o coeficiente de validade de conteúdo (CVC), mecanismo utilizado para identificar itens que não estejam de acordo com os objetivos do estudo, Hernández-Nieto⁵⁸ (apud CASSEP-BORGES; BALBINOTTI; TEODORO, 2010, p. 511). As correlações entre as respostas dos juízes devem apresentar valores acima de 0,8 (CASSEP-BORGES; TEODORO, 2007; CASSEP-BORGES; BALBINOTTI; TEODORO, 2010), os itens com CVC abaixo de 0,80 devem ser alterados. A primeira versão do roteiro de entrevista que foi enviado recebeu correções e observações por parte dos juízes. As correlações das respostas em termos de Clareza e Pertinência de alguns dos itens apresentaram valores inferiores a 0,8. As correções foram efetuadas e um segundo roteiro de entrevista foi montado e enviado aos juízes para que os mesmos avaliassem a nova versão do roteiro. Após esta segunda avaliação, as correlações entre as respostas dos juízes apresentaram valores acima de 0,8, demonstrando que a segunda versão do roteiro (Apêndice G) é válida em termos de Clareza e Pertinência, possibilitando a sua utilização para entrevistar os sujeitos do estudo.

⁵⁸ HERNÁNDEZ-NIETO, R. A. **Contribuciones al análisis estadístico**. Mérida, Venezuela: Universidad de Los Andes/IESINFO, 2002

4.6.4 Procedimentos de Entrevista

As entrevistas foram conduzidas em locais e horários determinados pelos sujeitos que aceitaram participar do estudo. Os depoimentos foram colhidos, gravados e transcritos seguindo a metodologia indicada por Flick (2009b). Para a gravação dos depoimentos foi utilizado um gravador digital, modelo RR-US300 da marca Panasonic. As transcrições dos depoimentos foram feitas pelo autor do estudo e por estudantes do Colegiado de Educação Física com o auxílio do software Express Scribe v. 5.04. Posteriormente, as transcrições das gravações foram remetidas aos professores para a sua leitura e correções.

Mesmo que autores como Flick (2009b), Gibbs (2009) e Gray (2012) afirmem que os sistemas de transcrição variam em função da exatidão do processo, que ainda não há um padrão estabelecido para as transcrições e que não é necessária a transcrição total dos depoimentos, mas apenas as partes utilizadas nas análises dos estudos (como forma de reduzir o tempo e o custo envolvido no trabalho de transcrição), optou-se por transcrever totalmente as entrevistas e retornar as transcrições para os entrevistados. Desta forma, assegurou-se aos entrevistados que os conteúdos de seus depoimentos foram respeitados, além de permitir que os mesmos fizessem correções e/ou acrescentassem algum relato que não haviam dado anteriormente.

4.7 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Este estudo fez parte do “projeto guarda-chuva” intitulado: Modelos de competições esportivas para crianças e jovens: um estudo descritivo-exploratório, projeto este aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul sob o número de protocolo 271526. A realização desta tese observou as questões éticas inerentes à pesquisa com seres humanos presentes na Resolução do Ministério da Saúde nº 466/2012. A coleta das fontes orais e documentais ocorreu após a qualificação do estudo junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano e aprovação do mesmo junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Passada estas fases, foi feito o contato com as escolas cujos professores correspondiam aos

critérios estabelecidos para a escolha dos sujeitos que participaram do estudo, foi feita a apresentação formal do trabalho, assim como foi solicitada a assinatura do termo de autorização (Apêndice C) para a realização do trabalho na instituição, bem como a disponibilização das fontes documentais que as escolas possuíam e que poderiam auxiliar na realização do trabalho. Como descrito anteriormente, as fontes documentais foram fornecidas pela Secretaria de Esportes de Petrolina e obtidas na internet.

No primeiro contato com os coordenadores e professores de Educação Física foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice D), explicando o tema e a questão central do estudo, bem como os direitos que os participantes possuem e os deveres que o pesquisador assumia junto aos participantes da pesquisa. Uma vez lido, foi solicitada a assinatura dos professores no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Somente após estes procedimentos prévios é que foram iniciadas as coletas das fontes orais junto aos participantes.

Além da apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aos participantes da pesquisa, o pesquisador nesse momento assumiu a responsabilidade de seguir os seguintes compromissos éticos: a) disponibilizadas aos participantes todas as informações relativas aos propósitos do estudo; b) a privacidade do participante e a sua confidencialidade serão garantidas e mantidas; c) não ocorrência de omissão ou fraudes durante a coleta dos dados, garantindo assim a precisão e a correta interpretação das informações; d) durante a coleta dos dados foi tomado especial cuidado para minimizar a interferência do pesquisador nas atividades profissionais e/ou de lazer dos participantes (FLICK, 2009a; FLICK, 2009c; GIBBS, 2009; STAKE, 2011). Os depoimentos foram gravados e transcritos, cabe ressaltar que todas as transcrições foram levadas aos entrevistados para que eles as lessem e apontassem a necessidade de correções ou acréscimos. Desta forma foi solicitada aos entrevistados a assinatura da Declaração de Recebimento da Transcrição da Entrevista autorizando a utilização da mesma no estudo (Apêndice E). Os depoimentos gravados e as transcrições dos mesmos permanecerão arquivadas na sala do pesquisador no Colegiado Acadêmico de Educação Física da Univasf, pelo prazo de cinco anos.

4.8 ANÁLISE DOS DADOS QUALITATIVOS

A primeira tarefa desenvolvida no processo de análise dos dados obtidos foi a sua organização de acordo com a teoria e os objetivos que fundamentaram o trabalho. No caso das fontes orais (entrevistas), após a transcrição dos depoimentos, os mesmos passaram por um processo de codificação e categorização. Os códigos e categorias criados são originados da teoria que fundamenta o estudo, dos tópicos da entrevista e das respostas dos participantes (BARDIN, 2000; GIBBS, 2009; FLICK, 2009b). Cabe destacar, que as demais fontes, no caso deste estudo as fontes documentais, também passaram pelo processo de codificação e categorização.

Após a codificação e categorização dos dados (orais, documentais) as análises foram feitas utilizando a análise de conteúdo temática (BARDIN, 2000; FLICK, 2009c; GIBBS, 2009; SOUZA JÚNIOR, M.B.M.; MELO, M.S.; SANTIAGO, M.E., 2010). A análise de conteúdo, segundo Gray (2012), é um processo de análise dos dados qualitativos em que se faz inferências sobre os dados obtidos, identificando de maneira sistemática as características comuns entre eles (classes ou categorias). Assim como no estudo anterior, para a organização e gerenciamento do conjunto de dados obtidos (GIBBS, 2009; FLICK, 2009b), utilizou-se o software de análise de dados qualitativos Atlas. ti 7.0. Parte das categorias foram construídas à priori, ou seja, a partir do referencial teórico e das questões norteadoras do estudo que fizeram parte do roteiro de entrevista e parte das categorias surgiram a partir dos depoimentos dos professores.

4.9 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.9.1 Competição como modelo de educação e formação

O primeiro questionamento feito aos professores foi no sentido de verificar os seus posicionamentos sobre a utilização das competições esportivas como instrumentos de educação e formação de crianças e adolescentes. Foi um consenso entre os professores que a participação em competições é algo que colabora com a educação e formação, chegam a considerar que esta participação é fundamental para a formação integral das crianças. Os relatos apontam que a participação em competições oportuniza a convivência com crianças de outras escolas; ensina os participantes o respeito às regras e aos adversários; exercita a noção de que superação das dificuldades depende do esforço que dispomos e auxilia na formação dos valores necessários para a convivência em sociedade.

“É fundamental! [...] eles estarem participando e convivendo com pessoas de outras escolas, de estarem convivendo com as regras. Porque a regra de um jogo é pré-estabelecida, e isso ajuda. Eu sinto que ajuda bastante no convívio com eles, você vê a mudança de uma criança, que ela tinha uma forma de pensar, uma forma de agir antes das competições, e quando ele passa a participar das competições ele muda um pouco a forma de, até de controle das próprias emoções, do convívio com os outros, tudo isso muda”. (PROFESSOR 1)

“Eu considero que sim, a competição traz valores, a criança está disputando uma competição, ela tem que aprender a respeitar o adversário, aprender a respeitar os árbitros e também a questão das regras, entendeu? E também a questão dos grupos, isso tudo são valores que a competição traz, o respeito entre si, com os organizadores da competição, com os atletas. Isso tudo traz valores para a criança, a criança fica maravilhada quando está neste meio, quando está na época de competições a criança fica vidrada com isso”. (PROFESSOR 2)

“[...] ajuda muito em termos de formação ética, respeito, em preparar o aluno, o cidadão, preparar para a sociedade, entendeu? [...] eu vejo que aquele aluno atleta é mais bem preparado do que aquele aluno que só...não faz atividade física, certo? Tanto para a sociedade como a questão de respeito, preparação para a cidadania, com os pais, com a família, com o ambiente familiar e com os amigos também. Eu tenho esta experiência comigo”. (PROFESSOR 10)

O reconhecimento e a aceitação pela sociedade da importância do jogo e da prática esportiva como instrumento pedagógico para a educação dos jovens, algo destacado por Korsakas (2009), esteve presente e foi explicitado nos depoimentos de todos os professores. Lucas, Pereira e Monteiro (2012) afirmam que o esporte é um importante meio de desenvolvimento psicossocial das crianças e que o esporte escolar é um importante meio de educação e construção das habilidades necessárias para a tomada de decisões, na melhora da socialização e na construção da personalidade das crianças, algo percebido e destacado nos depoimentos dos professores 1, 2 e 10.

Os relatos anteriormente elencados, assim como os comentários dos demais professores, vão ao encontro de uma das principais categorias do estudo, “a competição como fator estruturante da educação e formação das crianças”, proveniente do Modelo Teórico apresentado pelo Prof. António Marques (2004b). O professor Marques (2004b) postula que a competição esportiva pode se constituir em elemento fundamental e estruturante do processo de formação e educação das crianças e jovens. É importante ressaltar que três professores ao tratarem da importância das competições para a educação e formação das crianças, fazem referência (discordando) sobre a oposição de muitos pedagogos à adoção do esporte como um modelo de educação e formação dos jovens devido às competições. Diferentes autores (BENTO, 2004; MARQUES, 2004a; GAYA; GAYA, 2013) apontam que este posicionamento se origina do entendimento de que a competição desenvolveria nos jovens um comportamento com valorização extrema dos resultados competitivos, prejudicando a formação de valores necessários à vida em sociedade (igualdade e solidariedade). Os professores que fizeram referência aos posicionamentos críticos relacionados às competições, defendem a competição e se posicionam de forma contrária aos que condenam a adoção das competições esportivas como elemento formador e educativo. Para eles a competição não é privilégio do esporte, ela ocorre em diferentes situações da vida cotidiana. Dois dos professores chegam a argumentar que a competição começa a ocorrer já na concepção, no útero materno.

“É... ao contrário do muito professor fala, eu acho que a vida é uma competição. Desde o momento em que a gente vai ser formado,

trilhões, bilhões de espermatozoides brigam para só sobreviver você, então você, já daí você ganhou uma competição. Outra competição é quando você nasce, os que vão sobreviver e os que vão morrer. Existem os que morrem e os que sobrevivem, e você novamente foi um vencedor porque você sobreviveu...é....vem outro patamar, você nascer vivo, sobreviver desse nascimento e crescer vivo, que é outro desafio. Então, nossa vida é feita de desafios, a todo o momento a gente está sendo desafiado e está criando novos desafios, quando a gente chega ao ponto de não ter mais desafios então chega a hora da gente morrer; não tem mais sentido na terra se você está aqui sem competir, não tem o que fazer. Então, a ideia da competição esportiva é esta, não é uma competição pela vida, não é uma competição para desfazer do adversário, mas é uma competição para você provar para você que você é bom. Para você provar que você pode, para você provar que é capaz de fazer algo”. (PROFESSOR 6)

“Eu acho que o processo de educação e o esporte caminham juntos. Muita gente fala que o esporte é uma coisa e a competição é outra, mas a competição caminha paralelamente com o esporte. Quando você se educa para receber treinamento, quando você educa uma criança para que ela participe de jogos, para que ela trabalhe o potencial dela para participar de competições, você está educando, também, para que ela tenha organização para estudar, que ela organize o seu horário para fazer a sua diversão, para que ela organize todo o seu tempo. Porque muitas pessoas acham “ah, competir é você pegar a criança e botar lá e participar”. E não é! [...] Então, eu acho importantíssimo, não só como educação, mas também como organização para a vida. Organização do horário da criança, da vida da criança como estudante, então, eu acho importantíssimo o esporte e a competição para isso!” (PROFESSOR 8)

“É.... eu acho o esporte uma ferramenta muito importante para transformação do jovem né? E a competição... é alguns professores não gostam da parte competitiva, mas a gente sabe que a vida da gente é uma competição, desde quando a gente está no útero né? Brigando ali para se formar um feto, a gente já briga com milhões para gente conseguir é.... se fecundar. Então assim, a competição já vem... é um ponto de vista que eu tenho. Eu acho que desde a hora que a gente nasce né? Então assim, a competição ela traz para a gente, para a garotada valores que... como respeito ao adversário... respeito é.... às outras pessoas, valores que hoje tão perdidos, os valores né? Principalmente a questão do respeito ao outro. E o esporte consegue contribuir para que ocorra uma melhora nesse sentido, né? A interação, você fazer interagir as crianças da escola pública com a escola particular. Eu acho que é fundamental essa interação social, você... de quebrar o muro que surge, de uma classe melhor tem com as outras classes mais baixas, né? A gente... existe um preconceito, não abertamente, mas existe né? A gente consegue ver isso, mas esse preconceito está mais nos adultos do que nas crianças, quando você coloca criança da escola particular com as crianças da escola pública. Me encham os olhos de alegria você ver elas brincando, conversando, sem ter preconceito nenhum porque aquela criança da escola pública é pobre. Ou porque aquela criança da escola é rica e é metida”. (PROFESSOR 9)

Percebe-se de forma clara nos depoimentos, que os professores não veem nenhum sentido em se condenar as competições esportivas para as crianças ou não as utilizar como ferramenta educacional. O depoimento do professor 6 corrobora a ideia de que a competição não é algo que ocorre exclusivamente no esporte, ela se faz presente em diferentes setores da vida das pessoas (familiar, pessoal, profissional), tendo o papel de motivar comportamentos que podem levar às conquistas sociais e pessoais (DE ROSE Jr., 2006). Verifica-se que o professor 8 também concorda com os autores que consideram a competição um elemento fundamental do esporte (SCAGLIA; MONTAGNER; SOUZA, 2001; MARQUES, 2004a; SCAGLIA; GOMES, 2005), e, mesmo que de maneira não direta, seu posicionamento vai ao encontro do que estabelece Marques (2004b), para quem o treinamento e a competição formam o núcleo do modelo educativo do esporte e ensina aspectos como a disciplina, a assiduidade e o trabalho em equipe.

4.9.2 Contribuições efetivas dos JEP para a educação e formação das crianças

No ano de 2014 foi realizada a 44^a edição dos Jogos Escolares de Petrolina (JEP), competição esportiva escolar que se constitui no principal evento esportivo infanto-juvenil da região, com a participação de cerca de 58 escolas das redes particular, estadual e municipal de ensino. As crianças e adolescentes de Petrolina tem no esporte escolar a principal oportunidade de prática esportiva organizada, diferentemente de outras regiões e cidades, em Petrolina são reduzidas as ofertas de ensino e treinamento de esportes em clubes sociais ou em espaços privados específicos para tal fim. Esta realidade, por si só, já ilustra a importância dos JEP para a região, além disso, os JEP classificam as escolas e estudantes que representarão a cidade na fase estadual dos Jogos Escolares.

Devido à relevância dos JEP para a comunidade escolar da região, questionamos os professores sobre como eles percebiam a colaboração efetiva dos JEP para a educação e formação dos participantes. Ao abordarmos esta categoria, surgem nos depoimentos dos professores tanto as potencialidades como as limitações e dificuldades dos JEP para que o objetivo educacional e formativo seja alcançado em sua plenitude. De modo geral, os professores entendem que os JEP colaboram com a educação dos participantes. Ressaltam que a participação das crianças leva à

melhora em questões ligadas ao desenvolvimento de valores, como o respeito aos adversários, com a arbitragem e os próprios parceiros de equipe.

Os depoimentos deixam claro que uma das principais contribuições dos JEP vem a ser a oportunidade de interação e desenvolvimento moral e social dos participantes, oportunidade esta que Gaya e Torres (2004) entendem serem os motivos pelo qual o esporte de rendimento infanto-juvenil é um espaço de formação e educação. Porém, os professores apontam que os JEP (a competição de forma isolada), não tem como desenvolver estas questões. Ressaltam que o trabalho dos professores e mais especificamente a formação destes profissionais são decisivos para que o desenvolvimento moral das crianças ocorra.

“O valor no esporte é de suma importância, torno a colocar, tudo depende do profissional que está à frente, tá? Se não tiver um profissional à frente, os alunos vão criar valores? Vão, mas nem sempre estes valores vão estar da forma correta. [...] é por isso que o profissional é importante. Se você orienta seu aluno que a decisão do árbitro é, naquele momento, é suprema, que você tem que respeitá-la, independentemente de estar certa ou errada, tá? Você vai estar dizendo para ele que na vida vai ter momentos que mesmo você certo, você vai estar errado. Não é? É interessante, mas é verdade. Mesmo você certo, na vida, em determinados momentos você vai ter que dar um passo para trás para evitar um problema maior. [...] Há o respeito para com o próximo, no esporte, não tem outro igual! Você entender que não adianta você vencer somente, tem que vencer respeitando o teu adversário, o teu colega do teu lado e as normas e regras do esporte, né? Não adianta somente vencer! Venci, venci no WO, venci no tapetão, venci batendo no adversário, faltando respeito com adversário, não interessa, eu venci! Não é bem assim, é muito bom vencer, muito bom competir, mas competir respeitando as regras, regulamento e o próximo. Nossos colegas, que muitas vezes a gente esquece do próprio colega e começa a xingar o colega; brigar, reclamar. O fato é você querer denegrir o colega, querer humilhar o colega, querer passar por cima. A mesma coisa com o adversário, você menosprezar o adversário, você tornar o adversário algo desprezível, isso aí não pode acontecer, cabe muito a nós profissionais que estamos à frente, evitar”. (PROFESSOR 6)

Os professores 10 e 11 relatam que apesar de ser clara a evolução da formação dos profissionais que dirigem equipes nos JEP, ainda persistem problemas como a cobrança excessiva com as crianças; discussões e reclamações com a arbitragem, enfim, comportamentos que entendem não ser nada pedagógicos. Sánchez (1999) e Milistedt et al. (2008) apontam que o trabalho dos professores que atuam nas

competições é fundamental para que elas se constituam em uma atividade pedagógica, formativa e inclusiva. Certamente as cobranças excessivas sobre os alunos e as reclamações com a arbitragem não colaboram para que a experiência competitiva seja positiva, pelo contrário, são comportamentos que podem transformar este momento em algo negativo e até mesmo prejudicial ao desenvolvimento das crianças. Por outro lado, os depoimentos deixam clara a preocupação e o esforço dos professores participantes do estudo para que a participação dos alunos nos JEP não seja útil apenas para a formação esportiva das crianças, mas seja importante para a formação integral delas, algo que Reverdito et al. (2008) estabelecem como uma das principais funções das competições escolares. Formação integral que é destacada no depoimento do professor 9, quando afirma que não são raros os casos de elogios por parte de professores de outras disciplinas, para o comportamento e a postura dos alunos “atletas” em sala de aula, posturas estas que, na visão de Marques (2004b), tem nas competições um espaço de aprendizado e desenvolvimento prático, através das situações e desafios apresentados durante os jogos e disputas.

Outra questão que surge a partir dos depoimentos é a grande importância dos JEP para os alunos das escolas públicas, em especial as situadas na periferia de Petrolina. Para estas crianças, a participação nos JEP pode se constituir na única oportunidade de saírem da sua comunidade e conhecerem novos locais e pessoas. Outro benefício proporcionado pelos JEP é a melhoria no rendimento escolar (exigência por parte de alguns professores para a participação nos JEP) e a diminuição da evasão escolar.

“[...] eu acho que todos os jogos escolares vêm a contribuir muito com a juventude petrolinense. Os jogos escolares, as crianças os esperam como um evento esportivo fundamental durante o ano. São aqueles jogos que você está ali trabalhando, o ano inteiro, visando eles. [...] em termos de trabalho para a educação, ele é fundamental! Muito para a escola particular e muito mais para a escola pública! Eu acho que o aluno das escolas públicas, muitas vezes ele só tem aqueles jogos. O aluno da escola particular ele tem jogos interclasses, dentro da sala, dentro da escola, está entendendo? Entre turmas da mesma série, então, ele sempre tem outras alternativas. Mas o aluno de escola pública, ele às vezes só tem estes jogos, e isso contribui para que ele se mantenha na instituição escolar, isto contribui para que o professor tente segurar ele na instituição escolar”.
(PROFESSOR 8)

Ao longo da existência dos JEP não são poucos os casos de transformação de comportamentos e de alteração das perspectivas de futuro de crianças e adolescentes que deles participam. Foram relatados exemplos em que a participação nos JEP auxiliou na recuperação de adolescente usuário de drogas (professor 10) e casos em que através dos JEP o professor conseguiu desenvolver a conscientização da importância do estudo para a alteração e melhoria das perspectivas de vida futura. O professor 3 comenta o caso de um aluno que, através da participação e da preparação para os JEP, teve o seu comportamento e postura em relação à família e à escola completamente alterada. Entendemos ser fundamental a apresentação do trecho do depoimento do professor que aborda este caso, porém, para preservar a identidade do aluno vamos suprimir o seu nome, as modalidades esportivas em que participava e a cidade em que ocorreu a competição que foi catalisadora das mudanças.

“[...] um menino que não tem nenhuma perspectiva de vida e eu oriento, eu digo para ele o que é certo, o que não é, e eles ficam valorizados! Que o menino que nunca entrou em um avião para fazer uma viagem, ele chega “meu Deus, não estou acreditando nisso não”! Ele vai para a praia, para a Boa Viagem, um menino que às vezes não tem nada para comer, ele vai para a escola para comer, e chegar, por causa do xxxx e do xxx, ficar na beira da praia num “apartamento 5 estrelas” “Professor, não estou acreditando no que eu estou fazendo não”! Então, isso aí dá muito certo! [...] Eu estava falando ontem para o xxx, “xxx, tudo isso passa, são fases na vida de cada estudante. O que você deve se apropriar agora são os seus estudos”! “O que dói, xxx, é mais na frente você ter um filho e o menino pedir uma bicicleta, pedir outra coisa e você olhar e não poder fazer nada. Porque você, com estudo é difícil, sem ele é pior! Vamos lá que você consegue”! Porque o xxx, meio que ia desistir de estudar este ano. Eu quase que eu não deixava ele viajar para xxx, para o brasileiro. Mas eu disse, olhe, eu acredito em você! Mas estou decepcionado com você, porque sua mãe ligou para mim e disse que você está com comportamento ruim em casa, respondendo, não está indo para escola....Você combinou comigo que você ia continuar na escola...Quando ele voltou dos jogos, ele disse, “professor eu não vou parar de estudar”! (PROFESSOR 3)

O que se percebe a partir de depoimentos como o anterior, é que independentemente do resultado competitivo, o processo de treinamento e a própria competição, como refere Lima (1987) servem para a aprendizagem e desenvolvimento destes comportamentos. Percebe-se que a proximidade entre o professor e atleta (durante os treinos e as competições), colaborou para que fosse possível ensinar e desenvolver valores e comportamentos que, certamente,

colaboraram para que as perspectivas de vida futura deste aluno fossem expandidas. É durante esta interação professor-aluno, que o professor tem, a partir de seus exemplos, atitudes e comportamentos, a oportunidade de desenvolver os valores que formarão o caráter e as atitudes dos atletas (MONTEIRO; BRAUNER; LOPES FILHO, 2014).

O professor 3 complementa o seu depoimento afirmando que a participação nos JEP é um elemento de valorização e aumento da autoestima dos alunos, além de uma oportunidade para que ele esteja mais próximo do aluno e, durante a competição, possa trabalhar questões da vida em sociedade, como o respeito à fila; a maneira de se portar durante as refeições, etc. Verificamos, assim, que a participação nos JEP se constitui, muitas vezes, em um instrumento para o crescimento cultural, educacional e de alterações de expectativas de vida, efeitos estes também relatados por Hirama e Montagner (2013).

4.9.3 Adequações do modelo de competição dos JEP conforme as crianças

Marques (2004a) defende que as competições infanto-juvenis podem ser um modelo de formação e educação das crianças e adolescentes. Para tal, Marques (2004a) aponta a necessidade de que algumas categorias-metodológicas sejam observadas e respeitadas. A primeira das categorias-metodológicas estabelece que para ser educacional e formativa, a competição infanto-juvenil deve ser construída a partir das capacidades, necessidades e interesses das crianças, e não a partir de modelos de competições de adultos ou do alto rendimento, ou seja, deve sofrer adequações de acordo com as capacidades das crianças.

A construção de competições que não utilizem o modelo de competições dos adultos, que respeitem as possibilidades, interesses e necessidades das crianças, envolvem uma série de diferentes questões que, de forma conjunta, alteram de maneira importante o impacto desta competição no participante. Para investigar esta categoria-metodológica em relação aos JEP, questionou-se os professores sobre os seguintes itens: a organização do evento; categorias em disputa; adequação/adaptação das regras e regulamentos; adequação/adaptação dos locais de disputa; modalidades oferecidas e modelo de competição adotado. A partir das

respostas dos professores aos questionamentos, surgem elementos que tornam mais claras as características, potencialidades e limitações dos JEP como instrumento de formação e educação dos participantes.

Para os professores, o fato dos JEP serem uma das etapas (competições) que selecionam os atletas que participarão dos Jogos Escolares da Juventude, faz com que as regras, principalmente nas categorias Mirim e Infantil, sejam semelhantes às regras dos Jogos Escolares da Juventude (principal competição esportiva escolar do país), o que diminui a possibilidade de alteração e adaptação das regras. Por outro lado, os JEP realizam disputas nas categorias Pré-Mirim A e Pré-Mirim B (não ocorrem nas edições estadual e nacional dos jogos escolares) com a intenção de iniciar a participação de crianças nas competições esportivas. Na edição de 2013, estas duas categorias contaram com a participação de 1066 crianças nos Esportes Coletivos.⁵⁹ O professor 7 acredita que a participação das crianças destas faixas etárias (Pré-Mirim A e Pré-Mirim B) é decisiva para aumentar a motivação para os treinos e para desenvolver o hábito da prática esportiva de forma regular.

Porém, os depoimentos dos professores sobre a categoria Pré-Mirim não são consensuais. As discordâncias ocorrem em relação à organização e a forma de disputa dentro destas categorias, discordâncias que se originam das peculiaridades e características (específicas) das modalidades. Alguns professores não concordam com a divisão das idades na categoria Pré-Mirim (Professores 4 e 8). Estes professores defendem que as disputas ocorram com crianças de mesma faixa etária e não da maneira atual, com a categoria Pré-Mirim A englobando crianças nascidas entre os anos de 2003 e 2006 e a categoria Pré-Mirim B englobando crianças nascidas entre 2001 e 2002. Os professores (trabalham com Esportes Individuais) apontam que, principalmente na categoria Pré-Mirim A, a disparidade entre o desenvolvimento físico e motor das crianças afetam muito os desempenhos. Na concepção destes professores, este desequilíbrio entre as capacidades pode ser desestimulante, especialmente em um momento em que as crianças estão sendo inseridas no esporte e nas competições.

⁵⁹ Informação coletada pelo Pesquisador junto à Secretaria Municipal de Esportes de Petrolina

Sabe-se que o agrupamento das crianças para o treinamento e para as competições é feito a partir do ano de nascimento dos participantes, desta forma os nascidos nos primeiros meses do ano apresentam uma maior idade cronológica que os demais, o que pode gerar uma vantagem no desempenho em treinamentos e competições, fato denominado efeito da idade relativa (CARLI et al., 2009). Estudos sobre o efeito da idade relativa em diferentes modalidades esportivas (CARLI ET. AL, 2009; FERREIRA, 2011; PENNA ET AL., 2012; PACHARONI ET AL. 2014) apontam uma clara tendência de que os alunos selecionados para as equipes e os participantes em competições são aqueles nascidos na primeira metade do ano. Os depoimentos dos professores 4 e 8 vão na direção do que apontam Penna et al. (2012), estes autores consideram que o fato das categorias competitivas terem a duração de dois anos podem estar potencializando o efeito da idade relativa, gerando uma grande diferença física entre os nascidos no início do primeiro ano competitivo e os nascidos no final do segundo ano competitivo, fato este que pode fazer com que os nascidos no segundo ano competitivo sejam equivocadamente identificados como não talentosos, o que elimina crianças com amadurecimento tardio e aumenta o abandono do esporte.

Por outro lado, os professores de outras modalidades (Esportes Coletivos) consideram que a divisão das faixas etárias das categorias Pré-Mirim A e B são adequadamente organizadas. Julgam que esta categoria é fundamentalmente pedagógica e extremamente importante para a formação e educação dos participantes, principalmente pela forma com que é conduzida a arbitragem durante os jogos.

“Eu percebo que nas idades mais, nos mais novos né, até 12 anos, ele tem um caráter muito mais educacional do que quando ele vai ficando mais velho”. (PROFESSOR 1)

“[...] a categoria de menos de 12 anos que é a Pré-Mirim, é respeitada sim a condição pedagógica. A arbitragem em relação aos jogos, ela é toda pedagógica! É, por exemplo: para você ter uma ideia, na categoria até 12 anos não tem cartão na disputa de futsal, não tem cartão amarelo, nem vermelho. Mas é trabalhada, quando acontece alguma infração, a gente chega para o professor, chama o aluno, para não constranger, chega, coloca ele sentadinho lá, depois ele retorna. Caso for uma falta mais grave, aí o professor já senta, ele já não volta, mas aí ele vai saber o que ele fez de errado, sem tomar aquela

advertência com aqueles cartões, aquelas punições! Quando chegar na categoria mirim, aí ele já passou por essa, por esse período do Pré-Mirim, que foi pedagógico, continua sendo pedagógico, mas aí já são inseridas as punições com cartões”. (PROFESSOR 12)

Ainda em relação às categorias Pré-Mirim, o professor 11, diferentemente dos demais, considera que não existe uma adaptação no modelo de competição a partir das características motoras e psicológicas dos participantes. Para este professor, o que ocorre é uma competição pura e simples, onde as crianças jogam e são cobradas por resultados. O professor 9 também tem ressalvas sobre a forma de organização das categorias Pré-Mirim, na sua visão o evento deveria ser organizado na forma de “festival esportivo”, sem a existência de vencedores.

“Uma coisa que eu ainda bato muito na tecla é sobre os jogos pré-mirim. Tanto o “A” quanto o “B”, no meu ponto de vista, eu acho que a competição.... Não devia ser essa palavra competição, eu acho que não tinha que ter um vencedor. Porque essa criança nessa categoria de 10 a 12 anos, elas têm que se apaixonar pelo esporte. A realidade é que elas têm que se apaixonar pelo que fazem, porque quando você está apaixonado pelo que faz, você não deixa de fazer mais nunca. Então, no meu ponto de vista, essas duas categorias aqui poderia ser um festival de xxx. As crianças todas jogarem com todo mundo, jogarem com todas as equipes, e ao final desse grande torneio, vamos chamar assim, todos fossem premiados, todos recebessem uma medalhazinha por participação nos jogos escolares, do 43º Jogos Escolares de Petrolina. Então, no meu ponto de vista, eu acho que há uma precocidade em você colocar a competição nessa idade 10 anos, 9 anos, 11 anos né? Então, o quê que a gente se depara com esse campeonato? As meninas choram no jogo, não conseguem se controlar, porque é difícil elas se controlarem. Tem os pais olhando, tem as crianças do outro time dizendo coisas com ela: ô bicha ruim, joga naquela ali que é ruim, tá gelada. Então assim, é difícil para criança com 11 anos, ter uma maturidade para aceitar essas cobranças e está ali o professor, ainda cobrando!” (PROFESSOR 9)

Destacam-se três questões no depoimento acima, inicialmente o professor se posiciona de forma contrária a utilização do termo competição e à existência de um vencedor na categoria Pré-Mirim, posteriormente defende a organização na forma de festival onde são realizados inúmeros jogos (com intercâmbio de equipes) e comenta sobre as pressões dos pais, torcida e do treinador sobre a criança que participa das competições. A sugestão da retirada do termo “competição” e da existência de vencedores nas categorias Mirins não são alternativas defendidas pela literatura que trata das competições infanto-juvenis. Diferentes autores (SCAGLIA; MONTAGNER; SOUZA, 2001; MARQUES, 2004a; SCAGLIA; GOMES, 2005) referem que é a

competição que dá sentido ao esporte, na mesma linha, Marques e Oliveira (2002) entendem que não existe esporte sem competição. A idade ideal para o início da participação em competições depende de fatores como a modalidade, o estágio de desenvolvimento e o tempo de treinamento da criança (Martin et al., 2004). Ré, De Rose JR. e Böhme (2004) relatam que a definição da idade ideal para o início da participação das crianças, devido às diferenças individuais, é algo difícil de ser estabelecido.

A criança, por sua vez, não consegue dissociar a competição do esporte (MARQUES, 2004a) e para Lima (1987), a competição é o principal instrumento pedagógico para a formação esportiva das crianças. Desta forma, a não utilização do termo competição e a não existência de um vencedor poderá fazer com que estas disputas se tornem sem sentido para as crianças. Mais efetivo do que evitar o termo competição e retirar a “figura do vencedor” é a organização de competições que auxiliem na construção dos resultados futuros, garantam a multilateralidade e que sejam relacionadas aos objetivos e capacidades de cada etapa do desenvolvimento das crianças (ROST, 1997). Competições que valorizem mais os aspectos relacionados ao desenvolvimento e formação das crianças e menos os resultados (HAHN, 1988; ROST, 1997; WEINECK, 1999; MARQUES, OLIVEIRA, 2002; MARQUES, 2004a; 2004b; GOMES, 2009). Até o momento em que a criança já tenha condições (técnicas, físicas e psicológicas) para participar de competições esportivas, o “ensinar a competir” pode ser trabalhado através de atividades competitivas, minijogos, amistosos e disputas onde exista a possibilidade da criança disputar várias partidas (independentemente dos resultados).

Para Marques (2004b), os excessos encontrados nas competições esportivas não são “privilégios” delas, são encontrados em outras áreas da sociedade, o autor (2004b) entende, ainda, que não deveria ser questionado se a competição esportiva deveria fazer parte de um projeto educacional, mas deveria ser pensado qual tipo de competição seria a mais coerente com este projeto. O relato do professor 11, comentando sobre as pressões e cobranças que as crianças vêm recebendo durante a competição, pode indicar que a estrutura das competições está alicerçada na competição de adultos (MILISTEDT et al., 2008) ou que os participantes (pais, torcida

e professores) estão tratando uma competição, que deveria ser formativa e pedagógica, a partir dos preceitos de uma competição do alto rendimento.

Outra questão levantada junto aos professores disse respeito às condições dos locais de disputa dos JEP. Os depoimentos deixam claro que ocorreram progressos em relação às condições de disputa de algumas modalidades, porém, em outras os locais ainda não são considerados ideais. As críticas ocorrem principalmente em relação aos locais de disputa para as categorias menores, devido a não adaptação do tamanho da quadra para as reais capacidades físicas e estruturais dos participantes. Os professores 10 e 11 julgam ser necessária a alteração nas marcações das quadras como forma de compatibilizar os espaços às capacidades dos participantes. Os professores 1 e 9 sugerem a diminuição do tamanho dos elementos fixos das quadras em modalidades específicas, algo que não vem ocorrendo. Segundo os professores anteriormente citados, estas alterações facilitariam a realização de ações técnicas que não são possíveis devido à sua baixa estatura das crianças, aumentando a motivação dos participantes e melhorando o desenvolvimento técnico das crianças nestas modalidades.

“A gente teve uma proposta, uma vez, de fazer o Pré-Mirim A, que é dos 10 anos, de ter as modificações para o mini-xxx. Diminuir a trave, a altura, diminuir um pouco a quadra...só que acabou ficando por isso mesmo, ninguém mais mexeu nisso. Então, para idade deles não é adaptado não. O Mirim não tem problema não, porque o Mirim já é bem grande, agora, o Pré-Mirim sofre muito! Os pequeninhos sofrem muito, é bem engraçado de ver, mas...” (PROFESSOR 1)

Mesmo apontando deficiências e apresentando sugestões para as melhorias das condições dos locais de disputa e das adequações necessárias para as diferentes idades, professores de algumas modalidades relatam avanços nestas questões por parte da organização do evento. O professor 3 relata a redução das dimensões do local onde a sua modalidade é disputada, bem como da duração das partidas de acordo com as faixas etárias.

“Sim, a gente deu um grande avanço de 2010 para cá, na questão dos Jogos Escolares! [...] cada categoria é uma característica específica, eles procuram fazer adequações. Como o Pré-Mirim, eles fazem um Pré-Mirim diferente, o Mirim é totalmente diferente, o Infantil...sempre se adequando às características da categoria. Olha, o modo que pedagogicamente eles estão trabalhando, como esse ano mesmo, o Pré-Mirim eles fizeram um futebol de sete (7), visando o lado

da criança, botaram num society, onde antes o Pré-Mirim eles colocavam num campo, isso aí, um campo grande para uma criança para uma criança era muito, é assim.... maltratava muito. Como uma criança de 12, 11 anos ainda está em formação, era muito ruim". (PROFESSOR 2)

"Olha, o ano passado teve uma organização voltada para este lado, adequar com a faixa etária. Mas antes não, vinha, por exemplo, no Pré-Mirim, crianças até 10 anos jogavam no mesmo campo de futebol do adulto, às vezes até com a mesma bola do adulto. [...] Em termos de duração da partida existe adaptação, na medida em que sobem as idades aumenta a duração das partidas". (PROFESSOR 3)

Outro fato que os professores julgam muito positivos para a educação e formação das crianças, foi a adaptação nas regras de disputa das modalidades esportivas. O atletismo estabelece uma alteração no programa de provas de acordo com a idade; as regras das modalidades esportivas coletivas determinam o sistema de marcação permitido e a utilização de todos os atletas inscritos durante os jogos. As regras de disputa do handebol especificam os sistemas de marcação que devem ser utilizados. A obrigatoriedade de utilização de determinados sistemas de marcação e de todos os inscritos durante os jogos foi outra medida elogiada pelos treinadores, porém, foram apontados subterfúgios utilizados por alguns treinadores para enfrentarem a necessidade de utilização de todos os inscritos.

"É....o mirim também tem algumas regras que colocaram, que foram implantadas que você tem que ter nove participantes e os nove tem que jogar. Seis jogam o primeiro set e três ficam no banco, no segundo set esses três, que estão no banco, tem que entrar no lugar de três que jogaram o primeiro set e esses três que entraram não podem sair, tem que jogar o segundo set todo. Em partes... em partes isso é bom né? Eu vejo como um... a criação de novos atletas, de você incentivar... muito bom! Mas só que tem professores que fazem o seguinte: Eu normalmente levo 12 atletas, então a regra é, você tem que jogar a quantidade que tem no outro time. Se o meu tem 12 e o seu tem 12, Luciano, no primeiro set jogam seis, ficam seis no banco. No segundo set as seis do banco vão jogar e as seis que estavam jogando sentam. E no terceiro set, se acontecer, o terceiro set é livre, a gente pode misturar a equipe e bota a equipe que achar melhor né? Ou seja, o que acontece, a gente tem essa... essa consciência de fazer essas coisas, mas acontece que alguns professores têm... a gente sabe que tem crianças, 12 crianças, e eles só levam nove, levam as nove melhores. Ou seja, existe uma competição, existe uma, ah eu tenho que ganhar... tenho que ganhar... nessas categorias"! (PROFESSOR 9)

“Minha briga aqui em Petrolina é isso. [...] Veja só, o meu time é o único time...tem umas cinco equipes com um total de vinte e seis, por exemplo, que levam doze atletas. Existe o time dos outros técnicos...eu vejo dessa forma, entre aspas, é má fé! Porque tem sete atletas que sabem jogar e só levam os sete atletas. E a regra diz o seguinte: você tem que levar no mínimo cinco atletas, com cinco atletas o time já joga. Então muitos técnicos só querem vencer. Eu levo doze. Eu tive jogos aqui em Petrolina que eu botei, eu boto em todos os jogos os doze para jogar. Doze! E outro aqui joga com sete, porque se ele botar mais três ou quatro vai enfraquecer e achar.... Então isso é o quê? É a exclusão do atleta, é um esporte que está tendo essa dificuldade, porque a regra antigamente era a seguinte: em Petrolina só podia mínimo de doze e máximo de doze, e todos doze têm que jogar! Aí houve essa flexibilidade em relação à inscrição, que sete pode jogar, cinco pode jogar. Então não pode, as crianças têm que começar a ver que as outras têm que ter oportunidade! Então, existe nos JEP esta inversão...” (PROFESSOR 11)

A partir destes depoimentos pode-se perceber a existência de profissionais que ainda pensam a competição infanto-juvenil a partir da competição de alto rendimento, onde o que importa é a vitória e não a formação. O que se indica para esta faixa etária é justamente o contrário, os resultados competitivos devem ser menos valorizados e os aspectos ligados à saúde, sociabilização e desenvolvimento motor e cognitivo devem ser priorizados (HAHN, 1988; ROST, 1997; WEINECK, 1999; MARQUES, OLIVEIRA, 2002; MARQUES, 2004a; 2004b; GOMES, 2009).

De modo geral, os professores consideram as modalidades em disputa nos JEP adequadas, entendem que elas refletem as modalidades que culturalmente são praticadas na região. O professor 8 defende que devem ser colocadas mais modalidades nos JEP, mesmo que estas modalidades não tenham muitos participantes nos anos iniciais. Na sua visão, estas modalidades poderiam servir como mais uma opção para os alunos que não se sentem competentes nas modalidades tradicionalmente disputadas e os professores, por sua vez, podem ser estimulados a trabalharem com novas modalidades e, futuramente, participarem com uma equipe nos JEP. O professor 6 concorda com o aumento das modalidades em disputa nos JEP, porém, acha que só devem entrar no programa dos JEP as modalidades com alguma representatividade entre as escolas. Não vê sentido em colocar uma modalidade com apenas duas escolas participantes, considera que a prioridade deveria ser estimular o aumento na participação nas modalidades que estão sendo disputadas com um reduzido número de escolas.

Em relação à adequação da estrutura dos espaços onde os JEP são disputados (quadras, ginásios) e à adaptação das regras, o professor 6 relata que o que é feito é o possível, mas não o ideal. Para que as adaptações fossem feitas na totalidade (tamanho de goleira, redução do tamanho das quadras) seria necessário um grande aumento na disponibilização dos recursos para a organização do evento, algo que não é possível.

“Sim...o regulamento prevê adaptações, que muitas vezes a gente não consegue fazer. Infelizmente, tá? O que nós, por exemplo, a....vou dar como exemplo a modalidade de handebol, que prevê que tem seu mini-handebol, que é cinco contra cinco; quatro na linha e um no gol, não é? E a trave tem que ter 1,80m. E nós não temos esta trave de 1,80. Nós temos uma competição, onde ela começa às 8 horas da manhã e termina às 6 horas da noite, direto, né? Todos os dias, durante 15 dias, né? E, você não tem como colocar madeira, tirar madeira, fazer isso, fazer aquilo, colocar a trave...resultado, você acaba passando esta fase e vindo para a seguinte...a realidade! Então, nós não conseguimos adaptar tudo isso, no entanto, nós conseguimos adaptar o que está na nossa condição. Tipo uma rede de voleibol. Ela está prevista para 2,43m para adulto, 2,24m para o feminino, mas trabalhamos com 2 metros. Isto é adaptação; a tabela de basquete, quando ela é móvel, quando a gente consegue fazer numa quadra onde ela é móvel. Então, as adaptações nos locais, são feitas as que são possíveis! O que é possível é feito, a bola é diferente, é bem diferente; quanto a isto não tenha dúvida, a gente não consegue fazer 100%, mas a gente faz bastante alteração”. (PROFESSOR 6)

A falta de recursos para a implementação das modificações ideais reflete a realidade demonstrada no Perfil dos Municípios Brasileiros – Esporte (IBGE, 2003)⁶⁰, que traz dados alarmantes sobre as condições necessárias para o desenvolvimento das atividades esportivas. Nas regiões Norte e Nordeste mais de 90% das escolas não possuem espaços esportivos qualificados. Faltam quadras e cobertura para as que existem, havendo uma desvantagem nítida das escolas públicas quando comparadas com as escolas privadas. Mesmo que as modificações em termos de estrutura física não estejam sendo realizadas da forma ideal, percebe-se que a estrutura para a realização dos JEP é de melhor qualidade do que a apresentada pelo estudo do IBGE sobre a realidade dos municípios do norte e nordeste brasileiro.

⁶⁰ <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pesquisa_esporte2003/esporte2003.pdf> Acesso em 25 de janeiro de 2015.

Os depoimentos dos professores sobre o modelo de competição adotado nos JEP revelam que persiste a utilização de uma organização da competição (chaves, grupos e programação de jogos) semelhantes ao modelo de competição de adultos, onde a equipe que perde é eliminada. Porém, há que se destacar que ocorrem alterações nas formas de arbitragem e nos regulamentos (forma de marcação e obrigatoriedade de todos os inscritos participarem dos jogos), o que pode diminuir o impacto negativo das derrotas e, de certa maneira, diferenciar a competição dos JEP da competição de adultos. Os professores 9 e 11 apresentaram sugestões no sentido da competição das categorias iniciais (Pré-Mirim A e B) serem realizadas na forma de festivais, algo preconizado por Arena e Böhme (2004).

De modo geral, os professores revelam em seus depoimentos a importância dos JEP para a educação das crianças que dele participam, porém, deixam claro que ainda existem professores que apresentam uma postura de supervalorização dos resultados esportivos, que as condições dos locais em que são disputados precisam ser melhorados e que o sistema de disputa (especialmente para as categorias menores) deve sofrer algumas adaptações. As colocações dos professores sobre a necessidade de que sejam realizadas mais adaptações no sistema de disputa vão ao encontro do entendimento de Sawitzki (2008). Este autor (2008) aponta que é possível constatar que as competições esportivas escolares são organizadas na perspectiva do esporte de rendimento, objetivando a vitória (muitas vezes a qualquer custo), com ausência de princípios de formação humana e desenvolvimento social, com momentos em que ocorrem transgressões das regras do jogo e até mesmo violência, fatos negativos para a formação humana. Afirma, também, que observa-se que os objetivos e procedimentos do esporte escolar se confundem com os objetivos do esporte institucionalizado.

Os depoimentos dos professores participantes dos JEP em nenhum momento mencionaram a ocorrência de violência durante os jogos, porém, relataram a existência de professores que ainda tem por objetivo principal a vitória, fazendo com que muitas vezes exerçam muita pressão nos alunos. Através da análise do regulamento dos JEP (Anexo A) percebe-se que ele foi construído a partir dos regulamentos oficiais das Confederações Esportivas, do regulamento utilizado nos

Jogos Escolares de Pernambuco⁶¹ e do regulamento utilizado nos Jogos Escolares da Juventude, competição organizada pelo Comitê Olímpico do Brasil em parceria com o Ministério do Esporte e Organizações Globo⁶². Mesmo que não haja a obrigatoriedade da organização dos JEP seguirem os regulamentos dos jogos em nível estadual e nacional, o fato da competição de Petrolina ser seletiva para estas competições faz com que as regras utilizadas sejam semelhantes. Nos parece que alterações e adaptações mais profundas nos regulamentos dos JEP necessariamente deverão partir da competição maior, ou seja dos Jogos da Juventude, porém, para que eles sejam alterados, as entidades que o organizam devem ter clareza sobre a função da competição esportiva escolar para a educação dos participantes e sobre o modelo de competição que deve ser utilizado. A prioridade destas competições não deverá ser a obtenção de resultados imediatos, mas devem ser entendidas como parte do processo de formação dos participantes. Algo que entendemos ser difícil de ocorrer, uma vez que os principais organizadores dos Jogos da Juventude (Comitê Olímpico e Organizações Globo) trabalham com o esporte de alto rendimento (Comitê Olímpico Brasileiro) e com o esporte espetáculo (Organizações Globo), ou seja, o modelo competitivo que trabalham é justamente aquele que não deve ser utilizado para a competições escolar e infanto-juvenil.

Em estudo publicado em 2004, Arena e Böhme verificaram nem todas as federações esportivas do estado de São Paulo organizavam suas competições infanto-juvenis a partir dos preceitos estabelecidos para a literatura da área, muitas vezes organizando competições em moldes inadequados para a faixa etária das crianças. Em recente dissertação de mestrado, Gonçalves (2014) revela que somente a partir de 2012 entrou em vigor o novo modelo de competição que a Federação Internacional de Tênis estabeleceu para as categorias até 10 anos. Foram feitas alterações na dimensão da quadra, no tamanho das raquetes, no peso da bolinha e no sistema de disputa, alterações que tiveram como objetivo adequar a competição às capacidades de prestação destas faixas etárias. O estabelecimento de normas que

⁶¹< http://www.petrolina.pe.gov.br/2010/pdf/2014/REGULAMENTO_JEPs_2014.pdf> Acesso em 28 de janeiro de 2015.

⁶²<<http://jogoscolares.cob.org.br/etapa-12-14-anos/regulamento-2014-12-14-anos>> Acesso em 28 de janeiro de 2015.

<<http://jogoscolares.cob.org.br/etapa-15-17-anos/regulamento-2015-15-17-anos>> Acesso em 28 de janeiro de 2015.

orientem a realização de competições infanto-juvenis deve ser tarefa das federações esportivas (GONÇALVES, 2014). Por este motivo, efetuamos buscas nos sites das confederações esportivas das modalidades em disputa nos JEP, objetivando verificar se as mesmas oferecem alguma orientação ou normatização para a organização de competições infanto-juvenis. Apesar de encontrarmos federações que desenvolvem programas para a massificação da sua modalidade, tais como o Programa Viva vôlei⁶³, Mini Atletismo⁶⁴; Avança Judô⁶⁵; Sacando para o Futuro⁶⁶; apenas o programa desenvolvido pela Confederação Brasileira de Atletismo possui orientações sobre o modelo de competição que deve ser utilizado, as demais não fazem menção ao tema, ou, como no caso do Programa Viva Vôlei, apontam que as competições devem ser “não agonísticas”.

4.9.4 O papel das vitórias e das derrotas no processo de educação e formação

Para Callois (1990) o jogo funciona como um motor para o desenvolvimento das manifestações culturais da sociedade, para a educação moral e progresso intelectual dos indivíduos. Para o autor (1990), através do ato de jogar, dos símbolos, das imagens e dos instrumentos (regras) contidos nos jogos, o indivíduo desenvolve e aumenta as capacidades para enfrentar e ultrapassar os obstáculos. O ato de treinar e de competir formam, no entender de Marques (2004b), o núcleo do modelo educacional do esporte. A competição bem organizada cumpre com os objetivos educacionais dos jovens que dela participam (SIEDENTOP, 2002) e se constitui em um importante espaço para a intervenção pedagógica do professor (LIMA, 1981; 1987).

As vitórias e as derrotas presentes nos esportes, nos jogos e nas competições geram sentimentos e emoções que podem ocasionar efeitos positivos ou negativos nos participantes. Desta forma, questionamos os professores sobre o papel das vitórias e derrotas na formação e educação das crianças e jovens que participam dos

⁶³<<http://vivavolei.cbv.com.br/index.php/2014-10-28-18-40-31/descricao-do-programa>> Acesso em 29 de janeiro de 2015.

⁶⁴<http://www.cbat.org.br/atletismo_escolar/Regulamento_IAAF_13_15.pdf> Acesso em 29 de janeiro de 2015.

⁶⁵<http://www.cbj.com.br/avanca_judo/> Acesso em 29 de janeiro de 2015.

⁶⁶<<http://www.cbtm.org.br/sacando-para-o-futuro-%C3%A9-um-dos-mais-importantes-projetos-da-cbtm-em-andamento.aspx>> Acesso em 29 de janeiro de 2015.

JEP, solicitamos, também, que os professores descrevessem a forma como abordam e trabalham as vitórias e derrotas com os seus alunos. Foi consenso entre os professores a ideia de que as vitórias e as derrotas são fundamentais para a educação e formação das crianças e adolescentes, porém, as estratégias utilizadas para desenvolver e trabalhar estas questões são bem variadas.

O professor 1 considera que as derrotas “ensinam” muito mais do que as vitórias, entende que as vitórias propiciam uma sensação agradável, um bem-estar. Por outro lado, considera que as derrotas não trazem estas sensações, mas ensinam a pessoa a persistir, a conviver com uma sensação que não vem a ser muito agradável, sublinha que o enfrentamento das dificuldades durante os jogos e as reações às vitórias e derrotas devem ser trabalhadas nos treinamentos.

“Você está lá para vencer, mas você pode encontrar dificuldades em chegar numa vitória, não ter a vitória. Isto contribui muito na questão educacional, eu acho que o indivíduo quando aprende a se controlar e a ver que a realidade é bem mais dura do que está escrito nos livros, nos filmes. Então o papel das vitórias e derrotas nas competições está mais ou menos por aí! Às vezes a gente tem que ver, aquela equipe que não está preparada para a derrota, sentir muito mais do que aquela que está preparada para vencer e perder”.

(PROFESSOR 1)

O professor 1 relata que procura trabalhar nos treinamentos mais a questão das vitórias do que as derrotas. Ele considera que as derrotas representam um “erro” e abordar muito as derrotas poderá trazer desmotivação aos alunos. Desta forma, acha mais positivo trabalhar as vitórias e os motivos que fizeram com que ela ocorresse. Nas derrotas, o professor deixa claro que procura conversar com os alunos de que sempre há um “amanhã”, e que, dependendo do esforço e empenho do atleta, as vitórias poderão começar a ocorrer. Entendemos que esta abordagem, de certa forma, desconsidera a possibilidade de que a derrota ocorrer devido à superioridade do adversário e não propriamente a um erro da equipe que foi vencida, o que pode fazer com que não seja utilizado em sua totalidade o potencial pedagógico que Lima (1981;1987) considera estar contido na competição.

O professor 2 trabalha a questão das vitórias e derrotas através da valorização do grupo, do trabalho coletivo. Deixa claro para os alunos que os treinamentos e as

situações vivenciadas na competição (vitórias e derrotas) fazem parte de um processo de formação que está sendo construído. “Não há vencedores, não há derrotados. Ponha isso na sua cabeça! Se por acaso você ganha hoje, amanhã você pode perder e você tem que saber perder e saber ganhar.” A seguinte frase expressa de maneira muito clara a abordagem do professor 2 sobre as derrotas. “Nem tudo na vida que a gente gosta a gente consegue fazer! Perdeu, tem que saber reconhecer, baixar a cabeça e trabalhar para melhorar!” Considera fundamental que a equipe seja equilibrada tanto nas vitórias (respeitando o adversário) quanto nas derrotas. Procura desenvolver nos alunos a noção de que sem o adversário não há esporte nem competição, conseqüentemente, os adversários precisam ser respeitados e valorizados.

De forma geral, os professores consideram que as reações dos atletas às derrotas e às vitórias devem ser trabalhadas durante os treinos e são, em grande parte, responsabilidade dos professores que estão dirigindo as equipes. O professor 8 deixa clara esta posição em seu depoimento.

“Eu considero, eu acho que é de fundamental importância todos os dois, tanto a derrota quanto a vitória são de fundamental importância. Porque se você olhar pelo lado da vida, de formação do cidadão, em toda a vida da gente, a gente vai ter derrotas e vitórias, ninguém vai ter uma vida só de vitórias! Eu acho que a preparação do cidadão, para ele ficar de cabeça erguida quando ganhar e quando perder, passa por esse estágio da escola. [...] porque se você analisar, muita criança abandona o esporte por causa de uma derrota, mas quem foi derrotado não foi quem perdeu, quem foi derrotado foi quem preparou ele! Uma criança que abandona o esporte no momento da derrota, ela foi muito mal orientada. Tem que ser fixado o pilar dela, a fixação do pilar de educação para que, quando ela ganhar, ela saiba absorver a vitória sem deixar crescer o ego e saiba absorver a derrota sem se deprimir, sem deixar com que aquela derrota faça com que ela abandone o esporte. Porque ela não vai abandonar só o esporte, ela vai abandonar parte da vida dela, ela vai jogar fora uma etapa da vida dela”. (PROFESSOR 8)

Percebe-se neste depoimento o entendimento de que as estruturas de valores e de condutas para o enfrentamento das dificuldades, decepções, alegrias e satisfações decorrentes da participação em competições esportivas, que irão auxiliar na formação das crianças para o enfrentamento das questões do cotidiano, devem ser trabalhadas e desenvolvidas na idade escolar, posicionamento este que vai ao

encontro do que estabelece Lima (1987), quando considera ser na idade escolar que as estruturas de comportamentos e de valores são construídas, especialmente através das competições esportivas.

Para o professor 8, as derrotas no esporte não são indicativos de que o derrotado é um fracassado, mas podem indicar que o competidor é um “vitorioso” em termos de formação e construção dos alicerces necessários para a vida na sociedade. Considera que as derrotas devem auxiliar o atleta a se reestruturar para seguir em frente, assim como nas vitórias o atleta deve ter claro que foram decorrentes de muita dedicação, empenho este que será sempre necessário para que os bons desempenhos continuem a ocorrer. Este posicionamento vai ao encontro de outra categoria teórico metodológica de Marques (2004b), que considera que as derrotas são muito importantes para a formação dos indivíduos, pois fornecem ao esporte um sentido moral e pedagógico, servindo de desafio e estímulo para o atleta seguir em frente. Ainda sobre a importância das derrotas, Marques (2004b) entende que na vida ocorrem inúmeros momentos de desânimo e de insucessos, que devem ser superados. Desta forma, para o autor (2004b), as derrotas que ocorrem no esporte infanto-juvenil são importantes instrumentos para preparar os jovens para o enfrentamento das dificuldades e desafios que a vida lhes trará.

O professor 6 parte do princípio de que ninguém gosta de perder, que ninguém participa de uma competição para perder, mas que todos devem ter em mente que as derrotas podem ocorrer. Da mesma forma que os professores anteriores, o professor 6 afirma que as reações às situações de derrotas e vitórias devem ser trabalhadas pelo treinador durante os treinamentos. Durante a preparação de suas equipes, o professor 6 trabalha as situações de vitória e derrota através do diálogo sobre o respeito que os atletas devem ter para com os adversários nas vitórias e a humildade de absorver as derrotas sem perder o controle das ações (agressividade, desrespeito com os adversários e arbitragem). Outra estratégia utilizada pelo professor é a retirada do “foco” sobre o resultado dos jogos realizados durante os treinos. Para o professor, a questão não é saber quem ganhou o jogo ou resultado da partida, mas sim o desempenho e aplicação do que está sendo treinado.

“Ninguém gosta de jogar para perder, ninguém...todos que

entram em quadra, entram para vencer, agora, tem que saber perder, tá? É isso que é essencial, você trabalhar com o seu aluno, que ele vai perder também! Vai perder mais do que vai vencer, infelizmente isso é fato! Se você não prepara o seu aluno desta forma, ele vai para quadra e vai se transformar quando ele estiver numa situação de derrota. Quando começar a perder o jogo ele vai se transformar, vai se tornar agressivo ou depressivo, automaticamente vai criar uma frustração nele, tá? Que vai afastá-lo do esporte, se você não preparar, se ele não tiver esta consciência. Apesar de que, eu torno a repetir, não existe fórmula mágica para isso! A gente já trabalha com ele a possibilidade da derrota. Um dos professores mais sábios que eu tive, que não foi em relação ao esporte, mas foi em relação ao trabalho, ele dizia – “olha, quando a gente vai pedir, uma coisa a gente já tem, é o não! O máximo que você pode conseguir é o sim, porque o não você já sai de casa sabendo que você tem - Então no jogo é a mesma coisa...Você entra no jogo sabendo que você tem a derrota, só depois do jogo terminado é que você pode ter a vitória. Não tem outra possibilidade, não é? Você já sai sabendo que tua derrota é certa, o que você pode fazer é mudar esta derrota para uma vitória. E é esta a lógica de trabalho da gente, a gente trabalha nesta linha, tentando melhorar o menino, de forma que ele entenda esta realidade”. (PROFESSOR 6)

Ao abordarem a questão das vitórias e derrotas, os professores deixaram claro que a qualificação do professor e a forma como ele encara as competições são determinantes para que este processo de formação através das competições ocorra de maneira correta e equilibrada. Sánchez (1999) tem um posicionamento idêntico ao dos professores do estudo. O autor (1999) considera que nas competições infanto-juvenis, organizadas de forma equilibrada (participantes de mesmo nível técnico), as derrotas possuem um grande valor educativo e os valores trabalhados e desenvolvidos são reflexo da atuação dos professores.

Surgiram nos depoimentos relatos de que ainda existem profissionais que entram com suas equipes nas competições com a ideia de obtenção da vitória a qualquer custo, exercendo muita pressão sobre os alunos. Sabe-se que os professores que trabalham com a competição infanto-juvenil deveriam ser um “porto seguro” para os alunos, sem valorizar em excesso os resultados competitivos, mas sim os desempenhos durante as competições (DE ROSE JR., 2009). Infelizmente, percebe-se nos depoimentos como os seguintes, que a valorização excessiva dos resultados por parte dos professores é algo que ainda persiste.

“Infelizmente é isso, é uma cópia de um modelo.... é o que a mídia vende, o que é estabelecido. Ninguém vai para um campo de

futebol, ou vai para uma pista de atletismo, só pensando em participar... ou, a turma vai e, no futebol, às vezes tem até alguns professores que usam de desonestidade! Crianças fora de faixa etária, colocando para ganhar, entende? Então, se apegam neste modelo de competição, ganhar por ganhar! [...] Uma parte é falta de formação, talvez de conscientização por parte dos professores, que se preocupam somente com os jogos, somente com a vitória... não vê a questão da formação do cidadão, da formação para colocar na sociedade, representar... Eu digo sempre para eles o seguinte: “O atleta é passageiro, o cidadão, o homem de respeito, o pai de família, ele demora mais”! E a gente está aqui é para fazer isto”! (PROFESSOR 3)

“O valor no esporte é de suma importância, torno a colocar, tudo depende do profissional que está à frente, tá? Se não tiver um profissional à frente, os alunos vão criar valores? Vão...mas nem sempre estes valores vão estar da forma correta.... É a partir do momento que nós temos uma regra no esporte, e que o aluno é consciente da regra, ele passa automaticamente a entender que a vida tem regras; a sociedade tem regras e que você deve segui-las. Então é por isso que o profissional é importante! Se você orienta seu aluno que a decisão do árbitro é, naquele momento, é suprema, que você tem que respeitá-la, independentemente de estar certa ou errada, você vai estar dizendo para ele que na vida, vai ter momentos que mesmo você estando certo, você vai estar errado... Não é? É interessante, mas é verdade. Mesmo você certo, na vida, em determinados momentos você vai ter que dar um passo para trás para evitar um problema maior”! (PROFESSOR 6)

“E o professor tem que perder esta coisa de “ganhar a qualquer custo”. Ganhar a qualquer custo é terrível, aí você deixa de ensinar! Então, se você visa só seu lado de professor, de técnico de ganhador, aí você perdeu o direcionamento de educador. E aí os jogos passam a ter aquele cunho desequilibrado, passa a ser de cunho adulto mesmo, você está tratando o tempo inteiro com pessoas adultas e não com crianças! Então, a educação é como o esporte, a educação começa na base; você tem que educar seu aluno da base [...]”. (PROFESSOR 8)

Nista-Piccollo e Nunomura (2014) apontam que muitos países já perceberam a impossibilidade de se alcançar sucesso esportivo sem que se invista na formação e qualificação dos técnicos e nas suas condições de trabalho. Os autores (2014) consideram que o sucesso esportivo de um país não se traduz apenas pelas conquistas de medalhas olímpicas, mas pela qualidade do trabalho dos técnicos em todos os contextos sociais, através da oferta da prática esportiva para todas as classes sociais, práticas estas voltadas tanto para o alto rendimento como para o lazer. Os relatos sobre os problemas originados pela formação deficiente de alguns professores que atuam nos JEP, aliados aos dados de que 63,4 % dos professores do ensino

fundamental da rede pública e 65,5 % da rede privada no estado de Pernambuco não possuem curso superior⁶⁷ e de que 90% das escolas da região norte e nordeste não possuem estruturas adequadas para a prática de esportes, demonstram a necessidade de que sejam implantadas políticas públicas para a capacitação dos professores que trabalham com o esporte e para melhorar as condições de trabalho destes profissionais, sob pena do país não aproveitar todo o potencial formativo e educacional do esporte escolar.

4.9.5 Os pais no processo de formação esportiva e nas competições dos JEP

Durante as entrevistas foram recorrentes os comentários dos professores sobre o papel dos pais durante o processo de formação esportiva das crianças participantes dos JEP e sobre os seus comportamentos durante as competições. Por este motivo, a postura e o comportamento dos pais no processo de formação esportiva e nas competições dos JEP passaram a ser uma das categorias teórico-metodológicas do estudo.

O esporte infanto-juvenil faz parte da formação do ser humano na infância e adolescência, tendo a sua organização feita a partir dos valores sociais e culturais de onde ele é realizado. Desta forma, é inevitável que se estabeleça um vínculo entre o esporte, as crianças e os adultos, através deste vínculo os pais têm a possibilidade de influir fortemente na formação esportiva de seus filhos na idade escolar (SIMÕES; BÖHME; LUCATO, 1999). Para Santana (2005) a prática de esportes e a competição infanto-juvenil, mais do que a busca de talentos esportivos, deve estimular e promover o hábito de praticar esportes e exercícios e perseguir a formação do ser humano de maneira completa. Para Edwardson e Gorely (2010) os pais possuem uma grande parcela de responsabilidade sobre as atividades físicas e esportivas das crianças e adolescentes, através de suas crenças e ações durante a prática esportiva, os pais servem de exemplo, encorajam e influenciam as atitudes dos seus filhos. Porém, Santana (2005) aponta que os personagens que interferem no processo de formação e educação através do esporte (pais, treinadores e dirigentes) muitas vezes criam

⁶⁷ < http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&de=49&no=4 > Acesso em 12 de março de 2015

paradigmas relacionados ao desempenho, com cobranças excessivas que somente colaboram para afastar uma grande quantidade de crianças do esporte.

Os professores 3, 5, 6 e 11 relataram situações onde o comportamento dos pais pode estar prejudicando a formação das crianças e até mesmo contribuindo para que elas se afastem do esporte. O professor 3 menciona que nas categorias Pré-Mirim A e B, a arbitragem não tem nenhum problema com os alunos, ela atua de forma pedagógica e as crianças são honestas (apontam quando a bola saiu ou quando foi cometida alguma infração). Os problemas da arbitragem ocorrem justamente com os pais destas crianças, que contestam as marcações e muitas vezes ofendem os árbitros. No depoimento abaixo percebe-se que o tratamento de alguns pais para com os filhos durante as competições desta faixa etária também está equivocado.

“Eu parto do pressuposto que nós não podemos tratar uma criança de 8, 10, 12 anos, como um adulto. Eu parto deste pressuposto. Nós sabemos que nós lidamos com um pai que trata o filho desta forma. A categoria até 12 anos é a categoria dos pais. E a gente trabalha de 7 a 12 anos com a categoria dos pais; a torcida que está lá são somente os pais, tá? E os pais, é...eles vão para quadra torcer como se tivessem torcendo para um adulto. Então você tem que ter muito cuidado com a maneira que você vai lidar com essa parte, com o que o pai quer”. (PROFESSOR 6)

Sabe-se que pais que enfrentam as vitórias e as derrotas com dignidade, que respeitam os adversários e árbitros, que avaliam o “sucesso” esportivo pelo esforço e não pelo resultado nas competições, proporcionam aos filhos modelos de condutas positivas, que podem auxiliá-los a responder melhor aos momentos de vitórias e derrotas inerentes ao esporte, possivelmente desenvolvendo comportamentos semelhantes aos de seus pais (CARRATALÀ et al., 2011). Os comportamentos negativos (cobranças e reclamações com a arbitragem) anteriormente relatados, não somente atrapalham o trabalho dos professores, mas podem ter consequências negativas na formação dos valores e nas condutas que as crianças apresentarão durante as competições esportivas e no decorrer de sua vida.

“E a maior cobrança, não é nem do “eu interior”, são dos pais! Ah, eu vou tirar o menino do xxx porque ele não ganha nunca! E será que o que perde hoje não é o que ganha amanhã? Mas os pais não enxergam isto não, os pais querem ver que, tem que ganhar hoje e tem que ganhar amanhã também! [...] Eles acompanham muito mais

os filhos no período dos Jogos Escolares[...] Porque o meu filho está no banco? Porque não jogou? Porque ele não lutou na categoria de peso tal? O peso bom dele é este e não aquele; você mudou, meu filho é desta categoria e....todo o pai é técnico, não é”? (PROFESSOR 5)

“Quando a criança é da categoria de oito a doze anos eu vou chegar lá, sentar quieto. E quando é da categoria dos oito a doze anos, os pais não faltam aos jogos. É impressionante, os pais não faltam! Mas o pai vai para lá não é para assistir ao jogo não! O pai vai para cobrar, para falar com o filho, para gritar com o filho! Não é para assistir, dar um apoio. Porque eu concordo que um pai vá para um jogo...quando ele chega em casa ou onde ele estiver...- José você hoje não esteve bem no jogo. Você deixou de fazer isso, aquilo. Você pode melhorar nisso, você foi bom naquilo - Mas não, ele vai para brigar com o filho, para cobrar do filho. Acham que o filho é um atleta, porque todo mundo acha que o filho sabe jogar. Então ele vai para cobrar. Ele não viu o filho treinando na escola, ele não está vendo como o filho está participando e vai só para cobrar. [...] Porque nas aulas da gente ele não comparece, mas comparece na competição! E muitos meninos desses ficam com traumas, já aconteceu com meus ex-atletas! “Eu não quero que meu pai vá pro jogo, eu não quero que minha mãe vá pro jogo”. Porque existe a cobrança, e a cobrança ele não aceita! É muito cedo para haver essa cobrança. Então isso acontece muito aqui. [...] Ontem mesmo um pai partiu para dar no árbitro. Ele estava de fora, a bola não foi gol e ele partiu dizendo que foi gol, aquele negócio, para você ver! A criança, um filho vendo aquilo ali, olha a imagem que ele vai ter no futuro! De brigar, de questionar! Não pode ser assim!” (PROFESSOR 11)

Os depoimentos dos professores deixam claro que muitos pais ainda não percebem que o esporte infanto-juvenil deve ter por objetivo a formação integral dos participantes e que as suas atitudes e comportamentos podem influenciar de forma muito importante a maneira como o seu filho vai se relacionar com o esporte e com a atividade física. O excesso de cobrança, as reclamações com arbitragens e com os treinadores, podem inclusive fazer com que o seu filho se afaste do esporte. Filgueira e Schwartz (2007) investigaram a influência da presença dos pais e demais familiares na torcida durante partidas na iniciação do futsal. O estudo buscou identificar de que forma as crianças percebem a presença dos pais e a influência do comportamento da torcida no desempenho das crianças. Os resultados demonstraram que as crianças se sentem motivadas pela presença dos pais na torcida, no entanto, foi possível identificar aspectos negativos oriundos da cobrança e da desaprovação da torcida, bem como das críticas dos pais ao desempenho das crianças, do técnico e da arbitragem. Os autores (2007) apontam que é papel dos professores e treinadores trabalharem esta questão com as crianças e com os pais, fazendo-os entenderem a

importância do seu papel e da sua postura para motivar a participação e desenvolver o hábito da prática de esportes nos filhos. Percebe-se, desta forma, que os problemas ocasionados por pais durante os JEP não são diferentes dos encontrados em outras regiões. O desafio de todos (professores e organizadores das competições) é conseguir esclarecer os pais sobre a importância de sua presença na formação esportiva dos filhos e sobre a maneira como esta participação deve ocorrer (sem exercer pressão, respeitando árbitros, técnicos e adversários, não exagerando nas comemorações, etc.).

Ainda em relação aos pais dos atletas participantes dos JEP, os professores fizeram referência ao suporte dos pais durante o processo de formação esportiva, especialmente em relação à disponibilização de seu tempo nos finais de semana para que o filho participe de treinos ou competições. O professor 5 menciona que os pais, em sua grande maioria, estimulam fortemente a participação das crianças nos JEP, porém, em outras competições este estímulo não é percebido. Segundo o professor, a participação nos JEP é apoiada porque o filho está representando a escola, a presença nas demais competições não é estimulada, isto porque as competições ocorrem durante o final de semana, comprometendo parte do tempo de lazer das famílias. Ainda segundo o professor 5, na sua escola, com exceção do futsal, nas demais modalidades apenas 50% dos alunos convidados participam das competições.

Outra questão levantada pelo professor 11 sobre a forma como os pais participam do processo de formação esportiva dos filhos, diz respeito ao desempenho escolar e à participação nos treinamentos. O professor relata que seguidamente as crianças são afastadas do esporte devido ao baixo aproveitamento escolar. Na sua concepção, esta atitude é um grande equívoco. O professor entende que os pais deveriam buscar o apoio do esporte para a melhora do rendimento escolar e jamais retirar a criança do esporte.

“Agora, o maior problema dos jogos, ainda vejo, são os pais. Eu vejo assim, em todos aspectos. Nós estamos aqui, com um grupo formado hoje, aí a escola vai dar as notas das crianças. Se a criança tirar nota ruim, ele tira do esporte. Então nós como técnicos, a gente elaborou um sistema, um programa para aqueles atletas. Aí o filho vai mal na escola, eu sempre converso com os pais. Tudo bem, eu condeno. Eu aceito! Agora também tire o shopping, tire o computador.

Ele não tira, eles ficam, aí sabe o que é que eles dizem? “Vou penalizar meu filho porque ele gosta do esporte”. Será que essa criança não vai ter um trauma depois? Já aconteceu caso aqui de tirar do esporte e piorar a nota da escola, o rendimento da escola, e não são poucos casos não”! (PROFESSOR 11)

Nunomura e Oliveira (2014) apontam a dificuldade de entendimento entre pais e técnicos sobre o que deveria ser o suporte dado pelos pais na formação esportiva de seus filhos. Os autores (2014) mencionam que os técnicos tendem a dividir os comportamentos em dois perfis, o dos pais que participam em excesso, muitas vezes criticando e discutindo com os técnicos (se achando treinadores) e dos pais indiferentes, aqueles que não participam e não apoiam a vida esportiva dos filhos. É interessante perceber nos depoimentos dos professores que atuam nos JEP a ocorrência destes dois perfis de pais na cidade de Petrolina, pais que participam em excesso e pais ausentes durante a formação esportiva dos filhos. Nunomura e Oliveira (2014) entendem que é necessária a busca de uma maior harmonia entre pais e treinadores, consideram que a elaboração de um manual de conduta para os pais, talvez seja um passo importante para que se consiga desenvolver um equilíbrio entre a participação excessiva e a falta de apoio.

Em um dos artigos desenvolvidos para a sua tese de doutoramento, Coutinho (2014) fez uma revisão teórica sobre a influência da família e dos amigos na participação esportiva de crianças e jovens. Em relação ao papel dos familiares, o estudo relaciona três papéis principais dos pais durante a formação esportiva: o papel de intérpretes das experiências esportivas; o papel de promotores das experiências esportivas e o papel de modelos de aprendizagem. Enquanto intérpretes das experiências esportivas dos filhos, os pais com expectativas reais do desempenho, com crenças e valores positivos sobre a participação nos esportes, poderão gerar nos filhos bons níveis de motivação para a prática de esportes, boa percepção de competência e uma maior confiança em seu desempenho. O contrário é verdadeiro, pais com altas expectativas de resultados, com valores e crenças distorcidos sobre o esporte infanto-juvenil, poderão gerar nos filhos insegurança, falta de confiança na capacidade de desempenho e até mesmo fazer com que abandonem o esporte.

Percebe-se nos depoimentos dos professores 5, 6 e 11, que uma boa parcela dos pais que participam dos JEP, especialmente nas categorias abaixo dos 12 anos,

possuem valores e crenças equivocadas sobre o esporte infanto-juvenil. Utilizam o esporte de alto rendimento como parâmetro para as observações, o que os faz apresentar um comportamento que pode estar colaborando para o abandono do esporte e não com a manutenção desta prática (o que seria desejável). Outra questão fundamental, levantada pelo artigo, diz respeito ao papel de promotores das experiências esportivas, que vem a ser o apoio psicológico, financeiro e logístico para a participação dos filhos. Segundo o estudo (2014), este suporte é fundamental para que a criança tenha o contato inicial com o esporte e mantenha a prática ao longo dos anos. Por fim, o estudo relaciona que a observação das crianças sobre a quantidade de prática de esporte e o entusiasmo demonstrado pelos pais para com esta prática pode fazer com que ela internalize estes comportamentos, ou seja, filhos de pais fisicamente ativos apresentam a tendência de também serem envolvidos com a atividade física e o esporte. Percebe-se a partir do depoimento dos professores 5 e 11 que nem sempre ocorre este apoio, especialmente em termos de logística para a participação em competições e o acompanhamento dos treinos, o que pode comprometer o desenvolvimento da criança na modalidade.

4.9.6 O treinamento, o volume e a frequência da participação em competições.

Uma das categorias teórico-metodológicas fundamentais, estabelecidas por Marques (2004a), para que as competições sejam estruturantes do processo de educação e formação, é a necessidade de que as crianças e jovens participem de uma grande quantidade de atividades competitivas (jogos e competições menos formais, estruturadas a partir do estágio de desenvolvimento do participante), especialmente nas fases iniciais da preparação. A competição é o principal objetivo para que os treinamentos sejam realizados (BOMPA, 2002) e este treinamento se constitui no principal instrumento para a mobilização dos potenciais educacionais e funcionais do esporte (PLATONOV, 1988, 2002). Partindo destes pressupostos teóricos, questionamos os professores sobre a utilização de amistosos como forma de preparação das equipes para os JEP; sobre a quantidade de competições que a região oferece ao longo do ano e sobre quais os critérios utilizados para a definição da quantidade de competições que os seus atletas participam.

As respostas dos professores revelam uma situação paradoxal. Apesar da grande maioria dos professores considerarem os jogos e a disputa de amistosos uma excelente forma de preparação das equipes, muitos apontam que realizá-los não é uma tarefa simples. A principal dificuldade reside no fato de que muitos professores não aceitam participar de partidas amistosas por consideram que nelas seriam revelados os “segredos de suas equipes”. Este tipo de postura demonstra que alguns professores persistem utilizando a lógica, a estrutura e os valores das competições de alto rendimento para a categoria infanto-juvenil, algo que não deveria ocorrer (MARQUES, 1997; ADELINO; VIEIRA; COELHO, 1998), pois o sistema de competição é o elemento central da diferenciação entre o esporte de alto rendimento e o esporte infanto-juvenil (TSCHIENE, 1995, *apud* MARTIN et al, 2004, p. 427; MARQUES, 1998).

“A questão de amistosos é mais difícil, porque as mesmas equipes que participam dos Jogos Escolares, são as que a gente pode fazer o amistoso. Pelo menos da mesma idade, então se eu quiser fazer um amistoso, eu tenho que chamar uma equipe adulta. Aí fica bem difícil “! (PROFESSOR 1)

“Aí eu procuro uma equipe para vim treinar aqui, não querem vir. Veja o pensamento, como já disse no início. Nós temos que avançar muito em relação a isso. Eles acham que eu vou tirar proveito deles. Eles acham que a gente vai fazer uma leitura de jogo da sua equipe, para quando chegar nos jogos, armar a estratégia de minha equipe. É tipo uma armadilha, você joga aqui só para analisar o adversário! A percepção deles é somente essa. A minha, principalmente, é de ver o posicionamento da minha equipe. Da maturidade da equipe, em situação de jogar contra outras equipes. Meu pensamento é esse. É ver pessoas diferentes...mas eles acham que não”. (PROFESSOR 11)

O professor 2 considera que as partidas amistosas são uma ótima oportunidade para que se façam os ajustes na sua equipe antes dos JEP, porém, revela que devido ao pequeno número de escolas próximas da sua, ele costuma convidar equipes formadas na própria comunidade para realizar as partidas amistosas. A alternativa encontrada pelo professor 11 para a realização de amistosos é convidar equipes da cidade de Juazeiro/BA. No seu entender, a resistência dos professores de Petrolina em aceitarem disputar partidas amistosas está prejudicando o desenvolvimento do esporte na cidade, “[...] são poucos que querem vir treinar amistosos. Isso não ajuda, porque ninguém cresce! Se todo mundo participar, todo mundo vai crescer. Agora se

todo mundo não participar, ninguém cresce”.

O professor 3 considera que os amistosos são uma excelente forma de treinamento, principalmente quando se aproximam os períodos competitivos. Segundo ele, nos treinos na escola não existe a pressão, todos ficam à vontade. Nos amistosos o aluno representa a escola, enfrenta adversários que ele não conhece, algo que põe à prova suas reações aos momentos de pressão que ocorrem nas disputas das competições. No seu caso, não vê dificuldades para a realização dos amistosos. Ele acredita que esta facilidade ocorre porque existe uma grande amizade e respeito entre os professores, porém, ressalta que não realiza uma maior quantidade de amistosos devido à distância entre as escolas, o que torna difícil o deslocamento da equipe. O depoimento abaixo explicita a importância que os amistosos possuem na sua metodologia de trabalho com as equipes.

“Eu gosto de fazer assim, logo no início do ano eu faço um amistoso com uma equipe que eu considero tecnicamente melhor do que a minha. Já com o objetivo de perder! Eu faço já pensando nisso, para mostrar para eles que a gente tem que melhorar! Se eu entro com uma equipe fraca, e eu ganho, há uma tendência de relaxar! Então eu coloco uma equipe mais forte e digo, tem que treinar! Isso aqui oh, fulano de tal, nesta área aqui oh, tem que crescer aqui...aí vai treinando, quando chega em determinado período eu já coloco uma equipe que é do mesmo nível”. (PROFESSOR 3)

O professor 6 tem um posicionamento bem diferente dos demais em relação aos amistosos. Ele não costuma utilizar as partidas amistosas para o treinamento da sua equipe. Considera que o caráter oficioso do jogo (ausência de arbitragem) pode trazer mais problemas do que benefícios. Acredita que os amistosos somente são importantes nos casos em que o professor não tenha um grupo de atletas suficientemente numeroso para a realização de coletivos. Nos períodos próximos das competições o professor 6 costuma treinar os fundamentos técnicos e táticos específicos da sua equipe e também aumenta o tempo de duração dos coletivos.

Também questionamos os professores sobre a quantidade de competições que a região oferece para a categoria infanto-juvenil ao longo do ano e a forma como eles estabelecem o calendário competitivo de suas equipes. Os depoimentos indicam a existência de duas realidades em termos de calendário competitivo infanto-juvenil. Os

esportes coletivos têm uma grande carência de competições na região, os esportes individuais, especialmente o xadrez, possuem um maior calendário competitivo. Devido ao pequeno número de competições para os esportes coletivos, os professores destas modalidades procuram participar de todas as competições disponíveis. Os professores das modalidades esportivas individuais procuram adequar o calendário competitivo de forma que não comprometa os momentos de convívio e de lazer das famílias nos finais de semana.

“A gente tem uma copa na escola, para motivar eles. A gente tem no meio do ano os Jogos Salesianos, entre as escolas salesianas. Temos logo depois a Copa Sesc de xxx, que este ano não teve. São 4 competições. Se não tiver a copa no início do ano e não tiver a copa Sesc, como este ano, só tem 2 competições no ano. Então você passa o ano todo treinando para jogar duas vezes. E dependendo da categoria, só joga 2 vezes. Porque o feminino, às vezes só tem 2 equipes, aí você joga duas vezes. [...] É, você acaba não escolhendo, você participa de todas competições. Eu gosto de participar de todas. O pessoal: “Vai ter uma competição na escola tal” ... eu vou com a minha equipe! Eu gosto de estar participando, até para promover o esporte e para fazer com que os meninos vislumbrem outros ares, vejam outras pessoas, conheçam outras escolas... Isso eu acho interessante, muito interessante!” (PROFESSOR 1)

“[...] a gente está achando também que vem ocorrendo muitas competições de xadrez. Por exemplo, duas competições mensais, eu acho que é muito pesado assim. Aí eu já não penso mais nos alunos, penso nos pais. [...] Claro, nem todas as competições a gente vai priorizar, mas seria bom mensalmente participar de uma competição né? Acho assim fica bom demais”. (PROFESSOR 13)

Sabe-se que a competição e o treinamento formam o núcleo do modelo educativo do esporte (MARQUES 2004a; 2004b) auxiliando na construção dos valores, das condutas, das capacidades técnicas e táticas necessárias para que seja possível a prática das diferentes modalidades esportivas. Os depoimentos relatados a seguir demonstram as dificuldades e as limitações enfrentadas pelos professores de Petrolina no que diz respeito à quantidade de competições existentes na região.

“[...] o que dificulta um pouco, como eu havia falado, em relação ao basquete aqui em Petrolina, é a dificuldade em relação a quantidade de equipes. Como o número é reduzido e a gente vê o âmbito do futsal, que é bem maior, aí temos que adaptar, chegou ao caso de você colocar uma categoria menor para disputar contra categoria maior! Eu coloco menino de 12 anos para disputar com menino de 14, eu coloco menino de 12 anos para disputar com as

meninas [...]”. (PROFESSOR 12)

“Caso você perca na primeira fase, está fora. Normalmente o que acontece é que o time está alijado. Até para você continuar treinando, você tem que ser inteligente, você tem que vencer, ou você não continua. Esse é um dos grandes problemas. [...] Tem que se dar um jeito destes 15 dias de disputa dos JEP mudar, se transformar em forma de campeonato, para que ele seja mais longo, para que este aluno tenha mais tempo de competição, não é? Aqui, atualmente em Petrolina, na modalidade de futsal nós temos muitas competições. Muitas, vou retirar o termo muitas! Futsal nós temos hoje o JEP, Copa SESC e Copa Petrolina, só, ou seja, 3 competições o ano todo. Pouquíssimo! O mais longo é o JEP que demora 15 dias. Copa SESC parece que é 2 finais de semana; Copa Petrolina é 5 dias; durante o ano todo, um aluno vai jogar, se ele não for campeão, se ele for eliminado na primeira fase, vai jogar 6 jogos, 7 jogos, quando ele deveria jogar 3, 4 por mês. Então essa é uma dificuldade; e eu estou falando do esporte mais praticado aqui! Quando se trata das outras modalidades, aí é menos, e muito menos! Voleibol, só JEP, não tem outra competição... basquete, só JEP, e às vezes nem sequer time adversário tem. É muito complicado hoje, em número de competições! Para um menino de 15 anos acima, ele já pode participar de outras competições adultas. Aí já melhora, mas não é específico para ele, não é específico para escolar”. (PROFESSOR 6)

Percebe-se que a maioria das modalidades esportivas participantes dos JEP possui um reduzido calendário competitivo ao longo do ano. Sabendo-se que a criança não separa o esporte da competição (MARQUES 2004a), que a competição esportiva infanto-juvenil possui importantes funções na formação dos participantes (MARTIN; NICOLAUS; OSTROWSKI; ROST, 2004) e que, ao contrário do esporte de alto rendimento, no esporte infanto-juvenil se compete para treinar (MARQUES, 1998), esta realidade pode estar limitando o desenvolvimento do esporte infanto-juvenil na região. A diminuição do número de praticantes em algumas modalidades esportivas, mencionada pelos professores 6, 9 e 13, também pode estar relacionada à esta pequena oferta de competições, pois qual o sentido de praticar um esporte que não oferece oportunidades de confronto com outras equipes? Marques (2004a) estabelece que seja oportunizada uma grande quantidade de situações competitivas para as crianças, especialmente nas etapas iniciais de sua formação, desta forma, o reduzido número de competições esportivas ao longo do ano, juntamente com a dificuldade na realização de amistosos, são fatores que podem estar indicando que o potencial educativo e formativo do esporte e das competições não vem sendo aproveitados na sua plenitude na cidade de Petrolina.

4.10 CONSIDERAÇÕES FINAIS A RESPEITO DO MODELO DE COMPETIÇÃO REVELADO NOS JEP E SUA COLABORAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS PARTICIPANTES

No estudo que investigou o papel dos JEP na formação e educação das crianças e jovens da cidade de Petrolina, foi consensual entre os professores, a ideia de que a participação em competições auxilia na educação e formação integral dos participantes. Neste sentido, foram feitos relatos de que a participação nos JEP colabora com a redução do abandono escolar, aproxima estudantes de classes sociais muito díspares, melhora o aproveitamento escolar e o respeito com os colegas, professores e familiares.

Quando confrontados os posicionamentos e relatos dos professores a respeito dos JEP com o Modelo Teórico do Professor Antônio Marques (2004a), percebe-se que algumas características do esporte infanto-juvenil da região vão de encontro ao que o autor considera como categorias fundamentais para que a competição seja efetivamente um elemento fundamental para a educação e formação dos participantes. Marques (2004a) estabelece que é de suma importância que sejam oportunizadas um grande número de situações competitivas para as crianças, especialmente nas categorias iniciais. Foi possível observar que a grande maioria das modalidades que fazem parte do programa dos JEP possuem um calendário competitivo extremamente reduzido, fazendo com que muitos jovens treinem o ano inteiro para participarem de no máximo 4 competições.

As partidas amistosas, que poderiam suprir esta necessidade de aumento da oferta de situações competitivas, também não são realizadas com facilidade. Mesmo que alguns professores tenham relatado que a logística (transportar os alunos de uma escola para outra) dificulte a realização amistosas, o maior impedimento decorre do posicionamento, ainda existente em alguns professores, de considerar que os amistosos seriam utilizados para que os pontos fortes e fracos de suas equipes fossem “analisados”. Esta análise auxiliaria a montagem das estratégias de jogo dos adversários durante os JEP. Este comportamento revela que alguns profissionais de Educação Física que atuam nos JEP ainda entendem e organizam o processo competitivo de seus alunos a partir da lógica do esporte profissional, fato este que

pode estar limitando o desenvolvimento de suas equipes e da própria modalidade na região.

Respondendo a outra das categorias teórico-metodológicas do estudo, a organização e adequação das competições às capacidades e interesses dos participantes, foi possível perceber que o regulamento dos JEP é construído a partir do que está estabelecido nos Jogos Escolares de Pernambuco, nos Jogos da Juventude e do que é estabelecido pelos regulamentos das Confederações Esportivas das modalidades em disputa. O que diferencia o regulamento dos JEP aos regulamentos destas competições é a existência da categoria Pré-Mirim e a forma de arbitragem para esta categoria, especialmente durante as disputas das modalidades esportivas em que ocorrem contato físico. Durante os jogos, os árbitros explicam as marcações e não aplicam cartões aos participantes, no caso de ocorrer alguma infração mais grave, é solicitado o auxílio do treinador para resolver a questão (muitas vezes os alunos ficam um tempo fora do jogo para que o professor o oriente e para que ele se acalme). O fato dos JEP selecionarem os representantes de Petrolina para a disputa dos Jogos Escolares de Pernambuco acaba sendo um fator determinante para que o seu regulamento siga o que é estabelecido para as disputas das competições alvo. Em termos das condições logísticas para a disputa dos JEP e na organização dos JEP, ficou claro que nos últimos anos vem ocorrendo algumas alterações positivas nos locais de disputas, nas regras e nas dimensões das bolas, porém, sugestões de alterações em termos de dimensões dos espaços de disputa (quadras, tamanho do gol) e no formato da competição, não são implementadas por questões de logística e orçamentárias.

As vitórias e derrotas fazem parte de todo o processo competitivo, segundo os professores participantes do estudo, ambas são fundamentais para a educação e formação das crianças. Da mesma forma que Marques (2004a), os professores consideram as derrotas mais formativas do que as vitórias, entendem que é nas derrotas que são postos à prova valores como o respeito aos adversários e aos árbitros; o reconhecimento da superioridade do adversário e a noção de que as conquistas e a superação das limitações individuais somente acontecem através do empenho e da dedicação aos treinamentos. A reação frente às derrotas e as vitórias, na visão dos professores, devem ser trabalhadas e orientadas durante os

treinamentos, porém, entendem que a qualidade deste trabalho depende da formação de quem está à frente das equipes. Apontam, também, que professores que valorizam em excesso as vitórias, frequentemente exercem uma pressão exagerada sobre os alunos, o que não contribui para a formação dos mesmos, podendo até afastá-los da prática do esporte.

Em relação à pressão exercida sobre as crianças durante os JEP, uma questão que inicialmente não faria parte de nossa investigação é a participação dos pais durante os JEP. Porém, a frequência com que este tema foi abordado pelos professores fez com que ela passasse a ser mais uma categoria analisada. Foram recorrentes os comentários de que os pais, principalmente nas categorias de menor faixa etária, exercem muita pressão sobre os filhos e sobre a arbitragem, muitas vezes reclamando de forma veemente com os filhos, treinadores e com os árbitros. Outro problema relatado é que os pais que mais cobram seus filhos e se exaltam durante as competições, são aqueles que dificilmente acompanham os treinamentos ou estabelecem algum tipo de diálogo com os professores.

Como consequência deste tipo de atitude, algumas crianças participantes dos JEP passaram a não querer mais que os familiares acompanhassem os jogos e, em casos mais extremos, abandonaram a prática da modalidade. Por outro lado, também foi mencionada a existência de pais que não abrem mão do final de semana da família para dar suporte para o filho em uma competição esportiva. Percebe-se, assim, a necessidade de que os pais sejam melhor esclarecidos e conscientizados de sua função e do impacto de seus comportamentos durante a formação esportiva de seus filhos, comportamentos que podem pautar a maneira como as crianças se relacionarão com o esporte no futuro.

5. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos resultados obtidos nos três estudos que compõem essa tese que, respectivamente, respondem as três questões norteadoras da pesquisa, foi possível responder a questão central da investigação: Quais as contribuições dos JEP para a formação e educação dos jovens atletas?

Os JEP contribuem não apenas para a formação esportiva dos participantes, mas também com a construção e educação de valores, inerentes às competições esportivas, porém desejáveis em outros domínios da vida em sociedade. Entre eles destacam-se o “respeito às regras”, o “companheirismo”, o “prazer”, a “desportividade”, a “imagem pública”, a “tolerância”, o “ser justo”, a “autoestima”, o “ser vencedor” e a “realização pessoal”. Percebe-se através dos depoimentos dos pioneiros na organização dos JEP e nas fontes imagéticas, uma preocupação dos estudantes em representar bem as escolas através da disputa esportiva, do capricho e organização durante o desfile de abertura e da participação das torcidas, evidenciando a formação de valores como a “realização pessoal”, o “ser vencedor”, o “companheirismo”. A cerimônia de acendimento do fogo simbólico dos JEP e o juramento do atleta são momentos que remetem, de um lado ao cerimonial de abertura dos Jogos Olímpicos, de outro à importância dada à imagem do atleta vencedor pela sua competência atlética/esportiva e pelo respeito às regras do jogo e à disciplina durante as disputas desta competição escolar.

Na atualidade, todos os valores anteriormente relatados, desenvolvidos e formados durante os anos iniciais de disputa dos JEP, também se fazem presentes, porém, com um impacto diferente na formação e educação dos participantes. O crescimento da “autoestima” dos atletas e a sensação de “realização pessoal” são aspectos muito presentes durante os JEP com reflexos que vão muito além do ambiente esportivo. Os JEP se constituem para muitas crianças e adolescentes a oportunidade de saírem de seu bairro e um espaço para que os professores desenvolvam e trabalhem questões como a educação e o respeito às filas nas horas das refeições, a tolerância às frustrações (representadas pelas derrotas), e o companheirismo (proporcionado pelo relacionamento com os parceiros de equipe e no contato com as equipes adversárias durante o intervalo entre os jogos) e a

percepção de que com dedicação e esforço as dificuldades e limitações podem ser superadas.

Estes valores têm contribuído para a mudança de atitude de muitos atletas, expressos pela redução no abandono escolar, na maior tolerância entre os estudantes e na melhora no relacionamento familiar, percebidos pelos professores de outras disciplinas, pela direção das escolas e pelos familiares. Entendemos que foi possível perceber de forma muito clara a intenção e a efetiva colaboração dos JEP para a educação e formação dos participantes, porém, os estudos desenvolvidos revelaram o que, ao nosso ver, se constitui em algo que pode impedir o desenvolvimento potencial educacional das competições esportivas escolares em sua plenitude.

O regulamento dos JEP segue os princípios e orientações estabelecidas pela competição esportiva escolar de nível estadual e da nacional. Mesmo que os organizadores tenham autonomia para estabelecerem o regulamento dos JEP, nos parece irreal a ideia da criação de uma normatização competitiva que não siga o que estabelecem as Confederações Esportivas e as competições esportivas escolares de âmbito estadual e nacional. Desta forma, fez-se uma busca nos sites das Confederações Esportivas das modalidades disputadas nos JEP com o objetivo de identificar alguma iniciativa ou ação, visando orientar e estabelecer princípios para a organização das competições infanto-juvenis e escolares em cada uma das modalidades. Apenas a Confederação Brasileira de Atletismo disponibiliza no seu site orientações para a organização de uma competição adaptada aos estágios de desenvolvimento das crianças. Assim como ocorreu no Tênis, modalidade em que a sua Federação Internacional determinou as regras das competições das categorias até 10 anos de idade e a data em que elas deveriam começar a ser seguidas, as alterações mais profundas nos sistemas de disputa e nos regulamentos das competições (visando aumentar o seu potencial educacional e formativo) devem ser estabelecidas pelas entidades responsáveis pelo desenvolvimento das modalidades.

Nestes mais de 40 anos de existência dos JEP, é certo que ocorreram grandes progressos nas condições estruturais e organizacionais do evento, porém, percebe-se que o esporte escolar ainda segue carente de iniciativas por parte dos órgãos de fomento do esporte e das confederações esportivas, no sentido de capacitar

professores, organizar e promover competições esportivas que sejam instrumentos efetivos de educação e formação dos participantes.

A partir dos resultados, consideramos necessário elencar algumas limitações do estudo e sugestões para novas investigações sobre a temática. A primeira limitação do estudo foi a dificuldade na obtenção de documentos da época de criação dos JEP. Foram efetuadas buscas junto às escolas, órgãos governamentais e professores que participaram dos JEP na época de sua criação, porém não tivemos acesso às documentações. A carência de documentos, de certa forma, trouxe alguns prejuízos ao trabalho, que previa, inicialmente, que a análise dos dados e interpretações fosse realizada a partir da triangulação das fontes documentais, com as fontes imagéticas e fontes orais. Sendo assim, foi necessário interpretar e resgatar a história da criação dos JEP apenas a partir das fontes orais e imagéticas. Outro aspecto que pode ser considerado uma limitação diz respeito ao grau de especificidade do estudo, que obviamente não permite a generalização dos resultados obtidos em relação a outras competições realizadas em localidades diferentes. Apesar disso, entendemos que muitas das informações sobre a organização, potencialidades e carências dos JEP, podem auxiliar na promoção de competições esportivas mais adequadas aos participantes de forma geral.

Por fim, entendemos que uma das principais contribuições deste estudo para o conhecimento da área, foi a recuperação da história da criação de uma competição escolar com mais de 40 anos de existência. Em termos locais, este trabalho pode servir de estímulo para que novos elementos surjam e que o resgate da história dos JEP seja aprofundado. Para além da realidade local, este trabalho pode estimular o desenvolvimento de estudos históricos sobre a criação das competições escolares de outras regiões. Entendemos que outra contribuição do estudo foi a apresentação dos JEP desenvolvido na atualidade, do modelo de competição adotado, das suas características organizacionais, da sua influência na cultura esportiva da região (preparação, participação) e na sua efetividade como instrumento de educação e formação dos jovens de Petrolina. Os JEP foram e continuam sendo responsáveis pela educação e formação de várias gerações de pessoas em Petrolina. Além de ter revelado vários atletas de destaque, soubemos, a partir do contato com os professores que participaram do estudo, que foi a participação nos JEP que os estimulou a

escolherem a Educação Física como profissão. Além disso, consideramos que o trabalho pode oferecer elementos que auxiliem na organização de futuras competições esportivas escolares e, também, estimulem a realização de novos estudos que abordem a competição esportiva escolar.

REFERÊNCIAS

- ADELINO, J.; VIEIRA, J.; COELHO, O. Jovens no Desporto: Um Pódio para Todos. **Treino Desportivo**, Lisboa, v. 3, n. 2, p.19-32, 1998.
- ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 236 p.
- ARENA, S.S.; BÖHME, M.T.S. Federações esportivas e organização de competições para jovens. **Revista Brasileira de Ciências e Movimento**, v. 12, n.4, p. 45-50, 2004.
- BALYI, I. O desenvolvimento do praticante a longo prazo – sistemas e soluções. **Revista Treino Desportivo**, Lisboa, n. 23, p. 22-27, dez. 2003.
- BALBINOTTI, M. A., BENETTI, C., TERRA, P. R. S. Translation and validation of the Graham-Harvey survey for the brazilian context. *International Journal of Managerial Finance* v.3, n.1, p.26-48, 2006
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BELL, J. **Projeto de Pesquisa**: Guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- BENELI, L. M.; RODRIGUES, E. F.; MONTAGNER, P. C. Periodização do Treinamento Desportivo para Atletas da Categoria Infantil Masculino de Basquetebol. **Revista Treinamento Desportivo**, Campinas, v. 7, n. 1, p.29-35, 2006.
- BENTO, J. O. Desporto para crianças e jovens: das causas e dos fins In: GAYA, A.; MARQUES, A.; TANI, G. (Org.) **Desporto para Crianças e Jovens**. Razões e Finalidades. Porto Alegre, Editora da Ufrgs, 2004, Cap. 1, p. 21-56.
- BENTO, J. O. Do Desporto. In: TANI, G.; BENTO, J. O.; PETERSEN, R. D.S. **Pedagogia do Desporto**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. Cap. 2, p. 12-25.
- BENTO, J. O. Desporto e Princípio do Rendimento. In: TANI, G.; BENTO, J. O.; PETERSEN, R. D.S. **Pedagogia do Desporto**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. Cap. 5, p. 58-90.
- BÖHME, M. T. S.; RÉ, A. H. N. O Talento esportivo e processo de treinamento em longo prazo. In: DE ROSE JUNIOR, D. (Org.) **Esporte e Atividade Física na Infância e Adolescência**: Uma abordagem multidisciplinar. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009, Cap. 4, p. 61-71.
- BOMPA, T. O. **Periodização**: Teoria e Metodologia do Treinamento. São Paulo: Phorte, 2002.
- BRACHT, V. A criança que pratica esporte respeita as regras do jogo....capitalista. In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. v. 7, n.2, p.62-68, 1986.

BRACHT, V. Esporte, História e Cultura In: PRONI, M.W.; LUCENA, R.F. **Esporte: história e sociedade**. Campinas: Autores Associados, 2002. Cap. 8, p.191–205.

CAILLOIS, R. **Os Jogos e os Homens: A Máscara e a Vertigem**. Lisboa: Edições Cotovia, 1990.

CANDEIAS, J. Reflexões sobre o desporto de crianças e Jovens. Da organização à competição. In: Seminário Internacional Treino de Jovens “Os caminhos do Sucesso”, novembro de 1999, Lisboa, **Comunicações apresentadas**. Lisboa, p.49-58.

CARLI, G. C.; LUGUETTI, C. N.; RÉ, A. H. N.; BÖHME, M. T. S. Efeito da idade relativa no futebol. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Brasília, v. 3, n. 17, p.25-31, nov. 2009.

CARRATALÀ, V. et al. Percepción del entorno deportivo juvenil por deportistas, padres, entrenadores y gestores. **Revista de Psicología del Deporte**, Barcelona, v. 20, n. 2, p.337-352, 2011.

CASSEP-BORGES, V.; TEODORO, M.L.M. Propriedades psicométricas da versão brasileira da escala triangular do amor de Sternberg. *Psicologia:Reflexão e Crítica*, v. 20, n.3, p.513-522, 2007.

CASSEP-BORGES, V.; BALBINOTTI, M. A. A.; TEODORO, M. L. M. Tradução e Validação de Conteúdo: uma proposta para a adaptação de instrumentos. In: PASQUALI, L. (Org.). **Instrumentação Psicológica: fundamentos e práticas**. Porto Alegre: Artmed, 2010. Cap. 24. p. 506-520.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação Física no Brasil: história que não se conta**. 3 ed. Campinas: Papyrus, 1991.

CORRÊA, A. J. et al. O Esporte brasileiro entre dilemas epistemológicos: da acusação à busca por absolvição. **Revista Brasileira de Ciências e Movimento**, Brasília, v. 22, n. 3, p.118-125, 2014.

COUTINHO, P. A. S. **O Percurso para a Excelência no Desporto: Estudo Retrospectivo de Fatores de Treino e Psicossociais em Voleibolistas Portugueses**. 2014. 199 f. Tese (Doutorado) - Faculdade do Desporto, Universidade do Porto, Porto, 2014. Cap. 6.

DAMÁSIO, L.; SERPA, S. O treinador no desporto infanto-juvenil. **Revista “Treino Desportivo-Especial”**, Lisboa, n. 3, p. 41-44, Novembro de 2000.

DANTAS JUNIOR, H. S. Jogos da Primavera do estado de Sergipe: a esportivização entre a tradição e o espetáculo (1946 - 1967). **Esporte e Sociedade**, v. 6, p.1-24, 2007.

DARIDO, S. C.; SANCHES NETO, L. O Contexto da Educação Física na Escola. In: DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. **Educação Física na Escola: Implicações para a prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. Cap. 1, p. 1-24.

DE ROSE JR., D. Esporte, competição e estresse: implicações na infância e adolescência. In: DE ROSE JÚNIOR, D. (Org.) **Esporte e atividade física na infância e adolescência**: Uma abordagem multidisciplinar. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. Cap. 7, p. 103-114.

DIXON, N. Sport, Parental Autonomy, and Children's Right to an Open Future. **Journal of the Philosophy of Sport**, n. 34, p. 147-159, 2007.

EDWARDSON, C. L.; GORELY, T. Parental influences on different types and intensities of physical activity in youth: a systematic review. **Psychology of Sport and Exercise**, v. 11, n. 6, p.522-535, 2010.

ERTHAL, T. C. **Manual de Psicometria 7ª d.**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

FACAL, R. Hacia um modelo científico del entrenamiento juvenil. *Revista Stadium*, Buenos Aires, n. 140, p. 41-44, 1990.

FERRAZ, O. L. O esporte, a criança e o adolescente: Consensos e divergências. In: DE ROSE JUNIOR, D. (Org.) **Esporte e Atividade Física na Infância e Adolescência**: Uma abordagem multidisciplinar. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009, Cap. 3, p. 45-59.

FERREIRA, J. M. S. **Influência do Efeito da Idade Relativa no Desporto Escolar**: Estudo centrado na distribuição das datas de nascimento dos participantes em fases nacionais das edições 2008-20011. 2011. 43 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação Física, Universidade de Trás-os-montes e Alto Douro, Vila Real - Portugal, 2011.

FILGUEIRA, F. M.; SCHWARTZ, G. M. Torcida Familiar: a complexidade das inter-relações na iniciação esportiva ao futebol. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, Porto, v. 7, n. 2, p.245-253, 2007.

FILIN, V. P. **Desporto Juvenil**: teoria e metodologia. 1ª ed.,Londrina: Centro de Informações Desportivas, 1996.

FLICK, U. **Desenho da Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLICK, U. **Qualidade na Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRASER-THOMAS, J.; CÔTÉ, J.; DEAKIN, J. Understanding dropout and prolonged engagement in adolescent competitive sport. **Psychology of Sport and Exercise**, v. 9, n. 5, p.645-662, set. 2008.

GAYA, A.; TORRES, L. O esporte na infância e adolescência: Alguns Pontos Polêmicos. In: GAYA, A.; MARQUES, A.; TANI, G. (Org.) **Desporto para Crianças e Jovens**. Razões e Finalidades. Porto Alegre, Editora da Ufrgs, 2004, Cap. 2, p. 57-74.

- GAYA, A.; GAYA, A. O Esporte como manifestação da Cultura Corporal do Movimento. In: NASCIMENTO, J.V.; RAMOS, V.; TAVARES, F. (Org.). **Jogos Desportivos: formação e investigação**. Florianópolis: Udesc, 2013. Cap. 2. p. 41-55.
- GIBBS, G. **Análise de Dados Qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GOMES, A. C. **Treinamento Desportivo: Estrutura e Periodização**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GONÇALVES, C.E. Desporto infanto-juvenil e educação moral -situação, constrangimentos e perspectivas. **Treino Desportivo Especial**, n. 6, p.68-74, 2004.
- GONÇALVES, G.H.T. **A competição de tênis como modelo de educação e formação de crianças: o caso das categorias até 10 anos**. 2014. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências do Movimento Humano, Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- GHIRALDELLI JUNIOR, P. **Educação Física Progressista: A Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos e a Educação Física Brasileira**. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.
- HAHN, E. **Entrenamiento con niños**. 1. ed. Barcelona: Ediciones Martínez Roca, 1988.
- HIRAMA, L. K.; MONTAGNER, P. C. Competição em esportes: “ingrediente” para uma proposta formativa. In: REVERDITO, R. S.; SCAGLIA, A. J.; MONTAGNER, P. C. (Org.). **Pedagogia do Esporte: Aspectos conceituais da competição e estudos aplicados**. São Paulo: Phorte, 2013. Cap. 11. p. 315-342.
- HUIZINGA, J. *Homo Ludens*. 4. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.
- JUCHEM, L. Motivação à prática regular de atividades físicas: um estudo sobre tenistas brasileiros infanto-juvenis. 101p. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Escola de Educação Física, UFRGS, Porto Alegre, 2006.
- KEEGAN, R. J. et al. A qualitative investigation exploring the motivational climate in early career sports participants: Coach, parent and peer influences on sport motivational. **Psychology of Sport and Exercise**, n. 10, p.361-372, 2009.
- KERR, G. A.; STIRLING, A. E. Child Protection in Sport: Implications of the Athlete-Centered Philosophy. **Quest**, n. 60, p. 307-323, 2008.
- KORSAKAS, P. O esporte infantil: As possibilidades de uma prática educativa. In: DE ROSE JUNIOR, D. (Org.) **Esporte e Atividade Física na Infância e Adolescência: Uma abordagem multidisciplinar**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009, Cap. 4, p. 61-71.
- LIMA, T. **Alta Competição: Desporto de Dimensões Humanas?** Lisboa: Livros Horizonte, 1981.

LIMA, T. Alcance educativo da competição. **Desporto e Sociedade: Antologia de Textos**, Lisboa, p.03-28, 1987.

LUCAS, M. P.; PEREIRA, B.; MONTEIRO, A. O. Deporto Escolar: Uma construção a partir dos valores. In: LUCAS, M. P. (Org.) **Atividade Física, Saúde e Lazer: o valor formativo do jogo e da brincadeira**. Minho: Universidade do Minho, p. 153-165, 2012.

LUGUETTI, C. N.; BASTOS, F. C.; BÖHME, M. T. S. Gestão de práticas esportivas escolares no ensino fundamental no município de Santos. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 25, n.2, p. 237-249, 2011.

MAROTI, S.; GOINA, M. Child Rights ant the Elite Sport. **Science, Movement and Health**, v.9, n. 2, p. 220-223, 2009.

MARQUES, A. A periodização do treino em crianças e jovens. Resultados de um estudo nos centros experimentais de treino da Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto. In: Bento J.; Marques A. (Org.) **A Ciência do Desporto, a Cultura e o Homem**. Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto, Câmara Municipal do Porto, 1993, p. 243-258.

MARQUES, A. T. A Preparação Desportiva de Crianças e Jovens: O Sistema de Competições. In: GUEDES, Onacir Carneiro. **Atividade Física: Uma abordagem multidimensional**. João Pessoa: Idéia, 1997. p. 157-169.

MARQUES A. Crianças e Adolescentes Atletas: entre a Escola e os Centros de Treino ... entre os Centros de Treino e a Escola! In: **Seminário Internacional - Treino de Jovens**. Lisboa: Centro de Estudos e Formação Desportiva, 1998, p.17-30.

MARQUES, A.; OLIVEIRA, J. O treino dos jovens desportistas. Actualização de alguns temas que fazem a agenda do debate sobre a preparação dos mais jovens. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, Porto, vol. 1, n.1, p. 130-137, 2001.

MARQUES, A. T.; OLIVEIRA, J. O Treino e a Competição dos mais Jovens: Rendimento versus saúde. In: BARBANTI, Valdir José et al. **Esporte e Atividade Física: Interação entre Rendimento e Saúde**. Barueri: Editora Manole, 2002. Cap. 4, p. 51-80.

MARQUES, A. T. Fazer da Competição dos mais Jovens um Modelo de Formação e Educação. In: GAYA, A.; MARQUES, A.; TANI, G. (Org.) **Desporto para Crianças e Jovens. Razões e Finalidades**. Porto Alegre, Editora da Ufrgs, 2004, Cap. 3, p. 75-96.

MARQUES, A. T. O Desporto como modelo educativo: Uma pedagogia do esforço, uma cultura da exigência. In: **Educação pelo Desporto: Realidade ou Utopia**. Lisboa: Instituto de Desporto de Portugal, 2004. p. 7-16.

MARQUES, A. T. Desporto: Ensino e Treino. In: TANI, G.; BENTO, J. O.; PETERSEN, R. D. S. **Pedagogia do Desporto**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. Cap. 12, p. 142-153.

MARQUES, R. F. R. et al. Formação de jogadores profissionais de voleibol: relações entre atletas de elite e a especialização precoce. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 28, n.2, p. 293-304, 2014.

MARTIN, D.; NICOLAUS, J.; OSTROWSKI, C.; ROST, K. **Metodología General del Entrenamiento Infantil y Juvenil**. Barcelona: Paidotribo, 2004.

MATVEEV, L. P. **Preparação Desportiva**. Londrina: Centro de Informações Desportivas, 1996.

MELO, V. A. Porque devemos estudar história da Educação Física/Espportes nos cursos de Graduação? **Motriz**, v. 3, n. 1, p.56-61, 1997.

MONTEIRO, A. O.; BRAUNER, M. G.; LOPES FILHO, B. J. P. O desempenho esportivo: um mosaico de valores, sentidos e significados. **Movimento**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.541-567, 2014.

MILISTEDT, M.; MESQUITA, I.; NASCIMENTO, J. V. N.; Sobrinho; SOUZA SOBRINHO, A. E. P. Concepções dos treinadores acerca do papel da competição na formação desportiva de jovens jogadores de voleibol. **Revista da Educação Física**, Maringá, v. 19, n. 2, p.151-158, 2008.

NISTA-PICCOLO, V. L.; NUNOMURA, M. Os Jogos Olímpicos na Perspectiva da Pedagogia do Esporte no Brasil. In: MOREIRA, W. W.; BENTO, J. O. (Org.). **Citius, Altius, Fortius: Brasil, Esportes e os Jogos Olímpicos**. Belo Horizonte: Casa da Educação Física, 2014. p. 171-208.

NUNOMURA, M.; OLIVEIRA, M. S. A participação dos pais na carreira das atletas femininas de ginástica artística: a perspectiva dos técnicos. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 28, n. 1, p.125-134, 2014.

PACHARONI, R. et al. Efeito da idade relativa no tênis. **Revista Brasileira de Ciências e Movimento**, Brasília, v. 22, n.3, p. 111-117, 2014.

PAES, R.R. Pedagogia do esporte: especialização esportiva precoce. In: TANI, G.; BENTO, J.O.; PETERSEN, R.D. (Org.). **Pedagogia do Desporto**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, p.219-226, 2006.

PENNA, E. M. et al. EFEITO DA IDADE RELATIVA NO FUTSAL DE BASE DE MINAS GERAIS. **Revista Brasileira de Ciências e Esporte**, Florianópolis, v. 34, n. 1, p.41-51, 2012.

PLATONOV, V. N. **El Entrenamiento Deportivo, Teoría y Metodología**. Barcelona: Paidotribo, 1988.

PLATONOV, V. N. **Teoria Geral do Treinamento Desportivo Olímpico**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

POCHMANN, M.; AMORIM, R. (Org.). A geografia nacional da exclusão social. In: POCHMANN, M.; AMORIM, R. **Atlas da Exclusão Social no Brasil**. 2ª São Paulo: Cortez, 2003. Cap. 2, p. 21-34.

RÉ, A. H. N.; DE ROSE JUNIOR, D.; BÖHME, M. T. S. Stress e nível competitivo: considerações sobre jovens praticantes de futsal. **Revista Brasileira de Ciências e Movimento**, Brasília, v. 12, n. 4, p.83-87, 2004.

REVERDITO, R. S.; SCAGLIA, A. J. ; SILVA, S. A. D.; GOMES, T. M. R.; PESUTO, C. L.; BACCARELLI. Competições Escolares: reflexão e ação em Pedagogia do Esporte para fazer a diferença na escola. **Revista Motriz**, n11, v. 1, p.37-45, jan./jul. 2008.

REVERDITO, R. S.; SCAGLIA, A. J.; PAES, R. R. Pedagogia do esporte: panorama e análise conceitual das principais abordagens. **Revista Motriz**, Rio Claro, v.15, n. 3, p.600-610, jul./set., 2009.

REVERDITO, R. S.; SCAGLIA, A. J.; PAES, R. R. Pedagogia do Esporte: conceito e cenário contemporâneo. In: REVERDITO, R. S.; SCAGLIA, A. J.; MONTAGNER, P. C. (Org.). **Pedagogia do Esporte: Aspectos conceituais da competição e estudos aplicados**. São Paulo: Phorte, 2013. Cap. 1. p. 19-39.

REVERDITO, R. S.; SCAGLIA, A. J.; Competições Escolares: reflexão e ação fazendo diferença nas escolas. In: REVERDITO, R. S.; SCAGLIA, A. J.; MONTAGNER, P. C. (Org.). **Pedagogia do Esporte: Aspectos conceituais da competição e estudos aplicados**. São Paulo: Phorte, 2013. Cap. 9. p. 237-258.

ROST, K. As Competições no Desporto Juvenil. **Treino Desportivo**, Lisboa, p.3-10, jul. 1997.

SÁNCHEZ, D. B. A Modo de introdución. In: SANCHEZ, Domingo Blázquez. (Org.) **La Iniciación Deportiva y el Deporte Escolar**. 4. ed. Barcelona: Inde, 1999. Cap. 1, p. 19-46.

SANTANA, W. C. Pedagogia do Esporte na Infância e Complexidade. In: PAES, R. R.; BALBINO, H. F. (Org.). **Pedagogia do Esporte: Contextos e Perspectivas**. São Paulo: Guanabara Koogan, 2005. Cap. 1. p. 01-23.

SAWITZKI, R. L. Esporte Escolar: aspectos pedagógicos e de formação humana. **Motrivivência**, Florianópolis, n. 31, p.132-142, 2008.

SCAGLIA, A. J.; MONTAGNER, P. C.; SOUZA, A. J. Pedagogia da competição em esportes: da teoria à busca de uma proposta prática escolar. **Motus Corporis**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 20-30, 2001.

SCAGLIA, A.; GOMES, R. M. O jogo e a competição: investigações preliminares. In: VENÂNCIO, S.; FREIRE, J. B. (Org.) **O jogo dentro e fora da escola**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. Estudo 7, p.139-156.

SIEDENTOP, D. Junior Sport and the Evolution of Sport Cultures. **Journal of Teaching in Physical Education**, n. 21, p.392-401, 2002.

SILVA FILHO, F. J. et al. Critérios para a detecção e seleção de jovens atletas de basquetebol na cidade de São Paulo. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 10, n. 2, p.64-73, 2011.

SIMÕES, A. C.; BÖHME, M. T. S.; LUCATO, S. A participação dos pais na vida esportiva dos filhos. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, v. 13, n. 1, p.34-45, 1999.

SOARES, F. C.; MONTAGNER, P. C.. A OCESP e o discurso da Educação Física sobre a competição escolar. In: REVERDITO, R. S.; SCAGLIA, A. J.; MONTAGNER, P. C. (Org.). **Pedagogia do Esporte: Aspectos Conceituais da Competição e Estudos Aplicados**. São Paulo: Phorte, 2013. Cap. 10. p. 237-258.

SOUZA JÚNIOR, M. B. M.; MELO, M. S. T.; SANTIAGO, M. E. A análise de conteúdo como forma de tratamento dos dados numa pesquisa qualitativa em Educação Física escolar. **Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 03, p.31-49, 2010.

STAKE, R. E. **Pesquisa Qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre: Penso, 2011.

TABORDA DE OLIVEIRA, M. A. O esporte como conteúdo privilegiado das aulas de Educação Física nos anos da ditadura militar (1971-1984): o que têm a nos dizer os professores escolares? In: III Congresso Brasileiro de História da Educação, 2004, Curitiba. A educação escolar em perspectiva histórica, 2004. v. 1. p. 1-12.

TABORDA DE OLIVEIRA, M. A. Esporte e política na ditadura militar brasileira: a criação de um pertencimento nacional esportivo. **Movimento**, Porto Alegre, v. 18, n. 04, p.155-174, 2012.

TANI, G. A criança no esporte: implicações da iniciação esportiva precoce. In: KREBS, R. J. et al. (Org.) **Desenvolvimento infantil em contexto**. Florianópolis: Ed. da UDESC, 2001. p.101-113.

THIESS, G.; LÜHNENSCHLOSS, D.; WILLE, U. La Competición Deportiva. In: THIESS, G.; TSCHIENE, P.; NICKEL, H. (Org.) **Teoría y Metodología de La competición Deportiva**. Barcelona: Paidotribo, 2004. Cap. 1, p. 9-67

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de Pesquisa em Atividade Física**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012. 478 p.

TRAPÉ, Á. A. et al. Estresse em jovens atletas de voleibol e alunas do ensino médio. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 10, n. 2, p.32-48, 2011.

TSCHIENE, P. En Favor de una Teoría del Entrenamiento Juvenil. **Revista Stadium**, Buenos Aires, n. 143, out. 1990, p. 18-28.

VARGAS, F. S. Valores Educativos del Deporte. In: SANCHEZ, Domingo Blázquez. (Org.) **La Iniciación Deportiva y el Deporte Escolar**. 4. ed. Barcelona: Inde, 1999. Cap. 2, Parte II, p. 61-75.

VARGAS, F. S. La educación en valores a través de la iniciación deportiva. In: SANCHEZ, Domingo Blázquez. (Org.) **La Iniciación Deportiva y el Deporte Escolar**. 4. ed. Barcelona: Inde, 1999. Cap. 4, Parte II, p. 95-112.

VERKHOSHANSKI, Y. Os Horizontes de uma teoria e metodologia científica do treinamento esportivo. *Revista Digital*, Buenos Aires, ano 7, n. 34, abril de 2001. Disponível em: <http://www.efdeportes.com>

VILTE, E.; CARBALLO, E. El Niño a la luz de la ciencia del deporte. **Revista Stadium**, Buenos Aires, n. 134, p. 6-12, abril 1989.

WEBER, R. Protection of Children in Competitive Sport: Some Critical Questions for London 2012. **International Review for the Sociology of Sport**. v.44, n.1, p 55-69, 2009.

WEINECK, J. **Treinamento Ideal**. 9. ed. São Paulo: Manole, 1999.

ZAKHAROV, A. **Ciência do Treinamento Desportivo**. Rio de Janeiro: Palestra, 1992.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO DA INSTITUIÇÃO (Estudo Histórico)

Vimos, por meio deste, solicitar a concordância para realizar um estudo com os professores de Educação Física de sua instituição, devido à contribuição que os conhecimentos e experiências dos docentes, dos dados e documentos relativos aos Jogos Escolares de Petrolina (fotos, fichas de inscrições, relatórios, etc), pertencentes à instituição, podem agregar ao trabalho intitulado “Contribuições das Competições Esportivas para a Formação e Educação de Crianças e Jovens: O Caso dos Jogos Escolares de Petrolina”. Pretende-se neste estudo identificar como se constituiu o processo histórico de criação dos Jogos Escolares da cidade de Petrolina/PE e identificar as contribuições dos Jogos Escolares de Petrolina para a formação e educação dos jovens participantes.

O estudo pretende recuperar a história da criação destes jogos, não apenas pelo aspecto de preservação da memória esportiva do país, mas, também, porque uma pesquisa desta natureza permite refletir sobre a contribuição destes jogos enquanto fenômeno cultural e educacional. Pretende, também, identificar as contribuições destes jogos para a formação e educação dos jovens participantes. A pesquisa faz parte da Tese de Doutorado da Prof. Luciano Juchem (87 96072619 / 87 30352571) e tem como responsável o Prof. Dr. Carlos Adelar Abaide Balbinotti (51 9999-4957) do Programa de Pós Graduação em Ciências do Movimento Humano da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Concordando em participar deste estudo, o pesquisador realizará com o docente uma entrevista com roteiro elaborado. Esta participação é muito importante para que possamos recolher informações importantes, a partir da visão de quem participa como professor durante as competições ou tem alguma relação com a criação e desenvolvimento dos Jogos Escolares da cidade de Petrolina. O estudo não envolve atividades de riscos nem procedimentos invasivos, sua elaboração foi fundamentada na resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Cabe ressaltar que os riscos decorrentes da participação na pesquisa são comparáveis aos riscos da vida cotidiana. O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS – CEP/UFRGS - sob o número de protocolo 271526. Por se tratar de um estudo histórico, os dados da instituição, materiais e documentos disponibilizados para o estudo serão utilizados na tese e demais materiais acadêmicos e de pesquisa.

A instituição e os participantes são livres para recusar sua participação ou retirar o seu consentimento, a qualquer fase do estudo, sem penalização ou prejuízo algum. Não será disponibilizada nenhuma compensação financeira decorrente da sua participação no estudo. Qualquer dano causado diretamente da sua participação no estudo será indenizado conforme estabelece a lei. O Professor Luciano Juchem estará prestando assistência durante a realização da entrevista, bem como estará à disposição para esclarecer qualquer dúvida em todos os momentos do estudo (antes, durante e depois) pelo telefone ou pelo e-mail: (87 96072619/ 87 30352571); lucianojuchem@hotmail.com. Além dele, o orientador da pesquisa, Prof. Doutor Carlos Adelar Abaide Balbinotti (51 99994957) também estará à sua disposição para qualquer dúvida em relação presente estudo. Se em algum momento da pesquisa a instituição sentir-se prejudicada ou negligenciada em seus direitos, poderá recorrer ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEP-UFRGS), pelo telefone 51 33083629.

Serão feitas duas vias deste termo de consentimento, uma ficará com o pesquisador e outra ficará com a instituição participante. A assinatura neste termo de consentimento indica que a instituição entendeu satisfatoriamente as informações acerca da participação na pesquisa e que concorda que seus docentes participem. De forma alguma esse consentimento faz a instituição renunciar aos seus direitos legais, e nem libera os pesquisadores de suas responsabilidades pessoais ou profissionais.

Nome e Assinatura do responsável pela instituição

Assinatura do pesquisador: Prof. Luciano Juchem

Local e Data

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Estudo Histórico)

Convidamos o senhor, como voluntário, a participar deste estudo, devido à contribuição que os seus conhecimentos e experiências podem agregar ao trabalho intitulado “Contribuições das Competições Esportivas para a Formação e Educação de Crianças e Jovens: O Caso dos Jogos Escolares de Petrolina”. Pretende-se neste estudo identificar como se constituiu o processo histórico de criação dos Jogos Escolares da cidade de Petrolina/PE e identificar as contribuições dos Jogos Escolares de Petrolina para a formação e educação dos jovens. O estudo pretende recuperar a história da criação destes jogos, não apenas pelo aspecto de preservação da memória esportiva do país, mas, também, porque uma pesquisa desta natureza permite refletir sobre a contribuição destes jogos enquanto fenômeno cultural e educacional. Pretende, também, identificar as contribuições destes jogos para a formação e educação dos jovens participantes. Concordando em participar deste estudo, o pesquisador realizará com o senhor uma entrevista com roteiro elaborado. Sua participação é muito importante para que possamos recolher informações importantes, a partir da visão de quem vivencia ou tem alguma relação com a criação, desenvolvimento e direção de equipes participantes dos Jogos Escolares da cidade de Petrolina.

O estudo não envolve atividades de riscos nem procedimentos invasivos, sua elaboração foi fundamentada na resolução 466/2012. Cabe ressaltar que os riscos decorrentes da sua participação na pesquisa são comparáveis aos riscos da vida cotidiana. O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS – CEP/UFRGS - sob o número de protocolo 271526. Por ser um estudo histórico e devido à importância do seu conhecimento sobre o processo histórico da criação dos Jogos Escolares de Petrolina, o seu nome ou o material disponibilizado para o estudo serão publicados junto à Tese e demais materiais acadêmicos e de pesquisa.

O senhor é livre para recusar sua participação ou retirar o seu consentimento, a qualquer fase do estudo, sem penalização ou prejuízo algum. Não será disponibilizada nenhuma compensação financeira decorrente da sua participação no estudo. Qualquer dano causado diretamente da sua participação no estudo será indenizado conforme estabelece a lei. O Professor Luciano Juchem estará prestando

assistência durante a realização da entrevista, bem como estará à disposição para esclarecer qualquer dúvida em todos os momentos do estudo (antes, durante e depois) pelo telefone ou pelo e-mail: (87 96072619/ 87 30352571); lucianojuchem@hotmail.com. Além dele, o orientador da pesquisa, Prof. Doutor Carlos Adelar Abaide Balbinotti (51 99994957) também estará à sua disposição para qualquer dúvida em relação presente estudo. Se em algum momento da pesquisa você se sentir prejudicado ou negligenciado em seus direitos poderá recorrer ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEP-UFRGS), pelo telefone 51 33083629.

Serão feitas duas vias deste termo de consentimento, uma ficará com o pesquisador e outra ficará com o entrevistado. A sua assinatura neste termo de consentimento indica que você entendeu satisfatoriamente as informações a cerca de sua participação na pesquisa e que você concorda em participar e permite a publicação de seu nome junto à Tese e demais materiais acadêmicos e de pesquisa. De forma alguma esse consentimento lhe faz renunciar aos seus direitos legais, e nem libera os pesquisadores de suas responsabilidades pessoais ou profissionais.

Nome e Assinatura do participante da Pesquisa

Assinatura do pesquisador: Prof. Luciano Juchem

Local e Data

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO DA INSTITUIÇÃO

Vimos, por meio deste, solicitar a concordância para realizar um estudo com os professores de Educação Física de sua instituição, devido à contribuição que os conhecimentos e experiências dos docentes podem agregar ao trabalho intitulado “Contribuições das Competições Esportivas para a Formação e Educação de Crianças e Jovens: O Caso dos Jogos Escolares de Petrolina”. Pretende-se neste estudo identificar como se constituiu o processo histórico de criação dos Jogos Escolares da cidade de Petrolina/PE e identificar as contribuições dos Jogos Escolares de Petrolina para a formação e educação dos jovens participantes. O estudo pretende recuperar a história da criação destes jogos, não apenas pelo aspecto de preservação da memória esportiva do país, mas, também, porque uma pesquisa desta natureza permite refletir sobre a contribuição destes jogos enquanto fenômeno cultural e educacional. Pretende, também, identificar as contribuições destes jogos para a formação e educação dos jovens participantes. A pesquisa faz parte da dissertação de doutorado da Prof. Luciano Juchem (87 96072619 / 87 30352571) e tem como responsável o Prof. Dr. Carlos Adelar Abaide Balbinotti (51 9999-4957) do Programa de Pós Graduação em Ciências do Movimento Humano da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Concordando em participar deste estudo, o pesquisador realizará com o docente uma entrevista com roteiro elaborado. Esta participação é muito importante para que possamos recolher informações importantes, a partir da visão de quem participa como professor durante as competições ou tem alguma relação com a criação e desenvolvimento dos Jogos Escolares da cidade de Petrolina. O estudo não envolve atividades de riscos nem procedimentos invasivos, sua elaboração foi fundamentada na resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Cabe ressaltar que os riscos decorrentes da participação na pesquisa são comparáveis aos riscos da vida cotidiana. O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS – CEP/UFRGS - sob o número de protocolo 271526.

Os dados da instituição e dos participantes serão confidenciais, seus nomes ou os materiais disponibilizados para o estudo não serão liberados sem permissão por escrito, exceto se exigido por lei. As instituições e os participantes do estudo não serão identificados em nenhuma publicação que possa resultar deste trabalho, a não ser que solicitem e permitam esta identificação.

A instituição e os participantes são livres para recusar sua participação ou retirar o seu consentimento, a qualquer fase do estudo, sem penalização ou prejuízo algum. Não será disponibilizada nenhuma compensação financeira decorrente da sua participação no estudo. Qualquer dano causado diretamente da sua participação no estudo será indenizado conforme estabelece a lei.

O Professor Luciano Juchem estará prestando assistência durante a realização da entrevista, bem como estará à disposição para esclarecer qualquer dúvida em todos os momentos do estudo (antes, durante e depois) pelo telefone ou pelo e-mail: (87 96072619/ 51 30352571); lucianojuchem@hotmail.com. Além dele, o orientador da pesquisa, Prof. Doutor Carlos Adelar Abaide Balbinotti (51 99994957) também estará à sua disposição para qualquer dúvida em relação presente estudo. Se em algum momento da pesquisa a instituição sentir-se prejudicada ou negligenciada em seus direitos, poderá recorrer ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEP-UFRGS), pelo telefone 51 33083629.

Serão feitas duas vias deste termo de consentimento, uma ficará com o pesquisador e outra ficará com a instituição participante. A sua assinatura neste termo de consentimento indica que ocorreu o entendimento das informações à cerca da participação na pesquisa e que houve concordância na participação. De nenhuma forma esse consentimento lhe faz renunciar aos seus direitos legais, e nem libera os pesquisadores de suas responsabilidades pessoais ou profissionais.

Nome e Assinatura do participante da Pesquisa

Assinatura do pesquisador responsável: Prof. Dr. Carlos Adelar Abaide
Balbinotti

Assinatura do pesquisador: Prof. Luciano Juchem

Local e Data

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o senhor, como voluntário, a participar deste estudo, devido à contribuição que os seus conhecimentos e experiências podem agregar ao trabalho intitulado “Contribuições das Competições Esportivas para a Formação e Educação de Crianças e Jovens: O Caso dos Jogos Escolares de Petrolina”. Pretende-se neste estudo identificar como se constituiu o processo histórico de criação dos Jogos Escolares da cidade de Petrolina/PE e identificar as contribuições dos Jogos Escolares de Petrolina para a formação e educação dos jovens. O estudo pretende recuperar a história da criação destes jogos, não apenas pelo aspecto de preservação da memória esportiva do país, mas, também, porque uma pesquisa desta natureza permite refletir sobre a contribuição destes jogos enquanto fenômeno cultural e educacional. Pretende, também, identificar as contribuições destes jogos para a formação e educação dos jovens participantes.

Concordando em participar deste estudo, o pesquisador realizará com o senhor uma entrevista com roteiro elaborado. Sua participação é muito importante para que possamos recolher informações importantes, a partir da visão de quem vivenciou ou tem alguma relação com a criação dos Jogos Escolares da cidade de Petrolina.

Cabe ressaltar que os riscos decorrentes da sua participação na pesquisa são comparáveis aos riscos da vida cotidiana. Os seus dados serão confidenciais, seu nome ou o material disponibilizado para o estudo não serão liberados sem permissão por escrito, exceto se exigido por lei. Os participantes não serão identificados em nenhuma publicação que possa resultar deste trabalho, a não ser que o entrevistado assim desejar e permitir.

O senhor é livre para recusar sua participação ou retirar o seu consentimento, a qualquer fase do estudo, sem penalização ou prejuízo algum. Não será disponibilizada nenhuma compensação financeira decorrente da sua participação no estudo. Qualquer dano causado diretamente da sua participação no estudo será indenizado conforme estabelece a lei.

O Professor Luciano Juchem estará prestando assistência durante a realização da entrevista, bem como estará à disposição para esclarecer qualquer dúvida em todos os momentos do estudo (antes, durante e depois) pelo telefone ou pelo e-mail: (87 96072619/ 51 81195885); lucianojuchem@hotmail.com. Além dele, o orientador da pesquisa, Prof. Doutor Carlos Adelar Abaide Balbinotti (51 99994957) também

estará à sua disposição para qualquer dúvida em relação presente estudo. Se em algum momento da pesquisa você se sentir prejudicado ou negligenciado em seus direitos poderá recorrer ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEP-UFRGS), pelo telefone 51 33083629.

Serão feitas duas vias deste termo de consentimento, uma ficará com o pesquisador e outra ficará com o entrevistado. A sua assinatura neste termo de consentimento indica que você entendeu satisfatoriamente as informações a cerca de sua participação na pesquisa e que você concorda em participar. De forma alguma esse consentimento lhe faz renunciar aos seus direitos legais, e nem libera os pesquisadores de suas responsabilidades pessoais ou profissionais.

Nome e Assinatura do participante da Pesquisa

Assinatura do pesquisador responsável: Prof. Dr. Carlos Adelar Abaide
Balbinotti

Assinatura do pesquisador: Prof. Luciano Juchem

Local e Data

APÊNDICE E - Declaração de Recebimento da Transcrição da Entrevista

Declaro ter recebido a transcrição da entrevista concedida para o estudo intitulado “Contribuições das Competições Esportivas para a Formação e Educação de Crianças e Jovens: O Caso dos Jogos Escolares de Petrolina”. Declaro, ainda, que concordo com o teor da transcrição e autorizo a sua utilização pelo Prof. Luciano Juchem conforme acordado no TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO, anteriormente assinado por mim e pelo autor do estudo.

Nome e assinatura do participante da pesquisa

Nome e assinatura do pesquisador

Local e Data

APÊNDICE F – Guia de Entrevista com professores criadores dos Jogos Escolares de Petrolina (JEP)

Data da entrevista:

Horário:

Nome:

Idade:

Escola:

Idade:

Tempo de atuação na profissão:

Formação:

A criação dos Jogos Escolares de Petrolina (JEP):

- 1) Quem criou os Jogos Escolares de Petrolina?
- 2) Esta iniciativa contou com o apoio de quais órgãos?
- 3) Quais os objetivos da criação dos Jogos Escolares de Petrolina?

Condições das primeiras edições dos JEP:

- 1) Quantas e quais foram as escolas participantes na primeira edição?
- 2) Quais os locais onde foram disputados os Jogos Escolares de Petrolina?
- 3) Como eram as condições dos locais de disputa e dos equipamentos utilizados?
- 4) Quem organizava os locais e materiais utilizados nos jogos?

Modelo de Competição adotado na primeira edição dos JEP

- 1) Como eram as disputas na(s) primeira(s) edição(ões) dos Jogos Escolares de Petrolina?
- 2) Qual a frequência de competições oferecidas durante o ano?
- 3) Quais as idades/categorias que foram disputadas?
- 4) Quais eram as formas de disputa dos jogos?
- 5) As regras eram adaptadas conforme a idade/categoria?

6) Quais as formas de premiação?

Valores e Atitudes que serviram de referência na primeira edição dos JEP

- 1) Como se davam as atitudes e os valores (respeito ao adversário, técnicos e regras) durante os treinos e competições?
- 2) Qual a postura da organização dos JEP e das escolas participantes perante a disciplina dos alunos durante as disputas?

Conteúdos e critérios para a participação nos primeiros JEP

- 1) Quais as modalidades em disputa nas primeiras edições dos JEP?
- 2) Como eram escolhidas as equipas?
- 3) Quais os critérios utilizados para a participação de alunos/escolas nos JEP?

Planejamento e organização das primeiras edições dos JEP

- 1) Em que período do ano ocorreram as primeiras edições dos JEP?
- 2) Quem planejava os JEP?
- 3) Quem realizava a arbitragem nos primeiros JEP?

APÊNDICE G – Guia de entrevista com professores atuantes nos Jogos Escolares de Petrolina (JEP) entre as décadas de 80 e 90 e na atualidade

Data da entrevista:

Horário:

Nome:

Idade:

Escola:

Idade:

Tempo de atuação na profissão:

Formação:

Participação nos Jogos Escolares de Petrolina (JEP)

- 1) O senhor considera importante para a educação e formação das crianças e jovens a participação em competições esportivas?
- 2) Os JEP colaboram com a formação dos valores, das condutas e da educação das crianças?
- 3) O senhor considera que o processo de educação e formação do atleta ocorre predominantemente durante os treinamentos ou durante as competições dos JEP?

Práticas competitivas conforme a criança

- 1) Os JEP são organizados respeitando as características psicológicas, cognitivas e motoras das crianças?
- 2) As regras dos JEP são adequadas e adaptadas às crianças?
- 3) Os conteúdos e modalidades em disputa nos JEP são adequados às crianças?

Condições na disputa durante os JEP:

- 1) Os locais de disputa/materiais utilizados nos JEP são adaptados às crianças? Quais são as adaptações realizadas e quais deveriam ser feitas?

Modelo de Competição adotado nos JEP

- 1) Os JEP utilizam o modelo de competição do esporte de alto rendimento/adulto?

Competições como elemento estruturante da formação

- 1) As vitórias e derrotas nas competições esportivas são categorias (fatores) fundamentais para a formação e educação das crianças?
- 2) Qual a importância das vitórias na formação e educação das crianças e adolescentes?
- 3) Qual a importância das derrotas na formação e educação das crianças e adolescentes?
- 4) Como o senhor trabalha as vitórias e derrotas com os seus atletas?

Número e frequência das competições

- 1) No período próximo aos JEP, o senhor utiliza atividades competitivas e partidas amistosas para preparar os atletas?
- 2) De que forma o senhor estabelece (critérios) o número e a frequência das participações competitivas preparatórias para os JEP com suas equipes e atletas?

ANEXO A – REGULAMENTO GERAL DOS JEP

Realização:



44º JOGOS ESCOLARES DE PETROLINA

Petrolina, 04 de abril de 2014.

REGULAMENTO GERAL

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO E ABRANGÊNCIA

Art. 1º - Os Jogos Escolares de Petrolina, serão realizados anualmente no âmbito da Cidade de Petrolina, facultada a participação de alunos regularmente matriculados no sistema de ensino das redes pública e privada, e serão regidos por este Regulamento Geral, Legislação Esportiva Internacional, Regras e Regulamentos das Federações sobre o esporte no país, Normas Específicas, Boletins Oficiais e Código de Disciplina Esportiva.

Parágrafo único - As Unidades Escolares que descumprirem este Regulamento Geral, perderão o direito de participar com suas equipes do evento no ano seguinte.

CAPÍTULO II - DAS FINALIDADES

Art. 2º - Os Jogos Escolares de Petrolina têm por finalidade principal desenvolver o intercâmbio sócio-esportivo-cultural na área do esporte escolar, exaltando esta prática social como um dos fatores que contribui para a formação e exercício da cidadania do educando, levando-o a inserir-se no panorama esportivo estadual, bem como incentivar o surgimento de novos valores para o esporte nacional.

CAPÍTULO III - DOS OBJETIVOS

Art. 3º - Os Jogos Escolares de Petrolina têm por objetivos:

- Incentivar a prática esportivo-cultural como um direito social básico, imprescindível para a formação e exercício da cidadania do educando;
- Desenvolver o intercâmbio sócio-esportivo-cultural entre as escolas do município;
- Ampliar o acesso dos alunos à iniciação da prática esportivo-cultural;
- Promover a equiparação do nível técnico entre as redes de ensino pública e privada;
- Identificar e mapear os índices técnicos nas diferentes modalidades esportivas e promover seu aprimoramento técnico;
- Promover o esporte escolar nas suas manifestações de participação e rendimento.

CAPÍTULO IV - DA PROMOÇÃO

Art. 4º - Os Jogos Escolares de Petrolina serão promovidos pela Prefeitura Municipal e executado através da Secretaria Executiva de Esportes em parceria em período a ser fixado em Calendário Oficial.

Parágrafo Único – Para a realização dos Jogos Escolares de Petrolina, as promotoras poderão estabelecer convênios com o Estado, Instituições de Ensino Superior (IES), associações esportivas, federações esportivas, empresas patrocinadoras, entre outras, que poderão ter suas marcas e produtos divulgados nos locais das competições, desde que não sejam conflitantes com os princípios educacionais, éticos e morais dos sediantes.

CAPÍTULO V - DOS PODERES E DAS COMPETÊNCIAS

Art. 5º – Os Jogos Escolares de Petrolina, terão os seguintes poderes:
Comissão de Honra

Direção Geral
Comissão Disciplinar

Art. 6º – A Comissão de Honra será constituída por Prefeito, Secretário de esportes de Petrolina, Secretário da Educação, Diretor de esportes do Município, e representantes das empresas patrocinadoras dos Jogos Escolares de Petrolina.

Art. 7º – A Direção Geral será constituída por um (1) representante da Secretaria de Esportes do município e, por um (1) representante da Secretária de Educação.

Art. 8º – Compete à Direção Geral:

- a) Assegurar e fomentar a realização dos Jogos Escolares de Petrolina, na faixa etária de 07 á 17 anos, nas escolas da rede pública e privada;
- b) Viabilizar a celebração de convênios e acordos para a realização dos Jogos Escolares de Petrolina;
- c) Articular os diversos órgãos de Imprensa para a divulgação dos Jogos Escolares de Petrolina;
- d) Estimular a participação das escolas públicas e privadas do município, fazendo uso dos meios de divulgação ao seu alcance;
- e) Elaborar e aprovar o orçamento e supervisionar a prestação de contas dos Jogos Escolares de Petrolina encaminhando-os à Secretaria de Esportes;
- f) Aprovar o calendário oficial dos Jogos Escolares de Petrolina;
- g) Homologar, e publicar em Boletim Oficial, o Regulamento Geral dos Jogos Escolares de Petrolina, proposto pelas Secretaria de Esportes e Secretária de Educação, analisado e aprovado em Assembleia dos grupos participantes em Reunião a ser realizada de acordo com o calendário;
- h) Homologar e publicar em Boletim Oficial, as Normas Específicas das modalidades esportivas, bem como as diretrizes gerais técnicas das competições, propostas pelos organizadores e analisadas e aprovadas em Assembleia dos grupos participantes;
- i) Expedir as instruções oficiais;
- j) Presidir ou designar seu representante, na impossibilidade de seu comparecimento, aos cerimoniais de abertura e premiação das competições do Jogos Escolares de Petrolina;
- k) Assegurar o cumprimento do Regulamento Geral;
- l) Realizar a competição;
- m) Homologar os resultados finais dos Jogos Escolares de Petrolina e proclamar em Boletim Oficial o campeão em cada modalidade, gênero e categoria, bem como o campeão geral; e
- n) Interpretar e resolver os casos omissos deste Regulamento Geral.

CAPÍTULO VI - DA COMISSÃO EXECUTIVA E SEUS PODERES

Art. 9º– Os Jogos Escolares de Petrolina, serão operacionalizados por uma Comissão Executiva, subordinada a Secretaria de Segurança e Esportes, e assim constituída:

- a) Coordenação Geral;
- b) Coordenação Técnica;
- c) Coordenação de Abertura;
- d) Comissão Disciplinar.

CAPITULO VII - DA ESTRUTURA E COMPETÊNCIAS DA COMISSÃO EXECUTIVA

SEÇÃO I - DA COORDENAÇÃO TÉCNICA

Art. 10 – A Coordenação Técnica, exercida por professor formado em Educação Física com Bacharelado ou Licenciatura, é composta de:

- a) Coordenador Técnico
- b) Coordenadores de modalidades
- c) Delegados

Art. 11 – Compete ao Coordenador Técnico:

- a) Assegurar o cumprimento deste Regulamento Geral em todas as categorias;
- b) Elaborar as instruções oficiais e sistema de disputa, para a realização das competições esportivas;
- c) Indicar os nomes dos Coordenadores de Modalidades, Delegados e colaborar com as federações e/ou associações na organização do quadro de arbitragem;
- d) Elaborar as tabelas e horários e definir locais de competições, bem como a escala dos Delegados para as diversas competições;
- e) Promover reuniões com os Coordenadores de Modalidades e Delegados para apresentação das normas e resoluções finais;
- f) Encaminhar à sua Direção a relação solicitando o material esportivo especializado e de expediente necessários às Coordenações de Modalidades e Delegados;
- g) Receber e distribuir material necessário à competição;
- h) Disponibilizar informações sobre inscrição das unidades escolares aos interessados, nos prazos estabelecidos por sua Direção;
- i) Organizar e dirigir a execução técnica das competições, sendo por ela responsável;
- j) Sugerir e vistoriar os locais de competição;
- k) Supervisionar as competições esportivas, fazendo cumprir o presente Regulamento, bem como as normas e instruções decorrentes do mesmo;
- l) Encaminhar à Coordenação Administrativa para publicação em Boletim Oficial, informações referentes à divulgação de chaves, tabelas, resultados e outras informações necessárias à organização e realização da competição, em prazo determinado por sua Direção;
- m) Conferir os resultados e recordes das competições, encaminhando-os à sua Direção;
- n) Encaminhar para análise da Comissão Disciplinar todos os protestos apresentados, bem como as irregularidades ocorridas durante a realização dos Jogos Escolares de Petrolina, independente de protestos das equipes participantes, tornando ciente a sua Direção;
- o) Assessorar a Comissão Disciplinar sempre que solicitada;
- p) Analisar, encaminhando para aprovação e publicação pela sua Direção, ouvindo a Coordenação da Modalidade, as alterações de tabela solicitadas pelos participantes; e
- q) Apresentar relatório final à sua Direção, até 7 (sete) dias úteis, após a realização das competições.

SEÇÃO II – COORDENAÇÃO DE MODALIDADE

Art. 12 – A Coordenação de Modalidade, exercida por professor formado em Educação Física com Bacharelado ou Licenciatura, tem as seguintes atribuições:

- a) Assessorar a Coordenação Técnica na definição de Calendário, sistema de disputa, na elaboração da tabela de jogos da modalidade, na indicação e vistoria de locais para jogos/provas, na escala de delegados, arbitragem, bem como na análise das alterações de tabelas solicitadas pelos participantes;
- b) Coordenar e dirigir as competições de acordo com este Regulamento;
- c) Colaborar com a Secretária de Esportes;
- d) Preparar, encaminhar relação, receber e controlar o material técnico para as respectivas competições;
- e) Elaborar mapas de dados estatísticos referentes às respectivas modalidades;
- f) Elaborar e encaminhar à Coordenação Técnica, relatório após cada rodada, com os respectivos resultados e possíveis anormalidades; e
- g) Encaminhar à Coordenação Técnica, relatório final, até 4 (quatro) dias úteis, após o encerramento da competição.

SEÇÃO III – DO DELEGADO

Art. 13 – O Delegado, professor formado em Educação Física com Bacharelado ou Licenciatura e / ou estudante de Educação Física tem as seguintes atribuições:

- a) Levar para o local de jogo/prova o material técnico necessário (bola, implementos, placar, coletes, súmulas, relação de atletas, Regulamento Geral e Boletins Oficiais);
- b) Verificar as condições do local do jogo/prova (redes, placar, vestiários, liberação do local – quadras, campos, piscinas –, entre outros), tomando as providências cabíveis; assegurar as condições de exposição para o material promocional dos patrocinadores;
- c) Fazer cumprir o Regulamento Geral, bem como a Norma Específica da modalidade;
- d) Controlar o horário de chegada das equipes de arbitragem, segurança, boleiros e da entrega da relação de atletas e documentação pelas equipes;
- e) Identificar as equipes (Comissão Técnica, Representante da unidade escolar e Atletas) atendendo às normas estabelecidas neste Regulamento;
- f) Exigir o comprovante de pagamento das multas aplicadas pela Comissão Disciplinar no momento de identificação das equipes;
- g) Tomar as medidas cabíveis quando da ausência da arbitragem designada, de acordo com as regras oficiais de cada modalidade;
- h) Encaminhar à Coordenação Técnica, em prazo estabelecido em Boletim Oficial pela Direção, relatório técnico de cada jogo/prova, bem como todas as ocorrências disciplinares, administrativas ou qualquer anormalidade ocorrida antes, durante e após a realização de cada jogo/prova.
- i) **Parágrafo Único** – Na ausência ou impedimento do Delegado e coordenador da modalidade, essas atribuições serão exercidas pelo primeiro árbitro/árbitro principal do jogo.

SEÇÃO IV – DA COMISSÃO DISCIPLINAR DE JUSTIÇA ESPORTIVA ESCOLAR

Art. 14 – A Comissão Disciplinar de Justiça Esportiva Escolar, nos JEP's, mantendo sua independência e autonomia em cada Fase, desenvolverá suas atividades com base na legislação esportiva vigente.

Art. 15 – A Comissão Disciplinar de Justiça Esportiva Escolar, será constituída por 5 (cinco) membros, sendo 3 (três) efetivos, inclusive o presidente, e 2 (dois) suplentes, designados pela Direção Geral, e ainda 2 (dois) auxiliares, sendo um procurador **disciplinar** e um defensor

disciplinar, todos Profissionais de Direito e, ou professor formado em Educação Física com Bacharelado ou Licenciatura.

Art. 16 – A Comissão Disciplinar de Justiça Esportiva Escolar deverá observar os seguintes preceitos:

- a) Reunir para decidir quando estiverem presentes, no mínimo, 3 (três) dos seus membros;
- b) Reger-se por este Regulamento Geral, pelo Código de Disciplinar Esportiva, regras oficiais de cada modalidade, Normas Específicas e Boletins Oficiais; e
- c) Permitir a presença dos interessados nos processos em análise durante suas reuniões.

Art. 17 – Compete à Comissão Disciplinar de Justiça Esportiva Escolar:

- a) Apurar as irregularidades e/ou anormalidades ocorridas antes, durante ou após as competições, quando cometidas por qualquer participante dos Jogos Escolares de Petrolina (atletas, dirigentes, árbitros, delegados, entre outros); e, convocar os delegados autores dos relatórios para prestar esclarecimentos no ato dos julgamentos, quando necessário;
- b) Aplicar o Código de Disciplinar Esportiva cabível aos atos de indisciplina e/ou anormalidades;
- c) Concluir seus trabalhos em até dez (10) dias após o encerramento de cada competição dos Jogos Escolares de Petrolina e qualquer questão que surgir, neste prazo, será apreciada pela mesma; e
- d) Apresentar relatório de suas atividades à Direção até 15 (quinze) dias após o encerramento das competições.
- e) Parágrafo único: Toda equipe, atleta, dirigente ou membro de Comissão Técnica e/ou Arbitragem, participante dos Jogos Escolares de Petrolina, que for citado em súmula, relatório do árbitro e/ou delegado, estará passível de punição, de acordo com o Código de Disciplinar Esportiva.

Art. 18 – As sanções disciplinares serão aplicadas pela Comissão Disciplinar de Justiça Esportiva Escolar, nos termos das disposições deste Regulamento e codificação esportiva.

Art. 19 – As sanções disciplinares entrarão automaticamente em vigor a partir da publicação das decisões da Comissão Disciplinar de Justiça Esportiva Escolar.

Art. 20 – As sanções disciplinares terão vigência de acordo com a codificação disciplinar.

CAPITULO VIII - DA REALIZAÇÃO

Art. 21 — Nas modalidades coletivas os Jogos Escolares de Petrolina em todas as categorias serão realizados em grupo único composto por escolas públicas e privadas em ambos os sexos

Art. 22 – nas modalidades individuais os Jogos Escolares de Petrolina, serão realizados nas categorias pré-mirim A e pré-mirim B, em grupo único composto por escolas públicas e privadas em ambos os sexos.

Art. 23 - As responsabilidades financeiras serão as seguintes:

ITEM	RESPONSÁVEL
MEDALHAS e TROFÉUS	Secretária de Educação
ARBITRAGEM	Secretaria de Esportes

ALIMENTAÇÃO DA EQUIPE DE TRABALHO	Secretaria de Esportes
--------------------------------------	------------------------

CAPÍTULO IX - DAS CATEGORIAS E FAIXAS ETÁRIAS

Art. 24 – Os Jogos Escolares de Petrolina serão disputados nas seguintes categorias e faixas etárias:

CATEGORIA	ORGÃO NORMATIZADOR	FAIXA ETÁRIA	FASES
PRÉ-MIRIM A	DIREÇÃO MUNICIPAL	07 á 10 ANOS (DE 2007 Á 2004)	MUNICIPAL
PRÉ-MIRIM B	DIREÇÃO MUNICIPAL	10 á 12 ANOS (DE 2004 Á 2002)	MUNICIPAL
MIRIM	DIREÇÃO MUNICIPAL	12 Á 14 ANOS (DE 2002 Á 2000)	MUNICIPAL
INFANTIL	DIREÇÃO MUNICIPAL	15 Á 17 ANOS (DE 1999 Á 1997)	MUNICIPAL

§ 1º – As faixas etárias especificadas no “caput” deste artigo, refere-se às idades completas ou a serem completadas no ano da competição.

§ 2º - Em caso de dúvidas quanto à idade de um atleta, o mesmo deverá apresentar à respectiva Direção, a sua carteira de identidade ou certidão de nascimento acompanhada de declaração de matrícula na Unidade Escolar, em prazo estabelecido em Boletim Oficial.

CAPÍTULO X - DA INSCRIÇÃO

Art. 25 - Terão direito à inscrição todas as unidades de ensino (Municipais, Estaduais, Federais e Privadas) do Ensino Fundamental e Médio.

§ 1º - É condição de participação nos Jogos Escolares de Petrolina para Escolas Particulares o pagamento da taxa de inscrição no ato de entrega da ficha de inscrição. Valor conforme estabelecido em reunião e exposto no Calendário Oficial.

§ 2º - Grupos Educacionais que mantêm mais de uma unidade escolar, só poderão inscrever as equipes de cada uma de suas unidades.

§ 3º - A unidade escolar ao solicitar sua inscrição, deverá fazê-la através do Requerimento de Inscrição, modelo padrão da Secretaria de Esportes de Petrolina.

Art. 26 – A unidade escolar inscrita poderá apresentar desistência de uma ou mais modalidades através de ofício, protocolado na secretaria do evento até 24 h úteis antes da realização do Congresso Técnico.

§ 1º - Em caso de desistência após este prazo, a unidade escolar deverá pagar multa no valor de um salário mínimo vigente ou 01 (um) ano de suspensão.

§ 2º - Em hipótese alguma haverá adequação de tabela para atender à participação de aluno-atleta em mais de uma categoria e/ou modalidade.

Art. 27 - 1º - A ficha de inscrição deverá ser entregue, devidamente assinada e carimbada pelo Gestor (a) ou representante legal da unidade escolar, em 04 vias para as modalidades coletivas, com todos os seus campos preenchidos corretamente, digitados eletronicamente e, entregues diretamente na Secretaria de Esportes de Petrolina, situada no Parque Municipal Josefa Coelho, não sendo aceitas quaisquer outras formas de encaminhamento para a inscrição.

§ 2º - A relação de atletas apresentada na Ficha inicialmente de Inscrição terá validade para toda competição, não sendo permitidas alterações.

§ 3º - Os campos da Ficha de Inscrição de Atletas referentes a dirigentes e técnicos poderão ser alterados, desde que a solicitação seja feita através de ofício em duas vias.

§ 5º - O número de atletas a serem inscritos nas Fichas de Inscrições de Atletas será o seguinte:

MODALIDADE	Nº MÍNIMO DE ATLETAS	Nº MÁXIMO DE ATLETAS
HANDEBOL PRÉ-MIRIM B	07 ATLETAS	14 ATLETAS
HANDEBOL PRÉ-MIRIM A	05 ATLETAS	12 ATLETAS
FUTSAL	08 ATLETAS (Mirim e Infantil)	14 ATLETAS
VOLEIBOL	09 ATLETAS (Mirim e Infantil)	14 ATLETAS
BASQUETE	08 ATLETAS (Mirim e Infantil)	14 ATLETAS
HANDEBOL (MIRIM E INFANTIL)	10 ATLETAS	16 ATLETAS
FUTEBOL	11 ATLETAS	18 ATLETAS
FUTEBOL SOCIETY (PRÉ-MIRIM A)	08 ATLETAS	14 ATLETAS
INDIVIDUAL (PRÉ-MIRIM A E B)	-	DE ACORDO COM AS PROVAS

CAPÍTULO XI - DA PARTICIPAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

Art. 28 – Poderão participar dos Jogos Escolares de Petrolina os alunos-atletas das unidades escolares (Públicas e Privadas) do Ensino Fundamental e Médio, desde que estejam regularmente matriculados até o dia **31 de março nas Categorias Mirim e Infantil e 31 de julho nas Categorias Pré-mirim A e Pré-mirim B**, no ano da competição, com frequência mínima de **75% no bimestre que antecede o evento**, respeitando-se os casos de transferências resguardados por Lei.

§ 1º - Nas Categorias Pré-mirim A e Pré-mirim B, **o aluno-atleta poderá participar, no máximo, de 03 (três) modalidades, sendo 02 (duas) coletiva e 01 (uma) individual, ou duas categorias na modalidade coletiva e uma individual na sua categoria de origem, no caso dos atletas nascidos em 2004.**

§ 2º - Nas categorias Mirim e Infantil o aluno-atleta poderá participar, no máximo, de 02 (duas) modalidades, sendo 01 (uma) coletiva e 01 (uma) individual.

§ 3º - Após a entrega da ficha de inscrição somente será permitida a participação dos alunos-atletas e da Comissão Técnica, **em cada jogo/prova/luta**, mediante **identificação** através da apresentação de um dos seguintes documentos:

§ 4º - O aluno-atleta que se transferir de uma instituição de ensino para outra após os prazos estipulados, será impedido de participar dos Jogos Escolares de Petrolina.

- a) Carteira de Identidade (Registro Geral) e Cadastro de Pessoas Físicas-CPF (alunos-atletas);
- b) Passaporte com foto (alunos-atletas);
- c) Carteira de Trabalho e Previdência Social (Modelo digitalizado)
- d) Cédula de Identidade Profissional – CIP, do respectivo Conselho de classe (Profissionais de Educação Física – CREF, de Medicina – CREMEPE e de Fisioterapia – CREFITO).

Obs: Os documentos supracitados, somente serão aceitos dentro dos seus prazos de validade.

§ 4º - Será permitida a utilização de Xerox de qualquer dos documentos citados no parágrafo anterior, desde que autenticados em cartório ou com a apresentação do original conferido pela respectiva Direção.

§ 5º - As equipes deverão se apresentar ao Delegado da partida, para identificação, 25 minutos antes do horário determinado em tabela, para início do seu jogo.

§ 6º - Na ausência de uma das equipes e/ou apresentação sem o número mínimo legal de atletas para iniciar o jogo, haverá uma tolerância de 15 (quinze) minutos, considerando o horário estabelecido na tabela.

§ 7º - Poderão ser utilizados números de camisas que extrapolem os especificados pelas Regras Oficiais, exceto os números privativos da sinalização da arbitragem.

§ 8º - Quando as equipes se apresentarem para o jogo com uniformes semelhantes, a critério do árbitro, haverá sorteio para indicar a equipe que deverá mudar de camisa, ou usar o colete de jogo.

§ 9º - O atleta somente poderá usar malha térmica, se a mesma for da cor predominante do calção.

§ 10º - A numeração das camisas deverá constar na frente e nas costas do uniforme do atleta, (exceto no Futebol), não sendo permitido qualquer tipo de improvisação – esparadrapo, fita adesiva, e outros.

§ 11º - Na modalidade Futsal a numeração deverá constar obrigatoriamente no short, nas demais modalidades caso conste numeração deverá ser idêntica a numeração na camisa;

§ 12º - O número de atletas participantes em cada jogo será de acordo com a (regra oficial de cada modalidade coletiva,) como se segue.

MODALIDADE	Nº DE PARTICIPANTES
VOLEIBOL, BASQUETE	(12) ATLETAS
FUTSAL	(14) ATLETAS
HANDEBOL PRÉ-MIRIM A	(12) ATLETAS
HANDEBOL PRÉ-MIRIM B, MIRIM E INFANTIL	(16) ATLETAS
FUTEBOL DE CAMPO	(18) ATLETAS
FUTEBOL SOCIETY	(14) ATLETAS

§ 12 - O número de atletas participantes nas modalidades individuais em cada prova será definido de acordo com as Normas Específicas de cada modalidade.

Art. 29 – A comissão técnica será integrada por técnico, assistente técnico, fisicultor, médico, fisioterapeuta e massagista.

Art. 30 – A função de cada membro da Comissão Técnica será exercida de acordo com cada formação específica, devidamente comprovada.

Art. 31 – Nas modalidades Coletivas a Comissão Técnica apenas poderá permanecer no banco da equipe, devidamente uniformizado, de acordo com as Regras de cada modalidade:

CAPÍTULO XII - DA PREMIAÇÃO

Esportes Coletivos:

Art. 32 – Terão direito à premiação os atletas e técnicos das unidades escolares participantes dos Jogos Escolares de Petrolina, em cada modalidade esportiva, de acordo com os seguintes critérios:

a) Modalidades Coletivas:

I - Medalhas para os atletas e técnicos campeões, vice-campeões e terceiros lugares, por modalidade, categoria e gênero;

II - Troféu para o campeão, vice-campeão e terceiros colocados por modalidade, categoria e gênero.

b) Modalidades Individuais:

I - Medalhas para os atletas campeões, vice-campeões e terceiros lugares, por modalidade, categoria e gênero;

II - Troféu para o campeão e vice-campeão e terceiro colocado por modalidade, categoria e gênero.

CAPÍTULO XIII - DOS PROTESTOS

Art. 33 – Caberá à Coordenação Técnica, receber através de documento hábil, os protestos encaminhados pelas equipes participantes.

Art. 34 – Os protestos das equipes somente serão aceitos se atenderem às seguintes exigências:
I - O documento de protesto deverá ser redigido de maneira clara e objetiva, em papel timbrado da escola, assinado pelo diretor da unidade escolar ou seu representante legal, devidamente credenciado.

II - Nas competições, os documentos de protestos poderão ser entregues até às 10:00 horas do dia seguinte ao do jogo/prova/luta em questão, mediante o pagamento de taxa de R\$ 150,00 (cento e cinquenta Reais), respeitando-se as normas constantes em regras oficiais de cada modalidade esportiva, sendo da responsabilidade do reclamante as provas referentes ao protesto. Caso o Reclamante tenha ganhado a causa terá o taxa paga devolvida.

CAPÍTULO XIV – DOS RECURSOS

Art. 35 – Os Recursos serão interpostos no prazo de 12 (doze) horas, a contar da publicação das decisões da Comissão Disciplinar Esportiva Escolar, em boletim oficial, endereçada a Comissão Esportiva Escolar, redigido de maneira clara e objetiva, em papel timbrado da Escola, assinado pelo Diretor da Unidade Escolar ou seu Representante legal devidamente credenciado.

a) O descumprimento do prazo acima mencionado ocorrerá à preclusão, ou seja, perde-se a faculdade de recorrer.

b) Em grau de Recurso não será admitida a produção de novas provas.

CAPÍTULO XV - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 36 – Não será aceita nenhuma solicitação de impedimento e/ou recusa de participação de um jogo/prova por causa da indicação de qualquer oficial designado para as competições.

Art. 37 – Técnicos de equipes participantes dos Jogos Escolares de Petrolina poderão atuar como árbitros, em caráter excepcional, mediante aprovação da Comissão Organizadora do Evento.

Art. 38 – Em caso de interrupção ou não realização de uma partida ou prova esportiva, por motivos superiores, caberá à Coordenação Técnica definir uma nova data para sua realização, até 24 (vinte e quatro) horas após o momento que foi susgado, não necessitando aprovação das equipes envolvidas, ressalvado os casos previstos nas regras oficiais.

Art. 39 – As tabelas das competições somente poderão ser modificadas:

- a) Quando se tratar de interesse da própria competição, a juízo exclusivo da Direção ouvido a Coordenação Técnica, resguardado o tempo necessário para que as equipes possam ser comunicadas e se organizarem para o jogo;
- b) Por solicitação das unidades escolares participantes, através do seguinte protocolo:

I - Encaminhamento de ofício que deverá ser entregue à sua Direção, até 3 (três) dias úteis antes da data determinada para a realização do jogo, em tabela, sugerindo a nova data, horário e local para o jogo, com o “de acordo” do adversário e do responsável pelo local do jogo.

II - Pagamento das despesas decorrentes da rodada realizada com um único jogo, por consequência da mudança solicitada; e

III - Análise da solicitação com parecer de aprovação e autorização pela Coordenação Técnica, observando-se que a modificação não implique em prejuízos para terceiros.

Art. 40 – Os participantes dos Jogos Escolares de Petrolina são responsáveis pela conservação dos locais de competições que lhes forem reservados, acatando as ordens disciplinares dos encarregados por sua conservação e, ainda, obrigados a indenizar a quem de direito, pelas avarias eventualmente ocasionadas no material e/ou equipamentos postos à disposição.

Art. 41 – As bolas utilizadas nas competições serão de marca divulgada em Boletim Oficial.

Art. 42 – A Comissão Técnica e/ou o representante da unidade escolar participante será o responsável pelo cumprimento da disciplina dos integrantes das equipes, durante a realização das competições.

Art. 43 – As unidades escolares participantes dos Jogos Escolares de Petrolina, são responsáveis por todos e quaisquer problemas de saúde ou acidentes ocorridos antes, durante ou depois da realização das competições com os integrantes de suas respectivas equipes, isentando os organizadores dos referidos Jogos Escolares de Petrolina de total responsabilidade. É de inteira responsabilidade das unidades escolares participantes, ainda, a exigência de autorização médica para a prática de esportes, dos integrantes de suas equipes.

Art. 44 - A contagem de pontos deverá ser alterada pela Direção Geral sempre que os Comitês Internacionais decidam assim proceder, em relação aos esportes individuais e coletivos.

Art. 45 - É de responsabilidade exclusiva das unidades escolares participantes retirar os Boletins Oficiais no local onde esteja instalada a Secretaria da competição, não podendo, assim, alegar o desconhecimento das informações contidas no mesmo. Quando a modificação se der por questões de ordem técnico-administrativa, o órgão executor se

responsabilizará em proceder à comunicação em boletim oficial enviado através e-mail e/ou fax.

Art. 46 – Modificações neste Regulamento somente poderão ser propostas para discussão, no momento da avaliação a ser estabelecida pela Direção Geral dos Jogos Escolares de Petrolina, sendo colocadas em prática, quando aprovadas, no ano seguinte.

Art. 47 – Caberá aos poderes constituídos neste Regulamento interpretar e zelar pelo seu fiel cumprimento.

Art. 48 – Os casos omissos e excepcionais serão resolvidos pela Direção Geral dos Jogos Escolares de Petrolina.

Art. 49 – Este Regulamento entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**NORMAS
ESPECÍFICAS
DAS
MODALIDADES
COLETIVAS**

NORMAS ESPECÍFICAS BASQUETEBOL

MIRIM (12 a 14 anos)

1. A Competição de Basquetebol será realizada de acordo com as regras oficiais da FIBA, regras oficiais adotadas pela CBB. Regulamento Geral dos Jogos Escolares de Petrolina, Boletins Oficiais, Código de Disciplina Esportiva e Por estas Normas Específicas.

2. Cada instituição de ensino deverá inscrever no mínimo 08 (oito) alunos-atletas e no máximo 14(catorze) alunos-atletas na fase em vigência:

2.1. Os jogos terão 02 (dois) tempos de 20 (vinte) minutos com cronômetro travado quando a bola estiver fora de jogo com intervalo de 05 (cinco) minutos entre ambos, divididos em 04 (quatro) quartos de 10 (dez) minutos cada, com intervalo de 01 (um) minuto entre o 1º e o 2º quarto e entre o 3º e o 4º quarto.

2.2. No 1º quarto, não poderá haver substituição, salvo em caso de contusão. O aluno-atleta contundido não poderá retornar ao jogo.

2.3. No intervalo do 1º para o 2º quarto todos os alunos-atletas “reservas” em condição de jogo, deverão substituir alunos-atletas “titulares” e não poderão ser substituídos até o final do 2º quarto, salvo em caso de contusão, atestado pela equipe médica do evento. O aluno-atleta contundido não poderá retornar ao jogo. Os alunos-atletas “titulares” remanescentes na quadra de jogo poderão ser substituídos pelos alunos-atletas que saíram do jogo.

2.4. Quando um ou mais alunos-atletas forem desqualificados por cometer 02 faltas antidesportivas, a equipe poderá fazer as substituições desses atletas desqualificado.

2.5. As substituições obrigatórias estabelecidas no item 2.3 levarão em consideração a proporcionalidade de alunos-atletas em condição de participação para o início do jogo para ambas às equipes.

2.6. A equipe que se recusar ou não cumprir com os itens 2.2 e 2.3:

2.6.1 em caso de vitória, o resultado será invertido em favor da equipe adversária, aplicando-se os pontos estabelecidos no Regulamento Geral. Exemplo da inversão:

RESULTADO DO JOGO	RESULTADO INVERTIDO
EQUIPE A 57X42 EQUIPE B	EQUIPE A 57X58 EQUIPE B

2.6.2. Em caso de derrota, manter-se-á o resultado.

2.7. Nos 3º e 4º quartos, as substituições estarão liberadas, seguindo a regra oficial adotada pela CBB.

2.8. Tempos:

2.8.1. No 1º tempo (1º e 2º quartos) poderão ser dados 02 (dois) tempos a cada equipe, a qualquer momento.

2.8.2. No 2º tempo (3º e 4º quartos) poderão ser dados 03 (três) tempos a cada equipe, a qualquer momento.

2.8.3. Em cada período extra poderá ser dado 01 (um) tempo a cada equipe, a qualquer momento.

2.9. Limite de faltas: 04 (quatro) faltas coletivas para cada quarto de jogo.

2.11. Em caso de empate, o desempate far-se-á em um período extra de 03 (três) minutos com cronômetro travado quando a bola estiver fora de jogo, ou quantos forem necessários até que haja um vencedor.

2.12. As equipes deverão utilizar obrigatoriamente a marcação INDIVIDUAL com todas as variações durante o 1º e 2º quarto do jogo.

2.12.1. As equipes que não estiverem utilizando este sistema, assim que detectado pela arbitragem, será punida com uma falta técnica (T – técnica vai para a equipe e não contando como falta coletiva, e será cobrado 2 lances livres e posse de bola para a equipes que cobrou os lances livres).

2.13. As regras estabelecidas no item 02 e subitens serão obrigatórias em todas as fases da competição, inclusive nas finais.

3. O sistema de pontuação nos grupos será:

3.1. Vitória - 02 pontos.

3.2. Derrota - 01 pontos.

4. Os uniformes deverão obedecer à regra da modalidade, o Regulamento Geral e aos seguintes critérios:

4.1. Camisas deverão ser numeradas do nº 4 ao nº 99, na frente e nas costas.

4.2. Short.

4.3. Tênis e meias iguais e aparentes.

5. Em caso do não comparecimento de uma equipe dentro do horário estipulado para o jogo, após a contagem de 15 minutos será declarada ausente, aplicando-se o W.O em favor da equipe presente, à qual será declarada vencedora pelo placar de 20x00. Caso nenhuma das duas equipes se façam presentes em tempo hábil, será declarado o duplo não comparecimento, atribuindo-se derrota a ambas as equipes.

6. Na Fase Classificatória, quando no mesmo grupo 02 (duas) ou mais equipes terminarem empatadas, o desempate far-se-á pelos seguintes critérios e em ordem sucessiva de eliminação:

6.1. Confronto direto no jogo realizado entre as equipes empatadas na fase (utilizado somente no caso de empate entre 02 (duas) equipes).

6.2. Saldo de *cestas* (pontos prós – pontos contra) apurado nos jogos disputados entre as equipes empatadas.

6.3. Maior coeficiente de *cestas* (pontos) *average* apurado nos jogos disputados entre as equipas empatadas.

6.4. Maior coeficiente de *cestas* (pontos) *average* apurado em todos os jogos disputados pelas equipas na fase.

6.5. Menor número de *cestas* (pontos) contra apurado em todos os jogos disputados pelas equipas na fase.

6.6. Sorteio.

Observações:

- I. Na hipótese da aplicação do critério de *cestas average*, dividir-se-á o número de *cestas* positivas pelas negativas, considerando-se classificada a equipa que obtiver maior coeficiente.
- II. Quando para cálculo de *cestas average*, uma equipa não sofrer *cestas*, é ela a classificada, pois é impossível a divisão por zero, assegurando à equipa sem *cestas* sofridas a classificação pelo critério de *cestas average*.

III. Quando, para cálculo de *cestas average*, mais de uma equipa não sofrer *cestas*, será classificada, a equipa que tiver o maior número de *cestas* pró em todos os jogos disputados na fase, pois tecnicamente seu resultado será maior.

7. Serão utilizados os seguintes critérios técnicos para classificar o MIT (MELHOR ÍNDICE TÉCNICO) de todos os grupos da Fase Classificatória para a seguinte, Caso no sistema de disputa haja esta necessidade:

7.1. Os grupos com maior número de equipas terão eliminados todos os pontos e resultados obtidos nos jogos com o último lugar de cada grupo, deixando todos os grupos com mesmo número de equipas, para posteriormente passar para o item 8.2.. Caso todos os grupos tenham o mesmo número de equipas passar-se-á automaticamente para o item 8.2.

7.2. Será classificado o 2º lugar que tenha maior número de pontos ganhos.

7.3. Caso haja mais de uma equipa empatada na condição descrita no item 8.2, passar-se-á aos critérios específicos descritos a seguir, somente para os empatados.

7.3.1. *Cestas average* (dividir as *cestas* pró pelas *cestas* contra nos jogos entre as equipas selecionadas na fase. Classifica-se o maior resultado).

7.3.2. *Cestas contra* (*Cestas* recebidas nos jogos entre as equipas selecionadas na fase. Classifica-se o menor resultado).

7.3.3. *Cestas pró* (*Cestas* feitas nos jogos entre as equipas selecionadas na fase. Classifica-se o maior resultado).

7.3.4. Sorteio.

08. Não será permitido jogar com *piercing*, brinco, colar, presilha ou qualquer outro objeto que ponha em risco a integridade física dos alunos-atletas.

9. A equipe deverá comparecer ao local do jogo com antecedência e devidamente uniformizada. Para ter condição de participação, antes do início do jogo, todos os componentes da equipe deverão apresentar suas credenciais à equipe de arbitragem.

10. A entrada dos jogadores na quadra para o aquecimento será feita tão logo ela esteja livre e liberada pela equipe de arbitragem/coordenação da modalidade.

10.1. O aquecimento inicial, a critério de cada equipe, poderá ser feito fora da quadra em local determinado pela Coordenação da modalidade.

10.2. O tempo de aquecimento na quadra será determinado previamente pela equipe de arbitragem.

11. Estará automaticamente suspenso do jogo subsequente na mesma modalidade/naipe, o aluno-atleta/membro da Comissão Técnica que cometer uma falta desqualificante, exceto pelo descrito no item 11.1.

11.1. Poderá participar do jogo subsequente:

11.1.1. O aluno-atleta que for desqualificado por cometer 02 (duas) faltas antidesportivas ou;

11.1.2. O membro da Comissão Técnica que for desqualificado por cometer faltas técnicas. (Artigo 37.1.2 e 37.1.3 das Regras Oficiais da FIBA – 2006).

11.2. Não se aplica o disposto no item 12, se antes do cumprimento da suspensão, o aluno-atleta/membro da Comissão Técnica for absolvido pelo órgão judicante competente, desde que conste no termo de decisão do respectivo processo disciplinar, o não cumprimento da suspensão automática, nos termos da legislação desportiva vigente.

11.3. Para fins do disposto no item 12, entende-se por jogo subsequente o ocorrente na mesma competição e ano específico correspondente.

12. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação de Basquetebol, com a anuência da Gerência de Competição, não podendo essas resoluções contrariar as regras oficiais e o Regulamento Geral.

INFANTIL (15 a 17 anos)

1. Cada instituição de ensino deverá inscrever no mínimo 08 (oito) alunos-atletas e no máximo 14(catorze) alunos-atletas na fase em vigência:

2. Os jogos terão 02 (dois) tempos de 20 (vinte) minutos com cronômetro travado quando a bola estiver fora de jogo com intervalo de 05 (cinco) minutos entre ambos, divididos em 04 (quatro) quartos de 10 (dez) minutos cada, com intervalo de 01 (um) minuto entre o 1º e o 2º quarto e entre o 3º e o 4º quarto.

2.1. Em caso de empate, o desempate far-se-á em um período extra de 05 (cinco) minutos com cronômetro travado quando a bola estiver fora de jogo, ou quantos forem necessários até que haja um vencedor.

2.2. As equipes deverão utilizar obrigatoriamente o sistema de defesa individual durante o 1º e o 2º quarto do jogo.

2.2.1. As equipes que não estiverem utilizando este sistema, assim que detectado pela arbitragem, será punida com uma falta técnica (T – técnica vai para a equipe e não contando como falta coletiva, e será cobrado 2 lances livres e posse de bola para a equipes que cobrou os lances livres).

2.3. Para o 3º e 4º quarto do jogo, o sistema de marcação ficará a critério do técnico da equipe.

2.4. As regras estabelecidas no item 2 e subitens serão obrigatórias em toda a competição.

3. O sistema de pontuação nos grupos será:

3.1. Vitória - 02 pontos.

3.2. Derrota - 01 pontos.

4. Os uniformes deverão obedecer à regra da modalidade, o Regulamento Geral e aos seguintes critérios:

4.1. Camisas deverão ser numeradas do nº 4 ao nº 99, na frente e nas costas.

4.2. Short.

4.3. Tênis e meias iguais e aparentes.

5. Em caso do não comparecimento de uma equipe dentro do horário estipulado para o jogo, após a contagem de 15 minutos será declarada ausente, aplicando-se o WxO em favor da equipe presente, à qual será declarada vencedora pelo placar de 20x00. Caso nenhuma das duas equipes se façam presentes em tempo hábil, será declarado o duplo não comparecimento, atribuindo-se derrota a ambas as equipes.

6. Na Fase Classificatória, quando no mesmo grupo 02 (duas) ou mais equipes terminarem empatadas, o desempate far-se-á pelos seguintes critérios e em ordem sucessiva de eliminação:

6.1. Confronto direto no jogo realizado entre as equipes empatadas na fase (utilizado somente no caso de empate entre 02 (duas) equipes).

6.2. Saldo de *cestas* (pontos prós – pontos contra) apurado nos jogos disputados entre as equipes empatadas.

6.3. Maior coeficiente de *cestas* (pontos) *average* apurado nos jogos disputados entre as equipes empatadas.

6.4. Maior coeficiente de *cestas* (pontos) *average* apurado em todos os jogos disputados pelas equipes na fase.

6.5. Menor número de *cestas* (pontos) contra apurado em todos os jogos disputados pelas equipes na fase.

6.6. Sorteio.

Observações:

- III. Na hipótese da aplicação do critério de cestas *average*, dividir-se-á o número de cestas positivas pelas negativas, considerando-se classificada a equipe que obtiver maior coeficiente.
- IV. Quando para cálculo de *cestas average*, uma equipe não sofrer cestas, é ela a classificada, pois é impossível a divisão por zero, assegurando à equipe sem cestas sofridas a classificação pelo critério de *cestas average*.

III. Quando, para cálculo de *cestas average*, mais de uma equipe não sofrer cestas, será classificada, a equipe que tiver o maior número de cestas pró em todos os jogos disputados na fase, pois tecnicamente seu resultado será maior.

7. Serão utilizados os seguintes critérios técnicos para classificar o MIT (MELHOR ÍNDICE TÉCNICO) de todos os grupos da Fase Classificatória para a seguinte, Caso no sistema de disputa haja esta necessidade:

7.1. Os grupos com maior número de equipes terão eliminados todos os pontos e resultados obtidos nos jogos com o último lugar de cada grupo, deixando todos os grupos com mesmo número de equipes, para posteriormente passar para o item 8.2. Caso todos os grupos tenham o mesmo número de equipes passar-se-á automaticamente para o item 8.2.

7.2. Será classificado o 2º lugar que tenha maior número de pontos ganhos.

7.3. Caso haja mais de uma equipe empatada na condição descrita no item 8.2, passar-se-á aos critérios específicos descritos a seguir, somente para os empatados.

7.3.1. Cestas average (dividir as cestas pró pelas cestas contra nos jogos entre as equipes selecionadas na fase. Classifica-se o maior resultado).

7.3.2. Cestas contra (Cestas recebidas nos jogos entre as equipes selecionadas na fase. Classifica-se o menor resultado).

7.3.3. Cestas pró (Cestas feitas nos jogos entre as equipes selecionadas na fase. Classifica-se o maior resultado).

7.3.4. Sorteio.

08. Não será permitido jogar com *piercing*, brinco, colar, presilha ou qualquer outro objeto que ponha em risco a integridade física dos alunos-atletas.

9. A equipe deverá comparecer ao local do jogo com antecedência e devidamente uniformizada. Para ter condição de participação, antes do início do jogo, todos os componentes da equipe deverão apresentar suas credenciais à equipe de arbitragem.

10. A entrada dos jogadores na quadra para o aquecimento será feita tão logo ela esteja livre e liberada pela equipe de arbitragem/coordenação da modalidade.

10.1. O aquecimento inicial, a critério de cada equipe, poderá ser feito fora da quadra em local determinado pela Coordenação da modalidade.

10.2. O tempo de aquecimento na quadra será determinado previamente pela equipe de arbitragem.

11. Estará automaticamente suspenso do jogo subsequente na mesma modalidade/naipe, o aluno-atleta/membro da Comissão Técnica que cometer uma falta desqualificante, exceto pelo descrito no item 11.1.

11.1. Poderá participar do jogo subsequente:

11.1.1. O aluno-atleta que for desqualificado por cometer 02 (duas) faltas antidesportivas ou;

11.1.2. O membro da Comissão Técnica que for desqualificado por cometer faltas técnicas. (Artigo 37.1.2 e 37.1.3 das Regras Oficiais da FIBA – 2006).

11.2. Não se aplica o disposto no item 12, se antes do cumprimento da suspensão, o aluno-atleta/membro da Comissão Técnica for absolvido pelo órgão judicante competente, desde que conste no termo de decisão do respectivo processo disciplinar, o não cumprimento da suspensão automática, nos termos da legislação desportiva vigente.

11.3. Para fins do disposto no item 12, entende-se por jogo subsequente o ocorrente na mesma competição e ano específico correspondente.

12. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação de Basquetebol, com a anuência da Gerência de Competição, não podendo essas resoluções contrariar as regras oficiais e o Regulamento Geral.

PRÉ – MIRIM (07 a 10 anos e 10 a 12 anos)

A) 1. A competição será regida pelas Regras Oficiais da FIBA, Regulamento Geral do JEP, Boletins Oficiais, Medidas Disciplinares Automáticas e por estas Normas Complementares;

B) Na competição do Pré-Mirim haverá as seguintes modificações da Regra:

C)

2. Na competição Pré - Mirim haverá as seguintes modificações da regra e jogos serão disputados seguindo as normas a seguir:

2.1. Os jogos terão a duração de 04 (quatro) quartos de 08 minutos (tempo corrido) com um minuto de intervalo entre cada quarto e cinco minutos de intervalo entre 2º e 3º os períodos, com o cronômetro sendo travado nos dois últimos minutos do último quarto;

2.2. Não será permitida a marcação sobre pressão, com dois ou mais atletas em qualquer parte da quadra. Em sua caracterização será cobrado um lance livre e perda da posse da bola da equipe infratora (marcação individual simples);

2.3. No 1º quarto, não poderá haver substituição, salvo em caso de contusão, atestado pela equipe médica do evento. O aluno-atleta contundido não poderá retornar ao jogo.

2.4. No intervalo do 1º para o 2º quarto todos os alunos-atletas “reservas” em condição de jogo, deverão substituir alunos-atletas “titulares” e não poderão ser substituídos até o final do 2º quarto, salvo em caso de contusão, atestado pela equipe médica do evento. O aluno-atleta contundido não poderá retornar ao jogo. Os alunos-atletas “titulares” remanescentes na quadra de jogo poderão ser substituídos pelos alunos-atletas que saíram do jogo.

2.5. Quando um ou mais alunos-atletas forem desqualificados por cometer 02 faltas antidessportivas, a equipe permanecerá com número de alunos-atletas inferior até o término do “quarto (1º ou 2º)” em que o fato ocorrer.

2.6. As substituições obrigatórias estabelecidas no item 2.3 levarão em consideração a proporcionalidade de alunos-atletas em condição de participação para o início do jogo para ambas às equipes.

2.7. A equipe que se recusar ou não cumprir com os itens 2.3, 2.4 e 2.5:

2.7.1. Em caso de vitória, o resultado será invertido em favor da equipe adversária, aplicando-se os pontos estabelecidos no Regulamento Geral.

2.7.2. Em caso de derrota, manter-se-á o resultado.

2.7.3. Em ambos os casos será encaminhado relatório a Comissão Disciplinar.

2.8. Nos 3º e 4º quartos, as substituições estarão liberadas, seguindo a regra oficial adotada pela CBB.

2.9. O Tempo debitado será: 01(um) em cada quarto, sendo acumulado o primeiro para o segundo, e do terceiro para o quarto e 01 (um) a cada período extra;

2.10. Limite de faltas: 04 (quatro) faltas coletivas para cada quarto de jogo.

2.11. Em caso de empate, o desempate far-se-á em um período extra de 03 (três) minutos com cronômetro travado quando a bola estiver fora de jogo, ou quantos forem necessários até que haja um vencedor.

2.12. As equipes deverão utilizar obrigatoriamente apenas o sistema de defesa individual durante o jogo todo.

2.12.1. As equipes que não estiverem utilizando este sistema, assim que detectado pela arbitragem, será punida com uma falta técnica (C – para o técnico).

2.13. As regras estabelecidas no item 3 e subitens serão obrigatórias em todas as fases da competição, inclusive nas finais.

D)

3. A bola utilizada será a Penalty oficial mirim (5.6).

4. A altura da tabela será de 2,75 metros.

5. Quando as equipes se apresentarem para o jogo com uniformes semelhantes, a critério do árbitro, haverá sorteio para indicar a que deverá mudar de camisa, ou usar o colete de jogo.

6. A contagem de pontos para classificação das equipes, será a seguinte:

- | | |
|-------------|------------|
| a) Vitória: | 02 pontos. |
| b) Derrota: | 01 ponto. |

7. Em caso de empate entre duas ou mais equipes, serão adotados os seguintes critérios em ordem de citação, em todos os jogos da fase em questão:

- a) Saldo de pontos;
- b) Maior número de pontos marcados;
- c) Maior número de cestas de 03(três) pontos marcadas;
- d) Sorteio.

OBSERVAÇÃO

1. Qualquer dano que ocorra às instalações desportivas, em consequência do aquecimento de atletas, as despesas serão de responsabilidade da equipes causadora do incidente;
2. O protocolo para início dos jogos, será o mesmo adotado pela FPB, para os Campeonatos Pernambucanos, exceto o tempo de aquecimento que será de 5 minutos;
3. As equipes deverão apresentar-se ao delegado da partida, para identificação, 25 minutos antes do horário determinado em tabela, para início do seu jogo, de acordo com o Capítulo X – Do credenciamento e da Participação artigo 54;

NORMAS ESPECÍFICAS DE FUTEBOL –

MIRIM (12 a 14 anos)

1. A competição será regida pelas Regras Oficiais da CBF, Regulamento Geral do Jogos Escolares de Petrolina, Boletins Oficiais, Código de Disciplina Esportiva e por estas Normas Específicas.

2. Cada instituição de ensino deverá inscrever no mínimo 11 (onze) alunos-atletas e no máximo 18(dezoito) alunos-atletas:

3. O formato do jogo será:

2.1 Os jogos serão disputados em dois tempos de 25` (vinte e cinco) minutos, com 10` (dez) minutos de intervalo.

4. A contagem de pontos para a classificação das equipes será a seguinte:

- a) Vitória 03 pontos.
- b) Empate 01 pontos
- c) Derrota 00 pontos.

5. Em caso de empate entre duas ou mais equipes, serão adotados os seguintes critérios em ordem de citação, em todos os jogos da fase em questão:

- a) Maior número de vitória;
- b) Maior saldo de gols;
- c) Maior número de gols pró;
- d) Menor número de gols sofridos;

- e) Disciplina pela regra de pontuação, sendo: Cartão amarelo – 01 pontos; Cartão vermelho – 02 pontos;
- f) Sorteio.

6. Nos casos em que um jogo não puder terminar empatado será adota o seguinte critério:

- a) Haverá cobrança de uma série de cinco tiros livres da marca do pênalti para cada equipe, a serem executadas por jogadores diferentes e alternadamente. Persistindo o empate, haverá a cobrança de tantas séries quantas forem necessária de um tiro livre para cada equipe, executadas por jogadores diferentes e alternadamente, até surgir um vencedor.

7. O atleta penalizado com 02 (dois) cartões amarelos estará, automaticamente, suspenso da partida seguinte que a equipe vier a disputar.

8. Será obrigatório o uso de caneleiras.

9. O delegado do jogo deverá exigir que o capitão e Técnico assinem a súmula antes do seu início.

- a) Iniciado o jogo, caso uma equipe esteja incompleta, poderá ser completada no seu decorrer, observando-se, porém, o que diz a regra do desporto sobre o número mínimo de atletas para uma equipe iniciar uma partida.
- b) Após o início do jogo, nenhum atleta poderá ser acrescentado a súmula.

INFANTIL (15 a 17 anos)

1. A competição será regida pelas Regras Oficiais da CBF, Regulamento Geral do Jogos Escolares de Petrolina, Boletins Oficiais, Código de Disciplina Esportiva e por estas Normas Específicas.

2. Cada instituição de ensino deverá inscrever no mínimo 11 (onze) alunos-atletas e no máximo 18(dezoito) alunos-atletas:

3. O formato do jogo será:

2.1 Os jogos serão disputados em dois tempos de 30` (TRINTA) minutos, com 10` (dez) minutos de intervalo.

4. A contagem de pontos para a classificação das equipes será a seguinte:

- a) Vitória 03 pontos.
- b) Empate 01 pontos
- c) Derrota 00 pontos.

5. Em caso de empate entre duas ou mais equipes, serão adotados os seguintes critérios em ordem de citação, em todos os jogos da fase em questão:

- g) Maior número de vitória;
- h) Maior saldo de gols;

- i) Maior número de gols pró;
- j) Menor número de gols sofridos;
- k) Disciplina pela regra de pontuação, sendo: Cartão amarelo – 01 pontos; Cartão vermelho – 02 pontos;
- l) Sorteio.

6. Nos casos em que um jogo não puder terminar empatado será adota o seguinte critério:

- b) Haverá cobrança de uma série de cinco tiros livres da marca do pênalti para cada equipe, a serem executadas por jogadores diferentes e alternadamente. Persistindo o empate, haverá a cobrança de tantas séries quantas forem necessárias de um tiro livre para cada equipe, executadas por jogadores diferentes e alternadamente, até surgir um vencedor.

7. O atleta penalizado com 02 (dois) cartões amarelos estará, automaticamente, suspenso da partida seguinte que a equipe vier a disputar.

8. Será obrigatório o uso de caneleiras.

9. O delegado do jogo deverá exigir que o capitão e Técnico assinem a súmula antes do seu início.

- c) Iniciado o jogo, caso uma equipe esteja incompleta, poderá ser completada no seu decorrer, observando-se, porém, o que diz a regra do desporto sobre o número mínimo de atletas para uma equipe iniciar uma partida.
- d) Após o início do jogo, nenhum atleta poderá ser acrescentado a súmula.

NORMAS ESPECÍFICAS DE FUTSAL

MIRIM (12 a 14 anos)

1. A Competição de Futsal será realizada de acordo com as regras oficiais da FIFA para a modalidade, adotada pela Confederação Brasileira de Futebol de Salão (CBFS), Regulamento Geral dos Jogos Escolares de Petrolina, Boletins Oficiais, Código de Disciplina Esportiva e Por estas Normas Específicas.

2. Cada instituição de ensino deverá inscrever no mínimo 08 (oito) alunos-atletas e no máximo 14(catorze) alunos-atletas na fase em vigência:

3. Na Competição Mirim os jogos serão disputados seguindo as normas a seguir:

3.1. Os jogos terão 02 (dois) tempos de 15 (quinze) minutos com cronômetro travado quando a bola estiver fora de jogo e com intervalo de 05 (cinco) minutos entre ambos, divididos em 04 (quatro) quartos de 07 (sete) minutos e 30 (trinta) segundos cada, com intervalo de 01 (um) minuto entre o 1º e 2º quartos e entre 3º e 4º quartos.

3.2. No primeiro quarto da partida, não poderá haver substituição, salvo em caso de contusão. O aluno-atleta contundido não poderá retornar a partida.

3.3. O técnico definirá quando os alunos atletas que não jogaram o 1º quarto e estão em condições de jogo, jogarão em um dos 3 quartos seguintes de forma integral e não poderão ser substituídos até o final do quarto jogado, salvo em caso de contusão. O aluno-atleta contundido não poderá retornar a partida.

Os alunos que já tenham participado de um quarto completo em quadra, terão suas substituições liberadas, seguindo a regra oficial adotada pela CBFS.

3.4. As substituições obrigatórias estabelecidas no item 3 levarão em consideração a proporcionalidade de alunos-atletas em condição de participação para o início do jogo para ambas às equipes.

3.5. A equipe que não cumprir com os itens 3.2 e 3.3 receberá a seguinte sanção:

3.5.1. Em caso de vitória, o resultado será invertido em favor da equipe adversária.

RESULTADO DO JOGO	RESULTADO INVERTIDO
EQUIPE A 10 X 02 EQUIPE B	EQUIPE A 10 X 11 EQUIPE B

3.5.2. Em caso de derrota, manter-se-á o resultado.

3.6. As regras estabelecidas no item 3 serão obrigatórias somente na fase classificatória. Nas fases seguintes serão utilizadas as regras oficiais adotadas pela CBFS.

4. O sistema de pontuação nos grupos será:

4.1 Vitória – 02 pontos

4.2 Derrota – 01 ponto

5. Os uniformes deverão obedecer à regra da modalidade, o Regulamento Geral e aos seguintes critérios:

5.1. Camisas numeradas nas costas e na frente e short numerado.

5.2. Shorts numerados na frente, podendo o goleiro optar em utilizar agasalho.

5.3. Tênis, meias, caneleiras e coletes de reservas.

5.4. Os goleiros deverão ter uniformes de cores diferentes da sua equipe e da equipe adversária, inclusive dos goleiros adversários.

5.5. Excepcionalmente, havendo coincidência de cores da camisa do goleiro com quaisquer outros jogadores, o Comitê Organizador fornecerá um colete de cor contrastante.

5.6. Quando da utilização de goleiro (a)-linha, este (a) deverá usar camisa de cor contrastante com as dos (as) demais atletas, contendo sua mesma numeração de linha.

5.7. Todos os Jogadores que se encontrem no banco de reservas deverão obrigatoriamente trajar o colete de reservas, por cima do seu uniforme.

5.8. Os alunos-atletas que se apresentarem fora dos padrões de uniformes estabelecidos no item 5 deste regulamento serão impedidos de competir.

6. Todos os jogos deverão ter um vencedor, portanto não poderão terminar empatados. No caso de empate no tempo regulamentar serão adotados os seguintes procedimentos:

6.1. Para o desempate serão realizadas cobranças de 05 (cinco) tiros livres diretos a gol, executados da marca penal, alternadamente, a serem cobrados por todos os alunos-atletas relacionados em súmula, exceto os expulsos.

6.2. Ainda persistindo o empate, serão cobrados tantos tiros livres diretos a gol quanto necessários, executado da marca penal, alternadamente, por diferentes atletas em condição de jogo, até que haja um vencedor.

6.3. Para efeito de critérios de desempate somente serão computados os gols feitos e recebidos dentro do tempo normal de jogo. Isto é, os gols feitos e recebidos nos pênaltis não serão computados nos critérios de desempates.

6. Em caso do não comparecimento de uma equipe dentro do horário estipulado para o jogo, após a contagem de 15 minutos será declarada ausente, aplicando-se o **W.O** em favor da equipe presente, à qual será declarada vencedora pelo placar de 01x00. Caso nenhuma das duas equipes se façam presentes em tempo hábil, será declarado o duplo não comparecimento, atribuindo-se derrota a ambas as equipes.

7. Na Fase Classificatória, quando no mesmo grupo 02 (duas) ou mais equipes terminarem empatadas, o desempate far-se-á pelos seguintes critérios e em ordem sucessiva de eliminação:

7.1. Confronto direto no jogo realizado entre as equipes empatadas (utilizado somente no caso de empate entre 02 (duas) equipes).

7.2. Maior coeficiente de gols *average* apurado em todos os jogos do grupo na fase.

7.3. Maior número de gols pró apurado em todos os jogos do grupo na fase.

7.4. Menor número de gols contra apurado em todos os jogos do grupo na fase.

7.5. Sorteio.

Observações:

I. Na hipótese da aplicação do critério de gols *average*, dividir-se-á o número de gols pró pelos gols contra, considerando-se classificada a equipe que obtiver maior coeficiente.

II. Quando, para cálculo de *gols average*, uma equipe não sofrer gol, é ela a classificada, pois é impossível a divisão por zero, assegurando à equipe sem gols sofridos a classificação pelo critério de *gols average*.

III. Quando, para cálculo de *gols average*, mais de uma equipe não sofrer gol, será classificada, a equipe que tiver o ataque mais positivo em todos os jogos disputados da fase, pois tecnicamente seu resultado será maior.

8. Serão utilizados os seguintes critérios técnicos para classificar o MIT (MELHOR ÍNDICE TÉCNICO) de todos os grupos da Fase Classificatória para a fase seguinte, Caso no sistema de disputa haja esta necessidade:

8.1. Os grupos com maior número de equipes terão eliminados todos os pontos e resultados obtidos nos jogos com o último lugar de cada grupo, deixando todos os grupos com mesmo número de equipes, para posteriormente passar para o item 8.2. Caso todos os grupos tenham o mesmo número de equipes passar-se-á automaticamente para o item 8.2.

8.2. Será classificado o 2º lugar que tenha maior número de pontos ganhos.

8.3. Caso haja mais de uma equipe empatada na condição descrita no item 8.2, passar-se-á aos critérios específicos descritos a seguir, somente para os empatados.

8.3.1. Gols *average* (dividir os gols pró pelos gols contra nos jogos entre as equipes selecionadas na fase. Classifica-se o maior resultado).

8.3.2. Gols pró (gols feitos nos jogos disputados entre as equipes selecionadas na fase. Classifica-se o maior resultado).

8.3.3. Gols contra (gols sofridos nos jogos entre as equipes selecionadas na fase. Classifica-se o menor resultado).

8.3.4. Saldo de gols (subtrair os gols contra dos gols pró, nos jogos entre as equipes selecionadas na fase. Classifica-se a maior média).

8.3.5. Sorteio.

9. A bola de jogo será definida pela comissão organizadora do evento.

10. A equipe deverá comparecer ao local do jogo com antecedência e devidamente uniformizada. Para ter condição de participação, antes do início do jogo, todos os componentes da equipe deverão apresentar documento oficial com foto à equipe de arbitragem.

11. A entrada dos jogadores na quadra para o aquecimento será feita tão logo ela esteja livre e liberada pela equipe de arbitragem/coordenação de modalidade.

11.1. O aquecimento inicial, a critério de cada equipe, poderá ser feito fora da quadra em local determinado pela Coordenação da modalidade.

11.2. O tempo de aquecimento na quadra será determinado previamente pela equipe de arbitragem.

12. Estará automaticamente suspenso do jogo seguinte, o participante:

12.1. Aluno-atleta que receber 01 (um) cartão vermelho (expulsão) ou;

12.2. Aluno-atleta que receber 02 (dois) cartões amarelos (advertência) consecutivos ou não.

12.3. Membro da Comissão Técnica que for excluído do jogo e relatado na súmula ou em relatório anexo.

Observações:

I. A contagem de cartões, para fins de suspensão automática é feita separadamente e por tipologia de cartão, não havendo a possibilidade de o cartão vermelho apagar o amarelo já recebido no mesmo jogo.

II. Não se aplica o disposto neste item, se antes do cumprimento da suspensão, o aluno-atleta ou membro da Comissão Técnica for absolvido pelo órgão judicante competente, desde que conste no termo de decisão do respectivo processo disciplinar, o não cumprimento da suspensão automática, nos termos da legislação desportiva vigente.

III. Para fins do disposto neste item entende-se por jogo seguinte o ocorrente na mesma competição e ano específico correspondente.

IV. Quando o jogo não for realizado por não comparecimento de uma das equipes, a suspensão não será considerada cumprida, devendo ser cumprida na partida subsequente, conforme normas da CBFS.

V. A contagem de cartões, para fins de suspensão automática, será feita de forma cumulativa. Os cartões recebidos na Fase Classificatória serão anulados para as fases seguintes, exceto caso o aluno-atleta receba o 2º cartão amarelo ou o cartão vermelho no seu último jogo da Fase Classificatória. Assim este aluno atleta deverá, obrigatoriamente, cumprir a suspensão automática no próximo jogo.

VI. O participante que em determinado momento da competição, simultaneamente, acumular 02 (dois) cartões amarelos e mais 01 (um) cartão vermelho, cumprirá automaticamente a suspensão por 02 (dois) jogos.

VII. O controle dos cartões recebidos independe de comunicação oficial, será de responsabilidade exclusiva das equipes disputante da competição.

13. Não será permitido jogar com pircing, brinco. Colar, presilha ou qualquer outro objeto que ponha em risco a integração física dos alunos-atletas.

14. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação de Futsal com a anuência da Coordenação Geral, não podendo essas resoluções contrariar as regras oficiais adotadas pela CBFS e o Regulamento Geral.

INFANTIL (15 a 17 anos)

1. A Competição de Futsal será realizada de acordo com as regras oficiais da FIFA para a modalidade, adotada pela Confederação Brasileira de Futebol de Salão (CBFS), Regulamento Geral dos Jogos Escolares de Petrolina, Boletins Oficiais, Código de Disciplina Esportiva e Por estas Normas Específicas.

2. Cada instituição de ensino deverá inscrever no mínimo 08 (oito) alunos-atletas e no máximo 14(catorze) alunos-atletas na fase em vigência:

3. Na Competição Infantil os jogos serão disputados seguindo as normas a seguir:

4. Os jogos serão disputados em 02 (dois) tempos de 20 (vinte) minutos com cronômetro travado quando a bola estiver fora de jogo e com intervalo de 05 (cinco) minutos entre ambos.

4. O sistema de pontuação nos grupos será:

4.1 Vitória – 02 pontos

4.2 Derrota – 01 pontos

5. Os uniformes deverão obedecer à regra da modalidade, o Regulamento Geral e aos seguintes critérios:

5.1. Camisas numeradas nas costas e na frente e short numerado.

5.2. Shorts numerados na frente, podendo o goleiro optar em utilizar agasalho.

5.3. Tênis, meióes, caneleiras e coletes de reservas.

5.4. Os goleiros deverão ter uniformes de cores diferentes da sua equipe e da equipe adversária, inclusive dos goleiros adversários.

5.5. Excepcionalmente, havendo coincidência de cores da camisa do goleiro com quaisquer outros jogadores, o Comitê Organizador fornecerá um colete de cor contrastante.

5.6. Quando da utilização de goleiro (a)-linha, este (a) deverá usar camisa de cor contrastante com as dos (as) demais atletas, contendo sua mesma numeração de linha.

5.7. Todos os Jogadores que se encontrem no banco de reservas deverão obrigatoriamente trajar o colete de reservas, por cima do seu uniforme.

5.8. Os alunos-atletas que se apresentarem fora dos padrões de uniformes estabelecidos no item 5 deste regulamento serão impedidos de competir.

6. Todos os jogos deverão ter um vencedor, portanto não poderão terminar empatados. No caso de empate no tempo regulamentar serão adotados os seguintes procedimentos:

6.1. Para o desempate serão realizadas cobranças de 05 (cinco) tiros livres diretos a gol, executados da marca penal, alternadamente, a serem cobrados por todos os alunos-atletas relacionados em súmula, exceto os expulsos.

6.2. Ainda persistindo o empate, serão cobrados tantos tiros livres diretos a gol quanto necessários, executado da marca penal, alternadamente, por diferentes atletas em condição de jogo, até que haja um vencedor.

6.3. Para efeito de critérios de desempate somente serão computados os gols feitos e recebidos dentro do tempo normal de jogo. Isto é, os gols feitos e recebidos nos pênaltis não serão computados nos critérios de desempates.

6. Em caso do não comparecimento de uma equipe dentro do horário estipulado para o jogo, após a contagem de 15 minutos será declarada ausente, aplicando-se o **W x O** em favor da equipe presente, à qual será declarada vencedora pelo placar de 01x00. Caso nenhuma das duas equipes se façam presentes em tempo hábil, será declarado o duplo não comparecimento, atribuindo-se derrota a ambas as equipes.

7. Na Fase Classificatória, quando no mesmo grupo 02 (duas) ou mais equipes terminarem empatadas, o desempate far-se-á pelos seguintes critérios e em ordem sucessiva de eliminação:

7.1. Confronto direto no jogo realizado entre as equipes empatadas (utilizado somente no caso de empate entre 02 (duas) equipes).

7.2. Maior coeficiente de gols *average* apurado em todos os jogos do grupo na fase.

7.3. Maior número de gols pró apurado em todos os jogos do grupo na fase.

7.4. Menor número de gols contra apurado em todos os jogos do grupo na fase.

7.5. Sorteio.

Observações:

I. Na hipótese da aplicação do critério de gols *average*, dividir-se-á o número de gols pró pelos gols contra, considerando-se classificada a equipe que obtiver maior coeficiente.

II. Quando, para cálculo de *gols average*, uma equipe não sofrer gol, é ela a classificada, pois é impossível a divisão por zero, assegurando à equipe sem gols sofridos a classificação pelo critério de *gols average*.

III. Quando, para cálculo de *gols average*, mais de uma equipe não sofrer gol, será classificada, a equipe que tiver o ataque mais positivo em todos os jogos disputados da fase, pois tecnicamente seu resultado será maior.

8. Serão utilizados os seguintes critérios técnicos para classificar o MIT (MELHOR ÍNDICE TÉCNICO) de todos os grupos da Fase Classificatória para a fase seguinte, Caso no sistema de disputa haja esta necessidade:

8.1. Os grupos com maior número de equipes terão eliminados todos os pontos e resultados obtidos nos jogos com o último lugar de cada grupo, deixando todos os grupos com mesmo número de equipes, para posteriormente passar para o item 8.2. Caso todos os grupos tenham o mesmo número de equipes passar-se-á automaticamente para o item 8.2.

8.2. Será classificado o 2º lugar que tenha maior número de pontos ganhos.

8.3. Caso haja mais de uma equipe empatada na condição descrita no item 8.2, passar-se-á aos critérios específicos descritos a seguir, somente para os empatados.

8.3.1. Gols *average* (dividir os gols pró pelos gols contra nos jogos entre as equipes selecionadas na fase. Classifica-se o maior resultado).

8.3.2. Gols pró (gols feitos nos jogos disputados entre as equipes selecionadas na fase. Classifica-se o maior resultado).

8.3.3. Gols contra (gols sofridos nos jogos entre as equipes selecionadas na fase. Classifica-se o menor resultado).

8.3.4. Saldo de gols (subtrair os gols contra dos gols pró, nos jogos entre as equipes selecionadas na fase. Classifica-se a maior média).

8.3.5. Sorteio.

9. A bola de jogo será definida pela comissão organizadora do evento.

10. A equipe deverá comparecer ao local do jogo com antecedência e devidamente uniformizada. Para ter condição de participação, antes do início do jogo, todos os componentes da equipe deverão apresentar documento oficial com foto à equipe de arbitragem.

11. A entrada dos jogadores na quadra para o aquecimento será feita tão logo ela esteja livre e liberada pela equipe de arbitragem/coordenação de modalidade.

11.1. O aquecimento inicial, a critério de cada equipe, poderá ser feito fora da quadra em local determinado pela Coordenação da modalidade.

11.2. O tempo de aquecimento na quadra será determinado previamente pela equipe de arbitragem.

12. Estará automaticamente suspenso do jogo seguinte, o participante:

12.1. Aluno-atleta que receber 01 (um) cartão vermelho (expulsão) ou;

12.2. Aluno-atleta que receber 02 (dois) cartões amarelos (advertência) consecutivos ou não.

12.3. Membro da Comissão Técnica que for excluído do jogo e relatado na súmula ou em relatório anexo.

Observações:

I. A contagem de cartões, para fins de suspensão automática é feita separadamente e por tipologia de cartão, não havendo a possibilidade de o cartão vermelho apagar o amarelo já recebido no mesmo jogo.

II. Não se aplica o disposto neste item, se antes do cumprimento da suspensão, o aluno-atleta ou membro da Comissão Técnica for absolvido pelo órgão julgante competente, desde que conste no termo de decisão do respectivo processo disciplinar, o não cumprimento da suspensão automática, nos termos da legislação desportiva vigente.

III. Para fins do disposto neste item entende-se por jogo seguinte o ocorrente na mesma competição e ano específico correspondente.

IV. Quando o jogo não for realizado por não comparecimento de uma das equipes, a suspensão não será considerada cumprida, devendo ser cumprida na partida subsequente, conforme normas da CBFS.

V. A contagem de cartões, para fins de suspensão automática, será feita de forma cumulativa. Os cartões recebidos na Fase Classificatória serão anulados para as fases seguintes, exceto caso o aluno-atleta receba o 2º cartão amarelo ou o cartão vermelho no seu último jogo da Fase Classificatória. Assim este aluno atleta deverá, obrigatoriamente, cumprir a suspensão automática no próximo jogo.

VI. O participante que em determinado momento da competição, simultaneamente, acumular 02 (dois) cartões amarelos e mais 01 (um) cartão vermelho, cumprirá automaticamente a suspensão por 02 (dois) jogos.

VII. O controle dos cartões recebidos independe de comunicação oficial, será de responsabilidade exclusiva das equipes disputante da competição.

13. Não será permitido jogar com pircing, brinco. Colar, presilha ou qualquer outro objeto que ponha em risco a integração física dos alunos-atletas.

14. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação de Futsal com a anuência da Coordenação Geral, não podendo essas resoluções contrariar as regras oficiais adotadas pela CBFS e o Regulamento Geral.

PRÉ- MIRIM (07 a 10 anos e 10 a 12 anos)

1. A competição será regida pelas Regras Oficiais da CBFS, Regulamento Geral dos Jogos Escolares de Petrolina, Código de Disciplina Esportiva e por estas Normas Específicas.

2. Nas competições do Pré Mirim haverá as seguintes modificações da regra:

2.1. Os jogos terão 02 (dois) tempos de 15 (quinze) minutos corridos e com intervalo de 05 (cinco) minutos entre ambos.

2.2. Até os 07 (sete) minutos e 30 (trinta) segundos iniciais do 1º tempo da partida, não poderá haver substituição, salvo em caso de contusão. O aluno-atleta contundido não poderá retornar a partida.

2.3. Aos 07 (sete) minutos e 30 (trinta) segundos haverá uma parada obrigatória no cronômetro, de 30 (trinta) segundos a 01 (um) minuto, onde os alunos-atletas “reservas” em condição de jogo deverão substituir os alunos-atletas “titulares” e não poderão ser substituídos até o final do 1º tempo, salvo em caso de contusão. O aluno-atleta contundido não poderá retornar ao jogo. Os alunos atletas “titulares” remanescentes na quadra de jogo poderão ser substituídos pelos alunos-atletas que saíram do jogo.

2.4. As substituições obrigatórias estabelecidas no item 2.3 levarão em consideração a proporcionalidade de alunos-atletas em condição de participação para o início do jogo para ambas às equipes.

2.6. No 2º tempo, as substituições estarão liberadas, seguindo a regra oficial adotada pela CBFS.

2.7. A equipe que não cumprir com os itens 2.2 e 2.3, receberá a seguinte sanção:

2.7.1. Em caso de vitória, o resultado será invertido em favor da equipe adversária.

2.7.2. Em caso de derrota, manter-se-á o resultado.

2.7.3. Em ambos os casos será encaminhado relatório a Comissão Disciplinar.

2.8. As regras estabelecidas nos itens 2.2 a 2.3 serão obrigatórias durante toda competição nas categorias Pré-mirim A e Pré mirim B.

2.9. *No segundo tempo, as substituições estarão liberadas, segue a regra oficial da CBFS;*

2.10. Na categoria Pré –mirim A não será usado cartão para punir os alunos/atletas. Caso o árbitro julgue necessário que o aluno/atleta deva ser punido o fará comunicando ao técnico que deverá substituí-lo imediatamente. Caso o Técnico não cumpra com a ordem do árbitro será expulso da partida e o atleta comunicado que deverá se retirar da quadra de jogo. O árbitro fará relatório para ser avaliada pela Comissão Disciplinar.

3.1 O atleta punido, não poderá retornar a partida, mas poderá permanecer no banco de reservas.

3.2 O mesário deverá anotar a punição do atleta regularmente como manda a regra.

Observações:

I. Os goleiros deverão ter uniformes de cores diferentes da sua equipe e da equipe adversária, inclusive dos goleiros adversários.

II. Excepcionalmente, havendo coincidência de cores da camisa do goleiro com quaisquer outros jogadores, o Comitê Organizador fornecerá um colete de cor contrastante.

III. Quando da utilização de goleiro (a) linha, este (a) deverá usar camisa de cor contrastante com as dos (as) demais atletas, contendo sua mesma numeração de linha, salvo no caso de a cor de tal camisa coincidir com a cor das camisas da equipe adversária, ocasião em que a organização poderá fornecer um colete ou autorizar o uso de outra camisa

6. Em caso do não comparecimento de uma equipe dentro do horário estipulado para o jogo, após a contagem de 15 minutos será declarada ausente, aplicando-se o **W x O** em favor da equipe presente, à qual será declarada vencedora pelo placar de 01x00. Caso nenhuma das duas equipes se façam presentes em tempo hábil, será declarado o duplo não comparecimento, atribuindo-se derrota a ambas as equipes.

7. Na Fase Classificatória, quando no mesmo grupo 02 (duas) ou mais equipes terminarem empatadas, o desempate far-se-á pelos seguintes critérios e em ordem sucessiva de eliminação:

7.1. Confronto direto no jogo realizado entre as equipes empatadas (utilizado somente no caso de empate entre 02 (duas) equipes).

7.2. Maior coeficiente de gols *average* apurado em todos os jogos do grupo na fase.

7.3. Maior número de gols pró apurado em todos os jogos do grupo na fase.

7.4. Menor número de gols contra apurado em todos os jogos do grupo na fase.

7.5. Sorteio.

Observações:

I. Na hipótese da aplicação do critério de gols *average*, dividir-se-á o número de gols pró pelos gols contra, considerando-se classificada a equipe que obtiver maior coeficiente.

II. Quando, para cálculo de *gols average*, uma equipe não sofrer gol, é ela a classificada, pois é impossível a divisão por zero, assegurando à equipe sem gols sofridos a classificação pelo critério de *gols average*.

III. Quando, para cálculo de *gols average*, mais de uma equipe não sofrer gol, será classificada, a equipe que tiver o ataque mais positivo em todos os jogos disputados da fase, pois tecnicamente seu resultado será maior.

8. Caso Necessário no sistema de disputa serão utilizados os seguintes critérios técnicos para classificar o melhor 2º lugar de todos os grupos da Fase Classificatória para a Fase Semifinal:

8.1. Os grupos com maior número de equipes terão eliminados todos os pontos e resultados obtidos nos jogos com o último lugar de cada grupo, deixando todos os grupos com mesmo número de equipes, para posteriormente passar para o item 8.2. Caso todos os grupos tenham o mesmo número de equipes passar-se-á automaticamente para o item 8.2.

8.2. Será classificado o 2º lugar que tenha maior número de pontos ganhos.

8.3. Caso haja mais de uma equipe empatada na condição descrita no item 8.2, passar-se-á aos critérios específicos descritos a seguir, somente para os empatados.

8.3.1. Gols *average* (dividir os gols pró pelos gols contra nos jogos entre as equipes selecionadas na fase. Classifica-se o maior resultado).

8.3.2. Gols pró (gols feitos nos jogos disputados entre as equipes selecionadas na fase. Classifica-se o maior resultado).

8.3.3. Gols contra (gols sofridos nos jogos entre as equipes selecionadas na fase. Classifica-se o menor resultado).

8.3.4. Saldo de gols (subtrair os gols contra dos gols pró, nos jogos entre as equipes selecionadas na fase. Classifica-se a maior média).

8.3.5. Sorteio.

9. Os Jogos eliminatórios não poderão terminar empatados. Caso no tempo normal isto ocorra, serão adotados os seguintes procedimentos:

9.1. Para o desempate far-se-á uma prorrogação de 02 (dois) tempos de 05 (cinco) minutos.

9.2. Persistindo o empate será realizada uma primeira rodada de 03 (três) cobranças de pênaltis para cada equipe com alunos-atletas diferentes e cobranças alternadas. Cada equipe nomeia 03 (três) alunos-atletas. Não é necessário que as equipes pré-determinem a sequência de seus alunos-atletas.

Os goleiros podem ser livremente escolhidos e substituídos entre os alunos atletas eleitos para participar.

9.3. Persistindo o empate serão adotadas cobranças alternadas até que se haja um vencedor.

10. A bola de jogo será definida pela comissão organizadora do evento.

11. A equipe deverá comparecer ao local do jogo com antecedência e devidamente uniformizada. Para ter condição de participação, antes do início do jogo, todos os componentes da equipe deverão apresentar documento oficial com foto à equipe de arbitragem.

12. A entrada dos jogadores na quadra para o aquecimento será feita tão logo ela esteja livre e liberada pela equipe de arbitragem/coordenação de modalidade.

12.1. O aquecimento inicial, a critério de cada equipe, poderá ser feito fora da quadra em local determinado pela Coordenação da modalidade.

12.2. O tempo de aquecimento na quadra será determinado previamente pela equipe de arbitragem.

13. Estará automaticamente suspenso do jogo seguinte (pré-mirim B), o participante:

13.1. Aluno-atleta que receber 01 (um) cartão vermelho (expulsão) ou;

13.2. Aluno-atleta que receber 02 (dois) cartões amarelos (advertência) consecutivos ou não.

13.3. Membro da Comissão Técnica que for excluído do jogo e relatado na súmula ou em relatório anexo (pré-Mirim A e B).

Observações: Para a Categoria Pré-mirim B

I. A contagem de cartões, para fins de suspensão automática é feita separadamente e por tipologia de cartão, não havendo a possibilidade de o cartão vermelho apagar o amarelo já recebido no mesmo jogo.

II. Não se aplica o disposto neste item, se antes do cumprimento da suspensão, o aluno-atleta ou membro da Comissão Técnica for absolvido pelo órgão judicante competente, desde que conste no termo de decisão do respectivo processo disciplinar, o não cumprimento da suspensão automática, nos termos da legislação desportiva vigente.

III. Para fins do disposto neste item entende-se por jogo seguinte o ocorrente na mesma competição e ano específico correspondente.

IV. Quando o jogo não for realizado por não comparecimento de uma das equipes, a suspensão não será considerada cumprida, devendo ser cumprida na partida subsequente, conforme normas da CBFS.

V. A contagem de cartões, para fins de suspensão automática, será feita de forma cumulativa. Os cartões recebidos na Fase Classificatória serão anulados para as fases seguintes, exceto caso o aluno-atleta receba o 2º cartão amarelo ou o cartão vermelho no seu último jogo da Fase Classificatória. Assim este aluno atleta deverá, obrigatoriamente, cumprir a suspensão automática no próximo jogo.

VI. O participante que em determinado momento da competição, simultaneamente, acumular 02 (dois) cartões amarelos e mais 01 (um) cartão vermelho, cumprirá automaticamente a suspensão por 02 (dois) jogos.

14. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação de Futsal com a anuência da Coordenação Geral, não podendo essas resoluções contrariar as regras oficiais adotadas pela CBFS e o Regulamento Geral.

NORMAS ESPECÍFICAS DE HANDEBOL

MIRIM (12 a 14 anos)

1. A Competição de Handebol será realizada de acordo com as regras oficiais da Confederação Brasileira de Handebol (CBHb), Regulamento Geral dos Jogos Escolares de Petrolina, Boletins Oficiais, Código de Disciplina Esportiva e Por estas Normas Específicas.

2. Cada instituição de ensino deverá inscrever no mínimo 10 (dez) alunos-atletas e no máximo 16 (dezesseis) alunos-atletas na fase em vigência:

3. Nas Competições do Mirim haverá as seguintes modificações das Regras:

3.1. Os jogos terão a duração de 40 (quarenta) minutos, divididos em 02 (dois) tempos de 20 (vinte) minutos com 05 (cinco) minutos de intervalo entre ambos, divididos em 4 (quatro) quartos de 10 minutos cada com intervalo de 1(um) minuto entre o 1º e 2º quarto e 3º e 4º quarto

3.2. Nos 10 (dez) minutos iniciais do 1º tempo da partida, não poderá haver substituição, salvo em caso de contusão, O aluno-atleta contundido não poderá retornar ao jogo.

3.3. Para cada 10 minutos de jogo, que serão controlados pela equipe de arbitragem, as equipes deverão adotar os seguintes tipos de marcação:

3.4. No primeiro quarto será obrigatória a marcação individual na sua meia quadra de jogo (mesmo quando a equipe tiver algum jogador excluído), sendo que o goleiro da equipe que estiver atacando, só poderá atuar na sua própria meia-quadra. Não será necessária a marcação individual dos jogadores que ficarem parados na sua meia quadra, sem participação ativa no jogo em busca do gol.

3.5. No 2º e 3º quartos, será obrigatória a marcação com defesa em duas linhas, não podendo ter nenhum tipo de marcação individual.

3.6. No 4º quarto e quando necessário na prorrogação, o sistema de marcação será de acordo com o técnico da equipe (qualquer sistema defensivo).

3.7. No 2º e 3º quarto, quando uma equipe tiver algum jogador excluído, a mesma deverá manter duas linhas de defesa.

3.8. No final do 1º quarto teremos uma parada obrigatória no cronômetro, de 01 (um) minuto, onde os alunos-atletas “reservas” em condição de jogo deverão substituir alunos-atletas “titulares” e não poderão ser substituídos até o final do 1º tempo, salvo em caso de contusão. O aluno-atleta contundido não poderá retornar ao jogo. Os alunos-atletas “titulares” remanescentes na quadra de jogo poderão ser substituídos pelos alunos-atletas que saíram do jogo. A parada do tempo de jogo só deverá ser efetuada se a equipe que estiver de posse de bola não esteja em uma clara situação de gol ou de contra-ataque. Nesse caso a equipe de arbitragem deixará a equipe concluir o lance, para depois paralisar o jogo para a realização das substituições.

3.8.1. As substituições obrigatórias estabelecidas no item 3.8 levarão em consideração a proporcionalidade de alunos-atletas em condição de participação para o início do jogo para ambas às equipes.

3.8.2. A equipe que não cumprir o estabelecido nos itens 3.8 será punida de forma progressiva, como determina as regras oficiais de Handebol. Entenda-se “não cumprir”, negar-se a jogar de acordo com as normas pré-estabelecidas. Receberá a seguinte sanção:

3.8.3. Em caso de vitória, o resultado será invertido em favor da equipe adversária.

RESULTADO DO JOGO	RESULTADO INVERTIDO
EQUIPE A 10 X 02 EQUIPE B	EQUIPE A 10 X 11 EQUIPE B

3.8.4. Em caso de derrota, manter-se-á o resultado.

3.9. A equipe que não cumprir o estabelecido nos itens 3.2 será punida de forma progressiva, como determina as regras oficiais de Handebol. Entenda-se “não cumprir”, negar-se a jogar de acordo com as normas pré-estabelecidas.

3.10. Não é permitido o goleiro ultrapassar sua meia quadra (linha central) do 1º ao 3º quarto.

4. O sistema de pontuação nos grupos será:

4.1. Vitória - 02 pontos.

4.2. Derrota – 01 pontos

5. Os uniformes deverão obedecer à regra da modalidade, o Regulamento Geral e aos seguintes critérios:

- 5.1. Camisas numeradas nas costas e na frente.
- 5.2. Shorts, podendo o goleiro optar em utilizar agasalho.
- 5.3. Tênis e meia.

5.1. Os goleiros deverão ter uniformes de cores diferentes da sua equipe e da equipe adversária, inclusive dos goleiros adversários.

5.2. Excepcionalmente, havendo coincidência de cores da camisa do goleiro com quaisquer outros jogadores, o Comitê Organizador fornecerá um colete de cor contrastante.

6. Os Jogos em todas as fases, não poderão terminar empatados. Caso no tempo normal isto ocorra, serão adotados os seguintes procedimentos:

6.1. Para o desempate far-se-á uma prorrogação de 02 (dois) tempos de 05 (cinco) minutos.

6.2. Persistindo o empate será realizada uma primeira rodada de 05 (cinco) cobranças de 07 (sete) metros para cada equipe com alunos-atletas diferentes e cobranças alternadas. Cada equipe nomeia 03 (três) alunos-atletas. Não é necessário que as equipes pré-determinem a sequência de seus alunos-atletas.

Os goleiros podem ser livremente escolhidos e substituídos entre os alunos atletas eleitos para participar. Alunos-atletas podem participar no tiro de 07 (sete) metros como ambos, arremessadores e goleiros.

6.3. Persistindo o empate, cada equipe deve, novamente, nomear novos 03 (três) alunos-atletas para uma segunda rodada de 05 (cinco) cobranças de 07 (sete) metros. Não poderão ser indicados os mesmos alunos-atletas da primeira rodada.

Nesta segunda rodada, o vencedor será decidido logo que houver um gol de diferença, após cada equipe ter realizado o mesmo número de arremessos.

6.4. Persistindo o empate serão adotadas cobranças alternadas até que se haja um vencedor.

6.5. Os alunos-atletas desqualificados ou expulsos no final do tempo normal e de prorrogação de jogo, não poderão participar das cobranças de tiros de 07 (sete) metros.

7. Na Fase Classificatória, quando no mesmo grupo 02 (duas) ou mais equipes terminarem empatadas, o desempate far-se-á da seguinte maneira e em ordem sucessiva de eliminação:

7.1. Entre 02 (duas) equipes:

7.1.1. Confronto direto.

7.1.2. Maior número de vitórias.

7.1.3. Maior coeficiente de *goals average* apurado em todos os jogos disputados pelas equipes na fase.

7.1.4. Menor número de gols contra em todos os jogos disputados pelas equipes na fase.

7.1.5. Maior número de gols pró em todos os jogos disputados pelas equipes na fase.

7.1.6. Maior saldo de gols em todos os jogos disputados pelas equipes na fase.

7.1.7. Sorteio.

7.2. Entre 03 (três) equipes:

7.2.1. Maior número de vitórias.

- 7.2.2. Maior coeficiente de gols *average* nos jogos disputados entre as equipes empatadas na fase.
- 7.2.3. Menor número de gols contra nos jogos disputados entre as equipes empatadas na fase.
- 7.2.4. Maior número de gols pró nos jogos disputados entre as equipes empatadas na fase.
- 7.2.5. Maior coeficiente de *gols average* apurado em todos os jogos disputados pelas equipes na fase.
- 7.2.6. Menor número de gols contra em todos os jogos disputados pelas equipes na fase.
- 7.2.7. Maior número de gols pró em todos os jogos disputados pelas equipes na fase.
- 7.2.8. Sorteio.

Observações:

- I. Na hipótese da aplicação do critério de *gols average*, dividir-se-á o número de gols pró pelos gols contra, considerando-se classificada a equipe que obtiver maior coeficiente.
- II. Quando, para cálculo de *gols average*, uma equipe não sofrer gol, é ela a classificada, pois é impossível a divisão por zero, assegurando à equipe sem gols sofridos a classificação pelo critério de *gols average*.
- III. Quando, para cálculo de *average*, mais de uma equipe não sofrer gol, será classificada, a equipe que tiver o ataque mais positivo em todos os jogos disputados na fase, pois tecnicamente seu coeficiente será maior.

8. Caso no sistema de disputa adotado seja necessário serão utilizados os seguintes critérios técnicos para classificar o melhor MIT (MELHOR ÍNDICE TÉCNICO) de todos os grupos da Fase Classificatória para a Fase seguinte:

8.1. Os grupos com maior número de equipes terão eliminados todos os pontos e resultados obtidos nos jogos com o último lugar de cada grupo, deixando todos os grupos com mesmo número de equipes, para posteriormente passar para o item 8.2.

8.2. Será classificado a equipe que tenha maior número de pontos ganhos.

8.2. Caso todos os grupos tenham o mesmo número de equipes passar-se-á automaticamente para o item 8.3.

8.3. Caso haja mais de uma equipe empatada na condição descrita no item 8.2, passar-se-á aos critérios específicos descritos a seguir, somente para os empatados.

8.3.1. Gols *average* (dividir os gols pró pelos gols contra nos jogos entre as equipes selecionadas na fase. Classifica-se o maior resultado).

8.3.2. Gols pró (gols feitos nos jogos disputados entre as equipes selecionadas na fase. Classifica-se o maior resultado).

8.3.3. Gols contra (gols recebidos nos jogos entre as equipes selecionadas na fase. Classifica-se o menor resultado).

8.3.4. Sorteio.

9. Em caso do não comparecimento de uma equipe dentro do horário estipulado para o jogo, após a contagem de 15 minutos será declarada ausente, aplicando-se o WxO em favor da equipe presente, à qual será declarada vencedora pelo placar de 01x00. Caso nenhuma das duas equipes se façam presentes em tempo hábil, será declarado o duplo não comparecimento, atribuindo-se derrota a ambas as equipes.

10. As bolas a serem utilizadas na competição serão as bolas oficiais adotadas pela Secretária de Esportes nas categorias correspondentes.

11. Não será permitido jogar com *piercing*, brinco, colar, presilha ou qualquer outro objeto que ponha em risco a integridade física dos alunos-atletas.

12. A equipe deverá comparecer ao local do jogo com antecedência e devidamente uniformizada. Para ter condição de participação, antes do início do jogo, todos os componentes da equipe deverão apresentar suas credenciais à equipe de arbitragem.

13. A entrada dos jogadores na quadra para o aquecimento será feita tão logo ela esteja livre e liberada pela equipe de arbitragem/coordenação da modalidade.

13.1. O aquecimento inicial, a critério de cada equipe, poderá ser feito fora da quadra em local determinado pela Coordenação da modalidade.

13.2. O tempo de aquecimento na quadra será determinado previamente pela equipe de arbitragem.

14. Estará automaticamente suspenso da partida subsequente na mesma modalidade/naipe, o aluno-atleta/membro da Comissão Técnica que for desqualificado, no caso de seguir relatório anexo à súmula.

14.1. Não se aplica o disposto neste artigo, se antes do cumprimento da suspensão, o aluno-atleta/membro da Comissão Técnica for absolvido pelo órgão judicante competente, desde que constante no termo de decisão do respectivo processo disciplinar, o não cumprimento da suspensão automática, nos termos da legislação desportiva vigente.

14.2. Para fins do disposto neste artigo entende-se por partida subsequente a ocorrente na mesma competição e ano específico correspondente.

15. A Comissão Técnica da equipe poderá ser composta por até 03(três) pessoas. Será permitido a qualquer técnico/dirigente da unidade escolar inscrito na competição, e portador de CREF assumir a função de técnico e preparador físico. A comissão Técnica poderá ser composta por:

15.1. Técnico;

15.2. Preparador Físico

15.3. Médico ou Fisioterapeuta

INFANTIL (15 a 17 ANOS)

1. A Competição de Handebol será realizada de acordo com as regras oficiais da Confederação Brasileira de Handebol (CBHb), Regulamento Geral dos Jogos Escolares de Petrolina, Boletins Oficiais, Código de Disciplina Esportiva e Por estas Normas Específicas.

2. Cada instituição de ensino deverá inscrever no mínimo 10 (dez) alunos-atletas e no máximo 16 (dezesesseis) alunos-atletas na fase em vigência:

3. Os jogos serão disputados seguindo as normas a seguir:

3.1. Os jogos terão a duração de 50 (cinquenta) minutos, divididos em 02 (dois) tempos de 25 (vinte e cinco) minutos com 10 (dez) minutos de intervalo.

4. O sistema de pontuação nos grupos será:

4.1. Vitória - 02 pontos.

4.2. Derrota – 01 pontos

5. Os uniformes deverão obedecer à regra da modalidade, o Regulamento Geral e aos seguintes critérios:

- 5.1. Camisas numeradas nas costas e na frente.
- 5.2. Shorts, podendo o goleiro optar em utilizar agasalho.
- 5.3. Tênis e meia.

5.1. Os goleiros deverão ter uniformes de cores diferentes da sua equipe e da equipe adversária, inclusive dos goleiros adversários.

5.2. Excepcionalmente, havendo coincidência de cores da camisa do goleiro com quaisquer outros jogadores, o Comitê Organizador fornecerá um colete de cor contrastante.

6. Os Jogos em todas as fases, não poderão terminar empatados. Caso no tempo normal isto ocorra, serão adotados os seguintes procedimentos:

6.1. Para o desempate far-se-á uma prorrogação de 02 (dois) tempos de 05 (cinco) minutos.

6.2. Persistindo o empate será realizada uma primeira rodada de 05 (cinco) cobranças de 07 (sete) metros para cada equipe com alunos-atletas diferentes e cobranças alternadas. Cada equipe nomeia 03 (três) alunos-atletas. Não é necessário que as equipes pré-determinem a sequência de seus alunos-atletas.

Os goleiros podem ser livremente escolhidos e substituídos entre os alunos atletas eleitos para participar. Alunos-atletas podem participar no tiro de 07 (sete) metros como ambos, arremessadores e goleiros.

6.3. Persistindo o empate, cada equipe deve, novamente, nomear novos 03 (três) alunos-atletas para uma segunda rodada de 05 (cinco) cobranças de 07 (sete) metros. Não poderão ser indicados os mesmos alunos-atletas da primeira rodada.

Nesta segunda rodada, o vencedor será decidido logo que houver um gol de diferença, após cada equipe ter realizado o mesmo número de arremessos.

6.4. Persistindo o empate serão adotadas cobranças alternadas até que se haja um vencedor.

6.5. Os alunos-atletas desqualificados ou expulsos no final do tempo normal e de prorrogação de jogo, não poderão participar das cobranças de tiros de 07 (sete) metros.

7. Na Fase Classificatória, quando no mesmo grupo 02 (duas) ou mais equipes terminarem empatadas, o desempate far-se-á da seguinte maneira e em ordem sucessiva de eliminação:

7.1. Entre 02 (duas) equipes:

7.1.1. Confronto direto.

7.1.2. Maior número de vitórias.

7.1.3. Maior coeficiente de *goals average* apurado em todos os jogos disputados pelas equipes na fase.

7.1.4. Menor número de gols contra em todos os jogos disputados pelas equipes na fase.

7.1.5. Maior número de gols pró em todos os jogos disputados pelas equipes na fase.

7.1.6. Maior saldo de gols em todos os jogos disputados pelas equipes na fase.

7.1.7. Sorteio.

7.2. Entre 03 (três) equipes:

7.2.1. Maior número de vitórias.

- 7.2.2. Maior coeficiente de gols *average* nos jogos disputados entre as equipes empatadas na fase.
- 7.2.3. Menor número de gols contra nos jogos disputados entre as equipes empatadas na fase.
- 7.2.4. Maior número de gols pró nos jogos disputados entre as equipes empatadas na fase.
- 7.2.5. Maior coeficiente de *gols average* apurado em todos os jogos disputados pelas equipes na fase.
- 7.2.6. Menor número de gols contra em todos os jogos disputados pelas equipes na fase.
- 7.2.7. Maior número de gols pró em todos os jogos disputados pelas equipes na fase.
- 7.2.8. Sorteio.

Observações:

- I. Na hipótese da aplicação do critério de *gols average*, dividir-se-á o número de gols pró pelos gols contra, considerando-se classificada a equipe que obtiver maior coeficiente.
- II. Quando, para cálculo de *gols average*, uma equipe não sofrer gol, é ela a classificada, pois é impossível a divisão por zero, assegurando à equipe sem gols sofridos a classificação pelo critério de *gols average*.
- III. Quando, para cálculo de *average*, mais de uma equipe não sofrer gol, será classificada, a equipe que tiver o ataque mais positivo em todos os jogos disputados na fase, pois tecnicamente seu coeficiente será maior.

8. Caso no sistema de disputa adotado seja necessário serão utilizados os seguintes critérios técnicos para classificar o melhor MIT (MELHOR ÍNDICE TÉCNICO) de todos os grupos da Fase Classificatória para a Fase seguinte:

8.1. Os grupos com maior número de equipes terão eliminados todos os pontos e resultados obtidos nos jogos com o último lugar de cada grupo, deixando todos os grupos com mesmo número de equipes, para posteriormente passar para o item 8.2.

8.2. Será classificado a equipe que tenha maior número de pontos ganhos.

8.2. Caso todos os grupos tenham o mesmo número de equipes passar-se-á automaticamente para o item 8.3.

8.3. Caso haja mais de uma equipe empatada na condição descrita no item 8.2, passar-se-á aos critérios específicos descritos a seguir, somente para os empatados.

8.3.1. Gols *average* (dividir os gols pró pelos gols contra nos jogos entre as equipes selecionadas na fase. Classifica-se o maior resultado).

8.3.2. Gols pró (gols feitos nos jogos disputados entre as equipes selecionadas na fase. Classifica-se o maior resultado).

8.3.3. Gols contra (gols recebidos nos jogos entre as equipes selecionadas na fase. Classifica-se o menor resultado).

8.3.4. Sorteio.

9. Em caso do não comparecimento de uma equipe dentro do horário estipulado para o jogo, após a contagem de 15 minutos será declarada ausente, aplicando-se o WxO em favor da equipe presente, à qual será declarada vencedora pelo placar de 01x00. Caso nenhuma das duas equipes se façam presentes em tempo hábil, será declarado o duplo não comparecimento, atribuindo-se derrota a ambas as equipes.

10. As bolas a serem utilizadas na competição serão as bolas oficiais adotadas pela Secretária de Esportes nas categorias correspondentes.

11. Não será permitido jogar com *piercing*, brinco, colar, presilha ou qualquer outro objeto que ponha em risco a integridade física dos alunos-atletas.

12. A equipe deverá comparecer ao local do jogo com antecedência e devidamente uniformizada. Para ter condição de participação, antes do início do jogo, todos os componentes da equipe deverão apresentar suas credenciais à equipe de arbitragem.

13. A entrada dos jogadores na quadra para o aquecimento será feita tão logo ela esteja livre e liberada pela equipe de arbitragem/coordenação da modalidade.

13.1. O aquecimento inicial, a critério de cada equipe, poderá ser feito fora da quadra em local determinado pela Coordenação da modalidade.

13.2. O tempo de aquecimento na quadra será determinado previamente pela equipe de arbitragem.

14. Estará automaticamente suspenso da partida subsequente na mesma modalidade/naipe, o aluno-atleta/membro da Comissão Técnica que for desqualificado, no caso de seguir relatório anexo à súmula.

14.1. Não se aplica o disposto neste artigo, se antes do cumprimento da suspensão, o aluno-atleta/membro da Comissão Técnica for absolvido pelo órgão judicante competente, desde que constante no termo de decisão do respectivo processo disciplinar, o não cumprimento da suspensão automática, nos termos da legislação desportiva vigente.

14.2. Para fins do disposto neste artigo entende-se por partida subsequente a ocorrente na mesma competição e ano específico correspondente.

15. A Comissão Técnica da equipe poderá ser composta por até 03(três) pessoas. Será permitido a qualquer técnico/dirigente da unidade escolar inscrito na competição, e portador de CREF assumir a função de técnico e preparador físico. A comissão Técnica poderá ser composta por:

15.1. Técnico;

15.2. Preparador Físico

15.3. Médico ou Fisioterapeuta

PRÉ-MIRIM B (10 a 12 anos)

1. A competição será regida pelas Regras Oficiais da CBHb, Regulamento Geral do JEP, Boletins Oficiais, Código de Disciplina Esportiva e por estas Normas Específicas.

2. Nas competições do Pré-Mirim B haverá as seguintes modificações da regra:

2.1. *As partidas terão a duração de 30 (Trinta) minutos, divididos em 03 (três) tempos de 10 (dez) minutos com 02 (dois) minutos de intervalo, seguindo as normas abaixo:*

2.2. No Primeiro tempo de jogo, não poderá haver substituição, salvo em caso de contusão, O aluno-atleta contundido não poderá retornar ao jogo.

2.3. Para todos os jogos, que serão controlados pela equipe de arbitragem, as equipes deverão adotar os seguintes tipos de marcação:

2.3.1. No 1º tempo será obrigatória a marcação individual na sua meia quadra de jogo (mesmo quando a equipe tiver algum jogador excluído), sendo que o goleiro da equipe que estiver atacando, só poderá atuar na sua própria meia-quadra. Não será necessária a marcação individual dos jogadores que ficarem parados na sua meia quadra, sem participação ativa no jogo em busca do gol.

2.3.2. No 2º e 3º tempo e eventuais prorrogações de jogo será obrigatória a marcação em duas linhas, não podendo ter nenhum tipo de marcação individual.

2.3.4. Quando uma equipe tiver algum jogador excluído, a mesma deverá manter duas linhas de defesa.

2.4. No intervalo de Primeiro para o segundo tempo de jogo, todos os alunos-atletas “reservas” em condição de jogo deverão substituir alunos-atletas “titulares” e não poderão ser substituídos até o final do 2º tempo, salvo em caso de contusão. O aluno-atleta contundido não poderá retornar ao jogo. Os alunos-atletas “titulares” remanescentes na quadra de jogo poderão ser substituídos pelos alunos-atletas que saíram do jogo.

2.5. O 3º tempo será jogado de acordo com as regras oficiais adotadas pela CBHb, exceto no tocante ao sistema de marcação, que obedecerão aos sistemas de marcação estabelecidos nos itens 2.3.3.

2.6. As substituições obrigatórias estabelecidas no item 2.4 levarão em consideração a proporcionalidade de alunos-atletas em condição de participação para o início do jogo para ambas às equipes.

2.7. A equipe que não cumprir o estabelecido no item 2.3 e 2.4 será punida de forma progressiva, como determina as regras oficiais de Handebol. Entenda-se “não cumprir”, negar-se a jogar de acordo com as normas pré-estabelecidas.

2.8.1. Em caso de vitória, o resultado será invertido em favor da equipe adversária.

2.8.2. Em caso de derrota, manter-se-á o resultado.

2.8.3. Em ambos os casos será encaminhado relatório a Comissão Disciplinar.

2.9. As regras estabelecidas no item 2 e sub itens serão obrigatórias em todas as fases da competição.

3. O sistema de pontuação nos grupos será:

3.1. Vitória - 02 pontos.

3.2. Empate- 01 pontos.

3.3. Derrota – 00 pontos

4. Os uniformes deverão obedecer à regra da modalidade, o Regulamento Geral e aos seguintes critérios:

4.1. Camisas numeradas nas costas e na frente.

4.2. Shorts, podendo o goleiro optar em utilizar agasalho.

4.3. Tênis e meia.

Observações:

I. Os goleiros deverão ter uniformes de cores diferentes da sua equipe e da equipe adversária, inclusive dos goleiros adversários.

II. Excepcionalmente, havendo coincidência de cores da camisa do goleiro com quaisquer outros jogadores, o Comitê Organizador fornecerá um colete de cor contrastante.

5. Nos casos em que um jogo não puder terminar empatado (CRUZAMENTO), a decisão será feita através de PRORROGAÇÃO de 02 (dois) períodos de 03 (três) minutos, sem descanso. Persistindo o empate haverá uma cobrança de uma série de 03 (três) arremessos de seis metros para cada equipe, por atletas diferentes e alternados. Se ainda persistir o empate, tantas séries quantas forem necessárias de 01 (um) sete metros para cada equipe, por outros jogadores até surgir um VENCEDOR. As PENALIDADES, serão cobradas pelos atletas que terminaram a prorrogação, sem estarem excluídos, desqualificados ou expulsos.

Os goleiros podem ser livremente escolhidos e substituídos entre os alunos atletas eleitos para participar. Alunos-atletas podem participar no tiro de 07 (sete) metros como ambos, arremessadores e goleiros.

51. Os alunos-atletas desqualificados ou expulsos no final do tempo normal e de prorrogação de jogo, não poderão participar das cobranças de tiros de 07 (sete) metros.

6. Na Fase Classificatória, quando no mesmo grupo 02 (duas) ou mais equipes terminarem empatadas, o desempate far-se-á da seguinte maneira e em ordem sucessiva de eliminação:

6.1. Entre 02 (duas) equipes:

6.1.1. Confronto direto.

6.1.2. Maior número de vitórias.

6.1.3. Maior coeficiente de *gols average* apurado em todos os jogos disputados pelas equipes na fase.

6.1.4. Menor número de gols contra em todos os jogos disputados pelas equipes na fase.

6.1.5. Maior número de gols pró em todos os jogos disputados pelas equipes na fase.

6.1.6. Maior saldo de gols em todos os jogos disputados pelas equipes na fase.

6.1.7. Sorteio.

6.2. Entre 03 (três) equipes:

6.2.1. Maior número de vitórias.

6.2.2. Maior coeficiente de *gols average* nos jogos disputados entre as equipes empatadas na fase.

6.2.3. Menor número de gols contra nos jogos disputados entre as equipes empatadas na fase.

6.2.4. Maior número de gols pró nos jogos disputados entre as equipes empatadas na fase.

6.2.5. Maior coeficiente de *gols average* apurado em todos os jogos disputados pelas equipes na fase.

6.2.6. Menor número de gols contra em todos os jogos disputados pelas equipes na fase.

6.2.7. Maior número de gols pró em todos os jogos disputados pelas equipes na fase.

6.2.8. Sorteio.

Observações:

I. Na hipótese da aplicação do critério de *gols average*, dividir-se-á o número de gols pró pelos gols contra, considerando-se classificada a equipe que obtiver maior coeficiente.

II. Quando, para cálculo de *gols average*, uma equipe não sofrer gol, é ela a classificada, pois é impossível a divisão por zero, assegurando à equipe sem gols sofridos a classificação pelo critério de *gols average*.

III. Quando, para cálculo de *average*, mais de uma equipe não sofrer gol, será classificada, a equipe que tiver o ataque mais positivo em todos os jogos disputados na fase, pois tecnicamente seu coeficiente será maior.

7. Caso no sistema de disputa adotado seja necessário serão utilizados os seguintes critérios técnicos para classificar o melhor 2º lugar de todos os grupos da Fase Classificatória para a Fase Semifinal:

7.1. Os grupos com maior número de equipes terão eliminados todos os pontos e resultados obtidos nos jogos com o último lugar de cada grupo, deixando todos os grupos com mesmo número de equipes, para posteriormente passar para o item

7.2. Caso todos os grupos tenham o mesmo número de equipes passar-se-á automaticamente para o item 7.3

7.4. Será classificado o 2º lugar que tenha maior número de pontos ganhos.

7.5. Caso haja mais de uma equipe empatada na condição descrita no item 7.4, passar-se-á aos critérios específicos descritos a seguir, somente para os empatados.

7.5.1. Gols *average* (dividir os gols pró pelos gols contra nos jogos entre as equipes selecionadas na fase. Classifica-se o maior resultado).

7.5.2. Gols pró (gols feitos nos jogos disputados entre as equipes selecionadas na fase. Classifica-se o maior resultado).

7.5.3. Gols contra (gols recebidos nos jogos entre as equipes selecionadas na fase. Classifica-se o menor resultado).

7.5.4. Sorteio.

8. Em caso do não comparecimento de uma equipe dentro do horário estipulado para o jogo, após a contagem de 15 minutos será declarada ausente, aplicando-se o WxO em favor da equipe presente, à qual será declarada vencedora pelo placar de 01x00. Caso nenhuma das duas equipes se façam presentes em tempo hábil, será declarado o duplo não comparecimento, atribuindo-se derrota a ambas as equipes.

9. As bolas a serem utilizadas na competição serão as bolas oficiais adotadas pela Secretária de Esportes nas categorias correspondentes.

10. Não será permitido jogar com *piercing*, brinco, colar, presilha ou qualquer outro objeto que ponha em risco a integridade física dos alunos-atletas.

11. A equipe deverá comparecer ao local do jogo com antecedência e devidamente uniformizada. Para ter condição de participação, antes do início do jogo, todos os componentes da equipe deverão apresentar suas credenciais à equipe de arbitragem.

12. A entrada dos jogadores na quadra para o aquecimento será feita tão logo ela esteja livre e liberada pela equipe de arbitragem/coordenação da modalidade.

12.1. O aquecimento inicial, a critério de cada equipe, poderá ser feito fora da quadra em local determinado pela Coordenação da modalidade.

12.2. O tempo de aquecimento na quadra será determinado previamente pela equipe de arbitragem.

13. Estará automaticamente suspenso da partida subsequente na mesma modalidade/naipe, o aluno-atleta/membro da Comissão Técnica que for desqualificado, no caso de seguir relatório anexo à súmula.

13.1. Não se aplica o disposto neste artigo, se antes do cumprimento da suspensão, o aluno-atleta/membro da Comissão Técnica for absolvido pelo órgão judicante competente, desde que constante no termo de decisão do respectivo processo disciplinar, o não cumprimento da suspensão automática, nos termos da legislação desportiva vigente.

13.2. Para fins do disposto neste artigo entende-se por partida subsequente a ocorrente na mesma competição e ano específico correspondente.

PRÉ - MIRIM A (07 a 10 anos)

1. A competição será regida pelas Regras Oficiais da CBHb, Regulamento Geral do Jogos Escolares de Petrolina, Boletins Oficiais, Medidas Disciplinares Automáticas e por estas Normas Específicas.

2. Nas competições do Pré Mirim A haverá as seguintes modificações da regra:

2.1 Quadra de jogo:

- a) Área de 5m;
- b) Tiro livre dos 6m;
- c) Trave de 1,70 cm de altura;
- d) Linha do tiro livre 8m

2.2 Número de atletas:

- a) 5 atletas titulares e 7 suplentes;

2.3 Duração da partida:

- a) As partidas serão divididas em 3 (três) tempo de 10 minutos com intervalo de 2 minutos entre cada tempo;
- b) No primeiro tempo, não poderá haver substituição, salve em caso de contusão e o atleta não poderá retornar a partida.
- c) No segundo período todos os alunos-atletas “reservas” em condição de jogo deverão substituir alunos-atletas “titulares” e não poderão ser substituídos até o final do 2º tempo, salvo em caso de contusão. O aluno-atleta contundido não poderá retornar ao jogo. Os alunos-atletas “titulares” remanescentes na quadra de jogo poderão ser substituídos pelos alunos-atletas que saíram do jogo;
- d) O terceiro período as substituições ficam a critério de cada equipe.

2.4. Caso uma equipe não cumpra com os itens 2 e 4 sofrerá a seguinte sanção:

2.4.1. Em caso de vitória, o resultado será invertido em favor da equipe adversária;

2.4.2. Em caso de derrota, manter-se-á o resultado;

2.4.3. Em ambos os casos será encaminhado relatório a Comissão Disciplinar.

2.5. Dos sistemas defensivos:

2.5.1. No 1º e 3º tempo de jogo será obrigatória a marcação individual

2.5.2. No 2º tempo será obrigatória a marcação zonal 2X2 na sua meia quadra.

2.6. A equipe que não cumprir o estabelecido no item 2.5, o técnico será punido de forma progressiva, advertência, exclusão, desqualificação e perda da partida, com inversão do placar da partida. Entenda-se “não cumprir”, negar-se a jogar de acordo com as normas pré-estabelecidas.

2.7 Não serão aplicados sanções progressivas para os atletas, apenas para a comissão técnica.

2.7.1 Caso o árbitro avalie a necessidade de uma punição ao atleta, deverá fazê-lo comunicando ao técnico, que imediatamente terá que substituí-lo, sob pena de sofrer sanções progressivas. O atleta punido poderá retornar a partida após transcorrido 2 minutos.

2.7.2 O mesário deverá anotar a punição regularmente como manda a regra.

3. A bola utilizada será a HIL Suécia para o masculino e feminino.

4. Quando as equipes se apresentarem para o jogo com uniformes semelhantes, a critério do juiz, haverá sorteio para indicar a que deverá mudar de camisa, ou usar o colete de jogo.

5. Qualquer dano que ocorra às instalações desportivas, em consequência do aquecimento de atletas, as despesas serão de responsabilidade da equipes causadoras do incidente.

6. A contagem de pontos para classificação das equipes, será:

a) Vitória 02 pontos.

b) Empate 01 pontos

c) Derrota 00 pontos.

7. Em caso de empate entre duas ou mais equipes, serão adotados os seguintes critérios em ordem de citação, em todos os jogos da fase em questão:

a) Maior número de vitórias;

b) Saldo de gols;

c) Maior número de gols pró;

d) Menor número de punição (expulsão, desqualificação, exclusão e advertência);

e) Sorteio.

8. Nos casos em que um jogo não puder terminar empatado (CRUZAMENTO), a decisão será feita através de PRORROGAÇÃO de 02 (dois) períodos de 03 (três) minutos, sem descanso. Persistindo o empate haverá uma cobrança de uma série de 03 (três) arremessos de seis metros para cada equipe, por atletas diferentes e alternados. Se ainda persistir o empate, tantas séries quantas forem necessárias de 01 (um) Seis metros para cada equipe, por outros jogadores até surgir um VENCEDOR. As PENALIDADES, serão cobradas pelos atletas que terminaram a prorrogação, sem estarem excluídos, desqualificados ou expulsos.

OBSERVAÇÃO

1. As equipes deverão apresentar-se ao delegado da partida, **para identificação**, 25 minutos antes do horário determinado em tabela, para início do seu jogo, de acordo com o Capítulo X – Do credenciamento e da Participação artigo 52 § 5º;

NORMAS ESPECÍFICAS VOLEIBOL**MIRIM (12 a 14 anos)**

1. A Competição de Voleibol será realizada de acordo com as regras oficiais da Federação Internacional de Volleyball (FIVB) pelo Regulamento Geral dos Jogos Escolares de Petrolina, Boletins Oficiais, Códigos de Disciplina Esportiva e Por estas Normas Específicas.

2. Cada instituição de ensino deverá inscrever no mínimo 09 (nove) alunos-atletas e no máximo 14 (catorze) alunos-atletas na fase em vigência:

3. O formato do jogo será:

3.1. Nas Fases Classificatórias e finais:

3.1.1. Os jogos serão disputados em melhor de 03 (três) sets, sendo os dois primeiros sets de 25 (vinte e cinco) pontos. Em caso de empate em 24 (vinte e quatro) pontos o set só terminará quando uma equipe alcançar a diferença de 02 (dois) pontos, e neste caso, não haverá ponto limite para o término do set.

3.2.2. Em caso de empate em número de sets vencidos (01x01), será jogado um terceiro set de 15 (quinze) pontos. Havendo empate em 14 (quatorze) pontos o set só terminará quando uma equipe alcançar a diferença de 02 (dois) pontos, e neste caso, não haverá ponto limite para o término do set.

4. Em todas as fases serão concedidos os 02 (dois) tempos técnicos no 8º e 16º ponto de 01 (um) minuto cada.

5. As alturas da rede serão as seguintes:

FEMININA 2,15m

MASCULINA 2,35m

6. Não será permitida a utilização de jogador na função de líbero em nenhuma fase da competição.

7. Os jogos serão disputados seguindo as normas a seguir:

7.1. No 1º set, não poderá haver substituição, salvo em caso de contusão, O aluno-atleta contundido não poderá retornar a partida.

7.2. No intervalo do 1º para o 2º set, os alunos-atletas “reservas” em condição de jogo deverão substituir alunos-atletas “titulares” e não poderão ser substituídos até o final do 2º set, salvo em caso de contusão. O aluno-atleta contundido não poderá retornar ao jogo. Os alunos-atletas

“titulares” remanescentes na quadra de jogo poderão ser substituídos pelos alunos-atletas que saíram do jogo.

7.3. No 3º set da fase classificatória, as substituições estarão liberadas, seguindo a regra oficial de voleibol da FIVB.

7.4. As substituições obrigatórias estabelecidas no item 7.2 levarão em consideração a proporcionalidade de alunos-atletas em condição de participação para o início do jogo em ambas às equipes.

7.5. As regras estabelecidas no item 7 e subitens serão obrigatórias somente na fase classificatória. Nas fases semifinal e final serão utilizadas as regras oficiais de Voleibol da FIVB.

6.5.1. No naipe que não houver formação de 02(duas) ou mais chaves, ou seja, a disputa seja em chave única, o item 7 Será obrigatório em todas as partidas.

8. O sistema de pontuação nos grupos será:

8.1. Vitória - 02 pontos.

8.2. Derrota - 00 pontos.

9. Os uniformes deverão obedecer à regra da modalidade, ao regulamento geral e aos seguintes critérios:

9.1. Camisas numeradas de 01 a 99 (frente e costas). O número deve ser colocado no centro da camisa. A cor da camisa deve contrastar com a cor dos números. Os números devem medir, no mínimo, 15 cm de altura na frente e 20 cm de altura nas costas. A fita que forma os números deve ter, no mínimo, 2cm de largura.

9.2. O uniforme do capitão da equipe deverá ser – obrigatoriamente – identificado com uma tarja, medindo 8 cm x 2 cm e 1 cm de largura em sua camisa, conforme regra oficial de voleibol. Esta tarja deverá ser fixa, “silkada” ou costurada, abaixo do número da frente da camisa do uniforme. Não poderá ser improvisada por esparadrapo ou similar.

10. Na Fase Classificatória, quando na mesma chave 02 (duas) ou mais equipes terminarem empatadas, o desempate far-se-á da seguinte maneira e em ordem sucessiva de eliminação:

10.1. Maior coeficiente de *sets average* em todos os jogos disputados pelas equipes na fase.

10.2. Maior coeficiente de *pontos average* em todos os jogos disputados pelas equipes na fase.

10.3. Confronto direto entre as equipes empatadas na fase (utilizado somente no caso de empate entre 02 (duas) equipes).

10.4. Sorteio.

Observações:

I. Na hipótese da aplicação do critério de *sets ou pontos average*, dividir-se-á o número de sets ou pontos pró pelos sets ou pontos contra, considerando-se classificada a equipe que obtiver maior coeficiente.

II. Quando, para cálculo de *sets ou pontos average*, uma equipe não perder nenhum set ou ponto, é ela a classificada, pois é impossível a divisão por zero, assegurando à equipe sem sets ou pontos sofridos a classificação pelo critério de *sets ou pontos average*.

III. Quando, para cálculo de *sets ou pontos average*, mais de uma equipe não perder nenhum set ou ponto, será classificada, a equipe que tiver o número de sets ou pontos mais positivos em todos os jogos disputados na fase, pois tecnicamente seu resultado será maior.

11. Serão utilizados os seguintes critérios técnicos para classificar o melhor MIT (MELHOR ÍNDICE TÉCNICO) de todos os grupos da Fase Classificatória para a Fase seguinte, caso necessite:

11.1. Os grupos com maior número de equipes terão eliminados todos os pontos e resultados obtidos nos jogos com o último lugar de cada grupo, deixando todos os grupos com mesmo número de equipes, para posteriormente passar para o item

11.2. Caso todos os grupos tenham o mesmo número de equipes passar-se-á automaticamente para o item 11.3.

11.3. Será classificado o 2º lugar que tenha maior número de pontos ganhos.

11.4. Caso haja mais de uma equipe empatada na condição descrita no item 11.3, passar-se-á aos critérios específicos descritos a seguir, somente para os empatados:

11.5. *Sets average* (dividir os sets pró pelos sets contra, nos jogos realizados entre as equipes selecionadas na fase. Classifica-se o maior resultado).

11.5. *Pontos average* (dividir os pontos pró pelos pontos contra, nos jogos realizados entre as equipes selecionadas na fase. Classifica-se o maior resultado).

11.6. Sorteio.

12. Em caso do não comparecimento de uma equipe dentro do horário estipulado para o jogo, após a contagem de 15 (quinze) minutos será declarada ausente, aplicando-se o WxO em favor da equipe presente, à qual será declarada vencedora pelo placar de 02x00 (25x00) (25x00) na Fase Classificatória e de 03x00 (25x00) (25x00) (25x00) nas Fases Semifinal e Final. Caso nenhuma das duas equipes se façam presentes em tempo hábil, será declarado o duplo não comparecimento, atribuindo-se derrota a ambas as equipes.

13. As bolas a serem utilizadas na competição serão as bolas oficiais apresentadas pela Secretaria de Esportes.

14. Não será permitido jogar com *piercing*, óculos, brinco, colar, presilha ou qualquer outro objeto que ponha em risco a integridade física do aluno-atleta, salvo mediante entrega ao supervisor antes do início da partida de uma autorização do responsável pelo aluno-atleta liberando-o para atuar na partida portando um dos itens acima mencionados.

15. A equipe deverá comparecer ao local do jogo com antecedência e devidamente uniformizada. Para ter condição de participação, antes do início do jogo, todos os componentes da equipe deverão apresentar suas credenciais à equipe de arbitragem.

16. Estará automaticamente suspenso da partida subsequente na mesma modalidade/naipe, o aluno-atleta/membro da Comissão Técnica que for desqualificado.

16.1. Não se aplica o disposto neste artigo, se antes do cumprimento da suspensão, o aluno-atleta/membro da Comissão Técnica for absolvido pelo órgão judicante competente, desde que constante no termo de decisão do respectivo processo disciplinar, o não cumprimento da suspensão automática, nos termos da legislação desportiva vigente.

16.2. Para fins do disposto neste artigo entende-se por partida subsequente a ocorrente na mesma competição e no ano específico correspondente.

17. A entrada dos jogadores na quadra para o aquecimento será feita tão logo ela esteja livre e liberada pela equipe de arbitragem/supervisor de quadra da modalidade.

18. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação de Voleibol, com a anuência da Coordenação de Competição, não podendo essas resoluções contrariar as regras oficiais e o Regulamento Geral.

Infantil (15 a 17 anos)

1. A Competição de Voleibol será realizada de acordo com as regras oficiais da Federação Internacional de Volleyball (FIVB) pelo Regulamento Geral dos Jogos Escolares de Petrolina, Boletins Oficiais, Códigos de Disciplina Esportiva e Por estas Normas Específicas.

2. Cada instituição de ensino deverá inscrever no mínimo 09 (nove) alunos-atletas e no máximo 14 (catorze) alunos-atletas na fase em vigência:

3. O formato do jogo será:

3.1. Nas Fases Classificatórias e finais:

3.1.1. Os jogos serão disputados em melhor de 03 (três) sets, sendo os dois primeiros sets de 25 (vinte e cinco) pontos. Em caso de empate em 24 (vinte e quatro) pontos o set só terminará quando uma equipe alcançar a diferença de 02 (dois) pontos, e neste caso, não haverá ponto limite para o término do set.

3.2.2. Em caso de empate em número de sets vencidos (01x01), será jogado um terceiro set de 15 (quinze) pontos. Havendo empate em 14 (quatorze) pontos o set só terminará quando uma equipe alcançar a diferença de 02 (dois) pontos, e neste caso, não haverá ponto limite para o término do set.

4. Em todas as fases serão concedidos os 02 (dois) tempos técnicos no 8º e 16º ponto de 01 (um) minuto cada.

5. As alturas da rede serão as seguintes:

FEMININA 2,24m

MASCULINA 2,43m

6. Será permitida a utilização de jogador na função de líbero em todas as fases da competição.

7. O sistema de pontuação nos grupos será:

7.1. Vitória - 02 pontos.

7.2. Derrota - 00 pontos.

8. Os uniformes deverão obedecer à regra da modalidade, ao regulamento geral e aos seguintes critérios:

8.1. Camisas numeradas de 01 á 99 (frente e costas). O número deve ser colocado no centro da camisa. A cor da camisa deve contrastar com a cor dos números. Os números devem medir, no mínimo, 15 cm de altura na frente e 20 cm de altura nas costas. A fita que forma os números deve ter, no mínimo, 2cm de largura.

8.2. O uniforme do capitão da equipe deverá ser – obrigatoriamente – identificado com uma tarja, medindo 8 cm x 2 cm e 1 cm de largura em sua camisa, conforme regra oficial de voleibol. Esta tarja deverá ser fixa, “silkada” ou costurada, abaixo do número da frente da camisa do uniforme. Não poderá ser improvisada por esparadrapo ou similar.

9. Na Fase Classificatória, quando na mesma chave 02 (duas) ou mais equipes terminarem empatadas, o desempate far-se-á da seguinte maneira e em ordem sucessiva de eliminação:

9.1. Maior coeficiente de *sets average* em todos os jogos disputados pelas equipes na fase.

9.2. Maior coeficiente de *pontos average* em todos os jogos disputados pelas equipes na fase.

9.3. Confronto direto entre as equipes empatadas na fase (utilizado somente no caso de empate entre 02 (duas) equipes).

9.4. Sorteio.

Observações:

I. Na hipótese da aplicação do critério de *sets ou pontos average*, dividir-se-á o número de sets ou pontos pró pelos sets ou pontos contra, considerando-se classificada a equipe que obtiver maior coeficiente.

II. Quando, para cálculo de *sets ou pontos average*, uma equipe não perder nenhum set ou ponto, é ela a classificada, pois é impossível a divisão por zero, assegurando à equipe sem sets ou pontos sofridos a classificação pelo critério de *sets ou pontos average*.

III. Quando, para cálculo de *sets ou pontos average*, mais de uma equipe não perder nenhum set ou ponto, será classificada, a equipe que tiver o número de sets ou pontos mais positivos em todos os jogos disputados na fase, pois tecnicamente seu resultado será maior.

10. Serão utilizados os seguintes critérios técnicos para classificar o melhor MIT (MELHOR ÍNDICE TÉCNICO) de todos os grupos da Fase Classificatória para a Fase seguinte, caso necessite:

10.1. Os grupos com maior número de equipes terão eliminados todos os pontos e resultados obtidos nos jogos com o último lugar de cada grupo, deixando todos os grupos com mesmo número de equipes, para posteriormente passar para o item

10.2. Caso todos os grupos tenham o mesmo número de equipes passar-se-á automaticamente para o item 10.3.

10.3. Será classificado o 2º lugar que tenha maior número de pontos ganhos.

10.4. Caso haja mais de uma equipe empatada na condição descrita no item 10.3, passar-se-á aos critérios específicos descritos a seguir, somente para os empatados:

10.5. *Sets average* (dividir os sets pró pelos sets contra, nos jogos realizados entre as equipes selecionadas na fase. Classifica-se o maior resultado).

10.5. *Pontos average* (dividir os pontos pró pelos pontos contra, nos jogos realizados entre as equipes selecionadas na fase. Classifica-se o maior resultado).

10.6. Sorteio.

11. Em caso do não comparecimento de uma equipe dentro do horário estipulado para o jogo, após a contagem de 15 (quinze) minutos será declarada ausente, aplicando-se o WxO em favor da equipe presente, à qual será declarada vencedora pelo placar de 02x00 (25x00) (25x00) na Fase Classificatória e de 03x00 (25x00) (25x00) (25x00) nas Fases Semifinal e Final. Caso nenhuma das duas equipes se façam presentes em tempo hábil, será declarado o duplo não comparecimento, atribuindo-se derrota a ambas as equipes.

12. As bolas a serem utilizadas na competição serão as bolas oficiais apresentadas pela Secretaria de Esportes.

13. Não será permitido jogar com *piercing*, óculos, brinco, colar, presilha ou qualquer outro objeto que ponha em risco a integridade física do aluno-atleta, salvo mediante entrega ao supervisor antes do início da partida de uma autorização do responsável pelo aluno-atleta liberando-o para atuar na partida portando um dos itens acima mencionados.

14. A equipe deverá comparecer ao local do jogo com antecedência e devidamente uniformizada. Para ter condição de participação, antes do início do jogo, todos os componentes da equipe deverão apresentar suas credenciais à equipe de arbitragem.

15. Estará automaticamente suspenso da partida subsequente na mesma modalidade/naipe, o aluno-atleta/membro da Comissão Técnica que for desqualificado.

15.1. Não se aplica o disposto neste artigo, se antes do cumprimento da suspensão, o aluno-atleta/membro da Comissão Técnica for absolvido pelo órgão judicante competente, desde que constante no termo de decisão do respectivo processo disciplinar, o não cumprimento da suspensão automática, nos termos da legislação desportiva vigente.

15.2. Para fins do disposto neste artigo entende-se por partida subsequente a ocorrente na mesma competição e no ano específico correspondente.

16. A entrada dos jogadores na quadra para o aquecimento será feita tão logo ela esteja livre e liberada pela equipe de arbitragem/supervisor de quadra da modalidade.

17. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação de Voleibol, com a anuência da Coordenação de Competição, não podendo essas resoluções contrariar as regras oficiais e o Regulamento Geral.

PRÉ-MIRIM (07 a 10 e 10 a 12 anos)

1.As competições serão regidas pelas regras oficiais da CBV, Regulamento Geral dos JEP, Medidas Disciplinares Automáticas e por estas Normas Complementares.

2.Na competição do Pré-Mirim haverá as seguintes modificações da regra:

2.1 Os sets serão disputados em 25 (vinte e cinco) pontos no 1 ° e 2 ° sets e 15 (quinze) pontos no 3 ° set. Em caso de empate no 24° (vigésimo quarto) e 14° (décimo quarto) pontos respectivamente, o set só terminará quando uma equipe alcançar a diferença de 2 (dois) pontos;

a) No primeiro set, não poderá haver substituição, salvo em caso de contusão de atleta. O atleta substituído não poderá retornar a partida;

b) No intervalo do 1º para o 2º set, alunos/atletas “reservas” em condição de jogo deverão substituir alunos/atletas “titulares” e não poderão ser substituídos até o final do 2º set, salvo em caso de contusão. O aluno/atleta contundido não poderá retornar ao jogo. Os alunos/atletas “titulares” remanescentes na quadra de jogo poderão ser substituídos pelos alunos/atletas que saíram do jogo;

c) No terceiro set, as substituições estarão liberadas, segue a regra oficial da CBV;

Nota 1: As regras estabelecidas nas letras “a” e “b” do item 3.1 dessas normas específicas serão obrigatórias durante toda competição.

Nota 2: As substituições obrigatórias estabelecidas nas letras “a” e “b” do item 3.1 dessas normas específicas, levará em consideração a proporcionalidade de atletas participantes em ambas as equipes. (Por motivo de contusão ou suspensão automática ou disciplina).

Nota 3: A equipe que não cumprir o estabelecido nas letras “a” e “b” do item 3.1 dessas normas específicas, será declarada perdedora da partida, por 02x00 (25x00). Entenda-se “não cumprir, negar-se a jogar com as normas pré-estabelecidas.

2.2. Cada tempo técnico terá a duração de 30’’ (Trinta segundos);

2.3. Na necessidade de disputa do 3º set, haverá troca de quadra no 8º ponto;

2.4. Será proibido o ataque de fundo com salto, pelo jogador de defesa;

2.5 O sistema utilizado será o 6.0, sem trocas;

2.6 Na categoria Pré-Mirim A será marcada uma linha a 7m de distância da rede para ser realizado o saque;

2.7 A altura da rede no Pré – Mirim B será:

- a) Feminino – 2.00 m
- b) Masculino – 2.00 m

2.8 A altura da rede no Pré-Mirim A será:

- a) Feminino – 1.90
- b) Masculino - 1.90

2.9. Não será permitido o uso do jogador líbero.

2.10 A área de saque no Pré-Mirim B será limitada a 5 metros e/ou à distância entre as linhas de fundo das quadras de voleibol e basquetebol.

2.11. Será obrigatório o saque por baixo.

3. Qualquer dano que ocorra às instalações desportivas, em consequência do aquecimento de atletas, as despesas serão de responsabilidade das equipes causadoras do incidente.
4. A contagem de pontos para classificação será a seguinte:
 - a) Vitória - 02 pontos
 - b) Derrota - 00 pontos
5. Em caso de empate entre 02 (duas) ou mais equipes serão adotados os seguintes critérios, em ordem de citação:
 - a) Set average em todos os jogos da fase em questão;
 - b) Pontos average em todos os jogos da fase em questão;
 - c) Sorteio.
6. A bola utilizada será de marca PENALTY – Pró 6.0.
7. O protocolo para início do jogo será o mesmo adotado pela FEVEPE, para os Campeonatos Pernambucanos.
8. Quando da realização de rodadas com mais de 01(um) jogo, as equipes terão cinco (5) minutos para aquecimento com bola na quadra, além do aquecimento na rede, exceto no primeiro jogo, quando todo aquecimento (quadra e rede) deverá ser feito antes do horário determinado para início do jogo.

OBSERVAÇÃO:

As equipes deverão apresentar-se ao delegado da partida, **para identificação**, 25 minutos antes do horário determinado em tabela, para início do seu jogo, de acordo com o Capítulo X – Do credenciamento e da Participação artigo 52 § 5º.

A identificação, excepcionalmente, será realizada através dos documentos exigidos no artigo 52§2º, do Capítulo X – Do credenciamento e da Participação.

NORMAS ESPECÍFICAS DE FUTEBOL SOCIETY

PRÉ-MIRIM (07 a 10 anos e 10 a 12 anos)

1. A competição será regida pelas Regras Oficiais da CBF, Regulamento Geral dos Jogos Escolares de Petrolina, Boletins Oficiais, Código de Disciplina Esportiva e por estas Normas Específicas.
2. A Competição será disputa em campo society, sendo 07 jogadores iniciantes e 07 suplentes.
3. **A competição do Pré-Mirim A haverá as seguintes alterações:**
 - A) Os jogos serão disputados em três tempos de 10 (dez) minutos, com 02 (dois) minutos de intervalo entre cada tempo.
 - B) No 1º tempo da partida, não poderá haver substituição, salvo em caso de contusão, atestado pela equipe médica do evento. O aluno-atleta contundido não poderá retornar a partida.

- C) No intervalo do 1º tempo para o 2º tempo do jogo, os alunos-atletas “reservas” em condição de jogo deverão substituir os alunos-atletas “titulares” e não poderão ser substituídos até o final do 2º tempo, salvo em caso de contusão, atestado pela equipe médica do evento. O aluno-atleta contundido não poderá retornar ao jogo. Os alunos atletas “titulares” remanescentes na quadra de jogo poderão ser substituídos pelos alunos-atletas que saíram do jogo.
 - D) As substituições obrigatórias estabelecidas no item d) levarão em consideração a proporcionalidade de alunos-atletas em condição de participação para o início do jogo para ambas às equipes.
 - E) No 3º tempo, as substituições estarão liberadas, sendo ilimitada a entrada e saída dos atletas.
 - F) A equipe que não cumprir com os itens b e c, receberá a seguinte sanção:
 - G) Em caso de vitória, o resultado será invertido em favor da equipe adversária.
 - H) Em caso de derrota, manter-se-á o resultado.
 - I) Em ambos os casos será encaminhado relatório à Comissão Disciplinar.
 - J) As regras estabelecidas nos itens b e c serão obrigatórias em todas as fases.
4. **Na categoria Pré –mirim A não será usado cartão para punir os alunos/atletas. Caso o árbitro julgue necessário que o aluno/atleta deva ser punido o fará comunicando ao técnico que deverá substituí-lo imediatamente. Caso o Técnico não cumpra com a ordem do árbitro será expulso da partida e o atleta comunicado que deverá se retirar do campo de jogo. O árbitro fará relatório para ser avaliada pela Comissão Disciplinar.**
5. Todos os 07 (seis) atletas suplentes poderão participar do jogo.
6. **Na Competição Pré-Mirim B os jogos serão disputados seguindo as normas:**
- a) Os jogos terão 02 (dois) tempos de 20 (vinte) minutos com intervalo de 05 (cinco) minutos entre ambos.
 - b) Nos 10 (dez) minutos iniciais do 1º tempo da partida, não poderá haver substituição, salvo em caso de contusão, atestado pela equipe médica do evento. O aluno-atleta contundido não poderá retornar a partida.
 - c) No 10 minuto teremos uma parada obrigatória no cronômetro, de 30 (trinta) segundos a 01 (um) minuto, onde os alunos-atletas “reservas” em condição de jogo deverão substituir os alunos-atletas “titulares” e não poderão ser substituídos até o final do 1º tempo, salvo em caso de contusão, atestado pela equipe médica do evento. O aluno-atleta contundido não poderá retornar ao jogo. Os alunos atletas “titulares” remanescentes no campo de jogo poderão ser substituídos pelos alunos-atletas que saíram do jogo.
 - d) As substituições obrigatórias estabelecidas no item C levarão em consideração a proporcionalidade de alunos-atletas em condição de participação para o início do jogo para ambas às equipes.
 - e) No segundo tempo todos substituídos poderão retornar a partida (com exceção dos atletas expulsos) e as substituição serão limitadas a 03 atletas.
 - f) No 2º tempo será seguido as regras oficiais do futebol de campo adotada pela CBFS.
 - g) A equipe que descumprir com os itens 2.2 e 2.3, receberá a seguinte sanção:
 - h) Em caso de vitória, o resultado será invertido em favor da equipe adversária.
 - i) Em caso de derrota, manter-se-á o resultado.

7. A comissão Organizadora definirá sua forma de disputa, de acordo com suas necessidades.
8. A contagem de pontos para a classificação das equipes será a seguinte:
 - a) Vitória 03 pontos.
 - b) Empate 01 pontos
 - c) Derrota 00 pontos.
9. Em caso de empate entre duas ou mais equipes, serão adotados os seguintes critérios em ordem de citação, em todos os jogos da fase em questão:
 - a) Maior número de vitória;
 - b) Maior saldo de gols;
 - c) Maior número de gols pró;
 - d) Menor número de gols sofridos;
 - e) Disciplina pela regra de pontuação, sendo: Cartão amarelo – 01 pontos; Cartão vermelho – 02 pontos;
 - f) Sorteio.
10. Nos casos em que um jogo não puder terminar empatado será efetuada uma prorrogação em 02 tempos de 07 minutos.
 - a) Se continuar o empate haverá cobrança de uma série de cinco tiros livres para cada equipe da marca do pênalti, a serem executadas por jogadores diferentes e alternadamente. Persistindo o empate, haverá a cobrança de tantas séries quantas forem necessárias de um tiro livre para cada equipe, executadas por jogadores diferentes e alternadamente, até surgir um vencedor.
11. O atleta ou membro da Comissão Técnica que for penalizado com três cartões amarelos estará, automaticamente, suspenso da partida seguinte que a equipe vier a disputar.
12. Será obrigatório o uso de caneleiras.
13. O delegado do jogo deverá exigir que o capitão e o técnico assinem a súmula antes do seu início.
 - a) Iniciado o jogo, caso uma equipe esteja incompleta, poderá ser completada no seu decorrer, observando-se, porém, o que diz a regra do desporto sobre o número mínimo de atletas para uma equipe iniciar uma partida.

**NORMAS
ESPECÍFICAS
DAS
MODALIDADES
INDIVIDUAIS
PRÉ
MIRIM**

REGULAMENTO ESPECÍFICO DO ATLETISMO - PRÉ-MIRIM

1. A Competição de Atletismo será realizada de acordo com as regras oficiais da IAAF pelo Regulamento Geral dos Jogos Escolares de Petrolina, Boletins Oficiais, Códigos de Disciplina Esportiva e Por estas Normas Específicas.
2. A inscrição será realizada através do Requerimento de Inscrição indicando as provas e gênero. As fichas de Inscrição com os nomes dos atletas serão entregues no Congresso Técnico, não podendo ser modificadas.
3. Cada aluno-atleta poderá participar de no máximo 03 (três) provas individuais e no revezamento.
4. Todo atleta é reserva nas provas em que a unidade escolar estiver inscrita.
5. O aluno-atleta deverá comparecer ao local de competição com antecedência e devidamente uniformizado. Para ter condição de participação, antes do início de cada prova, deverá apresentar documento de identificação oficial com foto à equipe de arbitragem.
6. As provas a serem realizadas são as seguintes:

6.1 – CATEGORIA PRÉ-MIRIM A:

Provas	Femininas	Masculinas
Corridas rasas	60, 150 e 600 metros	
Revezamento	4x60 metros	
Saltos	Altura e Distância	
Lançamento	Peso 2 kg	Peso 3 kg

CATEGORIA PRÉ-MIRIM B:

Provas	Femininas	Masculinas
Corridas rasas	75, 250 e 1000 metros	
Revezamento	4x75 metros	
Saltos	Altura e Distância	
Lançamento	Peso 2 Kg	Peso 3 Kg

7. Caberá a Coordenação de Atletismo, a confecção de séries, grupos de qualificação, sorteios de raias, ordem de largada e ordem de tentativas para as diversas provas, dentro do disposto nas regras da IAAF.

8. Quando não houver número de alunos-atletas para compor as séries eliminatórias, as provas serão realizadas como semifinais no horário das eliminatórias e finais no horário da final.

9. Quando não houver número de alunos-atletas para compor os grupos de qualificação, as provas serão realizadas como final no horário da final.

10. Nas provas de campo, os alunos-atletas podem utilizar seus próprios implementos, sendo sua aferição de responsabilidade da equipe de arbitragem da competição.

11. Quadro de pontuação dos atletas classificados de 1 ° ao 8 ° lugares:

CLASSIFICAÇÃO	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO	PONTOS
1 ° Lugar	13 pontos	5 ° Lugar	04 pontos
2 ° Lugar	08 pontos	6 o Lugar	03 pontos
3 ° Lugar	06 pontos	7 ° Lugar	02 pontos
4 ° Lugar	05 pontos	8 ° Lugar	01 pontos

12. Todos os protestos a serem apresentados na competição deverão seguir o determinado na regra 147 da IAAF:

- a) Os protestos relativos à condição de um competidor para participar de uma competição devem ser apresentados antes do início de tal competição ao Júri de Apelação ou se, nenhum Júri houver sido indicado, ao Árbitro Geral. Se a questão não puder ser resolvida, satisfatoriamente, antes da competição, permitir-se-á que o atleta compita “sob protesto”.
- b) Os protestos relativos a resultados ou condução de um evento devem ser feitos dentro de 30 (trinta) minutos do anúncio oficial do resultado daquele evento. O Comitê Organizador da competição será responsável pelo registro da hora da proclamação oficial do resultado.
- c) Todos os protestos devem ser feitos, em primeira instância, verbalmente ao Árbitro Geral pelo próprio atleta ou qualquer pessoa em seu nome. Para chegar a uma decisão justa, o Árbitro Geral deve levar em consideração todas as provas que julgue necessárias, inclusive filmes ou fotografias de “vídeo tape” oficiais. O Árbitro Geral pode decidir sobre o protesto ou encaminhá-lo ao Júri. Caso o Árbitro Geral tome uma decisão, dela caberá recursos para o Júri.
- d) Em uma prova de campo, se um atleta faz um protesto verbal imediato quando uma tentativa for julgada como falta, o Árbitro Chefe da prova pode, a seu critério, mandar que a tentativa seja medida e o resultado registrado, a fim de preservar os direitos de todos os envolvidos.
- e) O Júri de Apelação consultará se necessário, todas as pessoas envolvidas, incluindo o Árbitro Geral e os demais oficiais. Se o Júri de Apelação estiver em dúvida, outra evidência disponível pode ser considerada. Se tal evidência não for conclusiva, a decisão do Árbitro será mantida.

13. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação do Atletismo, com a anuência da Coordenação Geral da Competição, não podendo essas resoluções contrariar as regras oficiais e o Regulamento Geral.

REGULAMENTO ESPECÍFICO DE XADREZ - PRÉ-MIRIM

1. A Competição de Xadrez será realizada na categoria Convencional (pensado) de acordo com as regras oficiais da Federação Internacional de Xadrez (FIDE), pelo Regulamento Geral dos Jeps, Boletins Oficiais, Códigos de Disciplina Esportiva e Por estas Normas Específicas.
2. A inscrição será realizada através do Requerimento de Inscrição indicando as provas e gênero. As fichas de Inscrição com os nomes dos atletas serão entregues no Congresso Técnico, não podendo ser modificadas.
3. O aluno-atleta deverá comparecer ao local de competição com antecedência e devidamente uniformizado. Para ter condição de participação, antes do início de cada rodada, deverá apresentar documento oficial com foto à equipe de arbitragem.
4. A competição será disputada, pelo sistema SUÍÇO de empareiramento em 05 (cinco) rodadas, nos naipes feminino e masculino:
5. O tempo de jogo será de 45 (quarenta e cinco) minutos para cada jogador.
6. Contagem dos pontos:
 - 6.1. Vitória: 1,0 (um) ponto.
 - 6.2. Empate: 0,5 (meio) ponto.
 - 6.3. Derrota: 0 (zero) ponto.
7. Serão adotados, pela ordem, os seguintes critérios de desempate:
 - 7.1. Milésimos medianos.
 - 7.2. Milésimos totais.
 - 7.3. Somatório progressivo.
 - 7.4. Somatório progressivo corrigido.
 - 7.5. Sonneborn-Berger.
 - 7.6. Sorteio.
8. Os jogadores deverão anotar em algébrico na planilha prescrita para a competição, os seus próprios lances e os lances do adversário de maneira legível.
9. Permanece vigente a regra que determina “peça tocada é peça jogada”.
10. O jogador deve acionar o relógio com a mesma mão que moveu a peça.
 - 10.1. É proibido acionar o relógio usando peça ou peão capturado.
 - 10.2. É proibido manter a mão sobre o pino do relógio, bater com força, segurar ou derrubá-lo.
11. A seta é considerada caída quando o árbitro acusar ou for feita uma reclamação por parte de um dos jogadores envolvidos na partida.
12. Se as duas setas estiverem caídas e for impossível determinar qual delas caiu anteriormente, considera-se que a partida terminou empatada.

13. É expressamente proibido trazer celulares ou outros meios de comunicação no salão de jogos. Se o celular de um jogador emitir qualquer sinal ou som ou receber qualquer mensagem durante alguma partida, este jogador será declarado perdedor da partida.

14. Os jogadores deverão se apresentar no salão de jogos com o material necessário para a competição:

14.1. Jogo de peças padrão oficial.

14.2. Relógio de xadrez em bom estado de funcionamento.

14.3. Caneta, para anotar a partida.

15. A Reunião Técnica da modalidade com os representantes das equipes participantes tratará exclusivamente de assuntos ligados à competição, tais como: normas gerais, ratificação de inscrições, além de outros assuntos correlatos.

16. O jogador deve estar sentado na mesa para o início da partida na hora do início da competição pelo relógio oficial da competição. A tolerância será zero para um jogador atrasado e ele perderá o ponto. Segue a recomendação da Federação Internacional para estes casos.

17. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação de Xadrez, com a anuência da Coordenação de Competição, não podendo essas resoluções contrariar as regras oficiais e o Regulamento Geral.

REGULAMENTO ESPECÍFICO DO TÊNIS DE MESA - PRÉ-MIRIM

1. A competição do Tênis de Mesa será realizada de acordo com as Regras da Federação Internacional de Tênis de Mesa (ITTF) e a Confederação Brasileira de Tênis de Mesa (CBTM), pelo Regulamento Geral dos Jeps, Boletins Oficiais, Códigos de Disciplina Esportiva e Por estas Normas Específicas.

2. Estarão em disputa as categorias de equipe e individual, masculina e feminina em todas as categorias.

3. Somente haverá competição se houver no mínimo duas escolas inscritas na categoria e gênero.

4. Cada Equipe poderá inscrever até 02 (dois) alunos-atletas em cada naipe para todas as categorias e somente 01 (um) técnico para ambos os napes.

5. O aluno-atleta deverá comparecer ao local de competição com antecedência e devidamente uniformizado. Para ter condição de participação, antes do início de cada jogo, deverá apresentar documento oficial com foto à equipe de arbitragem.

6. As competições de equipes e individuais obedecerão aos sistemas descritos a seguir:

6.1. Os “cabeças de grupo” serão definidos pelo coordenador da modalidade de acordo com as escolas inscritas através de sorteio. Os grupos serão definidos na Reunião Técnica da modalidade.

6.3. O sistema de pontuação adotado será:

- Vitória – 2 pontos.
- Empate – 1 ponto.
- Derrota – 0 ponto

6.4. Na Fase Classificatória, quando no mesmo grupo 02 (duas) equipes terminarem empatadas em qualquer critério, a decisão dar-se-á com base no resultado do confronto direto entre ambas as equipes.

6.5. Na Fase Classificatória, quando no mesmo grupo 03 (três) ou mais equipes terminarem empatadas, os critérios de desempates utilizados serão pela apuração dos resultados obtidos somente entre os envolvidos, utilizando-se, para tanto, a seguinte fórmula:

6.5.1. Partidas pró divididas partidas pró + partidas contra. Classifica-se o maior coeficiente.

6.5.2. Persistindo o empate, usar-se-á o mesmo critério em relação aos sets. Classifica-se o maior coeficiente.

6.5.3. Persistindo o empate, usar-se-á o mesmo critério em relação aos pontos. Classifica-se o maior coeficiente.

6.6. A equipe que, por quaisquer motivos, deixar de completar a sua programação de jogos, ou seja, perca por W x O na fase de grupos, terá todos os seus confrontos anteriores e futuros tornados sem efeito, estando automaticamente eliminado da competição que incorrer em tal falta.

6.7. O sistema de jogos utilizado na competição por equipe será o criado por “Marcel Corbillon”, disputado em melhor de 05 (cinco) jogos, sagrando-se vencedora da partida a equipe que alcançar primeiramente 03 (três) vitórias, cuja estrutura é a seguinte:

1º jogo A x X

2º jogo B x Y

3º jogo Duplas

4º jogo A x Y

5º jogo B x X

6.8. Na Fase Classificatória os jogos serão disputados em melhor de 03 (três) sets de 11 (onze) pontos cada, tanto nas competições por equipes e individuais.

6.9. Nas Fases Oitavas de Final, Quartas de Final, Semifinais e Finais, todos os jogos serão disputados em melhor de 05 (cinco) sets de 11 (onze) pontos cada, tanto nas competições por equipes e individuais.

7. Não será permitido o uso do uniforme – camisa, bermuda, short ou saia, cuja cor básica seja branca ou laranja, por coincidir com a cor da bola em jogo, fato não permitido pela regra do Tênis de Mesa, em virtude de obstruir e dificultar a visão da bola pelo adversário. da mesma forma, também segundo o regulamento internacional,

8. Na categoria individual alunos-atletas de uma mesma escola, não poderão ser incluídos num mesmo grupo na Fase Classificatória. Nestes casos eles serão dispostos automaticamente na posição subsequente.

9. Não será permitida a troca de raquete durante a realização de um jogo, exceto se esta sofrer danos irreparáveis, ocorridos unicamente por acidente, ao longo do jogo.

10. Nas premiações serão concedidas medalhas para competição individual e por equipes de 1º ao 3º lugar nas categorias masculina e feminina.

11. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação de Tênis de Mesa, com a anuência da Coordenação de Competição, não podendo essas resoluções contrariar as regras oficiais e o Regulamento Geral.

REGULAMENTO ESPECÍFICO DE NATAÇÃO - PRÉ-MIRIM

1. A Competição de Natação será realizada de acordo com as regras oficiais da Federação Internacional de Natação (FINA), pelo Regulamento Geral dos Jap's, Boletins Oficiais, Códigos de Disciplina Esportiva e Por estas Normas Específicas.

2. Cada aluno-atleta poderá participar de 03 (três) provas individuais e dos revezamentos em todo o programa de competição.

3. Somente haverá competição nas provas que houver duas escolas ou mais inscritas.

4. O aluno-atleta deverá comparecer ao local de competição com antecedência e devidamente uniformizado. Para ter condição de participação, antes do início de cada prova, deverá apresentar documento oficial com foto à equipe de arbitragem.

5. A competição de Natação será realizada em piscina oficial semiolímpica (25 metros), de 06 (seis) a 08 (oito) raias.

6. Na Competição Pré-Mirim A as provas realizadas no programa serão:

PROVAS	FEMININO	MASCULINO
Borboleta, Costas e Peito	50 e 100 metros	50 e 100 metros
Livre	50, 100 e 400 metros	50, 100 e 400 metros
Medley	200 metros	200 metros
Revezamentos	4x50 metros Medley e Livre	4x50 metros Medley e Livre

7. Nas Competições do Pré-mirim B as provas realizadas serão:

PROVAS	FEMININO	MASCULINO
Borboleta, Costas e Peito	50 e 100 metros	50 e 100 metros
Livre	50, 100 e 400 metros	50, 100 e 400 metros
Medley	200 metros	200 metros
Revezamentos	4x50 metros Medley e Livre	4x50 metros Medley e Livre

8. Os balizamentos serão por tempo

9. Serão entregues medalhas aos três primeiros atletas classificados em cada prova final individual, bem como para as três primeiras equipes nas provas finais de revezamento.

10. Caso seja efetuada de forma errônea a inscrição de um nadador em mais de 03 (três) provas individuais, o mesmo será cortado da quarta prova e demais, seguindo a ordem do programa de

provas. Se for inscrito em 03 provas na mesma Etapa será cortado da 3ª prova seguindo a ordem do programa.

16. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação de Natação, com a anuência da Coordenação de Competição, não podendo essas resoluções contrariar as regras oficiais e o Regulamento Geral.

NORMAS ESPECÍFICAS DE JUDÔ - PRÉ-MIRIM

1. A competição será regida pelas Regras Oficiais da FPJU / CBJ / FIJ, Regulamento Geral dos JEPs, Código de Disciplina Esportiva e por estas Normas Específicas.

2. A inscrição será realizada através do Requerimento de Inscrição indicando, idade, gênero e peso. As Fichas de inscrição com os nomes dos atletas serão entregues 72 (setenta e duas) horas antes do Congresso Técnico, não podendo ser modificadas.

2.1. Somente haverá competição em cada categoria, gênero e peso se houver duas ou mais escolas inscritas.

3. As pesagens serão realizadas até 24 (vinte e quatro) horas antes da competição, em horário e local a serem determinados pela coordenação do evento. Será permitido ao atleta subir na balança apenas uma vez.

- a) No ato da pesagem para as atletas femininas, será obrigatório o uso do maiô, biquíni ou colante, e no masculino, o atleta será pesado de sunga, cueca ou corpo nu.
- b) Será dado um tempo de trinta minutos antes do horário previsto para a pesagem oficial para que os atletas possam aferir os seus pesos.
- c) Os judocas só poderão competir na categoria em que se enquadre o seu peso. Não haverá tolerância de peso.

4. Os técnicos e/ou representantes (credenciados pela Direção da Escola), deverão estar presentes por ocasião do congresso técnico, pesagem, sorteio das chaves e local da competição. (No ato da pesagem só será permitida a presença do Aluno-Atleta, Comissão de pesagem, Coordenador do evento e representante da GGES).

5. A competição será realizada pelo Sistema Olímpico conforme Regulamento de Competição da CBJ.

5.1. Para efeito de classificação das escolas, serão obedecidos os seguintes critérios:

- a) Maior número de campeões;
- b) Maior número de vice-campeões;
- c) Maior número de terceiros colocados;
- d) Inscrição do menor número de competidores;
- e) Sorteio.

5.2. Haverá apenas disputas individuais.

5.3. Inscritos de 3 a 5 atletas - um contra todos (rodízio)

5.4. Dois ou mais atletas de uma mesma escola - 1º confronto será entre estes.

5.5. No rodízio serão classificados o 1º, o 2º e 3º (um só terceiro colocado).

- 5.6. Cada escola poderá inscrever até 03 (três) atletas por categoria de peso e gênero.
- 5.7. A duração da luta será de 03 (três) minutos para o MIRIM e 04 (quatro) minutos para o INFANTIL e JUVENIL.
- 5.8. Para o MIRIM só terão validade, técnicas de projeção (nage-waza) e imobilização (ossae-waza).
- 5.9. Para o Infantil e JUVENIL terão validades, técnicas de projeção (nage-waza), imobilização (ossae-waza), chave de braço (kansetsu-waza) e estrangulamento (shime-waza);
- 5.10. Será obrigatória a apresentação do documento de identificação do aluno/atleta, no ato da pesagem e na competição (Será válida cópia da identidade autenticada).

6. Quadro da categoria de peso para o PRÉ-Mirim

Categoria de Peso	Faixa Etária	
	07 a 10 anos Masc./ Fem	11 e 12 anos Masc./Fem.
Super Ligeiro	Até 26 kg	Até 28 kg
Ligeiro	+ 26 a 28 kg	+ 28 a 31 kg
Meio Leve	+ 28 a 30 kg	+ 31 a 34 kg
Leve	+ 30 a 32 kg	+ 34 a 38 kg
Meio Médio	+ 33 a 36 kg	+ 38 a 42 kg
Médio	+ 36 a 40 kg	+ 42 a 47 kg
Meio Pesado	+ 40 a 45 kg	+ 47 a 52 kg
Pesado	+ 45 a 50 kg	+ 52 kg
Super Pesado	+ 50 Kg	

Petrolina, 04 de abril de 2012.

Telefones para contato:

Secretaria de Esportes (87) 3862 – 9213 e (87)8838-0120

Centro de Esportes e Lazer (87) 3864 - 1680

Brito Júnior (87) 8841- 8622

Socorro Siqueira (87) 8818 – 1890

Inácio Rogério Granja (87) 8812 - 9737

E-mail rogeriogranja.handebolpe@hotmail.com.

EQUIPE DE TRABALHO

Dr. Júlio Lóssio
Prefeito de Petrolina

Guilherme Coelho
Vice-Prefeito

Francisco de Alencar Brito Júnior
Secretário de Esportes

Cel. Heitor Bezerra Leite
Secretaria de Educação

Kleryston Wagner
Diretor de Esportes

Emanuela Sena
Secretária Executiva

Inácio Rogério Granja
Coordenador

Equipe Técnica
Marcio William
Josué Ribeiro
Cícero Átila

Petrolina, 04 de abril de 2013.